

Anexo A

Relatório do Processo de Participação Pública



Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Província de Cabo Delgado

Relatório do Processo de Participação Pública (PPP)

Fases do EPDA e EIA

Ref. do Projecto: 0133576

Fevereiro de 2014



Projecto de Desenvolvimento de Gás Natural de Moçambique, Província de Cabo Delgado

Relatório do Processo de Participação Pública (PPP)

Fases do EPDA e EIA

Fevereiro de 2014

Ref. do Projecto: 0133576

Preparado por: ERM e Impacto

Aprovado por: Andrew Bradbury

Para e em nome da ERM e Impacto

Signed: 

Position: Partner

Data: 24 de Fevereiro de 2014

This report has been prepared by Environmental Resources Management the trading name of Environmental Resources Management Southern Africa (Pty) Limited, with all reasonable skill, care and diligence within the terms of the Contract with the client, incorporating our General Terms and Conditions of Business and taking account of the resources devoted to it by agreement with the client.

We disclaim any responsibility to the client and others in respect of any matters outside the scope of the above.

This report is confidential to the client and we accept no responsibility of whatsoever nature to third parties to whom this report, or any part thereof, is made known. Any such party relies on the report at their own risk.

This proposal is provided solely for the purposes set out in it and may not, in whole or in part, be used for any other purpose without ERM's prior written consent. This proposal may not, in whole or in part, be reproduced without ERM's prior written consent.

INDICE

	<i>LISTA DE ACRÓNIMOS</i>	<i>I</i>
1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJECTIVOS DA CONSULTA PÚBLICA	3
3	PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	5
3.1	<i>IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS</i>	<i>5</i>
3.2	<i>DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PI&A'S</i>	<i>6</i>
3.2.1	<i>Divulgação dos Documentos</i>	<i>6</i>
3.2.2	<i>Modalidades de Divulgação</i>	<i>8</i>
3.3	<i>REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA</i>	<i>9</i>
4	RESUMO DA CONSULTA PÚBLICA REALIZADA	10
4.1	<i>FASE DE EPDA - REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA</i>	<i>13</i>
4.1.1	<i>Reunião com Conselho Consultivo Distrital, Palma</i>	<i>13</i>
4.1.2	<i>Reunião Pública Aberta, Pemba</i>	<i>14</i>
4.1.3	<i>Reunião Pública Aberta, Maputo</i>	<i>14</i>
4.2	<i>FASE DO EIA - REUNIÕES COM GRUPOS DE FOCO</i>	<i>15</i>
4.2.1	<i>Reunião com Grupos de Foco - Governo Provincial de Cabo Delgado</i>	<i>15</i>
4.2.2	<i>Reunião com Grupos de Foco - Operadores Turísticos de Cabo Delgado</i>	<i>15</i>
4.2.3	<i>Reunião com Grupos de Foco - Governo Central</i>	<i>16</i>
4.3	<i>FASE DE EIA - REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA</i>	<i>17</i>
4.3.1	<i>Reunião Pública Aberta, Maputo</i>	<i>17</i>
4.3.2	<i>Reunião com Grupos de Foco - Turismo e Pesca</i>	<i>17</i>
4.3.3	<i>Reunião com Conselho Consultivo Distrital, Palma</i>	<i>18</i>
4.3.4	<i>Reunião Pública Aberta, Pemba</i>	<i>19</i>
4.4	<i>FASE DE EIA - REUNIÕES COMUNITÁRIAS NA PENÍNSULA DE AFUNGI</i>	<i>19</i>
4.4.1	<i>Reunião Pública Aberta - Aldeias de Maganja, Nfunzi, Kibunji, Mpaia e Nsemo</i>	<i>19</i>
4.4.2	<i>Reunião Pública Aberta - Aldeias de Quitupo, Milamba 1, Milamba 2, Barabarane e Simo</i>	<i>20</i>
4.4.3	<i>Reunião Pública Aberta - Aldeias de Senga, Macala, Mangala, Patacua e Quitunda</i>	<i>21</i>
5	REGISTO DAS QUESTÕES DISCUTIDAS NAS REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA	23
5.1	<i>MATRIZES DE QUESTÕES E RESPOSTAS (MQR'S)</i>	<i>23</i>
5.2	<i>COMENTÁRIOS RECEBIDOS</i>	<i>24</i>

LISTA DE ACRÓNIMOS

AIA	Avaliação do Impacto Ambiental
AMA1	Anadarko Moçambique Area 1, Lda
CP	Consulta Pública
DNAIA	Direcção Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental
DPCA	Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental
DPOPH	Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação
DIPREME	Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENH	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
eni	Eni East Africa S.p.A
EPDA	Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e de Definição do Âmbito
ERM	Environmental Resources Management
GNL	Gás Natural Liquefeito
INP	Instituto Nacional do Petróleo
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PI&A's	Partes Interessadas e Afectadas
MQR	Matriz de Questões e Respostas
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
ONG	Organização Não Governamental
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PP	Participação Pública
RPPP	Relatório do Processo de Participação Pública
RNT	Resumo Não Técnico
TdR	Termos de Referência

A *Anadarko Moçambique Area 1, Lda (AMA1)* e a *Eni East Africa S.p.A. (eni)* são os proponentes do Projecto de Gás Natural Liquefeito (de agora em diante designado por “o Projecto”), e a AMA1 e a eni entraram em acordo relativamente a um Termo de Compromisso (*Term Sheet*) que fornece o quadro geral para o desenvolvimento conjunto de um Plano Director para o Projecto de GNL. O Plano será implementado através de um ou mais Planos de Desenvolvimento coordenados para as actividades à montante e intermediárias, os quais serão aprovados pelo Governo da República de Moçambique.

A AMA1 possui direitos de pesquisa e produção de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma, em alto mar. De igual forma, a eni possui direitos de pesquisa e produção de gás natural na Área 4 da Bacia do Rovuma. Estas áreas estão posicionadas adjacentes uma à outra, tendo algumas reservas ou campos de gás sido descobertos em cada uma das áreas (incluindo reservas únicas para cada área e uma reserva partilhada). A AMA1 e a eni irão, cada uma, coordenar o desenvolvimento das suas reservas de gás em conformidade com as leis e regulamentos Moçambicanos aplicáveis. Com vista a otimizar o desenvolvimento, a construção e a operação das infra-estruturas de liquefacção iniciais, a AMA1 e a eni celebraram um acordo de intenções que prevê o desenvolvimento, construção e operação coordenados de uma Fábrica de GNL. O Projecto será implementado através de um ou mais Planos de Desenvolvimento coordenados, os quais serão aprovados pelo Governo da República de Moçambique.

Em 22 de Agosto de 2011, o Projecto foi classificado como uma actividade de Categoria A pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), através da Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental de Cabo Delgado (DPCA), exigindo um processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) abrangente.

A *Environmental Resources Management Southern Africa (Pty) Ltd, (ERM)*, em associação com a *Projectos e Estudos de Impacto Ambiental, Lda. (IMPACTO)*, foram contratadas para realizar o processo de AIA deste Projecto, em Abril de 2011, em nome dos proponentes do projecto.

A necessidade de realização de um processo de Participação Pública (PP) em projectos de Categoria A constitui um requisito legal ao abrigo do Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental, de Moçambique (Decreto 45/2004 de 29 de Setembro). Além disso, a Consulta Pública (CP) é parte integrante do processo de AIA para projectos classificados como Categoria A, conforme estipulado no artigo 19 do Regulamento Ambiental para as Operações Petrolíferas. O processo de PP deste projecto foi realizado em conformidade com as disposições do referido decreto e regulamento, e ainda com a Directiva Geral para o processo de

Participação Pública no Processo de Avaliação do Impacto Ambiental
(Diploma Ministerial 130/2006 de 19 de Julho).

O presente documento descreve as actividades do processo de PP realizadas como parte do processo de AIA para este Projecto. O relatório fornece ainda detalhes das reuniões públicas realizadas a nível local (Distrito de Palma), regional (Pemba) e nacional (Maputo) durante as várias fases do processo de AIA.

Além disso, fornece também detalhes das reuniões de grupos de foco realizadas em Maputo e Pemba durante a fase de avaliação de impacto. Estes encontros foram facilitados pela Equipe de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), com vista a criar um fórum para proporcionar informação sobre o Projecto e os resultados dos estudos especializados chave e envio de preocupações e comentários sobre os progressos do EIA.

Integrante à consulta pública é a solicitação de sensibilidades das comunidades e de outras Partes Interessadas e Afectadas (PI&A's) sobre os impactos potenciais do proposto projecto em suas vidas e meios de subsistência. O envolvimento das PI&A's é um direito consagrado na legislação nacional, nomeadamente no Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto nº 45/2004) e na Directiva Geral para a Participação Pública no Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Diploma Ministerial 130/2006).

A Directiva Geral para o Processo de Participação Pública no Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Diploma Ministerial 130/2006 de 19 de Julho) foi desenvolvida para padronizar os processos de participação pública. O Diploma Ministerial estabelece um processo de participação pública de cinco etapas que devem ser seguidas:

1. Identificação das partes interessadas;
2. Disseminação de informação;
3. Diálogo com as partes interessadas;
4. Assimilação de pontos de vista e preocupações; e
5. Retorno para os interessados

O objectivo principal da Consulta Pública é auscultar a sensibilidade das PI&A's sobre os assuntos chave que afectam ou poderão afectar o projecto em causa em cada fase do processo de AIA e garantir que as suas questões sejam registadas e consideradas pela equipa técnica de AIA, provendo-lhes a oportunidade de comentarem os resultados dos estudos. Permite ainda o estabelecimento de um canal de comunicação entre o público e o Consultor, bem como entre o público e os Proponentes, a ser usado ao longo do processo de AIA, de forma abrangente, aberta e transparente.

A CP foi realizada em cada uma das fases do processo de AIA:

- EPDA (Estudo de Pré-viabilidade e Definição do Âmbito); e
- Fases de Avaliação de Impactos.

A CP na fase de EPDA foi conduzida tendo em vista o cumprimento dos seguintes objectivos específicos:

- Fornecer informações gerais sobre os Proponentes e o Projecto proposto às PI&A's, potenciais impactos ambientais e as respectivas medidas de mitigação;
- Apresentar o rascunho do relatório de EPDA e os Termos de Referência (TdR) para o EIA;

- Divulgar o processo de AIA e o cronograma de actividades;
- Recolher questões e preocupações sobre o projecto por parte das PI&A's;
- Estabelecer/divulgar os canais de comunicação entre Consultor/Proponentes e o público;
- Criar uma oportunidade para as PI&A's comentarem e apresentarem propostas de questões chave que devem ser consideradas durante o EIA; e
- Harmonizar o EPDA e TdR de acordo com as sugestões relevantes feitas pelas PI&A's.

Na fase de EIA a CP realizada teve os seguintes objectivos:

- Fornecer informação actualizada sobre o projecto;
- Apresentar os resultados dos estudos especializados e o rascunho do Relatório de EIA: os impactos potenciais ambientais e socioeconómicos identificados e avaliados, e mitigação, gestão e monitoria das medidas propostas; e
- Dar às PI&A's a oportunidade de comentarem os resultados do EIA, nomeadamente a avaliação de impactos e identificação de medidas de mitigação, contribuindo para melhorar o seu conteúdo e consequentemente a sustentabilidade ambiental do projecto.

Durante a fase do EIA realizaram-se reuniões de grupos de foco com partes interessadas chave, com os seguintes objectivos:

- Fornecer informação sobre o desenvolvimento dos estudos técnicos e do projecto de forma a manter os principais sectores do governo central e provincial, incluindo os operadores turísticos, informados sobre o desenvolvimento dos estudos técnicos (Estudo de Impacto Ambiental e estudos de reassentamento) que estavam sendo e/ou que iriam ser efectuados.
- Nessas reuniões, consultores da Equipe de EIA e Proponentes estiveram presentes para prestar esse breve relatório e responder às questões que lhes foram colocadas.

A presente secção descreve a metodologia utilizada para a preparação das actividades de PP realizadas nas fases de EPDA e EIA, incluindo as reuniões de consulta pública legisladas, bem como outras reuniões realizadas com grupos de foco e reuniões comunitárias.

Cópias de todos os documentos relevantes tais como a lista de referência das PI&A's, modelos das cartas-convite, os anúncios publicados, as actas e as matrizes de questões e respostas (MQRs), as listas de registo dos participantes e os comentários escritos recebidos das PI&A's podem ser encontrados nos Anexos A - F deste relatório.

Como Metodologia, foram tidos em conta cinco passos durante o processo de participação pública de forma a alcançar os objectivos estabelecidos na Secção 2 acima, conforme se segue:

- Identificação das Partes Interessadas e Afectadas (PI&A's)
- Disseminação de Informação e Envolvimento das PI&A's
- Realização de Reuniões de Consulta Pública
- Recolha e Registo de Contribuições das PI&A's
- Elaboração do Relatório do Processo de PP

Estes passos são mais detalhados abaixo.

3.1

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

Uma lista preliminar de PI&A's foi desenvolvida nas fases iniciais do projecto com base em projectos similares ou anteriores realizados na área (por exemplo o EIA para actividades de pesquisa em terra firme para a AMA1 e os EIAs para as actividades de pesquisa em alto mar realizadas para a AMA1 e eni). A chave para um processo de participação pública eficaz é o envolvimento das partes interessadas de todos os níveis, particularmente aqueles susceptíveis de serem afectados a nível local, isto é, Distrito de Palma e comunidades locais dentro da área afectada (Península de Afungi). Dada a natureza e dimensão do projecto, tomou-se a decisão de envolver partes interessadas a nível provincial, bem como a nível nacional, isto é, de Pemba e Maputo, respectivamente.

Tabela 3.1 Partes Interessadas e Afectadas identificadas

NÍVEL	Partes Interessadas e Afectadas (PI&A's)
	MAPUTO
	Instituições Governamentais (Ministérios, Direcções Nacionais, Instituições Governamentais, etc.)
NACIONAL	Organizações Não-Governamentais ambientais e de desenvolvimento
	Instituições de ensino e pesquisa
	Órgãos de comunicação social
	Sociedade civil
	CABO DELGADO
	Governo Provincial
	Autoridades governamentais dos sectores de Ambiente, Recursos Minerais e Energia, Pescas, Turismo, Obras Públicas e Habitação, Agricultura, Trabalho, etc
PROVINCIAL	ONG's locais e internacionais activas na área do ambiente
	ONG's com intervenção no local de execução do projecto
	Operadores turísticos existentes nos locais de influência e de execução do projecto
	Instituições de ensino e pesquisa
	Órgãos de comunicação social
	Sociedade civil
	PALMA
	Governo Distrital
DISTRITAL	Conselho Local do Posto Administrativo de Palma
	Proprietários de concessões na área do projecto
	Sociedade civil
	PALMA / PENÍNSULA DE AFUNGI
COMUNITÁRIO	Aldeias abrangidas pelo projecto: Maganja, Nfunzi, Kibunji, Mpaia, Nsemo, Quitupo, Milamba 1, Milamba 2, Barabarane, Simo, Senga, Macala, Mangala, Patacua e Quitunda

A lista preliminar de PI&A's foi actualizada como um documento vivo durante todo o processo de AIA. Como por exemplo, os anúncios de jornal e rádio serviram para informar o público sobre o projecto (e vários rascunhos de relatórios disponíveis para comentário do público), solicitando-lhes para se registarem como PI&A's, caso desejassem participar do processo de AIA. As PI&A's que responderam a tais anúncios foram incluídas na base de dados do projecto. Foram igualmente adicionados à base de dados, PI&As identificados pelos Proponentes do Projecto.

A lista exaustiva das PI&A's deste projecto faz parte de um dos anexos deste relatório (Anexo A).

3.2 DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PI&A'S

3.2.1 Divulgação dos Documentos

Documentos Informativos

Os documentos divulgados para as consultas públicas foram os rascunhos dos relatórios do EPDA e do EIA, e os respectivos Resumos Não Técnicos (RNT's). Todos os documentos foram distribuídos quinze dias antes da realização das

reuniões de consulta pública, juntamente com as cartas-convite (de acordo com o Regulamento). Foram igualmente disponibilizadas cópias adicionais dos RNT's nas reuniões de consulta pública.

Para as reuniões comunitárias, na fase de EIA, o RNT foi simplificado e traduzido para a principal língua local (Kimwani), perceptível pela maioria das pessoas. O mesmo foi distribuído em Português e Kimwani. Adicionalmente, exemplares do RNT, em ambas as línguas, foram colocados na Administração do Distrito e entregues a pessoas-chave da comunidade, como os Chefes dos Nkutanos (Jornal do Povo) e líderes locais, para consulta pelas pessoas que não tenham recebido um exemplar. Por fim, o anúncio afixado nos Nkutanos, incluía um número de telefone que as pessoas podiam utilizar para solicitar consultar o relatório rascunho do EIA e o RNT.

Para além de fornecerem informação sobre os Proponentes, o projecto proposto, objectivos da Consulta Pública, o processo de AIA, os principais potenciais impactos ambientais do projecto identificados e as medidas para a sua mitigação, gestão ambiental e social do projecto, a Equipa do EIA pretendeu com esses documentos criar um mecanismo de recolha de questões, comentários e sugestões relacionadas com o processo de AIA, motivando as PI&A's a participarem no processo.

Consulta do Relatório de EPDA e EIA

Tabela 3.2 *Locais para a consulta do relatório pelo public*

INSTITUIÇÃO	
MAPUTO	DNAIA - Direcção Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental
	INP - Instituto Nacional do Petróleo
	Escritório da IMPACTO
	Escritório da AMA1
PEMBA	DPCA - Direcção Provincial para Coordenação da Acção Ambiental
	DIPREME - Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia / Delegação do INP
	Escritório da AMA1
PALMA	Administração do Distrito de Palma
	No acampamento da AMA1

As versões electrónicas em Português e Inglês do relatório de EPDA estiveram igualmente disponíveis para consulta pelas partes interessadas na Internet, no portal da IMPACTO: <http://www.impacto.co.mz>.

As versões electrónicas do relatório de EIA estiveram disponíveis nos seguintes portais:

- Em Português: <http://www.impacto.co.mz/relatorios.html>
- Em Inglês: <http://www.erm.com/EIA-LNG-Rovuma-Basin>

3.2.2

Modalidades de Divulgação

As oportunidades de envolvimento das PI&A's, a divulgação dos documentos informativos, o convite para acompanharem todo o processo de AIA e o convite para participarem nas reuniões públicas foram divulgados através dos seguintes meios:

Anúncios no Jornal e Rádio

Nas fases de EPDA e EIA foram publicados anúncios nos Jornais e Rádio de maior abrangência nacional e provincial, nomeadamente, Jornais Notícias, Diário de Moçambique e Rádio Moçambique, na emissora provincial de Cabo Delgado, nas datas indicadas na tabela abaixo.

Tabela 3.3 *Anúncios publicados*

Fase	Meio de comunicação	Data
EPDA	Jornais Notícias e Diário de Moçambique	12-09-2011 & 23-09-2011
	Rádio Moçambique (Cabo Delgado)	12-09-2011 & 23-09-2011
	Jornal Notícias	27-08-2013 & 06-09-2013
	Rádio Moçambique (Cabo Delgado)	27-08-2013 & 10-09-2013
EIA	Jornal Notícias	02-10-2013
	Nkutanos (Jornal do povo)	A partir de 02-10-2013 até o dia das reuniões
	Jornal Notícias	08-10-2013 & 11-10-2013
	Rádio Moçambique (Maputo e Cabo Delgado)	08-10-2013 & 11-10-2013

Os anúncios publicados no jornal e rádio tinham como objectivo divulgar informação sobre o processo de AIA, convidar as pessoas a se inscreverem como partes interessadas do projecto (como PI&A), informar as PI&A's sobre as datas das reuniões, horas e locais, divulgar informação sobre os locais de consulta dos documentos antes das reuniões. O primeiro anúncio é normalmente publicado 15 dias antes da reunião de consulta pública ser convocada (de acordo com o regulamento). Os anúncios seguintes visavam, tal como descrito na tabela acima, recordar às PI&A's das próximas reuniões.

Após as reuniões de consulta pública na fase de EIA, para permitir que as PI&A's tivessem mais tempo para ler o relatório de EIA, o prazo de envio de comentários foi prolongado por mais trinta dias. Deste modo, foram publicados anúncios sobre a extensão do prazo nos jornais Notícias e Diário de Moçambique e na Rádio, Rádio Moçambique, nas emissoras nacional (Maputo) e provincial (Cabo Delgado).

Na fase de EIA, a divulgação da realização das reuniões comunitárias foi feita através da publicação de um anúncio no Jornal Notícias, no dia 02/10/13 e

divulgação na Internet (portal: <http://www.impacto.co.mz>). O mesmo foi traduzido para a língua local (Kimwani) e afixado nos Nkutanos, jornais do povo existentes nas comunidades locais. Adicionalmente, uma equipa de Oficiais de Ligação com as Comunidades (CLO's) do Projecto, efectuou campanhas de informação e sensibilização das comunidades, de forma a estender a informação a um maior número possível de pessoas.

Os comprovativos de publicação dos anúncios são apresentados no Anexo B deste relatório.

Cartas-convite Dirigidas

Distribuição de Cartas-convite personalizadas a todas as PI&A's registadas na base de dados do projecto, por correio, e-mail e fax. As confirmações de participação foram feitas através de contactos telefónicos (ver modelos no Anexo C).

Para a reunião a nível distrital foi enviada uma carta-convite endereçada ao Administrador, e os restantes participantes (membros do Governo do Distrito residentes na sede e os membros do Conselho Local do Posto Administrativo de Palma) foram convocados através da própria Administração. De modo a assegurar uma ampla divulgação deste Projecto, o Administrador foi convidado a alargar os convites de modo a incluir entidades relevantes de acordo com o seu próprio critério, bem como outras partes interessadas.

Todas as cartas-convite foram acompanhadas do Documento Informativo (RNT do EPDA e do EIA).

3.3

REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

O processo de PP abrange todas as fases do processo de AIA. Cria um fórum de discussão e de negociação entre as partes envolvidas no processo de desenvolvimento, possibilita a discussão e análise imparcial dos impactos que uma actividade pode causar, onde se equacionam em conjunto as questões de índole ambiental, económica e social, auxiliando a se alcançar o desenvolvimento sustentável na AIA.

O envolvimento das partes interessadas, incluindo a comunicação com a comunidade local, é uma parte crítica do processo de AIA, pelo que foram realizadas reuniões em etapas chave do processo para assegurar que as preocupações e os comentários das partes interessadas fossem abordados na AIA. Foram realizadas reuniões com as partes interessadas durante a fase de EPDA e EIA, bem como reuniões de grupos focais no início da fase de avaliação de impacto e reuniões comunitárias no final dessa fase.

Mais detalhes sobre as reuniões de consulta pública são providenciados na Secção 4.

A tabela abaixo indica todas as reuniões de consulta pública realizadas a nível central, provincial, distrital e comunitário, durante as fases de EPDA e EIA do projecto.

Tabela 4.1 *Reuniões de consulta pública realizadas*

FASE	TIPO DE REUNIÃO	NÍVEL	DATA	LOCAL
EPDA	Reunião com Conselho Consultivo Distrital	Distrital	27-09-2011	Palma
	Reunião pública aberta	Provincial	28-09-2011	Pemba
	Reunião pública aberta	Central	30-09-2011	Maputo
	Reunião com Grupo Focal (Governo Provincial)	Provincial	30-01-2012	Pemba
EIA	Reunião com Grupo Focal (Operadores Turísticos)	Provincial	30-01-2012	Pemba
	Reunião com Grupo Focal (Governo Central)	Central	01-02-2012	Maputo
	Reunião pública aberta	Central	09-09-2013	Maputo
	Reunião com Grupo Focal (Turismo e Pescas)	Provincial	10-09-2013	Pemba
	Reunião com Conselho Consultivo Distrital	Distrital	11-09-2013	Palma
	Reunião pública aberta	Provincial	12-09-2013	Pemba
	Reunião pública aberta	Comunitário	17-10-2013	Distrito de Palma - Sede da Aldeia de Maganja (incluindo Aldeias de Nfunzi, Kibunji, Mpaia e Nsemo)
	Reunião pública aberta	Comunitário	17-10-2013	Distrito de Palma - Sede da Aldeia de Quitupo (incluindo Aldeias de Milamba 1, Milamba 2, Barabarane e Simo)
	Reunião pública aberta	Comunitário	18-10-2013	Distrito de Palma - Sede da Aldeia de Senga (incluindo Aldeias de Macala, Mangala, Patacua e Quitunda)

Foram realizadas um total de 13 reuniões como parte do processo de participação pública no Distrito de Palma e nas Cidades de Maputo e Pemba.

As reuniões de consulta pública foram facilitadas pela IMPACTO. A equipa de consulta pública era constituída pela Equipa do EIA (ERM e IMPACTO) e pelos Proponentes (AMA1 e eni). No início de cada reunião foi feito o registo dos participantes (as listas podem ser encontradas no Anexo D).

A tabela 4.2 mostra o nível de participação das PI&A's e suas intervenções nas reuniões.

Tabela 4.2 *Participantes por local de reunião e número de intervenções*

Fase	Tipo de Reunião	Local	Nº de Participantes	Nº de Intervenções
EPDA	Reunião com Conselho Consultivo Distrital	Palma	36	13
	Reunião pública aberta	Pemba	44	40
	Reunião pública aberta	Maputo	61	15
	Reunião com Grupo Focal (Governo Provincial)	Pemba	25	14
EIA	Reunião com Grupo Focal (Operadores Turísticos)	Pemba	8	13
	Reunião com Grupo Focal (Governo Central)	Maputo	21	15
	Reunião pública aberta	Maputo	85	36
	Reunião com Grupo Focal (Turismo e Pescas)	Pemba	6	13
	Reunião com Conselho Consultivo Distrital	Palma	85	26
	Reunião pública aberta	Pemba	64	31
	Reunião pública aberta	Distrito de Palma - Sede da Aldeia de Maganja	Representantes das comunidades e população local (ver fotografias na secção 4.4 abaixo)	13
	Reunião pública aberta	Distrito de Palma - Sede da Aldeia de Quitupo	Idem	25
	Reunião pública aberta	Distrito de Palma - Sede da Aldeia de Senga	Idem	16

Tanto na fase de EPDA como de EIA, as reuniões a nível central e provincial foram conduzidas tanto em Português como em Inglês, por meio de tradução simultânea de Português para Inglês e vice-versa, excepto as reuniões com grupos focais que foram conduzidas apenas em Português. Nas reuniões a nível distrital, houve tradução para a língua local (Kimwani), de modo a que os participantes pudessem compreender a informação que estava a ser transmitida, participar activamente e serem capazes de transmitir essa informação aos restantes membros das comunidades.

Para cada uma das reuniões foram preparadas apresentações em PowerPoint, tanto pela Equipa do EIA como pelos Proponentes. As apresentações foram preparadas tendo em conta os participantes de cada reunião e a informação que deveria necessariamente ser disseminada. Por exemplo, para as reuniões a nível distrital e comunitário, as apresentações foram feitas de forma

simplificada e clara, usando linguagem não técnica e, onde possível, ilustrações para facilitar a compreensão da audiência.

A nível comunitário, a apresentação foi feita apenas através do uso de posters. Além disso, os resumos não técnicos (RNT's) do rascunho do relatório de EIA do projecto foram disponibilizados em todas as reuniões públicas na fase de EIA.

De forma geral, em cada uma das reuniões, os Proponentes apresentaram a empresa e a descrição do projecto. Depois, a Equipa do EIA apresentou os resultados do EIA (isto é, os resumos dos relatórios rascunhos do EPDA e do EIA), incluindo o processo de participação pública (descrito na secção 2). Isto é sumariado na *Tabela 4.3*:

Tabela 4.3 *Apresentações feitas nas fases de EPDA e EIA*

Fase	Informação apresentada pelos Proponentes:	Informação apresentada pela Equipa de EIA:
EPDA	<i>Reuniões de apresentação do Rascunho do Relatório de EPDA</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades da AMA1 pelo mundo e Moçambique • O sucesso das actividades de pesquisa em alto mar, na Área 1 • Principais elementos do projecto proposto e os desafios para a localização da rota do gasoduto • Exemplos de fábricas de GNL • Prazos previstos para a operação da fábrica 	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios e diferentes etapas do processo de selecção do local do projecto • Potenciais impactos biofísicos e socioeconómicos esperados nas fases de construção e operação do projecto • Estudos especializados a realizar na fase do EIA • Conclusões do EPDA
EIS	<i>Reuniões de informação com Grupos de Foco</i>	
		<ul style="list-style-type: none"> • Ponto de situação do Relatório de EIA • Informação sobre o projecto • Estudos especializados em curso • Actividades realizadas no âmbito do processo de AIA em 2012 • Processo de Reassentamento
EIS	<i>Reuniões de apresentação do Rascunho do Relatório de EIA</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Localização das actividades em curso • Descoberta de gás em alto mar • Selecção do local para a Fábrica de GNL • Visão geral do processo de Desenvolvimento do projecto • Inclusão de parceiros • Esboço das instalações • Proposta de Plano de Desenvolvimento – alto mar; em terra; e próximo da costa • Cronograma de actividades • Princípios fundamentais do projecto 	<ul style="list-style-type: none"> • Área de estudo • Avaliação dos impactos ambientais e socioeconómicos, eventos não planificados e impactos cumulativos – classificação da significância • Sumário dos principais impactos ambientais em alto mar, próximo da costa e em terra e a sua mitigação • Sumário dos impactos socioeconómicos e mitigação • Sumário dos impactos cumulativos e mitigação • Sumário de eventos não planificados e mitigação • Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)

Nas reuniões a nível distrital o respectivo Administrador foi convidado a fazer a abertura e o encerramento oficial.

Reuniões de preparação foram realizadas antes de cada ronda de reuniões com a presença da Equipe do EIA e dos Proponentes. Previamente ao encontro foi igualmente realizado um trabalho preparatório com os tradutores locais de forma a familiarizá-los com a mensagem e termos técnicos que foram utilizados durante as reuniões.

Após as apresentações, seguiram-se as sessões de questões e respostas para dar oportunidade a todos os participantes de colocarem as suas perguntas ou preocupações à Equipa de EIA ou aos Proponentes e/ou partilhar informação. Foram feitas actas resumidas das reuniões e todas as questões levantadas, bem como as respectivas respostas, fornecidas tanto pela Equipa do EIA como pelos Proponentes, foram registadas em tabelas denominadas de Matriz de Questões e Respostas (MQR). Todas as matrizes estão incluídas no Anexo E deste relatório.

Antes da finalização das reuniões, o facilitador da reunião indicou as páginas da internet onde se podia ter acesso aos relatórios. Foram igualmente fornecidas as datas e detalhes de contacto para o envio de comentários aos relatórios. Todos os comentários escritos recebidos antes ou após as reuniões de consulta pública por parte das PI&A's estão incluídos no Anexo F.

Detalhes e fotografias de cada uma das reuniões realizadas durante as fases de EPDA e EIA são apresentados abaixo.

4.1 FASE DE EPDA - REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

4.1.1 Reunião com Conselho Consultivo Distrital, Palma

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
27-09-11	09:00 - 12:00	Clube de Palma	36	13
Grupo de Participantes				
Governo Distrital				
Membros do Conselho Consultivo Local do Posto Administrativo de Palma				

Figura 4.1 Evidência Fotográfica da Reunião de Palma



4.1.2 Reunião Pública Aberta, Pemba

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
28-09-11	09:00 - 12:00	Pemba Beach Hotel	44	40
Grupo de Participantes				
Governo Provincial				
Delegações de instituições governamentais				
Grupos ambientais locais, ONG's locais e internacionais				
Instituições de ensino e pesquisa				
Operadores turísticos				
Órgãos de comunicação social				

Figure 4.2 Evidência Fotográfica da Reunião de Pemba



4.1.3 Reunião Pública Aberta, Maputo

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
30-09-11	09:00 - 12:00	Hotel Girassol	61	15
Grupo de Participantes				
Governo Central				
Instituições governamentais				
ONG's ambientais e de desenvolvimento				
Instituições de ensino e pesquisa				
Órgãos de comunicação social				

Figure 4.3 Evidência Fotográfica da Reunião de Maputo



4.2 FASE DO EIA - REUNIÕES COM GRUPOS DE FOCO

4.2.1 Reunião com Grupos de Foco - Governo Provincial de Cabo Delgado

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
30-01-12	08:30 - 11:30	Sala de Reuniões da DPOPH	25	14
Grupo de Participantes				
Governo Provincial				

Figure 4.4 Evidência Fotográfica da Reunião com Grupos de Foco - Governo Provincial de Cabo Delgado



4.2.2 Reunião com Grupos de Foco - Operadores Turísticos de Cabo Delgado

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
30-01-12	08:30 - 11:30	Pemba Beach Hotel	8	13
Grupo de Participantes				
Operadores turísticos				

Figure 4.5 *Evidência Fotográfica da Reunião com Grupos de Foco - Operadores Turísticos de Cabo Delgado*



4.2.3 *Reunião com Grupos de Foco - Governo Central*

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
01-02-12	09:00 - 12:00	Hotel Girassol	21	15
<i>Grupo de Participantes</i>				
Governo Central				

Figure 4.6 *Evidência Fotográfica da Reunião com Grupos de Foco - Governo Central*



4.3 FASE DE EIA - REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

4.3.1 Reunião Pública Aberta, Maputo

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
09-09-13	09:00 - 12:00	Hotel VIP Maputo	85	36
Grupo de Participantes				
Governo Nacional – Ministérios e Direcções Nacionais				
Instituições governamentais				
ONG's ambientais e de desenvolvimento				
Instituições de ensino e pesquisa				
Órgãos de comunicação social				
Empresas privadas				
Sociedade civil				

Figure 4.7 Evidência Fotográfica da Reunião de Maputo



4.3.2 Reunião com Grupos de Foco – Turismo e Pesca

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
10-09-13	11:00 - 12:30	Hotel Kauri	6	13
Grupo de Participantes				
Governo Provincial – Pescas				
Operadores turísticos				

Figure 4.8 Evidência Fotográfica da Reunião com Grupos de Foco – Turismo e Pesca



4.3.3

Reunião com Conselho Consultivo Distrital, Palma

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
11-09-13	09:00 - 12:00	Clube de Palma	85	26
Grupo de Participantes				
Governo Distrital				
Membros do Conselho Consultivo Local do Posto Administrativo de Palma				
Grupos ambientais locais e ONG's ambientais e de desenvolvimento				
Órgãos de comunicação social				
Empresas privadas				

Figure 4.9

Evidência Fotográfica da Reunião de Palma



4.3.4

Reunião Pública Aberta, Pemba

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
12-09-13	09:00 - 12:00	Pemba Beach Hotel	64	31
Grupo de Participantes				
Governo Provincial				
Delegações das instituições governamentais				
Associações e Grupos ambientais locais				
ONG's ambientais e de desenvolvimento locais e internacionais				
Instituições de ensino e pesquisa				
Órgãos de comunicação social				
Empresas privadas				
Sociedade civil				

Figure 4.10 *Evidência Fotográfica da Reunião em Pemba*



4.4

FASE DE EIA - REUNIÕES COMUNITÁRIAS NA PENÍNSULA DE AFUNGI

4.4.1

Reunião Pública Aberta - Aldeias de Maganja, Nfunzi, Kibunji, Mpaia e Nsemo

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
16-10-13	09:00 - 12:00	Sede da Aldeia de Maganja	Representantes das comunidades e população local (ver fotografias abaixo)	13
Grupo de Participantes				
Aldeias de Maganja, Nfunzi, Kibunji, Mpaia e Nsemo				

Figure 4.11 *Evidência Fotográfica da Reunião Comunitária em Maganja*



4.4.2 *Reunião Pública Aberta - Aldeias de Quitupo, Milamba 1, Milamba 2, Barabarane e Simo*

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
17-10-13	09:00 - 12:00	Sede da Aldeia de Quitupo	Representantes das comunidades e população local (ver fotografias abaixo)	25
<i>Grupo de Participantes</i>				
Aldeias de Quitupo e Milamba				

Figure 4.12 Evidência Fotográfica da Reunião Comunitária em Quitupo



4.4.3 Reunião Pública Aberta - Aldeias de Senga, Macala, Mangala, Patacua e Quitunda

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>	<i>Nr. de Participantes</i>	<i>Nr. de Intervenções</i>
17-10-13	09:00 - 12:00	Sede da Aldeia de Senga	Representantes das comunidades e população local (ver fotografias abaixo)	16
<i>Grupo de Participantes</i>				
Aldeias de Senga, Macala, Mangala e Patacua				

Figure 4.13 Evidência Fotográfica da Reunião Comunitária em Senga



REGISTO DAS QUESTÕES DISCUTIDAS NAS REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

As oportunidades para as PI&A's fornecerem questões, comentários e sugestões foram providenciadas ao longo do processo de AIA. Em particular, a solicitação foi feita pela Equipe de EIA nas seguintes fases:

- Distribuição de documentos informativos (RNT's dos relatórios do EPDA e do EIA);
- Disponibilidade dos rascunhos dos relatórios de EPDA e EIA;
- Reuniões de Consulta Pública realizadas a nível central, provincial, distrital e comunitário (Maputo, Pemba e Palma) – verbalmente ou através de comentários escritos e folhas de registo de comentários distribuídos durante as reuniões; e
- Ao longo dos períodos de consulta pública – oportunidades de fazer comentários directamente para o 'Gabinete de Consulta Pública' no Escritório da IMPACTO em Maputo.

O registo das questões, contribuições ou comentários das PI&A's ao longo das reuniões de consulta e do período de consulta, bem como as respectivas respostas fornecidas pela Equipa de EIA e pelos Proponentes, foram registados nas MQR's.

5.1

MATRIZES DE QUESTÕES E RESPOSTAS (MQR'S)

Cada uma das questões, sugestões, críticas, preocupações, comentários e pedidos de esclarecimento / informações apresentados pelos participantes nas reuniões de consulta pública, e as respectivas respostas fornecidas pela Equipa de EIA e pelos Proponentes, foram integrados em MQR's.

A MQR para cada reunião pode ser encontrada no Anexo E. As Matrizes não apresentam uma transcrição das Questões e Respostas levantadas, mas sim um resumo das questões colocadas e as respectivas respostas fornecidas. Após as reuniões, onde a Equipa de EIA sentiu que as respostas poderiam ser melhoradas ou fornecidos mais detalhes, foi feito com o objectivo de os tornar mais esclarecedores.

Ao nível mais alto, as questões chave levantadas pelas PI&A's referem-se a:

- Deslocação (física e económica).
- A aquisição de terras (processo seguido e comunicação).
- A criação de emprego formação para as comunidades locais.
- Benefícios económicos e desenvolvimento comunitário.

- Impactos sobre os meios de subsistência (turismo, pesca e agricultura).
- Impactos sobre a biodiversidade e ecossistemas (marinho e terrestre).
- Impactos na saúde e segurança.
- A implementação de medidas de mitigação e gestão (eficácia de mitigação ou capacidade das autoridades para monitorar).

5.2

COMENTÁRIOS RECEBIDOS

Comentários escritos foram obtidos a partir da distribuição de Fichas de Registo de Comentários para o registo de comentários, distribuído durante as reuniões de consulta pública. Alguns foram entregues pelos participantes no final das reuniões e outros enviados ao Gabinete de Consulta Pública, localizado na IMPACTO, por via de fax e/ou e-mail. Tanto as Fichas de Registo de Comentários como os comentários enviados ao Gabinete de Consulta Pública podem ser consultados no Anexo F.

Todos os comentários enviados ao Gabinete de Consulta Pública foram incluídos nas MQR's no Anexo F. Estas foram analisadas e respondidas pela Equipa de EIA, com o apoio dos Proponentes, quando necessário. Todas as questões consideradas pertinentes e relevantes para o EPDA e EIA foram endereçadas e os relatórios foram actualizados.

O período para comentários pelo público ou o período alocado para a recepção de questões e comentários foi de 30 dias. Este período iniciou quinze dias antes da realização das reuniões, com a divulgação dos anúncios (com os locais para a consulta dos relatórios) e com a distribuição das cartas-convite (juntamente com os RNT's). Após as reuniões, foram alocados 15 dias para permitir que as pessoas submetessem mais comentários.

O rascunho do relatório de EIA do projecto foi originalmente disponibilizado para consulta entre 23 de Agosto a 27 de Setembro de 2013. À pedido do MICOA (na sequência do pedido das ONG's), o período de comentários foi alargado por cerca de um mês, para 31 de Outubro de 2013, providenciando às PI&A's tempo adicional para efectivamente rever o rascunho do relatório de EIA dado o tamanho e a complexidade dos documentos.

**ANEXOS DO RELATÓRIO DE
PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**

FASE DE EPDA E EIA

ANEXO A

LISTAS DE REFERÊNCIA DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS DO PROJECTO

AMA1 - PROJECTO DE GNL NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

TABELA: LISTA DE PI&A'S DE MAPUTO - CIDADE E PROVÍNCIA DE MAPUTO

Grupo de PI&A's	Companhia / Instituição	Nome	Posição	Endereço	Telefone	Fax	Telemóvel	E-Mail
Ministérios	GOVERNO CENTRAL							
	Ministério dos Recursos Minerais	Esperança Bias	Ministra	Av. Fernão de Magalhães, 34, 1º Andar	21314843	21320620	823125030	
		Mário Marques	Assessor				821530580	mario.marques@mirem.gov.mz
	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental	Alcinda Abreu	Ministra	Rua de Kassuende, 167	21492403	21496108	823063020	reinaldo.mendiate@micoa.gov.mz
	Ministério das Pescas	Víctor Borges	Ministro	Rua Marquês de Pombal, 285	21357100	21325087	823074150	daf@mozpescas.gov.mz
	Ministério do Turismo	Carvalho Muária	Ministro	Av. 25 de Setembro, 1018	21306210	21306212		
	Ministério da Indústria e Comércio	Armando Inrouga	Minister	Praça 25 Junho, 300, 8º	21352600	21352669		info@mic.gov.mz
		Carlos	AMA 1 SC member					
	Ministério da Agricultura	José Pacheco	Ministro	Praça dos Heróis Moçambicanos	21460011/6	21460055		
	Ministério da Planificação e Desenvolvimento	Aiuba Cuereneia	Minister	Av. Ahmed S. Touré, 21	21495477	21495477	823024993	mpdinf@mpd.gov.mz
		Jonas Tembe	AMA 1 SC member					jtembe@mpd.gov.mz
	Ministério dos Transportes e Comunicações	Paulo Zucula	Ministro	Av. Mártires de Inhaminga, 336	21430152		823106140	
		Ambrósio Siteo	Director				828600470	ambrosioadolfo@yahoo.com.br, f.gemo@yahoo.com.br
	Ministério do Trabalho	Helena Taipo	Ministro	Av. 24 de Julho, 2351	21428301	21421881		
Alcino Dias		Assessor	Av. 24 de Julho, 2341, 1º			828832460	alcindias@yahoo.com.br	
Ministério da Energia	Salvador Namburete	Minister	Av. 25 de Setembro, 1218, 3º	21303265	21313971			

		Jorgina Manhengane	Advisor for Fuel Area (AMA 1 SC Member), Assessora do Ministro				82 3275350	jfm@me.gov.mz, jorginam@yahoo.com,
Ministério das Obras Públicas e Habitação		Cadmiel Muthemba	Ministro	Av. Karl Marx, 606	21430028	21421369		
		Calado Ouana	Director of Planning (AMA 1 SC member)				82 3115750	couana@ane.gove.mz
Ministério das Finanças		Manuel Chang	Ministro	Praça da Marinha Popular	21315000	21306261		
		Roberto Hamilton de Sousa	AMA 1 SC member					
Ministério da Educação		Augusto Luís	Ministro	Av. 24 de Julho, 167	21492006	21492196		
Direcções Nacionais	Governo da Província de Maputo	Maria Elias Jonas	Governadora	Praça do Município, 152, Matola	21720440	21720440		maria.jonas@maputo.gov.mz
	Conselho Municipal da Cidade de Maputo	David Simango	Presidente	Praça dos Trabalhadores				
	Direcção Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental	Rosa Cesaltina Benedito	Directora	Av. Acordos de Lusaka, 2115	21466245	21466245	827505955	cesaltin@gmail.com, igasheva@km.ru, ronaife@yahoo.com.br
		Josefa Jussar	Chefe de Departamento de LA (AMA 1 SC member)	Av. Acordos de Lusaka, 2115			82 4304070	josefajussar200@yahoo.com.br, magaya9@yahoo.com.br, frosana@gmail.com
	Direcção Nacional de Gestão Ambiental	Anselmina Liphola / Sidónio Contage	Directora / Técnico	Av. Acordos de Lusaka, 2115	21465622	21465847		mualymz@yahoo.com.br, sidocontage2008@yahoo.com.br, almeidaalmeid@yahoo.com.br
	Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial	Isabel Senda, Inês Santos	Directora / Técnica	Av. Acordos de Lusaka, 2115	21485275	21469210		floramole2002@yahoo.com, lintfe@hotmail.com
	Projecto de Gestão de Biodiversidade Marinha e Costeira			Av. Acordos de Lusaka, 2115	21465626			
	Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável	Jacinta Carlos	Secretaria Executiva	Av. Acordos de Lusaka, 2115	21466971			
	Direcção Nacional de Áreas de Conservação (Mitur)	Francisco Pariela		Av. 25 de Setembro, 1018, r/c	21303650	21303633	827493500	

	Oraca Elias Guambe	AMA 1 SC member						
Direcção Nacional de Planificação e Cooperação (Mitur)			Av. 25 de Setembro, 1018,1º	21303624				
Direcção Nacional do Comércio								
Direcção Nacional da Indústria	Eriksson Duarte	Técnico	Av. Josina Machel, 57, 1º / Av. 25 de Setembro, 1502	21327892		822923740	erikssonduarte@gmail.com	
Direcção Nacional do Ensino Técnico e Vocação Profissional	Gilberto Antero Botas	Director/AM A 1 SC member	Av. 24 de Julho, 167, 7º andar	21490192		82 3150980	gilberto.botas@mined.gov.mz, luis.tembe@mec.gov.mz	
Direcção Nacional de Serviços Agrários			Praça dos Heróis Moçambicanos	21460195				
Direcção Nacional de Terras e Florestas			Av. Josina Machel, 537	21302555	21321804	823163980	dinatef@yahoo.com	
Direcção Nacional de Transportes de Superfície	Pedro Miguel Paulino- Director		Av. Mártires de Inhaminga, 336, 4º, no M. Trans. Comun.	21305832	21305832	821398510	filipemuejo@yahoo.com.br	
Direcção Nacional de Cooperação e Estudos - Min Trabalho	Eduardo Naftal Chimela	Director				82 33 76 420	edwardochimela@yahoo.com	
Direcção Nacional do Turismo	Jorge Guambe / Eduardo Zuber		Av. 25 de Setembro, 1503, 3º	21313759	21313758		turismo@mitur.gov.mz, edrzuber@gmail.com, gilbertohunguana@yahoo.com.br	
Administração Nacional de Pescas	Armando Cumbane		Rua Consiglieri Pedroso, 347, 1º/5º	21431266	21320335	822526970	ajocu@hotmail.com	
Direcção Nacional de Combustíveis	Pilona Chongo	Directora Nacional Adjunta	Av. 25 de Setembro			825144905	pilona.chongo@yahoo.com.br	
Direcção Nacional de Geologia	Armando Manjate	Técnico de Geologia	Praça 25 Junho, 380	21312082	21429216		dngeologia@teledata.mz	
Direcção Nacional de Minas	Ercília Balengo	Técnica Ambiental	Praça 25 Junho, 380	21320024	21427121		balango75@yahoo.com.br	
Instituições Governamentais	Instituições de Tutela e Subordinadas							
	Instituto Nacional de Petróleo	Isabel Chuvambe, Imelda Marques	Administradora (1)	Av. Fernão de Magalhães, 34, 1º Andar	21308906, 21320935			isabel.chuvambe@inp.gov.mz, nataliacamba@inp.gov.mz, imelda.marques@gmail.com
		Arsenio Mabote	Chairman				82 30 08 210	arsenio.mabote@inp.gov.mz

Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	Suraia Imussa	HSE Manager	25 de Setembro			824308420	suraia-imussa@enh.co.mz
Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE)	Arménio Silva, Leonor Machiana	Técnica	Av. da Marginal, 141/8 / Rua Tenente General Osvaldo Tazama	21490807	21498812	825365557	idppe@idppe.org, mamatyigon@gmail.com
Instituto Nacional de Investigação Pequena (IIP)	Ana Paula Santana Afonso / Emídio André / Manuel Taque	Directora / Técnico	Av. Mao T Tung, 389	21490307	21492112	824922690	erandre01@hotmail.com, M.Taque@hotmail.com
Administração Marítima de Maputo (ADMAR)	Álvaro Cabral	Administrador Marítimo Adjunto	Rua Marques Pombal, 295	21328502		824380770	
Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação (INAHINA)							
Instituto Nacional do Mar e Fronteiras (IMAF)	Miguel Alberto Chissano		Av. Ahmed S. Touré, 61, 6º	21485704	21485707	823116030	marfront@tropical.co.mz
Instituto Nacional da Marinha (INAMAR)	António Ângelo Jopela; Domingos Gomes	Director de Serviços (2)	Rua Marques Pombal, 279	21301963	21324007	823011480	inamar@zebra.uem.mz
Instituto Nacional de Meteorologia (INAM)	Árabe Arcanjo		Rua Mukumbura, 164	21490064	21491150		mozmet@inam.gov.mz
Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES)	Issufo Ivo	Técnico	Av. Emílio Daússe, 82, 1º andar	21328468	21328470		issufojuma2003@yahoo.com.br
Fundo de Energia (FUNAE)	Miquelina Menezes, Nélsia Manhique	PCA, Técnica Ambiental	Rua da Imprensa, Pr.33 andares, 256, 6º	21304717	21309228	82216550	funae@funae.co.mz, fenergia@zebra.uem.mz, nelsiamanhique@funae.co.mz
Centro de Promoção de Investimentos (CPI)	Dique Bacar, Belarmina Capitine	Analista de Projectos / Coordenadora do SDN	Rua da Imprensa, Prédio 33, 332, r/c	21313295, 21313310	21313325	823062320	cpi@cpi.co.mz, amacamo@cpi.co.mz, Mmendonca@cpi.co.mz, iloforte@cpi.co.mz, dbacar@cta.co.mz, bcapitine@cpi.co.mz
Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique		PCA	Praça dos Trabalhadores	21430894	21430903	823193770, 823179340	retagi@cfmnet.co.mz, adfondo@tvcabo.co.mz
Instituto de Investigação Sócio-Cultural (ARPAC)			Rua do Bagamoyo, 201	21431366	21328621		arpac@tvcabo.co.mz
Agência do Zambeze	Armindo Manhica	Técnico	Av 24 de Julho, Predio do INSS			82-3298170	amanhic2000@yahoo.com

	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC)			Rua da Resistência, 1746, 10º	21414075				
Companhias	Privados/Entidades Públicas na Área de Comércio de Hidrocarbonetos								
	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	Nelson Ocuane, Fernanda Cossa	PCA, Engª HSE	Av. 25 de Setembro, 270, 1º andar (Time Square)	21302910	21324808		enhexplo@virconn.com, fernanda_khossa@hotmail.com	
	Petromoc e Sasol			Av. 25 de Setembro, Edif JAT I, 420, 2º andar	21360278, 21306301	21301810, 21328381	823067050	Marta.henriques@sasol.com, hmadeira@pess.co.mz	
	Eni East Africa, SPA	Chiara Cerruti;	HSE & Community Investment Manager	Av. Julius Nyerere, 3504	21497221			843025136	chiara.cerruti@enimozambique.eni.it
		Cristiano Salino	General Manager					843213211	
	SASOL			Av. 25 de Setembro, Edif JAT I, 420, 2º andar	21 357 437	21301810, 21328381, +27 11 219 0422	823067050, 82 155 7630	Marta.henriques@sasol.com, hmadeira@pess.co.mz	
	STATOIL	Helge Håland	Representante em Moçambique	Av. 25 de Setembro, 270, Edif. Time Square, 2º Andar; Escritório 19			84 33 77 890	HGH@statoil.com, HEIME@statoil.com	
	Petronas Carigali Mozambique			Av. 25 de Setembro, 1230, BI 5, 6º andar	21302409	21302409		tania.andrade@petronas.co.mz	
ONG's e Instituições Académicas e de Pesquisa	ONG's Ambientais								
	Justiça Ambiental	Daniel Ribeiro		Rua de Marconi, Prédio 110, 1º andar	21496668			daniel@ja.org.mz	
	CTV - Centro Terra Viva	Alda Salomão, Raquel Fernandes		Rua D, 27, Bairro da Coop			825201039	crstinammlouro@gmail.com, rfernandes@ctv.org.mz, pascoaviola@hotmail.com	
	UICN - União Mundial para Natureza	Roberto Zolho		Av. Francisco M.Castro, 23				robertoz.iucn@tvco.co.mz	
	Banco Mundial	José Chembeze		Av. Kenneth Kaunda, 1224				jchembeze@worldbank.org	
	WWF	Britt Zolho		Rua Macombe Macossa, 213, Sommershield	21483121	21490970	823122250	wwfmaz@wwf.org.mz, brzolho@www.org.mz, lmuaves@wwf.org.mz	
Cláudia Manjate			827384631					cmanjate@wwf.org.mz	

Livangingo	António Reina (Dir), Sheila Rati	Director / Oficial de Recursos Naturais	Rua Olivença, 20, 1º andar	21417610	21314439		reina@virconn.com, bongek97@gmail.com
Fórum para a Natureza em Perigo (FNP)	José Zacarias (Dir.Adj)		Rua da Concórdia, 15, 1º andar, flat 2			823065823 843181998	fnp@virconn.com, jm.zacarias@tdm.co.mz
ONG's de Desenvolvimento							
ADEL – Agência de Desenvolvimento Económico Local	Fumela Dimas (Presidente)		Rua Sofala, 1067, Matola	21783363			adelmaputo18@gmail.com
CARE Moçambique			Av. Mártires de Mueda, 596	21492064	21492077	823259460	carem@care.org.mz
Cruz Vermelha de Moçambique	Americo Ubisse	Secretario Geral	Av. Agostinho Neto, 284	21485964		823062932	americo.ubisse@redcross.org.mz
OXFAM			Rua Pereira Marinho, 102	21487587			
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade /FDC)			Av. 25 de Setembro, Edif. Time Square Bl 2, 2º	21300810			
Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA)			Av. Eduardo Mondlane, 2091	21304422	21320487	823163140	adramozambique@adra.org.mz
KULIMA - Organismo para o Desenvolvimento Socioeconómico Integrado	José Chambal	Técnico de Projectos	Av. Karl Marx, 1452, r/c	21321510			chambalj@gmail.com
Associação de Naturais, Amigos e Simpatizantes de Cabo Delgado (CD em Movimento)	Eduardo Amade Zuber, Jorge Muanahumo	Director de Planificação (2)	Ministério da Função Pública, Av. 10 de Novembro, 110	21780449		824841030 / 823049775	muanahumo@hotmail.com
MUGEDE- Mulher, Genero e Desenvolvimento	Helio Ernesto	Oficial de Projectos Comunitários	Av Amilcar cabral N 903			82-3977767	hodivage@hotmail.com
KEPA - Serviços de Cooperação	Humberto Ossemame	Oficial de Programas	Rua Simões da Silva N 62			82-3051229	humberto.ossemame@kepa.fi
Iniciativa Moçambicana para a Boa Governação	Amadeu Cossa, Stiven Ferrão	Ponto Focal na Plataforma	Av. 24 de Julho			82-3843954	amadeucossa@yahoo.com.br, stivenferrao@yahoo.com.br
IMPROG	Rolando Cuna	Activista	Av. 24 de Julho			82-2427400	
	Sergio Machavae	Activista				82-5724982	

	GTZ – Cooperação Técnica Alemã			Av. Francisco O Magumbwe, 976	21491245			
Instituições Académicas e de Pesquisa								
	Universidade Pedagógica			Av. 24 Julho/Clinica 222			823854060, 845732210, 824195370	helderguilamba@yahoo.com.br, vdchichambe@yahoo.com.br, dercioluisroia@yahoo.com.br
	Universidade Eduardo Mondlane (UEM) - Depto de Biologia	Director		Campos Universitário			823133680	adriano@zebra.uem.mz
	Universidade Eduardo Mondlane (UEM) - Depto de Geologia	Director						massingue@uem.mz
	Museu de História Natural - Universidade Eduardo Mondlane	Lucília Chuquela	Directora	Praça Travessia do Zambeze	21485401			bentomcarlos@yahoo.com.br, assanogi@yahoo.com.br
	Universidade Técnica de Moçambique	José Luís Cabaço - Reitor		Av Alberto Lithuli, 418/438	21302116	21302107	823216700	rmara@udm.ac.mz
	Instituto Superior Politécnico e Universitário	Lourenço do Rosário - Reitor		Av. Francisco O Magumbwe, 438	21497616			
	Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique			Av. Zedequias Manganhela, 322	21312014	21312993	823094130	isctem@isctem.com
Media	Jornal Notícias			Rua Joaquim Lapa, 55	21320119	21320575		noticias@teledata.mz
	Mediacoop - Jornal Savana			Av. Amílcar Cabral, 1049	21302402	21302402		savana@medcoop.uem.mz
	RTP África			Rua Pero Anaia, 248	21497343	21497347		rtp.a.moc@tv cabo.co.mz
	Soico - STV			Rua Timor Leste, 108	21315217	21301865		
	TVM			Av. 25 de Setembro, 154	21308117	21308122		tvm@tvm.co.mz
	Rádio Moçambique			Rua da Rádio				
	Correio da Manhã	Jaime Ubisse		Av. Filipe S. Magaia			828106890	jaimeubisse@yahoo.com.br
Organizações Internacionais	World Bank							
	IFC							
	UNDP							
	Fauna e Flora International (FFI)	Bruno Nhancale	Mozambique e Country Representative				82-4755720	www.fauna-flora.org; bruno.nhancale@fauna-flora.org

Partes Interessadas	Aurecon	Hassane Abechande					82-6937020	habechande@gmail.com
	Girof Construções	Orlando Matos			21 460285			
	Status Consultores de Comunicação	Aunorio Simbine						status.energiamoz@status.co.mz
	Estudante - UP	Leonel Obet					82-7763190	
	Estudante-ISRI	Michel Belarmino					82-5508658	
	Gestor Ambiental -UP	Rogério Daniel Chichambe		Av. 24 de Julho, 223			84-5732210	chichambe@hotmail.com
	ALSTOM	Fernando Carreira	Representante	Rua de Tchamba, 405	21-491765	21-491763	82-3168210	dido.carreira@tdm.co.mz
	Estudante - UEM	Helio Bambo						heliobambo@hotmail.com
	Estudante -UP	Gracinda Vilanculos					82-5976976	
	Estudante - UEM	Minaldo Remane					84-7455578	
	Estudante - ARPAC	Helena Ouana	Estudante				825657364	
	Estudante - ISRI	Michael Belarmino					82-5508658	mijobe5@yahoo.com.br
	Plataforma dos Recursos Naturais e Indústria Extrativa	Nathalie Grimoud, Ámina Pais	Oficial de Comunicação (2)	Rua Macombe Macossa, 213			823634566, 824004503	nathaliegimoud@gmail.com, aminapais@gmail.com
	Fauna and Flora International	Michelle Pfaffenthaler	Technical advisor Mining		+264 64 406041	+264 886 25409	+264 81 208-9444	mish@mweb.com.na
	Corredor de Desenvolvimento de Nacala	Manuel Ruas	Gestor de Projectos	Av. Mártires de Inhaminga (MTC)			823089190	manuelruas@gmail.com
	MISAU	Décio Zita, Ângela Uamusse	Eng ^a Ambiental	Av. Eduardo Mondlane			820591910	derciozita@yahoo.com.br, celena79@gmail.com
Consultor independente	Sean Nazeralli					82-3972000	snazeralli@wwf.org.mz	

AMA1 - PROJECTO DE GNL NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

TABELE: LISTA DE PI&A'S DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO - CIDADE DE PEMBA & DISTRITO DE PALMA

Grupo de PI&A's	Companhia / Instituição	Nome	Posição	Endereço	Telefone	Fax	Telemóvel	E-Mail
GOVERNO PROVINCIAL								
Autoridades Governamentais Provinciais	Governo da Província de Cabo Delgado	Eliseu Machava	Governador da Província	Av. 16 de Julho, Edif. Governo	272-20850			eliseu.machava@cdelgado.gov.mz
	Secretaria Provincial de Cabo Delgado	Lina Portugal	Secretaria Permanente	Av. 16 de Julho, Edif. Governo			82-3196166	portugallina@yahoo.com.br
		Ibraimo Carimo	Chefe Depto SP				82-8353670	icarimo@yahoo.com.br
	Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental - DPCA	Policarpo Napica	Director Provincial	Rua Comércio, 54	272-20353		82-4394840	pnapica@gmail.com
		Augusto Assane	Técnico				82-6874330	hafsa07@yahoo.com.br
		Delfina Mandanda	Técnica				82-8889700	sashamz@yahoo.com.br
	Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia - DPREME / INP	Ramiro Nguiraze	Director/Delegado	Rua 1º de Maio, 740	272-21900	272-21900	82-9350250	ramiro.nguiraze@inp.gov.mz
	Direcção Provincial do Turismo - DPTUR	Francisco Loureiro	Director	Rua Comércio	272-21911	272-21912	82 3035939	dpturismo.cd@teledata.mz, floureiro26@gmail.com
		Célia Mtambo	Chefe Depto	Rua Geronimo Romero	272-21860	272-21860	84-9187171	celiazeliamez@yahoo.com.br
	Direcção de Áreas de Conservação - DNAC/DPTUR			Rua Comércio				
Direcção Provincial da Indústria e Comércio - DIC	Mateus Matusse	Director	Av. Eduardo Mondlane, 239	272-20328	272-20328	824192370	dpiccd@teledata.mz	
Direcção Provincial da Agricultura - DPA	Mario Caetano Jone	Director	Av. Joaquim Chipande					
	Mariano Matias	Responsável da área da Fazenda do Bravio				82-6662410	mnavando62@yahoo.com.br	

Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro / DPA	Achimo Francisco	Chefe dos Serv. Prov.					achimofranc@gmail.com, spgc-cd@teledata.mz, muitikile@gmail.com
Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia / DPA	Nicolau Moisés	Chefe dos Serv. Prov.	Av. 25 de Setembro	272-20156		826887250	nicolas_192001@yahoo.com.br
Direcção Provincial da Mulher e Acção Social	Maria Argentina Simão	Directora	Rua Base Moçambique			829807890	argentina_simao@yahoo.com.br
Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação	Dinó Albino Coutinho	Director	Av. 25 de Setembro				dino_coutinho@yahoo.com.br
Direcção Provincial do Trabalho	João Muti Rodrigues	Director	Av. Eduardo Mondlane, 281			826902270	jomotim@yahoo.com.br
Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações	Buanar	Director	Rua do Comércio			823614249	
Direcção Provincial de Saúde	Saozinha Paulo Agostinho	Directora	Av. 16 de Julho, Edif. Governo				
	Cesário Suege	Director Adjunto					
Direcção Provincial de Pescas	Carvalho Mário	Director	Rua Alberto Chipande	272-20666	272-21555; 272-21362	82-7925850	carvalhomar@hotmail.com
	Ruy Cossa	Chefe Depto				82-6600640	ruy.cossa.cdalgado@gov.net, rcossa@mozpesca.gov.mz
	Beatriz Izidoro	Técnica				82-9325290	bibiizidoro@yahoo.com.br
Direcção Provincial de Educação e Cultura	Graziela Tembe	Directora	Av. 16 de Junho, Bairro Cimento			82-3085710	grazielatembe@gmail.com
Direcção Provincial do Plano e Finanças	Raimundo Lázaro	Director Adjunto		272-20946	272-21414	826952680	patricioraimundo@yahoo.com.br
Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação - INAHINA	Hilário Nhancale	Delegado Provincial	Rua do Comércio	272-20720		82-1562590	hilario.nhancale@gmail.com
Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala - IDPPE	Albino Magona	Director	Av. Marginal, 7682	272-21626	272-21626	82-3010217	amagonaffp@yahoo.com.br
	Marie Sophie Amily					82-9905181	amily.sophie@gmail.com
Instituto Nacional de Investigação Pesqueira - IIP	Henriques Bustani	Delegado Provincial	Complexo da DPA			82-6527870	henbustani@gmail.com, limitedpires@yahoo.com.br
Base Naval de Pemba	Joanito Ismael Hacky		Av. da Marginal			84-7597607	
	Joao Chicango	Chefe das Operações				84-7597607	

	Polícia Marítima	Tomás Badae	Chefe das Operações	Pemba			82-5526471		
	Força de Guarda Fronteira / PRM	Francisco S. Paulo		Rua 1º de Maio			82-4622410		
	Administração Marítima	Luís Manuel	Técnico	Pemba			82-5352365		
	Porto de Pemba	Oreo Benzane		Rua do Porto		272-20453	82-6016710		
	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades - INGC (Delegação de CD)	Elizete Manuel	Delegada	Pemba	272-21904	272-21904	82-4468200		
	Instituto de Comunicação Social - ICS (Delegação de CD)	Minós Dausse	Técnico	Rua do Porto	272-21947	272-21892	82-3617376	dauseminos@yahoo.com.br	
	Caminhos de Ferro de Moçambique - CFM / Porto de Pemba (Delegação de CD)	Ório Benzane	Delegado Provincial	Rua do Porto	272-20453		82-6016710	oriobenzane@gmail.com	
	Administração Nacional de Estradas - ANE (Delegação de CD)	Ernesto Correia	Delegado	Av. Gen. Alberto Chipande, 1654	272-21152, 272-21194	272-21194	82-5643103	delega.cdeldgado@teledata.mz	
Autoridades Governamentais Distritais	GOVERNO DISTRITAL								
	Palma								
	Governo Distrital de Palma	Pedro Romão Jemusse	Administrador do Distrito	Palma-Sede			82-6563959 82 2842532		
	Secretaria Distrital de Palma	Abdul Piconês	SP	Palma-Sede			86-4021548	abdulpicones@gmail.com	
	Serviços Distritais de Actividades Económicas de Palma	Constantino Munçule		Palma			82-4073500		
	Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estrutura de Palma	Verónico Muicatar		Palma			82-7068160		
	IDPPE (Delegação Distrital)		Representante						
Comunidades Afectadas, Individuais & Grupos Vulneráveis (Comunidades de pesca, Mulheres, Jovens)	Posto Administrativo de Quionga		Chefe do Posto	Palma					
	Posto Administrativo de Olumbi		Chefe do Posto	Palma					
	Aldeia de Nsenga		Líder da Aldeia	Palma					
	Aldeia de Quitupo		Líder da Aldeia	Palma					
	Aldeia de Maganja		Líder da Aldeia	Palma					
	Fundação Contra a Fome (Palma Branch)	Jordão Artur Choé		Palma				jchoe@fh.org	

	Fisherman community (Palma)			Palma				
ONG's e Instituições Académicas & de Pesquisa	ONG's / ASSOCIAÇÕES / ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS / INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS & DE PESQUISA							
	Parque Nacional das Quirimbas (WWF)	Mark Hoekstra, José Timana	Representante Provincial	Rua do Comércio, 202	272-21332	272-21332	823029251, 82-7219490	dreynolds@wwf.org.mz, jtimana@wwf.org.mz
		José Dias	Administrador				82-4617360	jodias@tdm.co.mz
	WWF	Luís Augusto	Executor de Projectos	Rua do Comércio, 202			82-3807480	laugusto@wwf.org.mz
		João Manuel					82-9722214	jmanuel@wwf.org.mz
	AMA - Associação do Meio Ambiente	Antonia Macanige		Rua do Porto, 1234	272-21415		82-6876100	antoniamacanige007@yahoo.com.br
		Hélio Abrijal	Gestor Comunicação				82-3887842	ama_helio.abrijal@gmail.com
	FOCADE - Fórum das ONG's de Cabo Delgado	Imamo Mussa	Secretario do Conselho de Administração	Rua Comércio, 46, r/c			82-0265820	focade.pemba@tdm.co.mz
					272-20348	272-20348		focade@teledata.mz
		Lucia Jofrice					82-3035367	lucia.jofrice@kepa.fi
	Médicos Del Mundo Espanha	Eduardo Bastos		Av. 25 de Setembro, 795	272-21509		82-4171340	bastoseduardo@hotmail.com
	Liga dos Direitos Humanos de Pemba	Domingos Valentim		Rua Cª, 132	272-20083	272-20083	82-3893483	domingosjv@yahoo.com
		Virginia Jesus	Coordenadora		272-20082		82-6481590	marianomevirginia@yahoo.com.br
	Associação Progresso	Consolata Mifoca		Rua Cemitério, 109, 1º	272-20934		82-6488490	progpemba@teledata.mz
	Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural			Av. Eduardo Mondlane, 824	272-21610			
	Helvetas	Barbara Kruspan		Rua CI III, nº 2051 (Rua da Marginal)	272-21624 / 21415		82-7198100	barbara.kruspan@gmx.ch
Gecorena	Faquihe Saide Ali / Assane Simão da Silva		Rua Josina Machel	272-21386		82-5525969	faquihesaide@yahoo.com.br	
Centro de Pesquisa do Ambiente Marinho e Costeiro - CEPAM	Hermes Pacule	Director	Av. Marginal, Bairro Chuíbo			82-3988020	hermespacule2004@yahoo.com.br	
	Eugidio Gobo	Técnico				828976925	eugidiogobo@gmail.com	
Fundação Aga Khan	Sonia Maciel	Directora Regional de Programas	Rua do Comércio	272-219718		82-3075770	sonia.maciel@akda.org	

	Fórum Terra de Cabo Delgado	Assane Simão da Silva	Coordenador Provincial	Pemba			82-6634490	assanedasilva@gmail.com
	Fórum Pescadores da Baía	José Domingos		Pemba			823838593	
	Fundação Contra a Fome	Alaice Omolo	Director do Projecto	Pemba			82-2503509	aomolo@fh.org
	Agencia Espanhola de Cooperaçao Internacional para o Desenvolvimento	Cristina Esteban	Tecnica	Av 16 de Junho Edificio do Governo, DP Plano e Finançãs	27-221614		826556035	cristina.esteban@aecid.org.mz
		Jesús Pérez	Consul Honorário		272-21614		82-3949865	jesus.perez@aecid.org.mz
	Rani Resorts	Adelino Adamo Matola	Director RH	Av. Marginal,5421	272-21770	272-21767	843259390	rhmatola@pembabeach-hotel.co.mz
	Organização da Sociedade Civil	José Domingos		Rua do Comércio (IDPPE)			823838593	
	GMD - Grupo Moçambicano da Dívida	Manuel Mário	Coordenador Provincial	Av. 16 Junho			845947715	
	Núcleo Provincial de Combate ao Sida	Sarangue Atnia		Av. 16 Junho	272-20183			
	Iniciativa Local para o Desenvolvimento da Pesca Sustentável na Baía de Pemba	Isabel Ferreira	Coordenadora	Pemba			82-8501410	iniciativlocal.pemba@gmail.com
	KARIBO - Associação dos Naturais e Amigos do Ibo	Imamo Mussa	Delegado				82-0265820	
	Gabinete do Direito Juridico da Mulher	José Paulino	Administrador	Bairro Cimento			82-7079056	josepaulino.cossa@gmail.com
	ADEL	Diamantino João		Rua do Comércio			82-6853054	
	União Provincial dos Camponeses	Augusto Rasse		Rua Eduardo Mondlane, 30			82-8596997	
	CTV - Centro Terra Viva	Énia de Sousa		Rua Capitão Curado, 1757			82-9856550	
	Universidade Católica de Moçambique	Lúcia Alberto	Docente	Av. 25 de Setembro	272-21969	272-21720	82-6070307	fgti.ucm@teledata.mz; fgti@ucmpemba.ac.mz, lucee52@yahoo.com.br
	Universidade Lúrio	Jorge Ferrão		Pemba				
		Isabel Marques da Silva						
Companhias	STATOIL	Helge Håland	Representante em Moçambique	Av. 25 de Setembro, 270, Edif. Time Square, 2º Andar; Escritório 19			84-3377890	HGH@statoil.com, HEIME@statoil.com

		Alexandre Eynard	HSE Manager					alexandre.eynard@enimoz ambique.no.it	
	Eni East Africa, SPA	Cristiano Salino	General Manager	Av. A. Tivane, 877			84-3213211		
Media	Rádio Moçambique	Canana	Delegado	Rua Josina Machel	272-21213	272-21213		rmpemba@teledata.mz; epcabodelgado@rm.co.mz	
	Rádio Sem Fronteiras	Eleutério Silvestre		Rua 018	272-21315			radiosemfronteiras@tiscal. it	
	Televisão de Moçambique (TVM)	Vicente Martins		Rua do Comércio	272-20938		82-5508707	tvmpemba@teledata.mz	
	Jornal Horizonte	Buanamade Assane	Chefe da Redacção	Av. 7 de Abril, 373	272-21112	272-21112	82-6719060	horizonte.pemba@teledata .mz, buanamadeassane@gmail .com	
	Jornal Diário de Moçambique					272-20535	82-8673090		
	Jornal Notícias	Jonas Wazik		Av. 25 de Setembro	272-20535	272-20535			
Operadores Turísticos	HOTÉIS / RESORTS / LODGES								
	Cabo Delgado Biodiversidade e Turismo (CDBT)	José Óscar Monteiro							
	Tecomaji, Lda	Guy Dobinson	Logistics & Administration				825529826	jkgtimbers@gmail.com	
		Karen Shoeman	"				844069379	ilhatecomaji@gmail.com	
	Pemba Beach Hotel	Alexandre Torrao		Av. Marginal, 5470, Praia de Wimbe	272- 21770/90	272-21779		pembabeach@teledata.mz , pembabeach@raniresorts. com;	
	Pemba Magic Lodge	Russell Bott					82-6862730	russellbott@yahoo.com.au	
	D.E. Beach Resort Lda	Alberto Veleno Sanikkela	Director Adjunto	Pemba Marringuanha	27- 229095/9148		82- 4970790/84- 4848100	welemosany@yahoo.com. br	
	Vamizi Island Lodge / Brunswick Investment Services, Ltd.	Oscar Monteiro		Arquipélago das Quirimbas	272-21299			82-3001050	reservation@maluane.com ; oscarjom@yahoo.com;
		Ryan Pape	Vamizi-resident island manager					823050264	ryan.pape@vamizi.com
		Michael Gera						+44 20 7529 5360	
Rongui Island Lodge									

	Cabo Delgado investment Lda. / Bruton Advisors Ltd.	Michael Gera	CEO	2 nd Floor, 14 Bruton Place, London, W1J 6LX, UK	+447917 615800		84-6989238	mgera@brunswick-is.com, mgera@brutonadvisors.com, michael@michaelgera.com
	bluegreenplanning+design	Derek Chittenden	(Consultant CDI Lda)					derek@bluegreenplanning.com
	Quiramimbi Island	Tom Steenkamp, Alberto Velemune	Managing Director (?), Gestor Assistente				82-4970790	jake.tuggy@gmail.com, welenosamy@yahoo.com.br
	Ilha Metundo	Matteo Vaghi	Administrador	Av da Marginal - Pemba			84-3656361	matteo@metundo.com
		Faruk Jamal		Av. 16 de Junho, Palma/Ilha Vuma	272-20082		82-3150900	
		Yussuf Adam						yussufmz@yahoo.com
	Miti, Lda / Ilha Vumba	Zaide Abubacar	Director	EN106, Muxara, Pemba	26961161 / 26961038	27221920	82/848146946	zaideabubacar@yahoo.com
	Pemba Dive	Radiger Frank					826697050	pembadive@londolodge.com
	Guludo Beach Lodge	Amy / Neil		Parque Nacional das Quirimbas			82-7234470	
	Dawi Safaris / Kilaguni, Lda	Ester Ferreira						estermferreira@hotmail.com
		Russel		Praia de Wimbe			82-6862730	
Partes Interessadas e Afectadas	OHIMYA, Consultoria e Projectos	Mário Jorge Rassul	Director	Av. Marginal, Maringanha			82-3069340	mario.j.rassul@gmail.com
	Mamari Tecle	Mamari Tecle	Responsável	Rua 034 N 82			82-7021310	makkay10@hotmail.com
	Arco Norte / Speed	Sérgio Uate	Coordenador	Pemba			82-4133410	sergiowate@gmail.com
	Activa	Carolina Allany	Coordenadora				82-7361700	carolinaallany@yahoo.com.br
	Conselho Comunitário de Pesca de Ruela -CCP-R	Jaime Mario Semedo	Presidente	Bairro Paquitequete			84-4056987	
	GAK Lda.	Gulzar A. Karim		Palma (Forestry concession -FC)			823149420	
	Companhia Indicos Lda	Pieter Jacobs		Praia de Wimbe	272-20102		82-6822700	cidivers@teledata.mz
	Fauna and Flora International	Michelle Pfaffenthaler	Technical advisor Mining		+264 64 406041	+264 886 25409	+264 81 208-9444	mish@mweb.com.na
	Cabo Delgado Investments Limitada (CDIL)	Oscar Monteiro, Michael Gera, Derek Chittenden						

Kaskazine

Genevieve

Pemba Beach Hotel

272-20371

82-3096990

info@kaskazine.com

ANEXO B

ANÚNCIOS PUBLICADOS NOS JORNAIS E NA RÁDIO

FASE DE EPDA



Mozambique Area 1, Lda



ENH

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO
DELGADO**

ANÚNCIO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

Em Dezembro de 2006 a Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1) e o seu parceiro Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH) assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL.

Como parte desse processo de consulta à sociedade civil e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do **Estudo de Pré -Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência (TdR) para o EIA**, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas abertas nas Cidades de Pemba e de Maputo e no Distrito de Palma. São convidadas todas as pessoas interessadas a participar nas reuniões a ter lugar nas horas e locais seguintes:

Distrito de Palma	Cidade de Pemba	Cidade de Maputo
Data: 27/09/11	Data: 28/09/11	Data: 30/09/11
Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00
Local: Clube de Palma	Local: Pemba Beach Hotel	Local: Hotel VIP

Informa-se que exemplares do rascunho do EPDA e dos TdR estão disponíveis para consulta nos seguintes escritórios em Maputo: DNAIA, INP, Impacto e Anadarko, nas suas delegações em Pemba e na Administração do Distrito de Palma. Versões do EPDA e TdR em Português e Inglês também estão disponíveis no seguinte portal <http://www.impacto.co.mz>

A AMA1 designou a Environmental Resources Management (ERM) e a Impacto, Lda para efectuarem a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

Para se registar e para eventuais esclarecimentos queiram por favor contactar:

Sandra Fernandes
IMPACTO, LDA
A. Mártires da Machava, 968
Tel. 258 21499636
Fax: 258 21493019
Cel. 82 3046650

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz



Projectos e Estudos Ambientais



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

ANÚNCIO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

Em Dezembro de 2006 a **Anadarko Moçambique Área 1 (AMA 1)** e o seu parceiro **Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH)** assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL.

Como parte desse processo de consulta à sociedade civil e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do **Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência (TdR) para o EIA**, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas abertas nas Cidades de Pemba e de Maputo e no Distrito de Palma. São convidadas todas as pessoas interessadas a participar nas reuniões a ter lugar nas horas e locais seguintes:

Distrito de Palma	Cidade de Pemba	Cidade de Maputo
Data: 27/09/11	Data: 28/09/11	Data: 30/09/11
Hora: 09:00 - 12:00	Hora: 09:00 - 12:00	Hora: 09:00 - 12:00
Local: Clube de Palma	Local: Pemba Beach Hotel	Local: Hotel VIP

Informa-se que exemplares do rascunho do EPDA e dos TdR estão disponíveis para consulta nos seguintes escritórios em Maputo: DNAIA, INIP, Impacto e Anadarko, nas suas delegações em Pemba e na Administração do Distrito de Palma. Versões do EPDA e TdR em Português e Inglês também estão disponíveis no seguinte portal: <http://www.impacto.co.mz>.

A AMA1 designou a **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda** para efectuarem a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

Para se registar e para eventuais esclarecimentos queiram por favor contactar:

Sandra Fernandes

IMPACTO, LDA

Av. Mártires da Machava, 968

Tel. 258 21499636

Fax 258 21493019

Cel. 82 3046650

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz

Maputo



**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO
DELGADO**

ANÚNCIO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

Em Dezembro de 2006 a Anadarko Mozambique Area 1 (AMA-1) e o seu parceiro Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH) assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL.

Como parte desse processo de consulta à sociedade civil e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência (TdR) para o EIA, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas abertas nas Cidades de Pemba e de Maputo e no Distrito de Palma. São convidadas todas as pessoas interessadas a participar nas reuniões a ter lugar nas horas e locais seguintes:

Distrito de Palma	Cidade de Pemba	Cidade de Maputo
Data: 27/09/11	Data: 28/09/11	Data: 30/09/11
Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00
Local: Clube de Palma	Local: Pemba Beach Hotel	Local: Hotel Girassol

Informa-se que exemplares do rascunho do EPDA e dos TdR estão disponíveis para consulta nos seguintes escritórios em Maputo: DNAIA, INP, Impacto e Anadarko, nas suas delegações em Pemba e na Administração do Distrito de Palma. Versões do EPDA e TdR em Português e Inglês também estão disponíveis no seguinte portal: <http://www.impacto.co.mz>.

A AMA1 designou a Environmental Resources Management (ERM) e a Impacto, Lda para efectuarem a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

Para se registar e para eventuais esclarecimentos queiram por favor contactar:

Sandra Fernandes
IMPACTO, LDA
Av. Mártires da Machava, 988
Tel. 258 21499636
Fax 258 21493019
Cel. 82 3048650
E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Maputo





Moçambique Área 1, Lda



**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA
DE CABO DELGADO**

ANÚNCIO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

Em Dezembro de 2006 a **Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1)** e o seu parceiro **Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH)** assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL.

Como parte desse processo de consulta à sociedade civil e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do **Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência (TdR) para o EIA**, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas abertas nas Cidades de Pemba e de Maputo e no Distrito de Palma. São convidadas todas as pessoas interessadas a participar nas reuniões a ter lugar nas horas e locais seguintes:

Distrito de Palma	Cidade de Pemba	Cidade de Pemba
Data: 27/09/11	Data: 28/09/11	Data: 30/09/11
Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00
Local: Clube de Palma	Local: Pemba Beach Hotel	Local: Hotel Girassol

Informa-se que exemplares do rascunho do EPDA e dos TdR estão disponíveis para consulta nos seguintes escritórios em Maputo: DNAIA, INP, Impacto e Anadarko, nas suas delegações em Pemba e na Administração do Distrito de Palma. Versões do EPDA e TdR em Português e Inglês também estão disponíveis no seguinte portal: <http://www.impacto.co.mz>.

A AMA1 designou a **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda** para efectuarem a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

Para se registar e para eventuais esclarecimentos queiram por favor contactar:

Sandra Fernandes

IMPACTO, LDA

Av. Mártires da Machava, 968

Tel. 258 21499636

Fax 258 21493019

Cel. 82 3046650

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz

Maputo



ANÚNCIO PARA SER DIVULGADO NA RÁDIO MOÇAMBIQUE

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

CONVITE PARA REUNIÕES

Em Dezembro de 2006 a **Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1)** e o seu parceiro **Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH)** assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL.

A **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda** que foram contratadas para realizar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projecto, irão apresentar o rascunho do Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e dos Termos de Referência (TdR) do EIA ao público. Assim, convidam-se pessoas interessadas a participar nas reuniões que terão lugar no Distrito de Palma no dia 27 de Setembro entre as 09:00 e as 12:00 horas no Clube de Palma e na Cidade de Pemba, no dia 28 de Setembro, entre as 09:00 e as 12:00 horas, no Pemba Beach Hotel.

Informa-se que exemplares do rascunho do EPDA e dos TdR estarão disponíveis para consulta nos seguintes escritórios em Maputo: DNAIA, INP, Impacto e Anadarko, nas suas delegações em Pemba e na Administração do Distrito de Palma. Versões do EPDA and TdR em Português e Inglês também estarão disponíveis no seguinte portal da internet: <http://www.impacto.co.mz>. Para eventuais esclarecimentos queiram por favor contactar a IMPACTO, LDA, pelo Telefone 21499636, Fax 21493019, Celular 82 3046650 ou E-mail: sfernandes@impacto.co.mz, em Maputo.

FASE DE EIA



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

ANÚNCIO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

A Anadarko Mozambique Area 1, Lda (AMA1) e a Eni East Africa S.p.A. são os proponentes de um Projecto de Construção de uma Fábrica de Gás Natural Liquefeito, poços de produção em alto mar e infra-estrutura associada na Província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique. Ao abrigo do Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental e do Regulamento Ambiental para as Operações Petrolíferas, o projecto está sujeito a uma Avaliação do Impacto Ambiental (AIA). A **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda**, foram contratadas para realizar o Processo de AIA deste Projecto, que está próximo da sua conclusão.

A Participação Pública é uma componente chave do processo de AIA. Neste contexto, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas no Distrito de Palma e nas Cidades de Pemba e Maputo. São convidadas todas as pessoas interessadas a participarem nas reuniões, que terão lugar nos seguintes locais e horários:

Cidade de Maputo	Distrito de Palma	Cidade de Pemba
Data: 09/09/13	Data: 11/09/13	Data: 12/09/13
Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00
Local: Hotel VIP Maputo	Local: Clube de Palma	Local: Pemba Beach Hotel

Informa-se que exemplares do rascunho do EIA estão disponíveis para consulta nos escritórios das seguintes instituições: em **Maputo**: Direcção Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental (DNAIA), Instituto Nacional do Petróleo (INP) e Impacto; em **Pemba**: Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental (DPCA) e Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia (DPRME); e em **Palma**: Administração do Distrito de Palma. Mais se informa que versões do EIA em Português e Inglês estão também disponíveis no seguinte portal: <http://www.impacto.co.mz>.

Para se registar como parte interessada e para eventuais esclarecimentos, queira por favor contactar:

Sector de Consulta Pública

Impacto, Lda

Av. Mártires da Machava, 968

Tel.: +258 21499636

Fax: +258 21493019

Cel.: +258 82 3046650 / +258 84 3011956

E-mail: consulta publica@impacto.co.mz

Maputo





ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

ANÚNCIO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

A Anadarko Mozambique Area 1, Lda (AMA1) e a Eni East Africa S.p.A. são os proponentes de um Projecto de Construção de uma Fábrica de Gás Natural Liquefeito, poços de produção em alto mar e infra-estrutura associada na Província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique. Ao abrigo do Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental e do Regulamento Ambiental para as Operações Petrolíferas, o projecto está sujeito a uma Avaliação do Impacto Ambiental (AIA). A **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda**, foram contratadas para realizar o Processo de AIA deste Projecto, que está próximo da sua conclusão.

A Participação Pública é uma componente chave do processo de AIA. Neste contexto, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas no Distrito de Palma e nas Cidades de Pemba e Maputo. São convidadas todas as pessoas interessadas a participarem nas reuniões, que terão lugar nos seguintes locais e horários:

Cidade de Maputo	Distrito de Palma	Cidade de Pemba
Data: 09/09/13	Data: 11/09/13	Data: 12/09/13
Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00	Hora: 09:00 – 12:00
Local: Hotel VIP Maputo	Local: Clube de Palma	Local: Pemba Beach Hotel

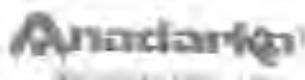
Informa-se que exemplares do rascunho do EIA estão disponíveis para consulta nos escritórios das seguintes instituições: em **Maputo**: Direcção Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental (DNAIA), Instituto Nacional do Petróleo (INP) e Impacto; em **Pemba**: Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental (DPCA) e Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia (DPRME); e em **Palma**: Administração do Distrito de Palma. Mais se informa que versões do EIA em Português e Inglês estão também disponíveis no seguinte portal: <http://www.impacto.co.mz>.

Para se registar como parte interessada e para eventuais esclarecimentos, queira por favor contactar:

Sector de Consulta Pública
Impacto, Lda

Ay. Mártires da Machava, 966
Tel.: +258 21499336
Fax: +258 21493019
Cel.: +258 82 3046650 / +258 84 3011958
E-mail: consulta publica@impacto.co.mz
Maputo





ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

ANÚNCIO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

No âmbito do Projecto do Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado, proposto pela Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1) e pela Eni East Africa S.p.A (Eni), a Environmental Resources Management (ERM) e a Impacto, Lda, empresas responsáveis pelo Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto, pretendem, na sequência das reuniões de consulta pública realizadas em Maputo, Pemba e Sede do Distrito de Palma, apresentar o rascunho do Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) às comunidades residentes na Península de Afungi.

São convidadas todas as pessoas interessadas a participar nas reuniões e ter lugar nas horas e locais seguintes:

Maganja (incluindo Nfunzi, Kibunji, Mpaia e Nsemo)	Quitupo (incluindo Milamba)	Senga (incluindo Macala, Mangala e Patacua)
Data: 16/10/13 Hora: 09:00 – 12:00 Local: Na sede da Aldeia de Maganja	Data: 17/10/13 Hora: 09:00 – 12:00 Local: Na sede da Aldeia de Quitupo	Data: 18/10/13 Hora: 09:00 – 12:00 Local: Na sede da Aldeia de Senga

Informa-se que exemplares do rascunho do REIA estão disponíveis para consulta na Administração do Distrito de Palma e com o Sr. Horácio Gervásio, contactável pelo número 843019160. Exemplares de um Resumo não Técnico do Relatório, em Português e Kimwani, serão antecipadamente distribuídos e estarão disponíveis para consulta junto dos chefes dos Niutanos.

Qualquer esclarecimento adicional poderão ser encaminhados à equipa de Oficiais de Ligação com as Comunidades, que farão chegar à equipa de consulta pública da Impacto, Lda. Alternativamente, os interessados poderão contactar directamente o sector de consulta pública da Impacto, Lda, através dos seguintes contactos:

Av. Mártires da Mactava, 968
Tel.: +258 21499636
Fax: +258 21493019
Cel.: +258 82 3046650 / +258 84 3011956
E-mail: consulta publica@impacto.co.mz
Maputo





**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO**

ANÚNCIO DE REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

No âmbito do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado, projecto da Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1) e pela Eni East Africa SpA (Eni), a Environmental Resources Management (ERM) e a Impacto, Lda, empresas responsáveis pelo Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto, pretendem, na sequência das reuniões de consulta pública realizadas em Maputo, Pemba e Sede do Distrito de Palma, apresentar o rascunho do Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) às comunidades residentes na Península de Abungi.

São convidadas todas as pessoas interessadas a participar nas reuniões e ter lugar nas horas e locais seguintes:

Meganja (Incluindo Nfunzi, Kibunji, Mpala e Nemo)	Quitupo (Incluindo Milamba 1, Milamba 2, Barabarano e Simo)	Senga (Incluindo Macata, Mangala, Patacua e Quitunda)
Data: 16/10/13 Hora: 09:00 – 12:00 Local: Na sede da Aldeia de Meganja	Data: 17/10/13 Hora: 09:00 – 12:00 Local: Na sede da Aldeia de Quitupo	Data: 18/10/13 Hora: 09:00 – 12:00 Local: Na sede da Aldeia de Senga

Informa-se que exemplares do rascunho do REIA estão disponíveis para consulta na Administração do Distrito de Palma e com o Sr. Norácio Gervásio, contactável pelo número 843015160. Exemplares de um Rascunho não Técnico do Relatório, em Português e Kimwani, serão antecipadamente distribuídos e estarão disponíveis para consulta junto dos chefes das Ntlanas.

Qualquer esclarecimento adicional poderá ser encaminhado à equipa de Oficiais de Ligação com as Comunidades, que fará chegar à equipa de consulta pública do Impacto, Lda. Alternativamente, os interessados poderão contactar directamente o sector de consulta pública do Impacto, Lda, através dos seguintes contactos:

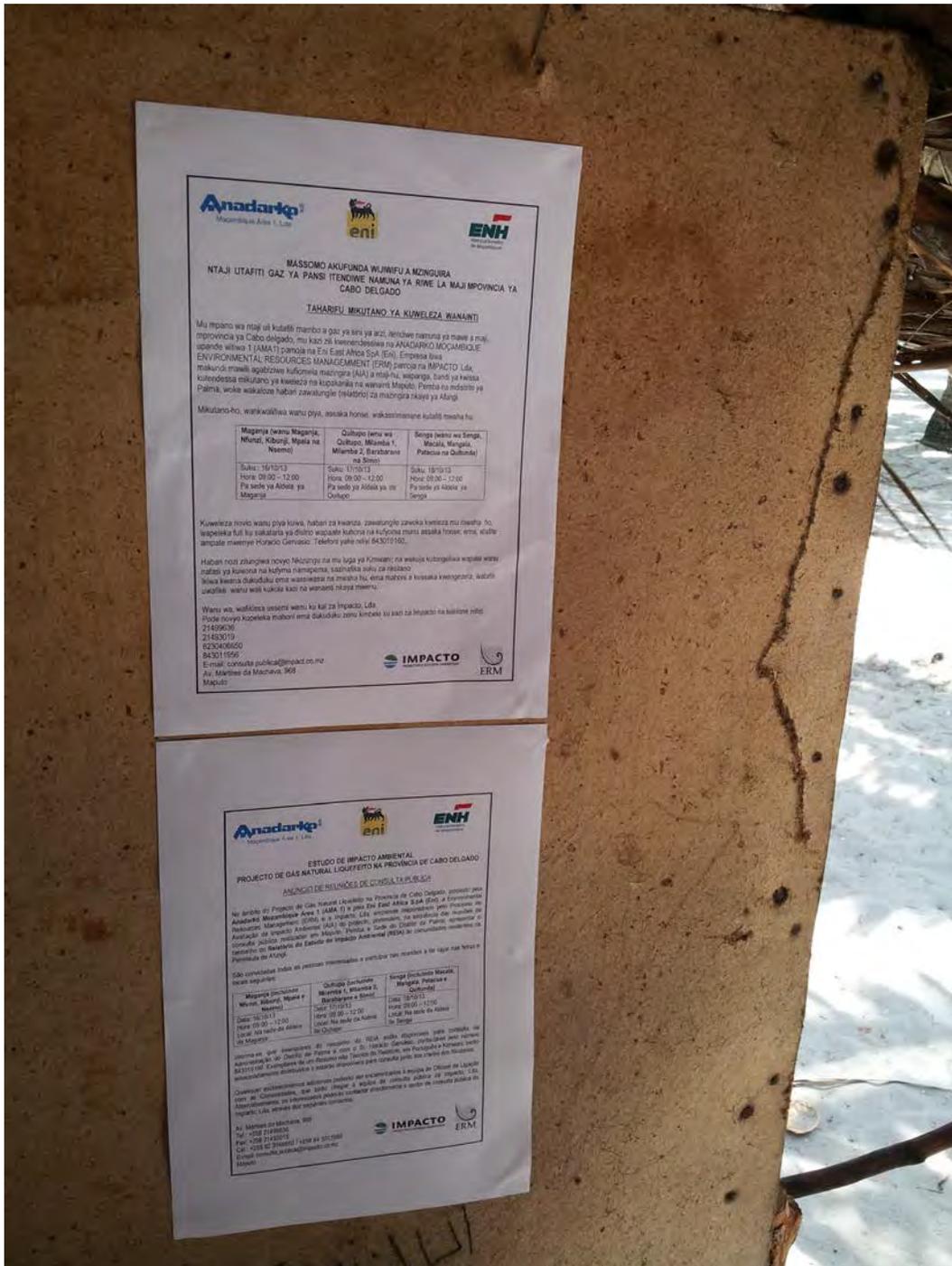
Av. Mártires da Machava, 963
Tel: +258 21499636
Fax: +258 21493015
Cel.: +258 82 3046650 / +258 84 3011958
E-mail: consulta publica@impacto.co.mz
Maputo



NKUTANO – MAGANJA



NKUTANO – QUITUPO



NKUTANO – SENGA



Telef.: 23352229 * Fax: 23352228 * Telem.: 823254000/863254000/843254000
E-mail: vr1938@gmail.com

Anadarko
Moçambique Área 1, Lda

eni

ENH
Hidrocarbonetos
de Moçambique

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

EXTENSÃO DO PRAZO DE ENVIO DE COMENTÁRIOS

No âmbito do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado, proposto pela Anadarko Mozambique Área 1 (AMA 1) e pela Eni East Africa S.pA (Eni), cujas reuniões de Consulta Pública para apresentação do rascunho do Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) decorreram em Maputo, Pemba e Palma, de 9 a 12 de Setembro de 2013, a Environmental Resources Management (ERM) e a IMPACTO, Lda, empresas responsáveis pelo Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto, informam que o **prazo de envio de comentários ao REIA**, inicialmente marcado para 27 de Setembro de 2013, foi **alargado** para o dia **30 de Outubro de 2013**.

Deste modo, quaisquer comentários/questões/sugestões devem ser enviados até 30 de Outubro de 2013 para o seguinte endereço:

Sandra Fernandes
AMA1 LNG Project
ERM/ Impacto Ref: 0133576
IMPACTO Lda – Sector de Consulta Pública
Av. Mártires da Machava, 968
Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 499 636; Fax: +258 21 493019
E-mail: consulta.publica@impacto.co.mz;
sfernandes@impacto.co.mz

IMPACTO ERM
PROJECTOS E ESTUDIOS AMBIENTALES

Diário de Moçambique, 08/10/13, pag. 4

O G
empres
Fiscal
primei

Os c
os doc
Combe
Casa
reemb
conta

Pod
alvará

As
23 de
no me

O p

O
de O
Estac

08/10/13

24 notícias



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

EXTENSÃO DO PRAZO DE ENVIO DE COMENTÁRIOS

No âmbito do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado, proposto pela Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1) e pela Eni East Africa S.pA (Eni), cujas reuniões de Consulta Pública para apresentação do rascunho do Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) decorreram em Maputo, Pemba e Palma, de 9 a 12 de Setembro de 2013, a Environmental Resources Management (ERM) e a IMPACTO, Lda, empresas responsáveis pelo Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto, informam que o **prazo de envio de comentários ao REIA**, inicialmente marcado para 27 de Setembro de 2013, foi **alargado** para o dia **30 de Outubro de 2013**.

Desde modo, quaisquer comentários/questões/sugestões devem ser enviados até 30 de Outubro de 2013 para o seguinte endereço:

Sandra Fernandes

AMA1 LNG Project

ERM/ Impacto Ref: 0133576

IMPACTO Lda – Sector de Consulta Pública

Av. Mártires da Machava, 968

Maputo, Moçambique

Tel: +258 21 499 636; Fax: +258 21 493019

E-mail: consulta.publica@impacto.co.mz; sfernandes@impacto.co.mz



IMPACTO
PROJECTOS E ESTUDIOS AMBIENTAIS



ANEXO C

MODELOS DE CARTAS-CONVITE PARA AS REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

FASE DE EPDA

Maputo, 12 de Setembro de 2011

Para:

Cabo Delgado

Assunto: Convite para reunião de apresentação do rascunho do relatório do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e dos Termos de Referência (TdR) do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Ex^{mo/a} Sr./Sr^a .,

Em Dezembro de 2006 a **Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1)** e o seu parceiro **Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH)** assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL.

A AMA1 designou a **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda** para efectuarem a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

O processo de consulta à sociedade civil é parte integrante da Avaliação de Impacto Ambiental. Deste modo, como parte desse processo de consulta pública e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do **Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA)**

e Termos de Referência (TdR) para o EIA, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas abertas nas Cidades de Pemba e de Maputo e no Distrito de Palma.

Deste modo, a ERM e a IMPACTO têm o prazer de convidar V. Excia a participar na reunião de Consulta Pública que irá decorrer na Cidade de Pemba no dia 28 de Setembro de 2011, no Pemba Beach Hotel, das 09:00 às 12:00 horas. A sua presença será para nós muito importante.

Informa-se que as versões do EPDA e TdR em Português e Inglês estão disponíveis no portal: <http://www.impacto.co.mz> e exemplares do rascunho do EPDA e dos TdR também estão disponíveis para consulta nas seguintes instituições **em Pemba**:

DPCA – Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental
INP/DIPREME – Instituto Nacional de Petróleos (Delegação em Pemba)
ANADARKO – Rua 1, nº 432 (Delegação em Pemba)

Em anexo enviamos o **Resumo Não-Técnico** do EPDA.

Para se registar e para eventuais esclarecimentos queiram por favor contactar o **Gabinete de Consulta Pública**: Impacto Lda, Att: Sandra Fernandes, através dos endereços sfernandes@impacto.co.mz ou pelo Telefone: +258 21499636, Fax: +258 21493019 ou Telemóvel: +258 82 3046650.

Agradecemos a confirmação da participação através dos contactos indicados acima até ao dia 23 de Setembro de 2011. Caso não possa participar solicitamos que se digne considerar fazer-se representar por um técnico dessa instituição.

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

António Emílio Leite Couto
Director Geral

Para:

Governo Distrital de Palma
Att: Senhor Pedro Romão Jemusse
Administrador do Distrito
Cabo Delgado

Assunto: Convite para reunião de apresentação do rascunho do relatório do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e dos Termos de Referência (TdR) do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Exmo Sr. Administrador,

Em Dezembro de 2006 a **Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1)** e o seu parceiro **Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH)** assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL.

A AMA1 designou a **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda** para efectuarem a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

O processo de consulta à sociedade civil é parte integrante da Avaliação de Impacto Ambiental. Deste modo, como parte desse processo de consulta pública e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do **Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência (TdR) para o EIA**, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas abertas nas Cidades de Pemba e de Maputo e no Distrito de Palma.

Neste contexto, a ERM e a Impacto solicitam um encontro com V. E^{xcia} e os membros do Conselho Local do Posto Administrativo de Palma, para o dia 27 de Setembro de 2011, no Clube de Palma, das 09:00 às 12:00 horas.

Informamos que o rascunho do relatório do EPDA segue em anexo para essa instituição, para consulta pelas partes interessadas e afectadas, e 10 exemplares do Resumo Não-Técnico.

Esperando a valiosa colaboração de V. Excia, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

António Emílio Leite Couto
Director Geral

FASE DE EIA

From: Mia Couto [mailto:miacouto@impacto.co.mz]
Sent: sexta-feira, 20 de Janeiro de 2012 8:54
To: 'portugallina@yahoo.com.br'
Subject: Reuniao da Anadarko

Exma Sra
Dra. Lina Portugal

Em primeiro lugar, a minha gratidão pelo apoio que tem dado na preparação da reunião de informação sobre o projecto da ANADARKO para a construção de uma Unidade de Liquefacção de Gás no distrito de Palma.

Conforme lhe disse, esse encontro destina-se a manter informados os principais sectores do governo da província sobre o estado e planos dos estudos de impacto ambiental e sobre os estudos de reassentamento. Consultores do consórcio ERM/IMPACTO e quadros da Anadarko estarão presentes para prestar esse breve relatório e responder às questões que lhes forem colocadas. Esse encontro, conforme acertado por telefone, terá lugar no dia 30 de Janeiro, pelas 8:30 e decorrerá nas instalações do Governo Provincial. Gostaríamos de lhe pedir apoio para convidar os membros do governo que considerasse relevantes, estando nós abertos a que essa lista de convidados seja aberta. Os sectores mais importantes a nosso ver são a Coordenação Ambiental, as Pescas, o Turismo, os Recursos Minerais, os Transportes e Estradas, bom como os sectores da Lei e Ordem. Sabemos da existência da Comissão Intersectorial e cremos que seja importante a sua presença.

Gostaríamos de informar que nesse mesmo dia, pelas 14 30 iremos reunir com os operadores turísticos com o mesmo objectivo de os manter envolvidos do processo.

Saudações cordiais

Mia Couto

From: Rosa Alface [mailto:ralface@impacto.co.mz]

Sent: quinta-feira, 19 de Janeiro de 2012 16:33

To: 'jkgtimbers@gmail.com'; 'ilhatecomaji@gmail.com'; 'pembabeach@teledata.mz'; 'pembabeach@raniresorts.com'; 'tratschnig@pembabeach-hotel.com'; 'russellbott@yahoo.com.au'; 'weleamosany@yahoo.com.br'; 'reservation@maluane.com'; 'oscarjom@yahoo.com'; 'ryan.pape@vamizi.com'; 'derek@bluegreenplanning.com'; 'jake.tuggy@gmail.com'; 'amy@bespokeexperience.com'; 'mavula25@yahoo.com.br'; 'matteo@metundo.com'; 'sarjamal23@yahoo.com.br'; 'mafunga1@yahoo.com.br'; 'yussufmz@Yahoo.com'; 'info@londolodge.com'; 'pembadive@londolodge.com'; 'info@kaskazine.com'; 'albertoweleamosany@yahoo.com.br'; 'pemba@guludo.com'

Cc: 'miacouto@impacto.co.mz'

Subject: Convite para a reunião do projecto de instalação de uma Fábrica de gás

Prezados Senhores,

No âmbito do projecto para a instalação de uma fábrica de gás liquefeito a ser desenvolvido pela ANADARKO, é intenção das empresas de consultoria ERM e Impacto manter os operadores turísticos informados sobre o desenvolvimento dos estudos técnicos que estão sendo efectuados. Assim, gostaríamos de convidá-los para um encontro a realizar-se na cidade de Pemba no dia 30 de Janeiro de 2012 nas instalações do Pemba Beach Hotel pelas 14:30 horas.

Para mais informações, entrem em contacto pelos endereços abaixo:

sfernandes@impacto.co.mz & ralface@impacto.co.mz

Agradecemos desde já a vossa colaboração.

Cumprimentos,

Mia Couto.

Para:

Maputo

Assunto: Convite para Reunião de Informação sobre o Desenvolvimento dos Estudos Técnicos e do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Ex^{mo/a} Sr./Sr^a.,

No âmbito do projecto para a instalação de uma fábrica de gás liquefeito a ser desenvolvido pela Anadarko na Província de Cabo Delgado, é intenção das empresas de consultoria ERM/Impacto manter informados os principais sectores do Governo Central sobre o desenvolvimento dos estudos técnicos (Estudo de Impacto Ambiental e estudos de reassentamento) que estão sendo efectuados.

Assim, gostaríamos de convidar V. Excia para um encontro a realizar-se na Cidade de Maputo no dia 1 de Fevereiro de 2012, no Hotel Girassol, das 09:00 às 12:00 horas.

Consultores do Consórcio ERM/IMPACTO e quadros da Anadarko estarão presentes para prestar esse breve relatório e responder às questões que lhes forem colocadas.

Agradecemos a confirmação da participação de V. Excia, através dos contactos indicados abaixo, até ao dia 30 de Janeiro de 2012. Caso não possa participar solicitamos que se digne considerar fazer-se representar por um técnico da V. instituição.

Endereço de contacto: Gabinete de Consulta Pública - Impacto Lda, Att: Kete Fumo, kfumo@impacto.co.mz, Telefone: +258 21499636, Fax: +258 21493019 ou Telemóvel: +258 823046650.

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

António Emílio Leite Couto
Director Geral

Para:

Maputo

Assunto: Convite para reunião de apresentação do rascunho do relatório do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Ex^{mo/a} Sr./Sr^a.,

Em Dezembro de 2006 a **Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1)** e o seu parceiro **Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH)** assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL. Actualmente, tal como a AMA1, a **Eni East Africa S.p.A.** também é proponente do projecto.

A **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda** foram designadas pelo proponente (AMA1 e Eni East Africa S.p.A.) do projecto para conduzirem o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

O processo de consulta à sociedade civil é parte integrante da Avaliação de Impacto Ambiental. Como parte desse processo de consulta pública e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas abertas no Distrito de Palma e nas Cidades de Pemba e Maputo.

Deste modo, a ERM e a IMPACTO têm o prazer de convidar V. Excia a participar na reunião de Consulta Pública que irá decorrer na Cidade de Maputo, no dia 9 de Setembro de 2013, no Hotel VIP, das 09:00 às 12:00 horas.

Informa-se que as versões do EIA, em Português e Inglês, estão disponíveis no portal: <http://www.impacto.co.mz> e exemplares do rascunho do EIA estão também disponíveis para consulta nas seguintes instituições em Pemba:

- DPCA – Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental
- INP / DIPREME – Instituto Nacional de Petróleos (Delegação em Pemba) / Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia

Em anexo enviamos o **Resumo Não-Técnico** do EIA.

Para se registar e para eventuais esclarecimentos, queira por favor contactar o **Sector de Consulta Pública**: Impacto, Lda, através dos endereços consulta.publica@impacto.co.mz ou pelo Telefone: +258 21499636, Fax: +258 21493019 ou Telemóvel: +258 82 3046650.

Agradecemos a confirmação da participação através dos contactos indicados acima até ao dia 6 de Setembro de 2013. Caso não possa participar solicitamos que se digne considerar fazer-se representar por um técnico dessa instituição.

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

António Emílio Leite Couto
Director Geral

Para:

Cabo Delgado

Assunto: Convite para reunião de apresentação do rascunho do relatório do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Ex^{mo/a} Sr./Sr^a.,

Em Dezembro de 2006 a **Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1)** e o seu parceiro **Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH)** assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas especificamente para transportar GNL. Actualmente, tal como a AMA1, a **Eni East Africa S.p.A.** também é proponente do projecto.

A **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda** foram designadas pelo proponente (AMA1 e Eni East Africa S.p.A.) do projecto para conduzirem o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

O processo de consulta à sociedade civil é parte integrante da Avaliação de Impacto Ambiental. Como parte desse processo de consulta pública e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões de consulta às partes interessadas e/ou afectadas no Distrito de Palma e nas Cidades de Pemba e Maputo.

Na Cidade de Pemba será realizada, para além de uma reunião pública aberta, uma reunião com um grupo específico, nomeadamente constituído por partes interessadas dos sectores de Turismo e Pescas ou relacionadas com estes sectores (aqui designado “Grupo de Turismo e Pescas” para efeitos de consulta pública para este projecto). Pretende-se, juntando este grupo, criar uma oportunidade de discussão mais profunda e detalhada de questões de interesse particular para estes sectores.

Assim, a ERM e a IMPACTO têm o prazer de convidar V. Excia a participar na reunião do “Grupo de Turismo e Pescas”, a ter lugar na Cidade de Pemba no dia 10 de Setembro de 2013, no Hotel Kauri, das 14:00 às 16:00 horas.

Como parte do grupo do “Grupo do Turismo e Pescas”, está igualmente convidado a participar na reunião de Consulta Pública (reunião aberta) que irá decorrer na Cidade de Pemba no dia 12 de Setembro de 2013, no Pemba Beach Hotel, das 09:00 às 12:00 horas.

Informa-se que as versões do EIA, em Português e Inglês, estão disponíveis no portal de Internet: <http://www.impacto.co.mz> e exemplares do rascunho do EIA estão também disponíveis para consulta nas seguintes instituições em Pemba:

- DPCA – Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental
- INP / DIPREME – Instituto Nacional de Petróleos (Delegação em Pemba) / Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia

Em anexo enviamos o **Resumo Não-Técnico** do EIA.

Para se registar e para eventuais esclarecimentos, queira por favor contactar o **Sector de Consulta Pública**: Impacto Lda, através dos endereços consulta publica@impacto.co.mz ou pelo Telefone: +258 21499636, Fax: +258 21493019 ou Telemóvel: +258 82 3046650.

Agradecemos a confirmação da participação através dos contactos indicados acima até ao dia 6 de Setembro de 2013. Caso não possa participar solicitamos que se digne considerar fazer-se representar por um técnico dessa instituição.

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

António Emílio Leite Couto
Director Geral

Para:

Ex.^{mo} Sr. Administrador do Distrito de Palma
Senhor Pedro Romão Jemusse

Distrito de Palma - Cabo Delgado

Assunto: Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Exmo Sr. Administrador,

No âmbito do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado, proposto pela **Anadarko Mozambique Area 1, Lda (AMA 1)** e pela **Eni East Africa S.p.A**, a Environmental Resources Management (ERM) e a Impacto, Lda, empresas responsáveis pela Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto, pretendem apresentar o rascunho do relatório do **Estudo de Impacto Ambiental** nas Cidades de Pemba e Maputo e no Distrito de Palma.

Neste contexto, a ERM e a Impacto solicitam um encontro com a Administração do Distrito que V. Excia dirige, a realizar-se no dia **11 de Setembro de 2013, das 9:00 às 12:00 horas, na sala de reuniões do Clube de Palma**, para a apresentação do rascunho do relatório de EIA.

De modo a assegurar uma ampla divulgação deste Projecto, sugerimos e solicitamos a V. Ex^{cia} que para este encontro possam ser convidados os membros do Governo do Distrito residentes na sede e os membros do Conselho Local do Posto Administrativo de Palma. Dada a natureza do projecto, solicitamos ainda que a Administração estenda o convite a todas as partes interessadas que possuem concessões em Palma (não nos foi possível até ao momento obter das entidades governamentais a nível da Província uma lista confirmada de Concessionários, à excepção dos senhores Gulzar A. Carim, Omar Nuro e Fátima Jacob, pelo que contaríamos, se possível, com o apoio da Administração para contactar aqueles de que tenham conhecimento no distrito).

Gostaríamos de fazer uso desta oportunidade para colocar à disposição da Administração do Distrito, para efeitos de consulta, dois exemplares do rascunho do **Relatório do Estudo do Impacto Ambiental**. Enviamos ainda 50 exemplares de um **Resumo Não Técnico**, para ser distribuído pelos convidados à reunião e a outras pessoas ou entidades consideradas relevantes pela Administração do Distrito.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar os bons préstimos da Administração no sentido de assegurar a reserva do Clube de Palma para a realização da referida reunião.

Antecipadamente agradecemos a valiosa colaboração de V. Ex^{cia} e subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Jorge Lacerda
Director Executivo

Para:

Cabo Delgado

Assunto: Convite para reunião de apresentação do rascunho do relatório do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Ex^{mo/a} Sr./Sr^a.,

Em Dezembro de 2006 a **Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1)** e o seu parceiro **Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH)** assinaram um Contrato de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (EPCC) com o Governo de Moçambique para a Área 1 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Desde então, a AMA1 e seus parceiros adquiriram informação sísmica com segurança e anunciaram quatro grandes descobertas de gás natural em águas profundas na Bacia do Rovuma. Em virtude deste sucesso extraordinário, a AMA1 está agora a planificar o desenvolvimento comercial. O desenvolvimento proposto poderá envolver a perfuração de poços adicionais em mar aberto, o transporte do gás através de um gasoduto submarino para a costa e a construção de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) para converter o gás natural em líquido. Prevê-se que o GNL seja transportado através de um gasoduto para um cais em mar aberto e exportado por embarcações concebidas para transportar GNL. Actualmente, tal como a AMA1, a **Eni East Africa S.p.A.** também é proponente do projecto.

A **Environmental Resources Management (ERM)** e a **Impacto, Lda** foram designadas pelo proponente (AMA1 e Eni East Africa S.p.A.) do projecto para conduzirem o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do projecto.

O processo de consulta à sociedade civil é parte integrante da Avaliação de Impacto Ambiental. Como parte desse processo de consulta pública e para efeitos de apresentação do rascunho do relatório do **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**, a ERM e a Impacto, Lda, irão realizar reuniões públicas abertas no Distrito de Palma e nas Cidades de Pemba e Maputo.

Deste modo, a ERM e a IMPACTO têm o prazer de convidar V. Excia a participar na reunião de Consulta Pública que irá decorrer na Cidade de Pemba no dia 12 de Setembro de 2013, no Pemba Beach Hotel, das 09:00 às 12:00 horas.

Informa-se que as versões do EIA, em Português e Inglês, estão disponíveis no portal: <http://www.impacto.co.mz> e exemplares do rascunho do EIA também estão disponíveis para consulta nas seguintes instituições em Pemba:

- DPCA – Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental
- INP / DIPREME – Instituto Nacional de Petróleos (Delegação em Pemba) / Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia

Em anexo enviamos o **Resumo Não-Técnico** do EIA.

Para se registar e para eventuais esclarecimentos, queira por favor contactar o **Sector de Consulta Pública**: Impacto Lda, através dos endereços consulta.publica@impacto.co.mz ou pelo Telefone: +258 21499636, Fax: +258 21493019 ou Telemóvel: +258 82 3046650.

Agradecemos a confirmação da participação através dos contactos indicados acima até ao dia 09 de Setembro de 2013. Caso não possa participar solicitamos que se digne considerar fazer-se representar por um técnico dessa instituição.

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

António Emílio Leite Couto
Director Geral

ANEXO D

REGISTOS DOS PARTICIPANTES DAS REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA

FASE DE EPDA

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Palma, Terça-feira, 27 de Setembro de 2011, 09h00 – 12h00

Distrito de Palma

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Assane Issa	Mule	c.c. Poto	
Beatriz Fernandes	Inkulerino	c.c. Poto	
Akiba Bwaimo	Barabarame	c.c. Poto	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Palma, Terça-feira, 27 de Setembro de 2011, 09h00 – 12h00

Distrito de Palma

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Silvador Voco	SECRETARIA DISTRITAL	Técnico do PATRIMÓNIO	825276577
Pedro Romão Jéssica	-	Adm / Dev	822842532
ALFANE CÉSAR	CAO DIST. PRM	COORDENADOR	824677070 840211493
MÁRIO J. RASSUL	ANADARKO	Env. Urban Affair	823069340
John Poffe	Anodorico	DB	848372410
Isabel Evans	FEM	Env. Consultant	0027 7170087

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Palma, Terça-feira, 27 de Setembro de 2011, 09h00 – 12h00

Distrito de Palma

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Issafo Assame	B. Barabaramé	Líder Comunitário	
Saide Tarize	B. Basula	Líder C.	829696427
Nasir Schemani	Bairro Muaba	Líder	
Bacar Ali mbale	Bairro Guilawa	Líder comunitário	
Amoy Saide	Beira Sulimani	Líder comunitário	820847647
		LÍDER COMUNITÁRIO	81.68.29698

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Palma, Terça-feira, 27 de Setembro de 2011, 09h00 – 12h00

Distrito de Palma

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Saide Arubica	Membro da Comunidade	Convidado Permanente	820769334
Ali Imail Jorge	" "	Influente	
Jorge Felino Ali	" "	" "	
Goncalves Bacar	membro do CC Posto	CC. Local: Saide	82286682 842450214
Issafo Meir Dine	Comunidade Sulimani	Influente	
Meir Dine Abdalo	" "	" "	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO
REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Palma, Terça-feira, 27 de Setembro de 2011, 09h00 – 12h00

Distrito de Palma

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Faustino Gilberto	Téc do SDEJT	Membro do Conselho Técnico	840575226 823187101
Gilberto S. Musuvarre	Téc S. Assistência	Membro CTD	827746855
Feliciano Muniz	Com. Augusto Cívica	Membro	825815801
Padre Faustino Simbando	Igreja Católica	Pároco	842226595
Pedro Varela Ch. Mendes	SDAE - Tec Pesca	TEC - Pesca	828428620
Vasco Quiteros Meira	SDAE - CAJU	AGRICULTURA	823141541

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO
REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Palma, Terça-feira, 27 de Setembro de 2011, 09h00 – 12h00

Distrito de Palma

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Issafo Cheneve	Beira Quelmane	Após. Religioso	
Burrito vomuets	Mute	Membro C.C. Poto	
Cristian Assane	Mute	" "	
Amade Selmanne	Bagala	Lider Religioso	
Mi Namade	Barabarane	" "	
Jelino San de Lupata	Bagala	" "	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Palma, Terça-feira, 27 de Setembro de 2011, 09h00 – 12h00

Distrito de Palma

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Joaquim Ducas Mamede	Serviço Distrital de Educação	Director do Serviço	825437040 825736531
Eudésio Naldo Lago	Serviço Dist. Saúde, M. de Saúd	Director do Serviço	847961091
Adónio Valério Kautsky	Comité Distrital - EPDA/11/10	1.º Secretário Ad. Palma	825640115

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
SÓNIA	MACIEL	AGA KHAN FOUNDATION	DIRECTORA REGIONAL DE PROGRAMAS	PEMBA			+ 82-3075770	sonia.maciel@akdn.org
Lúcia	JOFRICE	FOCADE	Membro	Pemba			823035367	lucia.jofrice@repr.f
António	Diis	"	"	"			824863360	antoniop@vni.com.mz
IMAMO	MUSSA	"	SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	"			820265820	focade.pemba@tdm.co.mz - www.focade.mz

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Assane Simão da Silva	da Silva	Fórum Terra de Cabo Delgado	COORDENADOR Provincial	Rua dos INOS (FOCADE)			826634490	assane.dasilva@ymail.com
Marquês	LAMBEVAMBÉ	PROGRESSO	MEMBRO	Rua do GINETEIRO Nº 109 PEMBA	272 20734	"	823004692	progresso@pemba@tdm.co.mz
MARINHO	FUNGULANA	VERDEJAZ LDA	GESTOR	AV. MARCELO PDAIA DA WINDIE	272 21972	272 21972	828097110	marfinsol@yahoo.com.br
Emerson	Ubisse	FOCADE Grupo Temático de Governo e Rec Nat.	Membro	Dua/Zona do Inos (FOCADE)			826708170	navef19@tdm.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
José Paulino	Cossa	Gabinete de Direção Jurídica do MHLH	Administrador do Gabinete	Bairro de Amunt	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	827079056
					e-mail:	joselaubin.cossa@gmail.com
Adriano	Amade	Fring & Botica's Planilhas Account's Fluvial-PRM	Chefe de Projecto para as Juntas Navais	Bairro de Pariaço	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	825438400
					e-mail:	
Amade Garrett	GARRETT	IDPPE - Pemba	Técnico de desenvolvimento Social	Bairro 3 Fevereiro	Tel No:	826410624
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	amadegarrett@yahoo.com.br
Jaime Feário	Senado	Conselho Comunitário de Pesca de Pucela (CCP-R)	Presidente	Bairro de Pasquiquel	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	894056987
					e-mail:	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
Dr Anselmo	Cesario	Rádio sem Fronteiras	Director	Rua 048 Cidade de Pemba	Tel No:	272 21315
					Fax No:	272 20335
					Cell No:	829845600
					e-mail:	anselmocesario@sem.com
Comenahla	Fredónio	Rádio sem Fronteiras	jornalista	Rua 018 Cidade de Pemba	Tel No:	821517049
					Fax No:	-
					Cell No:	821517049
					e-mail:	-
Idrissa	Mamad	Focade	Oficial de Comunicação		Tel No:	
					Fax No:	87220348
					Cell No:	826881195
					e-mail:	idrissa@quail.com
VIVALDINO	RANZE	AMA	COORDENADOR EXECUTIVO	RUA DO ARIAS CIDADE DE PAMBA	Tel No:	27221581
					Fax No:	
					Cell No:	826574251
					e-mail:	vivaldino@outlook.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
ANÍSSE	ISSA	BASE NAVAL DE PEMBA	CHEFE DO ESTADO MAIOR DA BASE NAVAL DE PEMBA	TALOM BASE NAVAL DE PEMBA	82 27 43 463			
DE ROMEA	NAUJOIS	HELVETAS	CONSULTORA EXTERNA	PEMBA, C. D.	82 5302168			dnaujois@yahoo.de
NICOLETTA	SPAGNUOLO	G.V.C.	Representante italiana	PEMBA	82 7531271			nicde3vi@yahoo.it
MAHARI	TECLE	MAHARI TECLÉ ARCHITECTURA CONSULTORIA	RESPONSÁVEL	PEMBA RUA O.34 Nº 82	82 70 21 310			m2kka110@hotmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Stelio	Tandane	ASSOCIAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CABO DELGADO					82 6881420	tandane@yahoo.com.br
CRISTINA	ESTEBAN	AGENCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTER. NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	TÉCNICA	Avenida 16 Julho Edif. Cooperativo Pemba	272 21614		826556035	cristina.esteban@acid.org.ue
LEOPOLDINO	JERÓNIMO	HELVETAS SWISS INTERCOOPERATION (CABO DELGADO)	OFICIAL DE COMUNICAÇÃO	Rua (Rargim) CI III n°2051, C.P.79, Pemba	272 21425	272 21624	823069608	leopardino.jeronimo@helvetas.org
Barbara	Kruspán	Ride Helvetas	Consultora	40 FOCADE Rua Vag. vel, Pemba Rua CI III n°2051, Pemba	27		827199100	barbara.kruspan@gmx.ch

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
MARIANA	Maijaj	DPICRISTO	SAG-CD		Tel No: 27220412 Fax No: " " Cell No: 820386122 e-mail: m.maijaj@yahoo.com
Polizinho	Napica	DPCA	Geógrafo		Tel No: 272 20353 Fax No: 272 20353 Cell No: 824394840 e-mail: p.napica@yahoo.com.br
Karen	Scheeman	TECOMAJI	Administrador	EN 106, Muxara	Tel No: 825529826 Fax No: Cell No: e-mail: kgtimbres@gmail.com
SUZANA	MUSSA	ENH	HSE	MAPUTO	Tel No: Fax No: Cell No: 824308420 e-mail: SUZANA.MUSSA@ENH.CO.MZ

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
CRISTIANO	AUGUSTO	FÓRUM TERRA DE CABO DELGADO GRUPO TEMÁTICO DE RECURSOS - NATURAIS.	FÓRUM TERRA - OFICIAL DE PNEA GRUPO TEMÁTICO FORNADOR EM RECURSOS NAT.	JUNTO A FEDADE- PENHA.	Tel No: 827347860 Fax No: Cell No: 827347860 e-mail:
RAIMUNDO	BACHIRE	UNIAO PROVINCIAL DE CAMPONESES GRUPO TEMÁTICO DE GESTÃO DE R.N.	UPC - GRUPO TEMÁTICO DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS	JUNTO A UNIAO PROVINCIAL DE CAMPONESES DE CABO DELGADO	Tel No: Fax No: 20205 Cell No: 826704384 e-mail:
Hermes	Teófilo	CEPAM - Centro de Pesquisa do Ambiente, Turismo e Costeiras	Director	Atuiba Pemba	Tel No: Fax No: Cell No: 823988220 e-mail: hermespaules@cepam.com.br
Luis	Mamede	Administração Marítima de Pemba	Técnico	Rua do Porto-c? n.º 6	Tel No: Fax No: Cell No: 825352365 e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Jesus	Margarida Moorea	Liga Abogambica na dos Direitos Humanos	Coordenadora S.O. 86	Jane X11 Supermercado da PRH	Tel No: 27230023 Fax No: Cell No: 826481590 e-mail: maria.moores@yahoobm.com
Isabel	Isabel da Silva	WWF e Universidade de Leiria	Professora Oficial de Investigação	ILHA DE VATIKI C/ POSTAL 319 PEMBA	Tel No: 825652526 Fax No: Cell No: e-mail: ISABEL-OCEANARIO@VATIKI.COM
MATTEO	VAGHI	ILHA DE METUNDO	ADMINISTRADOR	PEMBA RUA MARGINAL	Tel No: Fax No: Cell No: 84/3656361 e-mail: MATTEO@METUNDO.COM
Russell	Bott	Pemba Village Lodge	Turismo operacional	Pemba Herdade Village	Tel No: Fax No: Cell No: 51 6562730 e-mail: russellbott@fanco.com.mz

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
NEIC Sumner		Anadarko	Site characterization		Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
Cory Weibel		Anadarko	Facilities Project Manager		Tel No: +1 832 636 3184 Fax No: Cell No: e-mail: Cory.Weibel@anadarko.com
Erin Moore		Anadarko	Sustainability		Tel No: +1 832 636 1129 Fax No: Cell No: e-mail: erin.moore@anadarko.com
KAMAL G. Isabel E		Elson	ES&IA		Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Augusto	Anane	DPCA-MICCA	TÉCNICO	R. JERONIMO ROMERO- CIDADE BAYXA	Tel No: 272 20353 Fax No: 272 20353 Cell No: 82 6874330 e-mail: hufraco07@yahoo.com.br
Arturo Fidalgo	Júlio	Jornal Horizonte	Reportér	Av. 7 de Abril	Tel No: 272 21112 Fax No: Cell No: 82 57 17 178 e-mail: arturo.fidalgo.ir@hotmaill.com
Paulina	Sarvilatti- Jimenez	Centro de serviços de desenvolvimento e cooperação (CEPA) - GRUPO TEMÁTICO DE GOVERNANÇA E MEIO AMBIENTE	official de Programas	Av. Eduardo Morel lane Edifício STEGIAS	Tel No: 82 3032108 Fax No: Cell No: e-mail: paulina.sarvilatti-jimenez@cepa
					Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Cidade de Pemba, Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011, 09h – 12h
Pemba Beach Hotel

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Alberto	Welmno	D.E BEACH RESORT Lda	DIRECTOR ADJUNTO	PEMBA MARRINGUAAA	Tel No: 272 29095 / 222 29148 Fax No: Cell No: 824970790 / 844848100 e-mail: welmno@yaho.com.br
					Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
					Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
					Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Américo	Ubisse	CVM	Secretária Geral	Av. Agostinho Neto			823062932	americo.ubisse@cedesa.org.mz
ELSA	SILINDAUS	CVM	INTERNA AUDITOR	AV. AGOSTINHO NETO			829128909	elsa.silindaus@cedesa.org.mz
Hossane Mazuchante	Azeiteiro	AURECON	Consultor Ambiental	Rua José Núñez N.º 78			820932020	hossane.azeiteiro@com aurecongroup.com
Estanço	Nofeja	CITC M	Técnico	AV. 24 de Fevereiro			827825478	habechande@gmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Abba	ulaga	Trustee de Habitação Natural	Unica	Av. 24 de Fevereiro da Zambuje			824645300	abba.ulaga@vahoo.com.br
Paulo	Santana Afonso	Instituto Investigação Pesquisas	Director	Mar tse tung 384, Maputo				
Orlando	Rato	Unifac	Professor	Matandala				21460285
Árabe	Arcanjo	INAM Instituto Nacional de Meteorologia	T. Engenharia Red. Obras	Rua de Muc bura 213			824761602	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
Matha	Carla	Instituto Nacional de Petróleos	Leitora		Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	826117610
					e-mail:	matheia.carla@in.petroz.mz
Dereis	Monteiro	Instituto Nacional de Petróleos	Técnicos		Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	828047637
					e-mail:	dereis.monteiro@in.petroz.mz
Aurório	Simbirã	STATUS CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO	Jornalista		Tel No:	status.enquemas@status.com
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	
Isabel	Evans	ERM	Estilista	CPA Tower, SH	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
Raquel	Fernandes	CENTRO TERRA UVA	Assistente Programadora dos Recursos Naturais	Bairro DA COOP, RUA D Nº 27	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	825201039
					e-mail:	r.fernandes@ctu.pdg.mz
Dique	Bacal	CPI- Centro de Promoção de Investimentos	Analista de Projecto	Rua da Imprensa 2/c, prédio 33	Tel No:	21313310/293
					Fax No:	21313325
					Cell No:	827575119
					e-mail:	dbacal@cp.i.com.mz
He'lio	Ernesto	MUGED Mulher, Género e Desenvolvimento	Oficial de Projectos e Comunitaria	Av. Assalcar Cabra, nº 903	Tel No:	823977767
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	hrodage@holozul.com
Leonel	Obst	UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA	ESTADANTE FINALISTA		Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	827763150
					e-mail:	leonel-obst@hotmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Amadeo Maujati	Maujati	Direção Nacional de Geologia	Técnico de Geologia	Praça 25 de Junho	Tel No: 82465200-Adm@nfgt.mt	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Nelsia Mauhiqui	Mauhiqui	FUNAE	Técnica Ambiental	Rua da Imprensa 6: andar	Tel No: 824738070	Fax No:	Cell No:	e-mail: nelsiamauhiqui@funae.mt
Erica Balango	Balango	MIREM-DNM	técnicas Ambiental	Praça 25 de Junho 1E Andar	Tel No: 21330024	Fax No:	Cell No: 822704390	e-mail: balango75@yahoo.com.br
Luís Francisco	TESE	DINET (Ministério de Educação)	Coordenador de Finanças de Têcnicas e Prof. do Ensino 10º	Av. 24 de Julho, 167 7º Andar Direto	Tel No: 824773680	Fax No:	Cell No: 824773680	e-mail: Luis.Tese@meec.gov.mz

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Pa'soa	Ylinda	Centro Terra Viva	Jurista	Rua D nº27 Baixo da Coop	Tel No: 21416131	Fax No: 21416134	Cell No: 864857750 / 821316252	e-mail: pasoa.ylinda@hotmail.com
Judista	Saite	MIREM	Estagiária	Av. Rio Tembe nº 24	Tel No: 825649185	Fax No:	Cell No:	e-mail: JudistaSaite@gmail.com
ELVES	FRANCISCO	MIREM/DEMA	Técnicos Ambient	Praça 25 de Junho	Tel No:	Fax No:	Cell No: 82382338	e-mail: FRANCISCOVES@GMAIL.COM
José	CHAMBA	RULIMA	TECNICO DE PROJECTOS	M. KARL MAREX B. CENTRAL	Tel No: 82795070	Fax No:	Cell No:	e-mail: CHAMBAJ@GMAIL.COM

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Domingos	Gomes	INAMARA	Director de Serviços	Rua N. Gungu nyasse 297 Maputo	Tel No: 21 201963/21 Fax No: 21324007 Cell No: 823764300 e-mail:
COLLINS	B.P.	ANADARKO	MANAGER		Tel No: Fax No: Cell No: 84 30 12195 e-mail: barclay.collins@anadarko.com
Josefa	Jussar	DNATA/MICOA	chefe de Departamento de CA	Av. Acordos de Lusaka nº 2020	Tel No: 21 466245 Fax No: 2146 4683 Cell No: 824204070 e-mail: josefa.jussar2000@yahoo.com.br
Lina	Langa	D. Nacional de Geologia	Estagiária	Av. Joaquim Machel nº96 Helder	Tel No: Fax No: Cell No: 827865160 e-mail: lina.langa@yahoo.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Humberto	Essemana	KEPA-SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO	Oficial de Programa 3	Rua Simão da Silva nº62	Tel No: 823051229 Fax No: Cell No: 823051229 e-mail: Humberto.essemana@kepa.fi
Lina	Seabra	DNATOP-MICOA	Técnica	Av. Acordos de Lusaka	Tel No: Fax No: Cell No: 826229210 e-mail: lina@hotonai.com
Sean	Nazera	WWF			Tel No: 82 397 2000 Fax No: Cell No: e-mail: SNAZERACI@wwf.org.MZ
Michael	Belarmino	Estadante ISRI		Zimpeto	Tel No: 8255 08658 Fax No: Cell No: 8255 08658 e-mail: mibelarmino@yahoo.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
Edmundo Ambrós	Zuber	Ministério de Turismo e Recreação do Turismo	Técnico	Av. Margul 10 de Novembro	Tel No:	82 484 1030 / 84 421 024
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	eduardozuber@gmail.com
Amadeu	Cossa	INICIATIVA MOÇAMBICANA PARA BOA GOVERNAÇÃO	Ponto focal na Plataforma	Av. 24 de Julho	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	82 354 3954
					e-mail:	amadeucossa@unhcr.org
Horacio	Gervasio	Consultor/ANAA	Consultor		Tel No:	8
					Fax No:	
					Cell No:	82 989 7540
					e-mail:	horacio.gervasio@gmail.com
Aminda	Afonso	Ministério da Planificação e Desenvolvimento	T. Superior	Armed Skae Torre nº21	Tel No:	2149 2717
					Fax No:	249 7663
					Cell No:	82 871 6980
					e-mail:	afonso@mpd.gov.mz

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
SIDÓNIO	CONTAGE	MICOA-DALGA	TÉCNICO	Av. Alvor dos de Lusaka 2115	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	82-494000
					e-mail:	SidoContage2008@yahoo.com
Rolando	Ceusa	IMPROG	Activista	Av. 24 Julho	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	822477400
					e-mail:	
Sergio	Machave	IMPROG	ACTIVISTA	AV. 24 Julho	Tel No:	8257 24982
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	
Stiven	Fernão	INICIATIVA MOÇAMBICANA PARA PROMOÇÃO DE BOA GOVERNAÇÃO	PONTO FOCAL NA PLATAFORMA PARA INDÚSTRIA EXTRACTIVA	Av. 24, julho	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	8275 89788
					e-mail:	stivenfernao@yahoo.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
JORGE	MUNAHUMU	CD EM MOVIMENTO Associação dos Amigos e Natorais de CABO DELGADO	Director de planejamento	Ministério da Gestão pública Av. 10 de Novembro 110	21780469	
ERICA	POZZO	Banco Sella Holding	I.R. manager	Ave Nyazere Maputo 300	847731531	
ALEXANDRE	EYHARD	ENI EAST AFRICA S.A	USE MANAGER	AV. JOVANE 877 MAPUTO	8	
Namule	GRINORD	Plataforma recursos humanos	A.T.	R. Namule Nucor		

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
CRISTIANO	SALIANO	ENI EAST AFRICA S.A	General Manager	Av. JOVANE 877	843213211	
CLAUDIA	HAUSATÉ	WWF - MOZ	Governance Officer	NVA HAUSATÉ HAUSATÉ, 213		
Leonor	Machiana	IDPPE	Técnica			
ARMANDO	MANHISA	AGENCIA DO ZAMBEZE	Técnica	Avi 24 de Julho Praça do INSS	8	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Rogério Daniel	CHICHAMBE	UP	Gestor Ambiental	Av. 24 JULHO N.º 223			845782210	CHICHAMBE@HOTMAIL.COM
Fernando Ca.	CARREIRA	ALSTOM	REPRESENTANTE	RUA DE TCHAMBA 405, MAPUTO	21 491765	21 491763	82316 82 10	ND.CARREIRA@TDM.CO.MZ
Josina Hansberger	Hansberger	Ministerio da Energia	Representante	AV. 25 de Setembro			823275350	josinam@yaboo.com
Emílio André	ANDRE	IFP	Representante	1100 12a Turm n.º 385			824922690	randre01@hotmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Helio A	Bambo	UEH	Estudante					heliobambo@iadm.co.mz
Aurélia	ATIPO	MICOA	Professora				84 81 61 370	LABATIPO@YAHOO.COM
Rogério	Danúbio	DPLA - Maputo	Técnico				82 9812340	r.danubio@gmail.com
Gracinda	Vilanculos	UP	estudante				825976976	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

1ª Reunião de Consulta Pública (Fase de EPDA): Maputo, 30 de Setembro de 2011, Hotel Girassol Bahia, 9 - 12H

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Minaldo	Rezano	Estudante U.E.M	Estudante		Tel No: 767652875	Fax No:	Cell No:	e-mail: MinaldoRezano@GirassolBahia
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:

FASE DE EIA

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Provincial (Fase de EIA)
Cidade de Pemba, Governo Provincial, 30 de Janeiro de 2012, 08:30h - 11:30h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
Célia	AV GUSTO	DPTUR	Técnica D. A. conservação	Pemba	272 21 860	272 21 860
Beatriz	Isidoro	ppescas	Técnicas Administrativas Pesqueiras	Pemba	272 20 666	272 20 666
Ms Argentina	Simão	DPHAS	Director	Pemba	829 32 030	829 32 030
Rui VIAI	FRANCO	FG-FRONTIÇAS	CGM do REG. FRONTIÇAS	FUCDA	829 37 290	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Provincial (Fase de EIA)
Cidade de Pemba, Governo Provincial, 30 de Janeiro de 2012, 08:30h - 11:30h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
Tomás	BRANCO	Polícia Marítima	CHEFE DAS OPERAÇÕES	Pemba	8255 26471	
Julian	Vicente	DPTTrabalho	Substituto Director	Pemba	826880640	
MATEUS	MATUSSE	DPIC	DIRECTOR PROVINCIAL	PEMBA	272 20328	272 20328
Dino	CAVASSO	DPSPH	Director Provincial	Pemba	82 829 2516	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Provincial (Fase de EIA)
 Cidade de Pemba, Governo Provincial, 30 de Janeiro de 2012, 08:30h – 11:30h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Fernando	Njau	DIRECÇÃO	Coord. DPT	RUA 12	Tel No: 272 21 900 Fax No: Cell No: 826886390 e-mail:
STAVEL	BUANAR	DPTC	DIRECÇÃO	RUA JERONIMO RODRIGUES	Tel No: Fax No: Cell No: 826835630 e-mail:
Luis	Manuel	ADMAR	Tecnico	PORTO	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
Rana	Salia	CHAEM	inspector sanitaria	C5 CITE MO	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Provincial (Fase de EIA)
 Cidade de Pemba, Governo Provincial, 30 de Janeiro de 2012, 08:30h – 11:30h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Tiago	Cherene	DPA/SPGc	chefe dos Servicos Provinciais	Praça Guingone	Tel No: 27221029 Fax No: 826081186 Cell No: e-mail:
Jose	Jubius	SProv.	Tecnico da Secretaria	SProv.	Tel No: 847427193 Fax No: Cell No: e-mail:
GARRET	AMADE	IOPE	Tecnico		Tel No: Fax No: Cell No: 826410624 e-mail:
Manuel	Daniel	IAPPE	delega do	Barro NOTITE	Tel No: 2721626 Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Provincial (Fase de EIA)
Cidade de Pemba, Governo Provincial, 30 de Janeiro de 2012, 08:30h – 11:30h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
NICOLAU	MOISES	Serviços Provin ciais de Florestas e Fauna Bravia	Chefe Fiscalização	Pemba Exporum	Tel No: Fax No: Cell No: 826887250 e-mail: moises-192001@yca.com.br
Delfina	Mandante	DPCA	Técnica	Rua Jerônimo Mo Romero	Tel No: Fax No: Cell No: 828827700 e-mail: delfina@yca.com.br
Gracilda Tamba	Tamba	DPEC	Directora	Av. 16 de Junho	Tel No: 26961518 Fax No: 27221254 Cell No: 823085710 e-mail: gracilda.tamba@gmail.com
Jose	Domingos	F. dos Recursos Naturais	Técnico	B. Natite	Tel No: 823838593 Fax No: Cell No: 823838593 e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Provincial (Fase de EIA)
Cidade de Pemba, Governo Provincial, 30 de Janeiro de 2012, 08:30h – 11:30h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Augusto	Araujo	DPCA	Técnico	R. Jerônimo Romero	Tel No: 272 20353 Fax No: 272 20353 Cell No: 82 6874330 e-mail: augusto@yca.com.br
Amílcar	MAZUMU	DPA	CHEFE DE SERVIÇOS IND. ACTIVIDADES	Pemba	Tel No: Fax No: Cell No: 825408403/840634362 e-mail: amilcar@yca.com.br
Raimundo	Lázaro	DPPF	Director Adjunto	Pemba	Tel No: 27220946 Fax No: 27221414 Cell No: 826952680 e-mail: raimundo@yca.com.br
Cesário	Sesce	DPS	Médico Dpto Provincial	Av. 16 Junho	Tel No: 272 20536 Fax No: Cell No: 827749410 e-mail: cesarioaugustoesce@yca.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Provincial (Fase de EIA)
 Cidade de Pemba, Governo Provincial, 30 de Janeiro de 2012, 08:30h – 11:30h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS							
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:				
hina a Portugal	Portugal	Secretaria Provincial	Secretaria Permanente	Av. 16 de Junho	Tel No:		Fax No:		Cell No:	823196166/843196166	e-mail:	patugalle.com@yahoo.com
					Tel No:		Fax No:		Cell No:		e-mail:	
					Tel No:		Fax No:		Cell No:		e-mail:	
					Tel No:		Fax No:		Cell No:		e-mail:	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com os Operadores Turísticos (Fase de EIA)
Cidade de Pemba, Pemba Beach Hotel, 30 de Janeiro de 2012, 14:30h – 17:30h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
THOMAS	ABUSACOME	MITHI, DA ILHA DE VINDOJA	DIRECTOR	ESTRADA NACIONAL N: 106 - CP 77 MUNICIPA - PETAJA	24961161/24961088	27221920	978146946/848146946	tomkatalabuse@vindoja.com
Karen	Schaeman	Tecomaaji	Administrator	EU 106 Muzama, Pemba			82 552 9926	kjkgbambers@gmail.com
Albino	SAMIKKELA	DBE BEACH RESORT	Adjuncto Director	Pemba Maringamho	272 290 95		824970790/844748100	welkom@yaho.com.br
Clare	CLIPS	KASKAZINI LA	Manager	Pemba Beach Hotel	823096990	272 20371		info@kaskazini.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com os Operadores Turísticos (Fase de EIA)
Cidade de Pemba, Pemba Beach Hotel, 30 de Janeiro de 2012, 14:30h – 17:30h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Russell	BOTT	Pemba Maheu Lodge	Director	Pemba Maheu Lodge			82 6362780	russellbott@famos.com.mz
CASSIANO	CAVEZ	GULUDO BEACH LODGE	COORDENADOR DAS RELAÇÕES COM CLIENTES	MACONZA HUCOJO	272 21757		827234470	pemba@gulude.com
INAKEL (FERREIRA)	TEULUOLA	KILACUUI, LOA & DAWI SARAUU, LOA	RESPONSÁVEL	Pemba			828501410	
Chimpo	TEMBE	PBHTLQSR	DEUTY Manager	PBHTLQSR			843061326	Chimpo@pemba-beach-hotel.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Nacional (Fase de EIA)
Cidade de Maputo, Governo Nacional, 1 de Fevereiro de 2012, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Titouze	Shongo	M. Energia	Director Jussual Analista de Sondagem	AV. 25 de Setembro	Tel No: Fax No: Cell No: 82514905 e-mail: titouze.shongo@mp.gov.mz
Pedro	TRIGATA	TRIGATA/INHA	tecnic	AV. Aconchego de Lusaka	Tel No: 828913903 Fax No: Cell No: 828913900 e-mail: pedro.trigata@mp.gov.mz
Jorgina	Humberto	M. Energia	Assessor de Energia	AV. 25 de Setembro	Tel No: Fax No: Cell No: 82329530 e-mail: jorgina.humberto@mp.gov.mz
Alcides	Alcides	MINAS-DNSA	tecnic	Rua da 17 de Abril	Tel No: alcides.alcides@mp.gov.mz Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Nacional (Fase de EIA)
Cidade de Maputo, Governo Nacional, 1 de Fevereiro de 2012, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
MÁRIO	MARIAS	MARIAS/INHA	Assessor	AV. Aconchego de Lusaka	Tel No: Fax No: Cell No: 821530520 e-mail: mario.marias@mp.gov.mz
Roberta	Carla	INP Instituto Nacional de Energia	tecnic	AV. Aconchego de Lusaka	Tel No: 826117010 Fax No: Cell No: e-mail: roberta.carla@mp.gov.mz
MANUEL	TAFUE	IIP	TECNI GIS	MAO. 25 TUNG. 389	Tel No: 823983314 Fax No: 21492112 Cell No: 82315530 e-mail: M.Tafue@outlook.com
Rosanna Francisco	Francisco	MICOA/ DNAIA	Técnica	AV. Aconchego de Lusaka 2115	Tel No: 844151300 Fax No: Cell No: e-mail: rosanna@mail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Nacional (Fase de EIA)
 Cidade de Maputo, Governo Nacional, 1 de Fevereiro de 2012, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Aleixo	Dias	MINISTÉRIO DO TRABAHO	Professor	Av. 24 de Julho 132341-1AUS	212		928832460	aleixodias@yahoo.com.br
Ambrosio	Silva	Ministério dos Transportes e Comunicações	Director	Av. Machado de Castro 1º 336			828600470	ambrosio.silva@yalec.com.br
Issafo	Sua	CONDES	Técnico	Av. Europa 82			827071870	issafo.sua2008@yahoo.com.br
Fernando	GEMO	MTC	ENGE	Av. MARTINS DE SA 336			21305832	f.gemo@yahoo.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Nacional (Fase de EIA)
 Cidade de Maputo, Governo Nacional, 1 de Fevereiro de 2012, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
ALVARO	CABRAL	ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA	ADJUNTO ADMINISTRADOR MARÍTIMO	R. NGUNGU NHANA			824380770	
GILBERTO	BOTAS	MINED	DIREC TOR NACIONAL DE ENSINO, TEC	AV. 24 JULHO 7º ANDAR MINED			823150980	
Leonor	Machiana	IDPPE	Técnica	Av. Mangochi			825365557	leonor.machiana@gmail.com
ERIKSSON	DUARTE	MIC - DNI	TÉCNICO	AV. 25 DE SETEMBRO, 1502			21327802	erikssonduarte@gmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Nacional (Fase de EIA)
 Cidade de Maputo, Governo Nacional, 1 de Fevereiro de 2012, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
CUSTODIA Filomena	MERQUE Changue	ANE/MOPH ME	Chefe do Dep. de cooperação CPI	Av. de Nacangue que AQUE	Tel No: 9761637	Fax No: 475437	Cell No: 826344806	e-mail: CUSTODIA@que.gov.mz
Filomena	Changue	ME	Directora Adm. de Setembro	Av. 25 de Setembro	Tel No:	Fax No:	Cell No: 825144205	e-mail:
JAME	CHANGUE	ME	TECNICO	AV. 25 DE SETEMBRO	Tel No: 822616460	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Hadjo	MURRAY	ADMA?	Tecnico	Av. Escolas Mangochi	Tel No: 821254180	Fax No:	Cell No:	e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Informação com o Governo Nacional (Fase de EIA)
 Cidade de Maputo, Governo Nacional, 1 de Fevereiro de 2012, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Eulália	MORRIS	TIJNAG	chefe do departamento	Av. das Resistências Hanjus	Tel No: 823933194	Fax No:	Cell No:	e-mail: Eulalia.morris@yaleco.co.mz
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Helena Ulma	De Saes Kangul	Ministério dos Recursos Minerais - Direcção Nacional de Geologia	Técnico N.º 1	M. K. H. H. - Maputo	Tel No: Fax No: Cell No: +384616270/867102912 e-mail:
Sean	Nazerali	CONSULTOR INDEPENDENTE			Tel No: 82 397 2000 Fax No: Cell No: 84 013 5594 e-mail:
Penalva	Pen e	FUNAE	Engenharia Eléctrica e Telecomunicações		Tel No: Fax No: Cell No: 82 3967774 e-mail: penalva-pene@gmail.com
Stelios	MATAVELE	UNIVERSIDADE APOLITECNICA	ESTUDANTE ENGENHARIA CIVIL		Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: stelios.mtsl@hotmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
ALDA	SALOUAIO	CENTRO TERRA VIVA	DIRECTORA GERAL	Av. MARICA NGOUABI 90	Tel No: Fax No: Cell No: 823051660 e-mail: asalouaio@ctv.org.mz
LINO	MANUEL	CENTRO TERRA VIVA	Coordenador do Programa de intervenção ambiental	Bairro Bojambos Maputo	Tel No: Fax No: Cell No: 828065520 e-mail: linomanuel@yahoo.com
Carlos	Quengo	CTV	Supervisor de Fundos	Maputo	Tel No: Fax No: Cell No: +258825800395 e-mail: cquengo@ctv.org.mz
Braze	rafael	CTV	Investigador ambiental	Maputo	Tel No: 825931670 Fax No: Cell No: e-mail: braze@ctv.org.mz

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Manuela	Wing	Centro Teores Viva	Assistente de Resposta	Av. Fozes Ngouabi Nº90	Tel No: 21416131 Fax No: 21416184 Cell No: 848882232 e-mail: mwing@ctu.org.mz
TOMAS VIEIRA MARIO	MARIO	Centro de Comunicações SEKELEKANI	DIRECTOR EXECUTIVO	Rua da Cruz Verde - MEIHA, N 48 - 1ª Andar	Tel No: 21320389 Fax No: Cell No: 823020570 e-mail: Tomas.mario@ctv.org.mz
CRISTINA LOURO		CTV	GG	Av. Fozes Ngouabi	Tel No: 827851107 Fax No: Cell No: 21416131 e-mail: elouro@ctv.org.mz
Abelina	Chambule	INP	Engº de HSE	Av. Fernão Magalhães 34 1º andar	Tel No: Fax No: Cell No: 825722261 e-mail: abelina.chambule@inp.gov.mz

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
ISSUFO	TANKARE	C.T.V (Centro Teores Viva)	Coordenador do Projeto Teores	Av. Fozes Ngouabi	Tel No: Fax No: Cell No: 823032140 e-mail: issuftankar@gmail.com
GHICO	CARNEIRO	CTV	CIÊNCIAS	N. v. ZENINE 1570.	Tel No: 84-4657907 Fax No: Cell No: e-mail: GHICO@CTV.org.mz
ORACA	CHAMBE	MITUR	Técnica	AV. 10 NOV.	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: oraca-chambe@gmail.com
PAULO	MENDEÇA	GAFLP	CONTABILIDADE	AV. 25 SET MAPUTO	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: paulo.mendeca@gaflp.org.mz

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Alvaro	Cabral	ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA - MAPUTO	ADJUNTO ADMINISTRADOR MARÍTIMO	Rua NgunGundu N.º 1	Tel No: Fax No: Cell No: 824380770 e-mail: alvarocabral34@yahoo.com.br
MARCOS	PEREIRA	CTV CENTRO ENLA VIA	Director Gabinete Estudos		Tel No: Fax No: Cell No: 82395620 e-mail: marcospereira@gmail.com
LUIS	ANJOS	GALP	Director técnico	Av. 25 de Setembro Moçimbo	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: LUIS.ANJOS@GALPENERGIA.COM
JOSE	NICOLAU	GALP	Gestor de Projecto	Galp Moçimbo Av. 25 de Setembro Moçimbo	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: jose.nicolau@galpenergia.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Julietta	Matavele	Centro Terra Viva	Jornalista	B. da Hailan galene	Tel No: Fax No: Cell No: 828243370 e-mail: julietmatavele@yahoo.com.br
LÍDIA	ASIBA	MIN. PESCA	Assessora ADMINISTR	Rua Mar- ques do Pombal N.º 285	Tel No: Fax No: 21329527 Cell No: e-mail: lidia@mozpesca.gov.mz
Josefa	JUSSAR	MICA/ONIA	chefe DPT	Av. Acordes de Lusaka	Tel No: Fax No: Cell No: 824304070 e-mail: Josefa.jussar2000@yahoo.com
DAÚDE	MATHEUS	AQUA/MICA	Director geral	Av. Acordes de Lusaka 2115	Tel No: Fax No: Cell No: 824310830 e-mail: dauudematheus@yahoo.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
Mário	RASSUR	MPDC	Consulta	—	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	82 3069340
					e-mail:	Mario.j.Rassur@gmail.com
BRUNO	NHANCALE	Futura Flora International	Programa Manager	—	Tel No:	824755720
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	
Maria	MLauzi	INAMAR	Tec.		Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	827115917 / 840238185
					e-mail:	
Jose	chicolo	INAMAR	Tec. propis		Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	824795452
					e-mail:	Chicolo@frica@gmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
Takashi	Tomita	MITSUBI	Gerente	1-2-1 Chitosechi, Chiyoda-ku, Tokyo, Japan	Tel No:	+81-3-3285-6893
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	
Nelson	Sejace	CDPC - Consultas Pesquisas e Económicas	Director Gerais	R. 25 de Setembro Bairro 50 Pêndulo 151	Tel No:	(849272725)/cel
					Fax No:	
					Cell No:	824179680
					e-mail:	cdpc.consultas@gmail.com
ROMAO	XAVIER	CARA - Instituto para Pesquisa Advocacia e Cidadania	Presidente Conselho Direção	Av. Oleg Salme nº 1164 2ªA Malhanganele Maputo	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	846878114
					e-mail:	romaoxavier02@yahoo.com.br
Filipe	PESSO	Jocuf comarço de maihã	presidente	Av. F. F. F. F.	Tel No:	846545801
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	filipe(pesso@)hotmail.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS				
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:	
TAVARES	MARTINHO	ENH	Geólogo		Tel No:				
					Fax No:				
					Cell No:				
					e-mail:	tavaras.martinho@enl.l...			
GABRIEL	FOSSATI	Fossati - Moiane Lda	Director	R. Duque de Góis 466	Tel No:				
					Fax No:				
					Cell No:	84 3352880			
					e-mail:	gfossati@gmail.com			
CELESTINO	DUARTE	MALTAURO	DIRECTOR ADMINIST. FINANÇAS	CABO VERDE	Tel No:	00238 2647502			
					Fax No:				
					Cell No:	00238 9916758			
					e-mail:	C-DUARTE@MALTAURO.COM			
Maizta	Maté	MITTIB	S. Permanen- te		Tel No:				
					Fax No:				
					Cell No:	84 3084725			
					e-mail:	mimate@tucabo.com			

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS				
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:	
Ivete	Marengula	CPI	Serviços de Gestão de Projectos - Técnica Analista de Projectos	Rua da Imprensa nº 332	Tel No:	84-5105143			
					Fax No:				
					Cell No:				
					e-mail:	imarengula@cpi.com.mz			
David	Tailbur	Fugro	Country Manager	Maputo	Tel No:	82 303 4913			
					Fax No:				
					Cell No:				
					e-mail:	d.tailbur@fugro.com			
Natchikela	Chichava	Ministério do Turismo	Técnico	Maputo	Tel No:				
					Fax No:				
					Cell No:	827990460			
					e-mail:	natchichava@gmail			
Ismael	Da Silva	Administração Nacional de Estradas	Técnico	Av. de Mogambo Maputo	Tel No:	22 8586850			
					Fax No:				
					Cell No:				
					e-mail:	l.dasilva@ane.gov.mz			

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Bento	Joaquim	DNAIA/MKOA	Técnico DLA	Av. Acordos DE LUSAKA	Tel No: Fax No: Cell No: 828547840 e-mail: bentonata@yahoocan.be
Jorge	Francisco	MAF - INSTITUTO NACIONAL DO MAF E FRANÇA	Técnico	Av. Ahmed Sikou Toure n.º 216	Tel No: Fax No: Cell No: 8492-8729550 e-mail:
Bento Maure	Maure	Universidade Eduardo Mondlane	Docente & Investigador	Campus Univ Fac Ciências Dept Física	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: bentomaure@uem.mz
Jorge	Dias	TRACUS	Director Técnico	Av. Ahamed Sikou Toure	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: j.dias@tracusarchitecture.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
SIDÓRIO	CONIAGE	MICOA DNGA	Técnico	Av. Acordos de Lusaka 2115	Tel No: Fax No: Cell No: 82-4494000 e-mail: sidonconage2008@yahoo.com.br
Dalma	Machuro	Kulima	Técnica de Projectos	Av Karl Marx 1452	Tel No: Fax No: Cell No: 825197850 e-mail: e.machuro@gmail.com
Georgius	Júnior	JNAM	Arquiteto	Rua Melitona 164	Tel No: 21483963 Fax No: 21461150 Cell No: 843163820 e-mail: georgius@jnam.com.mz
Richard	Dixon	IUCN	manager	Famão nelo e castro 23 Semmerfeld	Tel No: 08 Fax No: Cell No: 847684197 e-mail: Richard.Dixon@iucn.org

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
FREDEENCO	GOSTA LEITE	TRACUS ARQUITECTOS	ARQUITECTO	Av. KASBY KALUNJO	Tel No: 824 354 977 Fax No: Cell No: e-mail: tracus@tracus.lc
ANTONIO	LUIZ	KOLFMA	DIRETOR	Av. K. RABE 1652 Maputo	Tel No: 21501622 Fax No: 21521610 Cell No: 823127160 e-mail: KOLFMA@KOLFMA.DE
CAIM EN	RAMOS	ENICA S.A.	DIRETOR	Rua Fernando Gonçalves 110 Maputo	Tel No: 82 3180850 Fax No: Cell No: e-mail: commentarios_maputo@enica.lc
EVANIL	VIGOR	CONSULTEC	Coordenador Tecnico	Maputo	Tel No: 826 705 094 Fax No: Cell No: e-mail: EVIC@CONSULTEC.CO.MZ

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Paulino	Timana Junior	Plataforma dos Recursos Naturais/RUNH	Consultor	Av. Zumbi Daiçã Nº1469	Tel No: 86411150 Fax No: Cell No: 829220482 e-mail: Paulino.timana@runh.co.mz
Rosa Cesalga	Benedicta	TICOM/ DATA	DN	Av. Alameda de Luanda Lote 2115	Tel No: 21685141 Fax No: Cell No: 223155280 e-mail:
Samira Victor	Victor	CONSULTEC	Consultor	Av. Osvaldo Fagundes	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: Svictor@consultec.co.mz
Rogério	Camz	UCEN	Coordenador	Rua Ferreira Melo e Costa Nº 23	Tel No: 829635350 Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Jesse	Dombo	UEM-Faculdade de Engenharia	Estudante	Costa do Sol	Tel No: 829586244 Fax No: Cell No: e-mail:
Helder	Gustavo	U.P.		Kampuloh	Tel No: 843854060 Fax No: Cell No: e-mail:
ERIKSON	DUARTE	MIC-DNI		Av. 25 Setembro	Tel No: 822923740 Fax No: Cell No: e-mail: eriksonduarte@gmail.com
ARMINDO	MANHICA	MPD-DNEAP	TECNICO	Av. Motacil S. Paulo Loure	Tel No: Amgathe2000@yahoo.com Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Flavia	Gouvea	ENI	NEG. TAVAGNY	Jh'us Nyaveze 3205	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: fgouvea@gmail.com
OSWALDA WILSON	Wilson	DNI - MIC	CHEFE DEP. POLITICA INDUSTRIAL	AV. 25 DE SETEMBRO, N.º 1502	Tel No: Fax No: Cell No: 824507410 e-mail: oswalda.wilson@gmail.com
Daniel Henrique	Henrique	MHN	ESPECIALISTA AMBIENTAL		Tel No: Fax No: Cell No: 847665022 e-mail:
Cláudio	Teixeira	ANAPRO	COORDENADOR DE SERVIÇOS		Tel No: 847157321 Fax No: Cell No: e-mail: claudio.teixeira@anapro.pt

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Alicia	Calane	Kwest	Directora	Av. Ruiua Fernandes Fagundes Fagundes 154 Maputo	Tel No: Fax No: Cell No: 82 303 8820 e-mail: alicia@kwest.co.mz
Nilza	Chifre	Forum Nalher	Coordenadora de Economia	Rua Vila Normali, 246, Matibane	Tel No: 21414189 Fax No: Cell No: 823511030 e-mail: nilza@forumalher.org.mz
CHEY	Carlino	UEM	Estudante	Maputo	Tel No: 820693570 / 847687112 Fax No: Cell No: 820693570/ e-mail: mingchey@gmail.com
Elisa	Vicent	CONIAL AND Environmental Services Moz Ltd	Consultora Ambiental	Rua da FREIMO Nº 324 MAPUTO	Tel No: 82 30 79739 Fax No: Cell No: e-mail: e.vicent@conial.co.zm

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Nayra	Hamiz	Zagope Construção e Engenharia SA/ Andrade Gutierrez	Eng. Civil Qualidade, Comunicação e Questões Socio- Ambientais	Av. do Zimbábue nº 560 R/C	Tel No: Fax No: Cell No: 82 30 86136 e-mail: n.hamiz@zagope.pt
André	Ubisse	CREZ Vermelha de Moçambique	Secretário Geral	Av. António de Almeida 280	Tel No: Fax No: Cell No: 823062732 e-mail: andre.ubisse@crez.org.mz
Drumblle	Million	UEM	Investigador		Tel No: Fax No: Cell No: 845450125 e-mail: drumblle.million@uem.co.mz
EVICENTE	VICENTE	KEMARE	DIRETOR DE AMBIENTE		Tel No: 846712612 Fax No: Cell No: e-mail: evicente@kemare.co.zm

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
Andre Jaime Salengo	Calengo	Lexterra, Lda	Director	Av. Kenneth Kaunda, G24	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	823087090
					e-mail:	andre@senca.pn.net
Rogério DANIEL	CHICHAMBE	AMATA	Consultor Ambiental	Av. Formosa GANHRO Nº 10	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	815732210
					e-mail:	ROGERIO.CHICHAMBE@G.MAIL.COM
Delfino Rosa	Rosa	AMATA	Consultor Ambiental	A. Formosa Galh. N: 110	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	842874144
					e-mail:	delphin@amata.pt
Elidio	Massungande	Dep. Geologia UEM	Docente e Investigador	Av. Moçambique Km. 1.2	Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No:	827651840
					e-mail:	Geoma2002@yahoo.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
Roberto	PAQUETE	ORALS			Tel No:	842409510
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	RPAQUETE@G.MAIL.COM
JOAQUIM	MABUANGUE	UNIVERSIDADE POLITÉCNICA	OFICIAL DE PROJECTO	Av. Paulo Sarmento KANKHONBA 1011 MAPUTO	Tel No:	842261688
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	JMABUANGUE@UNDE.MZ
Rosário Chirri	Chirri	CVH	Director do planeamento e obras	retornar@av. Yhaka Associação N.º 284	Tel No:	827050603
					Fax No:	21497725
					Cell No:	
					e-mail:	rchirri@yaho.com
ARMANDO ANAJO	SASTE	UDM			Tel No:	casaste@proxad.com
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail:	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Ismael	Chale	FUNAE	COORDENADOR AMBIENTAL	RUA DO IMPHENSO NE 256, 62A	Tel No: 21309217 Fax No: 21309228 Cell No: 823442247 e-mail: ismaelchale@funae.com.mz
Ergio Mhamut	Mhamut	UEM	Estudante	Bairro P. Lomba	Tel No: Ergio2008@gmail.com Fax No: Cell No: e-mail:
CLAUDIO	PIROLO	DEHE GROUP DRAGAGEZ LDA	COUNTRY MANAGER GERENTE/	AVENIDA 24 DE JULHO 370	Tel No: Fax No: Cell No: +258 844940507 e-mail: PIROLO.CLAUDIO@DEHE.BE
Pedro	Wate	RVT - Worley Parsons - AMA	Coordenação (Relações Externas e Comunitárias)	Av. 24 de julho 370, 3º Andar Maputo	Tel No: 823102358 Fax No: Cell No: e-mail: pedro.wate@worleyparsons.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Hotel VIP Maputo - Fase de EIA
Cidade de Maputo, Dia 09 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Fátima	MIMBE	Centro de Independência Pública	Oficial Ind. Extractive e R.N		Tel No: + Fax No: Cell No: +258 825293957 e-mail: fatimamimbe@cip.mz
					Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
					Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
					Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Foco com o Grupo de Turismo e Pescas - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Hotel Kauri, 10 de Setembro de 2013, 11:00h – 12:30h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Manuel	Janef	IDPPE	Delegado	Av. Vasco da Gama de Lusaka nº 78, Cidade de Pemba			828654580	mdingula@yahoocot.br
HENRIQUES	BUSTANI	I Z P	Delegado	Av 2º de Maio 4490 Rua 16 Pemba			826527370 / 846230709	henbustani@gmail.com
ISABEL	FELDEIRA	INICIATIVA LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA FAÇA SUSTENTÁVEL NA BAIA DE PEMBA	COORDENADORA	Av. 25 FEVEREIRO, 692, PAMBA "CENTRO DE PESQUISA"			828501110	moysesfides@gmail.com
RENATO	RIZZI	VERDEMAR HISTÓRICO LONGE	GENERAL MANAGER	PRIA DO WIMBI RUA MARGINAL			844094186	RENATO@METUNDO.COM

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião de Foco com o Grupo de Turismo e Pescas - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Hotel Kauri, 10 de Setembro de 2013, 11:00h – 12:30h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Layder	Ramirez	Verde Mar	Manager	PRIA DO WIMBI RUA MARGINAL				
Herculano	Vilanculo	ENI EAST AFRICA S.p.A	HSE. Community Investment Expert	82, Plexus (Porto de Pemba)			864008691	Herculano.Vilanculo@eniam
							825804621	layder@ramirez@yahoo.es

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
ROBERTO MUSA ABDALA	Paralegal	MEMBRO	865452442
Adelino Pinto	Paralegal	Membro	840508432
ALBINO R. MAHABA	Paralegal	Representante	865077362
SAIFA ADINANE	PARALEGAL	REPRESENTANTE	866208815
Abdala Adesmane	Adjuvinto Lidee	Representante	863398485
Emídio Beila	SAVANA	promotor	827835296

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Adelino Pinto Mendes	Administração Pública	chefe da local	862206872
João Waziri	Mondlane - Olenha	membro c.c.n.	869242022
Augusto grande	Autê	membro CCD	866655343
Pedro Mangachini	União do Roumanga	membro c.c.n.	
Marta Tuma	Palma - sede	Membro da assc	866664932
Beatriz Fernando	Palma - sede	Membro do cons	865469855

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Bernardo Bacar	CCD	membro	860766286
Mussa Saide	CCS	LIBER	860132816
CHAFIDADE	CCR	LIDER	860241997
Aliba Buzaimo	CCA	M	826371488
MICHAELSON ALBERTO	CCD	MEMBRO	866208730
Sabina Miguel Valombe	CCD	MEMBRO	865234087

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Constantino A. Mungula	SPAT	DIRETOR	862206010 024073500
Amina Zaccarias	SDEJT	DIRETORA	825667487
Zuu Sakimo	INCULAZIMO	LIDER COMUNITARIO	865287104
MFAUHE NACIR	BARABARANG	LIDER COMUNITARIO	867202778
Bacar Ni Mbale	B. Quilawa	Lider comunitario	866650613
Saide TariZe	B. Basala	Lider Comunitario	829696427

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Alberto Adilino	Instituição Distrital	Escritor	827337108
Luis Abdala Salimo	Abdia Quintigo	Líder Comunitário	865439295
Salimo Ali Amise	Haganja	Líder Comunitário	
Stephane monede salt	Perambaban	membro conselho	965233575
Chad manda Amis	Pundaula		
Sofia Salimo	Pundaula		

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
ISSA ABDALA	C.C.D. Muahá	MEMBRO	--
NACIR SELEMANE	C.C.D. - Muahá	LÍDER	--
Assane Salimo	C.C.D. - Queelimane	Ass. Líder Cm.	849184506 826191795
Jorge S. Ali	Queelimane	Sec. Comite. Circ.	
CHANGAM # Ali	Olumbe	2º VOGAL	866859841
Carlota Fernando	Mute - Sede	1º Vogal	---

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

	NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
1	Melraude M. M. M. M.	Bairro INELUARINO (Religioso / Islâmica)	Líder	865423958
2	Helo M. M. M.	Bairro Quelimane	Membro C.C.D.	865454921
3	Caygao Sade	M.C. Bairro Quilawa	Membro C.C.D.	865252330
4	SAIDE ARUBEIA	BAIRRO DE QUELIMANE	MEMBRO C.C.D.	863461442
5	Arbório Cardoso	Quionga - Navegato	Líder Comunitário	863840781
	Angélica P. Fumane	Governo - Distrital	Secretário de Adm./do.	841660307

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

	NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
	Carlo Paulo	SAAE	Téc. Prof. Agr. Lec.	863891397
	Marta Jacob	Mute	MCCD - Mute	865474529
	Brenda Namuta	Mute	MCCD - Mute	869062329
	Américo Mowade	Quionga	MCCD.	866634191
	Leveriano Martins	Quionga	chefe de localidade	865282637
	Abuch Duraim	Religioso Marítimo Palma	Religioso Marítimo	860080356

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Martins Chai	Mute	MCCD - Mute	865466385
Pires Nankulangu	Mute	MCCD - Mute	865288746
Agostinho S. Nkavyanga	Mute	MCCD - Mute	861783613
Amade Omar Mpato	Mute	Chefe da Localidade	866767827
Silvestre Lourenço	Nhica do Rovuma	chefe da Localidade	866655133
Alcides Magnómiro Pundanhaz	Pundanhaz	MCCD -	862061874

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Salima Janito	Olumbo - SEDE	M.C.C.	866806943
Fátima João	Olumbo - SEDE	M.C.C.	869889268
Saule Abdalo	Olumbo - sede	M.C.C.	865232183
RESUMANE AMADE	PUNDANHAZ	M.C.C.	869877226
PASANANI RASHIDI	KITANDA	M.C.C.	8638149642
Tomas Leasa	Senga	Lider	867267490

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma - Fase de EIA
Distrito de Palma, Dia 11 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

NOME	INSTITUIÇÃO / COMUNIDADE	POSIÇÃO / RESPONSABILIDADE	CONTACTO
Albano de Jilix Bonetto	Truácarim	Subst. chefe do posto	85402991
Felicidade Jorge	SDEJT - Educação	Organizador de sess	82099686

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma – Fase de EIA
Distrito de Palma, 11 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Abdul	Picones	Secretaria Distrital de Palma	Secretário Permanente		Tel No: Fax No: Cell No: 864029548 e-mail: abdulpicones@gmail.com
Pedro	Romão	Secretaria Distrital	Adm/Dir	Secretaria Distrital Palma	Tel No: Fax No: Cell No: 822842537 e-mail:
Verónica	Rançacia	SDPI Inconstit	Directora		Tel No: Fax No: Cell No: 827068160 e-mail: V.Rançacia@gmail.com
José	Boneto	Comando da PRM. Distrital	chefe das operações	Comando Distrital	Tel No: Fax No: Cell No: 86548008 e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO
REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma – Fase de EIA
Distrito de Palma, 11 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS							
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:				
ALDA SALGUEIRO	SALGUEIRO	CENTRO TERRA VIVA (CTV)	DIRECTORA GERAL	AV. MARICEN Nº 600 AB1 Nº 90 MAPUTO	Tel No:		Fax No:		Cell No:	823051660	e-mail:	
Luis	Celestino	CENTRO TERRA VIVA (CTV)	DELEGADO REGIONAL NORTE	Rua ex-carta CURAÇO Nº 253 Pembas	Tel No:		Fax No:		Cell No:	867060396/824462800	e-mail:	celestino@ctv.org.mz
Julia	WACHAVE	A GITRINA Grupo Temático de Recursos Naturais & Ambientais	Coordenadora Gera da ANHC - membros da GITRINA	Av. Chai 424 Pembas	Tel No:	4258827158240	Fax No:		Cell No:	27220132	e-mail:	juliawachave@hotmail.com
Palmira	Lourenço	Associação dos Paralegais de C ASPACADE	Oficial de Programas	AV. CHAI 1121 Pembas	Tel No:	861223165/823369164	Fax No:		Cell No:	86173165/823369164	e-mail:	861223165@gmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO
REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma – Fase de EIA
Distrito de Palma, 11 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS							
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:				
Hania	Ramaldene	Secretaria Distrital Palma	Assistente do administrativos	Palma	Tel No:	825822249	Fax No:		Cell No:		e-mail:	
INACIO SALMO	ARCANJO	SECRETARIA DISTRITAL PALMA	CHEFE DA RE TICIA PLANEJ CADA DESEN Local	arcangosmo @yahoo.com.br	Tel No:	866565614	Fax No:		Cell No:		e-mail:	
VALENTE JORGE	ALFREDO	SERVIÇO DISTRIT ACTIVIDADES ECONOMICAS	TECNICO DO TURISMO	valentejorge20 00@gmail.com	Tel No:	842299017	Fax No:		Cell No:		e-mail:	valentejorge2000@gmail.com
José Estebo	ESTEBO	SECRETARIA DISTRITAL DE PALMA	CHEFE DO GABINETE DO ADJ/DIR	estebo@yahoo. com	Tel No:		Fax No:		Cell No:	826017908	e-mail:	estebo@yahoo.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma – Fase de EIA
Distrito de Palma, 11 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Alberto	Ferreira	SISE	Director do SISE-Palma	Sede Palma	866857919	-	-	-
Nazário	Carlot	SOSMAS	Representante do Directo	Palma Sede	826010544			naazariocarlot@gmail.com
Alfonso	Almeida	Chefe do Posto de Olumbe	Chefe do posto	Olumbe	865232189			
Francisco	Kawawa	P. Administrativo Qui mgs	C/Posto	Qui mgs	865407315			FKAWAWA1967@yahoo.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Clube de Palma – Fase de EIA
Distrito de Palma, 11 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS			
					Tel No:	Fax No:	Cell No:	e-mail:
Guilherme	Carvalho	ZAGOPE SA.	Engenheiro Civil Engenharia Técnica	Mocimboa da Praia			(+258) 865 443 977	guilherme.carvalho@zagope.pt
Alton	Xavier	ZAGOPE SA.	Engenheiro Civil	Mocimboa da Praia			(+258) 825151988	alton.xavier@zagope.pt
Martins	Chai	MCCO-mute	MCCO	Palma Sede	865466385			865466385
Picis	Nankulanga	MCCO-mute	MCCO	Palma Sede			86528974	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
JOAQUIM	CRUZ	INDIVIDUAL	NA	Pemba	Tel No: 82315 8610 Fax No: Cell No: e-mail:
PHILIPPE	FARSCAI	INDIVIDUAL		MAPUTO	Tel No: 84 3137631 Fax No: Cell No: e-mail:
João	Suñido	CCPRULEG	Presidente	Pemba	Tel No: 844056987 Fax No: Cell No: e-mail:
Felipe M. Suñido	Suñido	ASS. WIWANANA	Rep. Presidente e Gestor	Pemba	Tel No: 844073675 Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
João	MANUEL	WWF-MOZ	Técnicos	Quarto Governo Pemba.	Tel No: 2722 0826 Fax No: Cell No: 829722214 e-mail: jmanuel@wwf.org.mz
JOSÉ	SERRAS	AFRICAN CENTURY	Project MANAGER	Pemba	Tel No: 822 885650 Fax No: Cell No: e-mail: JOSE.SERRAS@AFRICANCENTURY.co.MZ
FREDERICO	COSTA LEITE	TRACUS ARQUITECTOS	ARQUITECTO	MAPUTO	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail: frederico.leite@tracus.pt
João	Fernandes	Tracus Arquitectos	Administrador	Pemba	Tel No: Fax No: Cell No: 84 0843791 e-mail: j.fernandes@tracusarquitectos.co.mz

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
João	SXPENCE	NUNISA CONSULTOR	Gestor	Av. 1 ^a de Maio n.º 1106		
					Cell No: 823228327	
					e-mail: nunisa.consultor@gmail.com	
DUANAMBE	ASSARE	HORIZANTE	Jornalista	Av 7 Abril 393		
					Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No: 926719067	
					e-mail: duanambe.assare@gmail.com	
TAGIR	Quisama	IIP	Técnico	Rua 12		
					Tel No: 827088313	
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail: Tagir.jembani@petrol.com	
Amore	Salema	IID	Técnico			
					Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No: 827926192	
					e-mail: amore.salema@gmail.com	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
Sumail	Maquivalo	Direção Provincial do Plano e Finanças SPPF/CA	Técnico	Rua 16 de Junho		
					Tel No: 849190141	
					Fax No: 202221414	
					Cell No: 926732320	
					e-mail: sumailmaquivalo@gmail.com	
Amáia	Laforga	Fundação AURRALDE	Delegada	Rua 10 casa 5 Ingouane		
					Tel No:	
					Fax No:	
					Cell No: 847250052	
					e-mail: laforgia@gmail.com	
Jose	Tavari	INGC - Instituto Nacional do Gestão de Calatrachos	Técnico	Av. Aminda Est. Handrino		
					Tel No: 82221904	
					Fax No:	
					Cell No: 822581330	
					e-mail: jose.tavari@gmail.com	
Abanso	Wattana	DPTC	Técnico	Pemba TSP/CA		
					Tel No: 827759334	
					Fax No:	
					Cell No:	
					e-mail: abanso.wattana@gmail.com	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Jose	Saide	Sociedade Civil	Membro	Recador	Tel No: 866551105 Fax No: Cell No: e-mail:
João Polanco	Náfrica	DPCA	Director	Rua Jeronimo Rovaro N.º 5	Tel No: 27220353 Fax No: Cell No: 824394840 e-mail: pnpica@gmail.com
Anli Noronha	Nonhele	TVM	CAMARADEN	RUA MARGINAL	Tel No: Fax No: Cell No: 80064410 e-mail:
A. MADE	GARRETT	IDPRE	Técnico		Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Isaacandro	Sito's	Sociedade Civil (consultor independente)	Assistente de Pesquisa	Rua do partido	Tel No: 823994547 Fax No: Cell No: e-mail:
Chitti	Trache	NPCS	Ar. Gonçalo R. Advoação	Art. Eduardo Mendonça	Tel No: Fax No: Cell No: 823728919 e-mail: Chittid@nps.org
Jayos	ARUNÉ	MULIBRE	OFICIAL DE PROGRAMAÇÃO	AV. EDUARDO NOVAES DE SAUS	Tel No: Fax No: Cell No: 825301563 e-mail:
Karin	Vöigt	HELVETAS Swiss Intercooperative	Coordenadora Regional		Tel No: Fax No: Cell No: 821572911 e-mail: Karin.Voigt@helvetas.org

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Salvador	Troquino	ANADANKO	Coordenador Relações Com Serviços e Assistência Social	Av. 106 Muxora Camp	Tel No: Fax No: Cell No: 82 32 22 530 e-mail: salvador.troquino@anadanko.com
ALBINO	MACHUCA	Associação do meio ambiente Cabo Delgado	COORDENADOR PHSPN/0	Pemba Rua 12	Tel No: Fax No: Cell No: 82 25 57 20 e-mail: amc.albino.machuca@agm.com
Zito	MACHONA	INICIATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCADA SUSTEN- TÁVEL	ASSISTENTE DE Program	AV. 25 SET. MUSINICAI'S office	Tel No: 82 490 7 251 Fax No: Cell No: e-mail: ZITMACHONA@gmail.com
MARCELLO	VAIRETTI	COMPANHIA CHG Musinicaipne LDA	CEO	Muxora, Rua Brasil Africa 41	Tel No: 862558534 Fax No: Cell No: e-mail: marcello.vairitti@chgmon.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Paulino	Tinaua Junior	Associação Verde para a Advocacia e Lobby Social Utilidade Pública, Plataforma dos Recursos Naturais	Investigador	Av. Zumbi a Dauze, 1469 R/C	Tel No: Fax No: Cell No: 82 42 20 482 e-mail: paulinotinaua@jaloo.com
Elisio	Diogo	FOCADE/G.M.D.	MEMBROS.	Av. 1º de Maio C. 264. Pemba	Tel No: Fax No: Cell No: 82 683 6910 e-mail:
Jairo	PÉREZ HAITY	ACCIS	REPRESENTANTE CABO DELGADO	Av. 16 de Junho s/n, DAPP, PEMBA	Tel No: 272 2614 Fax No: Cell No: 82 31 49 867 e-mail: jairo.perez@accis.org.mz
ITHAMO	MUSSA	ASSOCIAÇÃO INICIA- TIVA PARA DESENVOLV- IMENTO DA PESCADA SUSTEN- TÁVEL — FO P/FOCADE	REPRESENTANTE	PEMBA	Tel No: 820265620 Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Isabel	Silva	UNIVERSIDADE DO LÚRIO	chefe de departamento	ILHA DE VAMIZI	Tel No: 82 56 58526 Fax No: Cell No: e-mail: ISABEL.OCEMARIO@YAHOO.COM
MARK	HOEKSTRA	WWF	ASSESSOR TÉCNICO SUIZ+HEAD OFFICE WWF	PETIPA	Tel No: 82 31 65686 Fax No: Cell No: e-mail: mhoekstra@wwf.org.mz
Jorge	Sousa	Meliana	DELEGAR	Panda	Tel No: 824908080 Fax No: Cell No: e-mail: meliana.sousa@gnl.com
VALÉRIA	MANEIRO	GILVA	OFICIAL	PETIPA	Tel No: 82 22 6848 Fax No: Cell No: e-mail: ama.valeria@gnl.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Augusta	Rosa	União Provincial de Camponezes de Cabo Delgado	Assistente do campo		Tel No: Fax No: Cell No: 82 85 96997 / 264021807 e-mail: augusta.rosa@gnl.com
Luís	Pedro	UNião Provincial de Camponezes de Cabo Delgado	MEMBRO		Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
OLÍMPIO	JOÃO	BASE AVAL/PETIPA	C/EM/BNP		Tel No: 82 27 27 632 Fax No: Cell No: e-mail:
Gracinda	Changara	ama	Oficial Project		Tel No: 82 27 27 632 Fax No: Cell No: 84 7 120170 e-mail: ama@gnl.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Assane	Jvangs	UPC-Cabo Delgado	Coordenador	EM-030 WIMBI	Tel No: 82 Fax No: Cell No: 82 0829530 e-mail: asanibounac@gmail.com
Edel Merceda	ABADIA Moya	UPC-Cabo Delgado	Advocacia	EM-030 WIMBI	Tel No: Fax No: Cell No: 843463382 e-mail: emcysah2000@yahoo.com
Quil	Agulto	awelf	Supervisor	Rua da Rua documentos	Tel No: 863128121 Fax No: Cell No: e-mail: amosawelf@yahoo.com
Josef	Nyeka	DIRECÇÃO Cabo Delgado	Técnico	RUA XII PEMBA	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h - 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
Fernando	Sente	UPC-CP	PEA	863139633	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
Issufo	TANKAR	CTV	Coordenador	Rua Ex-Galton Correio N.º 253	Tel No: Fax No: Cell No: 823032/40 e-mail:
Luiza	Rosa	Punto Terra Vera (CTV)	Assistente Programas	Rua ex. Galton Bairro n.º 253	Tel No: Fax No: Cell No: 829856550/865076987 e-mail:
CARVALHO	ANTONIO	D. P. PISCAS	DIR. PROVINCIAL	827925850 COMPLEXO DA BPA AV. JA. CHIPANDE	Tel No: 827925850 +272 20666 Fax No: +272 20666 Cell No: 827925850 e-mail: MARIO CARVALHO@PYP.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
Antonio	Diz	ADK-ES	DE			824863360
CAITLIN	STURRIDGE	KMA I	SOCIAL INVESTMENT COORDINATOR		825064984	
Joanele	Bernardo	GMD/NP/CD	cf. de Program			825072621 / 823897411
DIARTE	LONGUNHO	NCC MOC, Lda.	Gerente			843554277
						dnc.moz@gmail.com

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELLIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS	
					Tel No:	Fax No:
JOAQUIM	GRIBATE	Rádio moçambique	Chef Técnico Regional	AV Josi unit michel tancas	27220410	2722213
					826697188	
						gribate@gmail.com
NANCIA	MAPANCA	CFR Lanco das	Técnico de Conferências	Lua do rio	861443760	27220453
						nancia.mapanca@gmail.com
NICOLAU	MOISES	Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Brava	Chefe Serviço	DPA Bairro Expansão	82688725	
						micoles_192001@yahoo.com
Paulo	LIMA	AMA I		PEMBA	823060182	

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
DAVID	LORENZO	AACID	Assistência Técnica	Avenida 16 de Junho S/N. DPPF Pemba	Tel No: 866260229 Fax No: Cell No: e-mail: DYDLORENZO@GMAIL.COM
Salvador	Jamário	Rádios Moçambique	Repórter	Quilómetros Jerónimo Noddy	Tel No: 828598720 Fax No: Cell No: e-mail:
SANDRINA	FÁBICA	EM-E.P.	DELEGADO	A. Josina MACHES - Pemba	Tel No: 823974307 Fax No: Cell No: e-mail: Sandrina2007@kpmo.mz
Isaías	Quimer	Procuradoria Jurídica	chefe de Departamento	Av. 16 Junho Pemba	Tel No: 272 20626 Fax No: 272 20626 Cell No: 823353670 e-mail: isaías@yahoo.com.br

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

REGISTO DOS PARTICIPANTES

Reunião Pública Aberta, Pemba Beach Hotel - Fase de EIA
Cidade de Pemba, Dia 12 de Setembro de 2013, 09:00h – 12:00h

PRIMEIRO NOME	APELIDO	INSTITUIÇÃO (Por favor não utilize acrónimos)	POSIÇÃO/ RESPONSABILIDADE	ENDEREÇO FÍSICO	CONTACTOS
ALBERTO PATRÍCIO	MACIE	D.P.O.P.H. C.D.	Técnico	Cidade de PEMBA CI-035 CASA N.º 203	Tel No: 21789 Fax No: Cell No: 824089850 e-mail: macie@kpmo.mz
Isaías Longo	LONGO	SOCIEDADE CIVIL	ESUBENTE	Cidade de PEMBA MERCADO RUA 16 CASA 116/1	Tel No: Fax No: Cell No: 826736440 e-mail:
Gabriel Cabeira	Simba	Polícia Marítima MINT	Mantenedor	Pemba Perto	Tel No: Fax No: Cell No: e-mail:
Luís Martins Francisco	Francisco	DPCA-	Técnico	Rua Jerónimo Nº 54 Boixa da Cidad	Tel No: Fax No: Cell No: 824156723 e-mail: amartins@gmail.com

ANEXO E

MATRIZES DE QUESTÕES E RESPOSTAS

FASE DE EPDA

Matriz de Perguntas e Respostas

Reunião em Palma

Data: 27 de Setembro de 2011

Hora: 09h00 – 12h00

Local: Clube de Palma

Nome/Organização	Comentários/Pergunta	Respostas
1. Issufo Assane (Líder Comunitário)	Queria saber se da superfície da água até ao fundo do poço são os 1.500m sobre os quais falavam?	Sim, é como se saíssemos do clube de Palma até o acampamento da Anadarko. Mário Rassul - Anadarko
2. Bacar Ali Mbale (Líder Comunitário)	Iniciamos este trabalho juntos e hoje está-se a falar da construção da fábrica e de outras infra-estruturas e nesses locais temos os peixes, as machambas, e as pessoas. Sendo assim, gostaria de saber quais são os procedimentos que se serão seguidos quando o projecto entrar em funcionamento?	Já temos equipas a estudar onde estão as pessoas, as machambas, os locais sagrados, cemitérios, etc. Na apresentação da Sra. Uke poderão ver alguns exemplos do que vai ser estudado e será compilado num relatório que se chama Relatório de Estudo de Impacto Ambiental (REIA), o qual deverá ser aprovado pelo Governo. Este documento vai identificar as áreas de pesca e dizer que será possível combinar os interesses dos pescadores com os interesses da empresa e nós teremos que regressar aqui para apresentar os resultados. Mia Couto - Impacto, Lda
3. Luís Salimo (Líder Comunitário)	Lembro-me que quando a Anadarko veio aqui da primeira vez, prometeu tratar a população local com respeito e cumpriu a sua promessa. Está feliz que Palma foi escolhida de entre várias áreas identificadas, que incluíam Mocimboa da Praia, Macomia e Palma. Agradece a Deus que o projecto de GNL tenha sucesso para que traga desenvolvimento para Palma. Levantou preocupações sobre impactos na, ou perda de pescaria, casas e culturas mas agora, depois da	Comentário Registrado. Nós percebemos a importância do respeitar as comunidades locais e a sua cultura tradicional. Algumas pessoas da equipa do EIA estarão em Afungi nos próximos meses para realizar os estudos especializados. A ERM e Impacto irão assegurar que os especialistas conheçam os costumes locais antes de irem ao campo. Ele realçou que caso alguém cometa algum erro, o mesmo não deve ser considerado como intencional e encorajou que as pessoas informem a equipa do projecto sobre os erros para que os mesmos não sejam repetidos. Kamal Govender - ERM

	<p>apresentação, percebe que estudos serão realizados para perceber os potenciais impactos antes do início da actividade.</p> <p>Até agora, este projecto estava focado em actividades no alto mar, mas no futuro haverá actividades em terra. Mencionou que no seio da comunidade local há sempre contradições porque há grupos que querem o desenvolvimento e outros que não querem. Ele encorajou o projecto a não desistir por causa das questões negativas apresentadas.</p>	
<p>4. Saide Arubeia (Membro da Comunidade)</p>	<p>Tenho conhecimento de um projecto semelhante na Tanzânia. Gostaria de saber se em Tanzânia querem explorar os mesmos poços que estão em Moçambique?</p>	<p>A Anadarko descobriu gás em quatro poços em alto mar e pretende iniciar a produção de gás em 2018. A AMA1 teve encontros com o governo de Moçambique para realçar a urgência de iniciar a produção de gás. Uma empresa similar na Tanzânia também descobriu gás, mas os poços não são os mesmos.</p> <p>Se a AMA1 começar a construção em 2014, iremos vencer a corrida contra a Tanzânia e outros países.</p> <p>Mário Jorge Rassul - Anadarko</p>
<p>5. Saíde Arubeia (Membro da Comunidade)</p>	<p>Fica confuso porque às vezes ouve que o projecto vem para Palma e outras vezes que não vem. Ele frisou que uma vez que o gás foi descoberto em Palma, o mesmo deve ser processado numa fábrica em Palma e referiu que Palma está pronta para receber várias infra-estruturas, tais como um porto e aeroporto.</p>	<p>Até hoje foram considerados sete locais incluindo outros distritos. Aqui em Palma, foram considerados locais em Quionga, Maganja, Cabo Delgado e Afungi e acredita-se que Afungi (Quitupo) é o local mais adequado. Neste momento, estamos a utilizar máquinas para realizar estudos geológicos que nos ajudarão a ver se a terra é adequada para uma fábrica grande. Depois destes estudos geológicos e caso os resultados sejam favoráveis, iremos escolher a área de Afungi.</p> <p>Está a dizer-nos que querem o projecto aqui, mas por favor, não tenham receio de nos dizer se algo está errado, com medo que o projecto não seja implementado aqui.</p> <p>Mia Couto - Impacto</p> <p>Devemos nos lembrar que o gás está longe da costa e que outros estudos devem ser realizados para descobrir como o</p>

		<p>gás será transferido para a costa e se existem quaisquer preocupações. Esses estudos levarão cerca de 2 anos.</p> <p>Mário Rassul – Anadarko.</p>
6. Pedro Varela (SDAE)	<p>Agradeço imenso à AMA1 pelo projecto porque antes mesmo de ser implementado, já estamos a ver os benefícios. Caso o projecto prossiga, a população local deverá beneficiar-se do projecto..</p>	<p>Comentário é bem vindo e está registado.</p> <p>Mia Couto - Impacto</p>
7. António Valério Kantike (Representante do Partido Frelimo)	<p>Agradeceu os esforços realizados que permitiram a realização deste projecto no Distrito de Palma.</p> <p>As questões sobre a Tanzania o preocupam. Como é que o gás/petróleo é de facto descoberto? Ele soube que o gás/petróleo se encontra muito longe.</p> <p>Está preocupado que os Moçambicanos e Tanzanianos possam lutar pelo mesmo gás e perguntou o que aconteceria nesse caso. Se a AMA1 extrair gás rapidamente e começar a processa-lo na fábrica de GNL, poderão existir conflitos entre os dois países?</p> <p>Como sabemos se os campos de gás descobertos pela AMA1 não estão ligados aos descobertos na Tanzania?</p>	<p>O gás dos três poços descobertos pela AMA1 em frente da Província de Cabo Delgado /Ilha de Rongui não está ligado aos campos de gás na Tanzânia. O furo próximo da Ilha de Metundo não está igualmente ligado aos campos de gás da Tanzânia.</p> <p>A área entre o farol de Cabo Delgado e o Rio Rovuma é grande. Em 2012 um barco de perfuração irá a esta área e fará outro furo. Caso seja descoberto gás, a AMA1 e o governo de Moçambique irão analisar se esta reserva é contínua até ao território Tanzaniano. Existe uma boa relação entre os governos dos dois países. Similarmente se os Tanzanianos descobrirem gás nas proximidades da fronteira entre os dois países, eles irão coordenar com o governo de Moçambique para analisar como o gás ou qualquer outro recurso</p> <p>O rio Rovuma passa por Moçambique e Tanzânia, ele pertence assim aos dois países, sendo uma porção de Moçambique e outra da Tanzânia.</p> <p>Nesta fase, a AMA1 não está preocupada com esta questão mas está a considerar como uma questão que poderá surgir.</p> <p>Mário Rassul – Anadarko.</p>
8. Mia Couto (Impacto)	<p>Como é que a AMA1 tem certeza que os poços são Moçambicanos?</p>	<p>Os resultados das pesquisas sísmicas mostraram que os três campos de gás descobertos não estão ligados aos campos de gás na Tanzania.</p> <p>Mário Rassul – Anadarko.</p>
9. Alfane César (Comandante da Polícia)	<p>Agradeceu a Anadarko e à Impacto e disse que todos sabem que com desenvolvimento, vem também o</p>	<p>Nós estamos numa fase preliminar do EIA e estamos a planificar a realização de uma série de estudos para saber o</p>

	<p>sacrifício. Do que ele sabe, toda a população local está ansiosa pelo projecto de GNL e pelo sucesso do mesmo.</p> <p>Levantou preocupações sobre o impacto do projecto no turismo dada a proximidade de várias estâncias turísticas já em operação.</p> <p>Em redor da Ilha de Vamizi e outras ilhas, existem corais com mais de 200 anos. Estes corais serão afectados pelo projecto?</p>	<p>que existe aqui na área, i.e. para caracterizar a área de estudo. A proposta rota do gasoduto poderá passar entre duas ilhas, onde se sabe que existem corais. Também de sabe que existem corais em redor da Ilha de Vamizi. Eu mencionei anteriormente que pode haver aumento da turvação da água derivado de algumas actividades do projecto, o que pode ter impacto sobre os corais. Os potenciais impactos do projecto, incluindo impactos nos corais, peixes e turismo, serão avaliados durante a fase do EIA e os resultados serão apresentados mais tarde, na próxima ronda de consulta pública.</p> <p>Uke Overvest – Impacto</p>
<p>10. Pedro Varela (SDAE)</p>	<p>Está preocupado com os impactos na comunidade de pescadores. Disse que apesar das questões levantadas, o projecto é bem-vindo em Palma, mas que os pescadores podem ter algumas preocupações. Por exemplo, eles querem saber se poderão continuar a pescar. Eu assegurei que sim.</p> <p>Está preocupado que as actividades de pesquisa sísmica ou de perfuração possam causar maremotos ou terremotos.</p> <p>Existem vários pescadores na área, mas muito poucos são originários de Palma. Vários são de Nacala e a maioria da Tanzania. Está preocupado que dentro da área de impacto, a maioria dos pescadores não são locais. Pediu que durante os estudos especializados, se obtenha informação sobre os pescadores, incluindo o número e a sua proveniência.</p> <p>Sugeriu que quando a fábrica de GNL entrar em funcionamento, seja dada oportunidade às crianças de visitarem as instalações para aprenderem mais sobre hidrocarbonetos.</p> <p>Enfatizou a importância de privilegiar a formação da</p>	<p>Existem alguns especialistas que irão realizar estudos, incluindo estudos sobre as pescas.</p> <p>Até à data, a AMA1 realizou actividades de pesquisa sísmica e de perfuração. Estas actividades não afectam as placas tectónicas ou falhas e portanto, não causam maremotos ou terremotos.</p> <p>Mia Couto – Impacto.</p> <p>Os poços estão localizados a cerca de 45 km em alto mar, i.e. na ZEE.</p> <p>Qualquer treinamento de trabalhadores para o projecto de GNL será levado a cabo pelos provedores de serviços e existem vários exemplos de como este processo foi conduzido em outros projectos fora do país. Por outro lado, a Educação e capacitação dos Moçambicanos são consideradas muito importantes para a AMA1. Iremos trabalhar em conjunto com o Ministro da Educação para identificar as necessidades específicas e as melhores formas de actuação.</p> <p>Mário Rassul – Anadarko.</p>

	<p>população local comparativamente a outros estrangeiros.</p> <p>A costa Moçambicana tem mais de 2700 km e grande parte da população que habita nas zonas costeiras, depende da pesca. Gostaria de saber se o projecto será realizado dentro ou fora da Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Moçambique.</p>	
11. Awasse Saide (Líder Comunitário)	<p>Agradeceu o Sr. Kamal Govender que reconhece a necessidade de se respeitar a cultura, os costumes e tradições locais.</p> <p>Levantou uma preocupação de um representante da AMA1 que recentemente não foi cortês com a população local que estava a procura de trabalho.</p> <p>Referiu que a área entre as ilhas de Tecomaji e Rongui é bastante rochosa e perguntou como é que o gasoduto iria passar.</p>	<p>Recomendou que as pessoas levantes as suas preocupações junto de Mário Rassul ou Paulo Lima (os contactos foram fornecidos).</p> <p>Encorajou as pessoas a não pedirem emprego no acampamento da AMA1 e disse que o recrutamento será efectuado através do Distrito ou Posto Administrativo. Mário Rassul – Anadarko.</p> <p>A rota final do gasoduto ainda não está determinada. A equipa de engenharia da AMA1 está a realizar estudos para definir a melhor rota para o gasoduto. O EIA irá avaliar os potenciais impactos da rota preferida e a ERM/ Impacto irá apresentar esses resultados na próxima ronda de consulta pública. Kamal Govender – ERM.</p>
12. Issufo Ximene (Líder Comunitário)	<p>Mencionou que durante a apresentação, a Sr^a Uke Overvest sugeriu que o projecto poderia causar impactos na fauna. Do seu ponto de vista e da população local, não consideram este ou a perda de culturas como um impacto negativo e sugere que o projecto deve prosseguir.</p> <p>O projecto deve ser sensível às pessoas e ter mais atenção com a população local.</p>	<p>Foram apenas apresentados alguns dos potenciais impactos. Depois da realização dos estudos especializados, teremos uma melhor visão da natureza e escala de todos os impactos. O EIA irá propor medidas para minimizar ou mitigar todos os impactos associados com o projecto.</p> <p>O objectivo do EIA é minimizar e/ou gerir os impactos negativos sobre as pessoas e sobre o ambiente, tanto quanto possível. Uke Overvest – Impacto.</p>
13. Pedro Romão Jemusse (Administrador do Distrito)	<p>Agradeceu a todos e disse que gostou da sessão. Das questões levantadas, está claro que as pessoas estão ansiosas pelo projecto e que esperam melhorias resultantes do projecto de GNL.</p>	<p>Comentários são bem vindos e estão registados.</p>

	<p>Reconheceu que algumas questões levantadas poderão voltar a ser levantadas nas próximas reuniões.</p> <p>2017 ou 2018 parecem muito distantes e até lá é importante que as pessoas cuidem da sua saúde e mantenham as doenças longe para que possamos testemunhar o projecto em 2019.</p> <p>Realçou a importância de continuar a colaborar para ajudar que o projecto vá avante.</p> <p>Percebe que a sessão serviu para lançar a fase seguinte do EIA.</p> <p>Percebe que a Anadarko primeiro estava a procura de petróleo mas encontrou gás e deu o exemplo dos pescadores que vão para o mar à procura de peixe mas encontram lagosta – que iriam utilizar a lagosta. Tal como o Sr. Mário Rassul disse, a AMA1 continuará a procurar petróleo em terra.</p> <p>Mais uma vez agradeceu a todos por participar nesta sessão que serviu para preparar a fase seguinte do projecto.</p>	
--	---	--

Matriz de Perguntas e Respostas

Reunião em Pemba

Data: 28 de Setembro de 2011

Hora: 09h00 – 12h00

Local: Pemba Beach Hotel

Nome/Organização	Comentário/Pergunta	Respostas
1. Matteo Vaghi (Ilha de Metundo)	Qual é a proporção das actividades da Anadarko a nível internacional que compreende a produção de petróleo e qual a proporção que compreende gás?	A Anadarko possui tanto exploração de gás como de petróleo a nível internacional, sendo a produção de gás de compreende 60% e petróleo 40%. John Peffer/Mário Rassul - Anadarko
2. Matteo Vaghi (Ilha de Metundo)	Questionou as actividades da Eni	A ENI possui direitos de pesquisa para a Área 4, localizada a este da Área 1 e está na fase de pesquisa. Mário Rassul – Anadarko
3. Matteo Vaghi (Ilha de Metundo)	A plataforma da AMA1 será maior que a da Eni?	A plataforma usada pela AMA1 deverá ter dimensões semelhantes às da plataforma utilizada pela Eni. O número médio de pessoas que podem viver na plataforma é de 140. O comprimento médio da plataforma é 130 m. O verdadeiro comprimento da plataforma da AMA1 depende do desenho da plataforma adjudicada para o projecto mas deverá ser nestes moldes. John Peffer/Mário Rassul – Anadarko
4. Matteo Vaghi (Ilha de Metundo)	Qual é a profundidade mínima na qual a plataforma de perfuração pode operar?	Este tipo de plataforma de perfuração requer um mínimo de profundidade de aproximadamente 200 m de forma a operar com sucesso John Peffer/Mário Rassul – Anadarko
5. Matteo Vaghi (Metundo Island)	Qual é a profundidade desde a Unidade de Produção Flutuante (FPU) e o fundo do mar?	Se for necessária a utilização de um FPU então esta necessitará de profundidades de aproximadamente 1,500 m. John Peffer/Mário Rassul - Anadarko
6. Michael Gera (Vamizi Island) e Isabel Marques da Silva (WWF)	Haverá chamadas de sinalização durante os trabalhos de operação e exploração em terra e em mar? Terá a AMA1 feito alguma vez uma	Em operações de teste esta chamada é necessária. Será realizado durante cerca de uma semana, portanto é um evento de curta duração.

	<p>chama de sinalização em alto mar para verificar o efeito? Foram vistas algumas chamas durante a noite.</p>	<p>A AMA1 ainda não fez nenhuma chama de sinalização visto que ainda não realizou nenhum teste.</p> <p>A plataforma usada para a prospecção, o Belford Dolphin, não possui capacidade para produzir chamas de sinalização.</p> <p>A mudança na intensidade de luz poderá estar relacionada com a mudança de posição da plataforma que não está ancorada.</p> <p>Não será necessária a chama de sinalização para operações de rotina da fábrica de GNL (durante a produção). Por razões de segurança serão instaladas chamas de sinalização, todavia as mesmas serão usadas apenas em caso de operações não rotineiras.</p> <p>John Peffer /Mário Rassul - Anadarko</p>
7. Michael Gera (Ilha de Vamizi)	<p>Quais são as opções consideradas para a rota dos transportadores de gás para a fábrica de GNL?</p>	<p>John Peffer mostrou uma imagem 3D do fundo do mar ilustrando as os vários desfiladeiros ao longo da área de estudo em mar. Os desfiladeiros são de até 2Km de largura na Bacia do Rovuma. A rota de transporte do LNG irá seguir um desfiladeiro profundo a partir da Bacia para a Baía de Palma. Isto vai minimizar o volume de dragagem necessária .</p> <p>John Peffer/Mário Rassul - Anadarko</p>
8. Michael Gera (Ilha de Vamizi)	<p>Preocupações relacionadas com o assoreamento derivado das dragagens.</p>	<p>O Calado dos navios-cisterna ou a altura do navio que permanece abaixo do nível da água é até 12m e a profundidade de água necessária para permitir movimentos seguros do navio é de 15m. Uma das principais razões de origem técnica que determinou a escolha de Afungi é a profundidade natural do canal para a Baía de Palma que se estende até próximo da costa do local escolhido em Afungi.</p> <p>A altura do casco visível acima da água dos navios-cisterna será de 25-30m.</p>
9. Michael Gera (Ilha de Vamizi)	<p>Qual é a altura do casco visível acima da água que possuem os navios-cisterna?</p>	

		John Pepper/Mário Rassul - Anadarko
10. Michael Gera (Ilha de Vamizi)	<p>Com que frequência é que estes navios-cisterna vão chegar a Palma?</p> <p>Qual é a capacidade destes navios?</p>	<p>Vai depender do mercado. Na fase inicial da fábrica de GNL é provável que um navio-cisterna passe na área de estudo em cada 4-5 dias.</p> <p>John Pepper – Anadarko</p> <p>A capacidade destes navios-cisterna é de 165 mil m³ de GNL.</p> <p>Mário Jorge Rassul, Anadarko</p>
11. Matteo Vaghi (Ilha de Metundo)	<p>O que significam os pontos vermelhos em contraste com os pontos amarelos?</p> <p>Serão estes pontos permanentes ou a pesca poderá decorrer como habitualmente?</p>	<p>A AMA1 está presentemente a obter dados sobre ventos, correntes, e ondas através de bóias de monitoramento localizadas próximo da costa. De referir que existem poucos dados disponíveis referentes á zona próxima da costa.</p> <p>Estes dados serão utilizados para ajudar a desenhar as infraestruturas do projecto de forma segura assim como orientar a identificação da rota do gasoduto e a localização do porto.</p> <p>Os pontos servem para mostrar a localização das boias. Não há perturbação da actividade pesqueira. As bóias estarão no local por um período de dois anos.</p> <p>John Pepper – Anadarko</p>
12. Mia Couto – Impacto	A localização destes pontos já faz prever a localização dos gasodutos?	<p>Sim, há uma possível ligação entre estes pontos e a rota dos gasodutos.</p> <p>John Pepper, Anadarko</p>
13. Lúcia Jofrice (FOCADE)	<p>Haverá algum risco para situações de emergência?</p> <p>Irá a AMA1 preparar um Plano de Resposta a Emergências que contemple desastres naturais para prevenir riscos que podem afectar a comunidades.</p> <p>Pergunto isto por causa do exemplo que tivemos com a BP que é uma grande companhia mas levou tempo para fazer face ao acidente no</p>	<p>A AMA1 está a realizar uma série de estudos para determinar quais são os riscos de ocorrência de fenómenos não rotineiros ou devastadores como é o caso de tremores de terra ou maremotos de forma a minimizar os impactos sobre os ambientes biofísico e socioeconómico.</p> <p>Em 40 anos de produção mundial de gás natural nunca houve um evento catastrófico relacionado com a fábrica de LNG, infraestruturas associadas ou com os navios-</p>

	Golfo do México.	cisterna em que houvesse libertação massiva de gás com consequências para a saúde pública, portanto o gás se acontece uma fuga evapora, não tem as consequências negativas do petróleo. John Pepper, Anadarko
14. Matteo Vaghi – Ilha de Metundo	Existe um risco de explosão associado com o Project (derivado do gás metano)?.	Existe um risco de explosão uma vez que o gás é inflamável, todavia a explosão ocorrerá só quando as condições ambientais se mostrarem adequadas para tal. Procedimentos de segurança serão o núcleo do desenho da fábrica de GNL. Por outro lado, será criada uma zona de exclusão ao redor da fábrica que funcionará como zona de segurança e assegurará que as comunidades estão fora da área de risco. John Pepper/Mário Rassul - Anadarko
15. Emerson Ubisse (FOCAD E)	A empresa terá seguros para cobrir os danos em caso de acidentes.	A ocorrência de um desastre é pouco provável, todavia caso aconteça, a Anadarko será responsável por minimizar os impactos. Sim, a Anadarko terá um seguro. Mário Rassul - Anadarko
16. Emerson Ubisse (FOCAD E)	Em relação às imagens da apresentação ilustrando o fundo do mar, queria perceber se a Anadarko pode captar estas imagens não estará a invadir a privacidade das pessoas? Não será uma invasão dos direitos humanos e da soberania nacional	A imagem apresentada foi parcialmente feita durante a pesquisa sísmica 3D e não pode fotografar pessoas ou invadir privacidade. Uma parte da informação foi retirada do Google Earth e mapeada utilizando raios laser, e outra parte resulta de trabalho extensivo realizado em 2008 por vários biólogos marinhos com vista a mapear os habitats sensíveis. Algumas das pessoas aqui presentes participaram no referido estudo. Como podemos ver a imagem apresentada resulta de uma combinação de 3 imagens sendo que nenhuma delas fornece detalhes de pessoas. Mário Rassul - Anadarko
17. Assane Simão da Silva (Fórum Terra Cabo Delgado)	Os tanques de armazenamento estarão localizados em terra em locais onde vivem pessoas. Haverá reassentamento? Se sim já foi realizado um estudo de reassentamento para saber onde serão reassentadas as pessoas?	Haverá necessidade de reassentamento. Serão feitos estudos para determinar a linha de base na área. A partir de Outubro de 2011 as equipas estarão no terreno e irão determinar a necessidade de reassentamento de forma a preparar um Plano de Acção de Reassentamento.

	Qual será a área de exclusão á volta da fábrica?	<p>Uke Overvest - Impacto</p> <p>Podemos responder que sim haverá reassentamento não sabemos em que extensão e nem exactamente aonde. Não sabemos ainda qual é a largura da zona de exclusão, mas teremos que responder a estas questões durante os estudos sobre o reassentamento e de impacto ambiental.</p> <p>Mia Couto, Impacto</p>
18. Vivaldino Banze (AMA Cabo Delgado)	<p>O que determina a necessidade de instalar a plataforma no mar ou a Unidade de Produção Flutuante (FPU)?</p> <p>Existirão riscos associados a FPU</p> <p>Que tipos de acidentes poderão ocorrer num projecto desta natureza?</p>	<p>Sim, existem riscos associados com a FPU, todavia a AMA1 irá minimizar os riscos, onde possível, no desenho da FPU.</p> <p>Existem várias componentes do projecto que se localizam no mar e em terra.</p> <p>Caso uma FPU seja instalada, existem riscos de ocorrência de acidentes na FPU.</p> <p>Existem riscos associados com as actividades de perfuração. Desde o acidente do Golfo do México no ano passado, a indústria de petróleo examinou os procedimentos de segurança, particularmente para as operações em mar.</p> <p>Existem riscos associados com roturas de gasodutos ou fugas. A AMA1 fará análises detalhadas e medições para assegurar que estes riscos são minimizados. Uma vez instalados, a AMA1 irá continuamente monitorar os gasodutos para evitar a ocorrência de fugas. Caso ocorra uma fuga, o gás será libertado para a superfície da água e evaporará.</p> <p>As infraestruturas de armazenamento de GNL são desenhadas respeitando os padrões de segurança e de forma a evitar os riscos de fugas. São construídas</p>

		<p>áreas de retenção ao redor dos tanques de forma que caso ocorram fugas, o gás ficará retido nestas área e depois evaporará. Por outro lado a AMA 1 criará áreas de segurança ao redor da fábrica e construir infraestruturas para minimizar os riscos para os trabalhadores e comunidade em geral.</p> <p>A AMA1 irá manter uma zona de exclusão na Baía de Palma ao redor dos transportadores de GNL, da infraestrutura para armazenamento de materiais the Materials Offloading Facility (MOF) e ao redor dos navios que estiverem em mar aberto para minimizar os riscos de colisão com os barcos.</p> <p>John Peffer/Mário Rassul – Anadarko</p>
<p>19.Vivaldino Banze (AMA Cabo Delgado)</p>	<p>Analisando a apresentação feita, parece que estará tudo bem com o projecto, mas que estudos serão feitos?</p> <p>É importante avaliar todos os riscos nas</p>	<p>Serão realizados vários estudos de especialistas tal como especificado nos Ternos de Referência para o EIA. Estes estudos incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ecologia terrestre - flora e fauna • Ecologia marinha • Socioeconomia • Resíduos • Qualidade do ar • Uso da terra • Águas superficiais • Paisagem • Modelos de dispersão • ETC <p>Estas e outras questões serão estudadas como parte do EIA e os seus resultados serão aqui trazidos na próxima ronda de reuniões de consulta pública .</p> <p>Uke Overvest – Impacto.</p> <p>O consultor levará a cabo estudos detalhados de</p>

	diferentes fases, incluindo os riscos para os trabalhadores.	avaliação de risco para cada componente do projecto. Por outro lado, a Anadarko implementa os melhores padrões de saúde e segurança na indústria de gás e considera o bem estar dos trabalhadores e das comunidades como algo precioso. Mário Rassul – Anadarko.
20. Imamo Mussa (FOCADE)	Sabemos que a pesca desempenha um papel fundamental como actividade de subsistência e fonte de rendimento das comunidades. Como é que as comunidades pesqueiras serão identificadas e compensadas pela perda de acesso á pesca ou devido a outros impactos relacionados? Quais são as actividades alternativas de geração de rendimentos que estão previstas?	Será realizado um estudo sobre as pescarias para caracterizar a linha de base das pescarias na área de estudo. A equipa de EIA irá identificar medidas para compensar os pescadores pela perda dos meios de subsistência ou perda de rendimentos. Uke Overvest – Impacto.
21. Cristina Esteban (Agência Espanhola)	Gostaria de saber quais são os trabalhos que se estão a realizar na concessão em terra que a Anadarko possui?	Refere-se ás actividades sísmicas que decorrerão em terra durante o próximo ano. Iremos facultar informação referente ao projecto específico em outras reuniões, no final do ano. Mário Jorge Rassul, Anadarko
22. António Dias (FOCADE)	Quais serão os impactos directos para a província Cabo Delgado, em termos de emprego ou oportunidades de negócios? Conhecemos as limitações de Cabo Delgado e prevemos a entrada de muitos investidores estrangeiros. Gostaria de saber qual é a sinergia que se pode criar para elevar a competitividade das empresas locais?	Estes impactos serão estudados no EIA. Estas questões devem ser registadas e respondidas na próxima reunião. Mia Couto – Impacto
23. Marquiola Lyambuanbue – Progresso	Quanto dinheiro a AMA1 investiu neste projecto até hoje e quanto irá ganhar a província de Cabo Delgado?	Até hoje foram investidos US\$ 750 milhões . Mário Rassul – Anadarko.
24. Policarpo Napica	Recomenda-se que durante o processo de AIA,	Comentário anotado e registado.

(Director DPCA Pemba)	a equipa de EIA consulte alguns documentos sobre uso da terra em Palma, produzidos pelo MICOA	
25. Lúcia Jofrice (FOCADE)	No resumo Não-Técnico do Draft EPDA está referido que o projecto irá, sempre que possível, respeitar as melhores práticas internacionais. Em que casos o projecto não respeitará as melhores práticas internacionais?	A tradução do Draft EPDA poderá não estar clara. O EIA será feito de acordo com padrões internacionais. Iremos rever o texto e alterar, caso necessário para que a tradução esteja mais clara. Kamal Govender - ERM
26. Isabel Marques da Silva (WWF)	As actividades de dragagem irão certamente causar impactos na qualidade da água, corais, peixes e actividades pesqueiras. A dragagem irá afectar a ilha de Vamizi. O draft do EPDA não se refere a este impacto na ilha de Vamizi.	O EIA vai avaliar os impactos directos e indirectos das actividades do projecto e a área de estudo vai ser alargada para incluir todas as áreas que serão potencialmente afectadas, incluindo a ilha de Vamizi. Todavia deve ser registado que a localização exacta do gasoduto não é ainda conhecida uma vez que ainda se estão realizando estudos. Uke Overvest – Impacto
27. Isabel Marques da Silva (WWF)	Poderá facultar mais informação sobre as infraestruturas que estarão localizadas na costa, particularmente o porto e o circulo de manobra do navio-cisterna?	Os barcos entrarão na Baía de Palma a norte da ilha Tecomaji, nos canais profundos naturais. Os navios-cisterna com GNL requererão uma profundidade de 15m. Os barcos de apoio e de mantimentos requerem aproximadamente 7-8 m de profundidade. É provável que o MOF Os barcos de apoio e de abastecimento requererão aproximadamente 7-8 m de profundidade para operar. É provável que o MOF esteja localizado a noroeste do local uma vez que nesta área, a profundidade estende-se até próximo da costa. A ponte cais para os navios-cisterna com GNL localiza-se mais a este do local e estende-se até ao canal de águas profundas. Os locais seleccionados para a instalação das infraestruturas, irá minimizar a dimensão da dragagem necessária. Estudos demonstraram que o substrato é tipicamente composto de areia. Amostragens no local confirmaram que o substrato é estável e não requererá dragagem extensa para a construção e instalação de

		<p>infraestruturas. É considerado que não será necessário dragagem de manutenção.</p> <p>Caso necessário, será empregue o método de sucção para a dragagem. Este método permitirá que a turbidez e a areia gerada durante a dragagem seja recolhida. Estas águas serão trazidas para as infraestruturas em terra onde a água será separada da areia. As águas serão devolvidas ao mar e a areia permanecerá em terra.</p> <p>Os navios-cisterna com GNL necessitam de 4 vezes o seu comprimento para fazer as manobras/volta (turn) o que corresponde a cerca de 1.5-2Km. Os rebocadores irão apoiar a realização de manobras seguras dos navios assegurando que eles permanecem dentro da área de manobra.</p> <p>John Peffer - Anadarko</p>
28. Vivaldino Banze (AMA Cabo Delgado)	Em termos de responsabilidade social corporativa, irá a AMA1 disponibilizar fundos ao Estado ou irá envolver organizações para monitorar o investimento.	<p>Desde que a AMA1 assinou o contrato com o Governo de Moçambique em 2006, disponibilizou 1 milhão de dólares americanos ao Governo de Moçambique (INP) para investir anualmente em projectos sociais. Nas fases seguintes a AMA1 irá considerar a disponibilização de fundos adicionais para projectos sociais os quais serão geridos pela AMA 1. A AMA1 vai identificar ONG's, particularmente em Pemba, para apoiarem na gestão destes fundos. Prevê-se que estes fundos sejam disponibilizados para apoiar as áreas de educação e treinamento através da colaboração com ONG's previamente identificadas.</p> <p>Mário Rassul - Anadarko</p>
29. António Dias (FOCADE)	Percebi que houve uma reunião pública em Palma a 27 de Setembro, sobre o EPDA. Muitas das pessoas em Palma são analfabetas. Como é que elas poderão entender a complexidade deste projecto se mesmo as pessoas em Pemba dificilmente entendem?	<p>Participaram na reunião de Palma os representantes do governo e a população local. Usamos um tradutor para traduzir para a língua local. As principais questões levantadas na reunião de Palma referem-se a pescarias. As PI&A manifestaram o desejo de ver o projecto a prosperar. A equipa do EIA tentou estimular</p>

		<p>os presentes para que colocassem as suas questões ou preocupações relativas ao projecto.</p> <p>Apenas poucas mulheres participaram no encontro e não se pronunciaram. O EIA irá organizar reuniões de grupo de foco com os grupos vulneráveis incluindo mulheres de forma que estes grupos possam apresentar livremente as suas opiniões.</p> <p>Mia Couto – Impacto</p>
30. Paulina Jimenez (KEPA)	<p>A AMA1 irá subcontratar muitas empresas para trabalharem no projecto. Caso ocorra um acidente ou fuga, irá a AMA1 responsabilizar-se ou a empresa subcontratada assumirá a responsabilidade?</p>	<p>Nós teremos contratos internacionais e contratos locais, todavia os principais problemas são com os contratos locais. Os contratos internacionais são assinados no nosso escritório em Houston, EUA e as responsabilidades estão claramente definidas no texto do contrato.</p> <p>Os subcontratados da AMA1 serão responsáveis pelas suas acções, mas a AMA1 será no final a responsável.</p> <p>Mário Jorge Rassul ,Anadarko</p>
31. Emerson Ubisse - FOCADE	<p>O aumento do tráfego irá causar impactos como distúrbios, ruído e poluição. Terão estas questões sido estudadas para a construção do armazém em Muxara?</p> <p>Como são observadas as práticas de gestão de resíduos no acampamento de Muxara?</p> <p>Solicita-se que em Pemba a AMA1 evite o congestionamentos de trânsito resultante do trânsito dos veículos de e para o porto.</p>	<p>Durante a fase do EIA serão identificadas medidas apropriadas para gerir os impactos como distúrbios, ruído, emissões e poeiras resultantes do tráfego de veículos. Estas medidas serão incorporadas no Plano de Gestão Ambiental</p> <p>A gestão de resíduos em Muxara é feita de acordo com o Plano de Gestão Ambiental aprovado. O MICOA levou a cabo uma auditoria e não identificou qualquer não-conformidade. A Anadarko, de forma voluntária, solicitou uma empresa para avaliar as emissões atmosféricas da incineradora e os resultados foram bons.</p> <p>O relatório foi submetido ao MICOA e o mesmo é um documento público.</p> <p>Uma nova incineradora foi instalada e a gestão de resíduos será bastante melhorada.</p>

		<p>Existem questões óbvias que não poderemos evitar, como é o caso do trânsito de camiões entre o porto de Pemba e Muxara. Outrossim esperamos que o tráfego aumente. É nossa responsabilidade evitar acidentes. Os nossos camiões não são permitidos dirigir a velocidades superiores a 30Km/h e caso os condutores da AMA1 dirijam a velocidades superiores a 50Km/h é-lhes interdita a condução em território moçambicano. Este não é apenas um problema nosso. Teremos também que avaliar o tráfego geral em Pemba, mas este não é o fórum apropriado para abordar o assunto de Muxara.</p> <p>Mário Rassul – Anadarko</p>
32. Vivaldino Banze (AMA Cabo Delgado)	<p>As comunidades locais poderão não reflector sobre os problemas que este tipo de projectos poderá trazer no futuro, pois querem que a pobreza seja eliminada imediatamente e certamente não irão pensar sobre os impactos negativos.</p>	<p>Existe a probabilidade de gerar tanto impactos positivos como negativos para as comunidades locais. A AMA1 e a equipa do EIA irão coordenar com o governo para perceber como melhor entender e lidar com estas questões. A AMA1 estará dependente do governo para esclarecer as questões necessárias.</p> <p>Mia Couto - Impacto</p>
33. Vivaldino Banze (AMA Cabo Delgado)	<p>Solicitou que a AMA1 comunicasse ao público sobre qualquer investimento nas comunidades.</p> <p>Não pôde identificar nenhuma informação sobre responsabilidade social na página da internet da Anadarko e considera que estas questões devem ser divulgadas ao público.</p> <p>Sugeriu que questões relacionadas com Responsabilidade Social Corporativa sejam incluídas nos Termos de Referência para o EIA.</p>	<p>O objectivo da AMA 1 é ser o mais aberto e transparente quanto o possível durante o decurso do projecto. A Transparência é fundamental para a AMA1. A AMA1 é membro da AMOPI, uma iniciativa que apoia a candidatura de Moçambique a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI).</p> <p>Mario Rassul – Anadarko</p> <p>Os termos de referência são relativos ao projecto e indicam o que a equipa da ERM e Impacto vão estudar. A questão da Responsabilidade Social Corporativa da Anadarko deve ser abordada num fórum diferente uma vez que os consultores ambientais, não avaliamos as actividades de responsabilidade social da empresa. A Anadarko anotou o comentário.</p>

34. Bárbara Kruspan (Helvetas)	Os impactos do projecto não estarão apenas restritos a Palma, por exemplo os impactos nas estradas de acesso. O projecto deverá igualmente considerar impactos indirectos, incluindo qualquer impacto fora de Palma, o que implicará a extensão da área de estudo, caso necessário.	<p>Mia Couto - Impacto</p> <p>O EIA irá avaliar tanto os impactos directos como indirectos das actividades do projecto e a área de estudo será alargada para incorporar todas as áreas que serão potencialmente afectadas.</p> <p>Uke Overvest – Impacto.</p>
35. Hermes Pacule (CEPAM)	Quais foram os critérios ecológicos, socioeconómicos e biofísicos do meio receptor que permitiram seleccionar o local para o projecto durante a fase inicial de selecção do local adequado (“screening”)	<p>A equipa do projecto da AMA 1 durante um período de 7 meses, identificou e avaliou sistematicamente locais prováveis na costa norte de Moçambique para o projecto de GNL e, finalmente seleccionou a Península de Afungi. A avaliação considerou impactos técnicos, ambientais e sociais associados com a escolha de cada local para a construção da fábrica de GNL. Dados foram recolhidos e a análise dos mesmos indica que Afungi é a melhor opção.</p> <p>As alternativas de localização foram avaliadas por ecologista marinho, ecologista terrestre e socioeconomista usando critérios ambientais e sociais identificados por estes especialistas.</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <p><u>Ecologia Marinha:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Ervas marinhas ◆ Estrutura dos recifes de corais superficiais ◆ Praias arenosas ◆ Mangais ◆ Estuários ◆ Biótopos associados (Linked biotopes) ◆ Modificações na costa ou próximo da costa

		<p>(dragagem)</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Pipeline shore landing ◆ Local para exportação - Export facility – Trestle jetty and dolphin berth ◆ Possíveis descargas a partir da fábrica de LNG <p><u>Ecologia Terrestre</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Áreas protegidas (questão legal) ◆ Áreas húmidas ◆ Floresta lenhosa de importância regional ◆ Florestas costeiras ◆ Mangais ◆ Estuários ◆ Mamíferos ◆ Avifauna ◆ Habitats da megafauna <p><u>Socioeconomia</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Apoio do governo local ao projecto ◆ Assentamentos humanos nos locais ◆ Número de habitantes ◆ Proximidade de grandes aglomerados populacionais ◆ Migração comunitária/uso sazonal ◆ Rotas de acesso marinhas ◆ Agricultura de subsistência ◆ Presença de centros de pesca ◆ Sobreposição no uso da terra (outros diferentes de agricultura de subsistência) ◆ Uso de terra nas áreas adjacentes ◆ Importância cultural, religiosa e/ou histórica dos locais ◆ Locais turísticos
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Locais e actividades de recreação ◆ Usos para eco-turismo (Benefício para as comunidades) <p>Após os estudos iniciais a equipa técnica e do ambiente tiveram um seminário no qual reduziram o número de locais alternativos. Estes locais foram alvo de posteriores estudos e os locais foram pontuados de acordo com os critérios acima referidos. Realizou-se um segundo seminário para a selecção final do local, envolvendo as equipas técnicas e do ambiente e, como resultado foi seleccionada a Península de Afungi.</p> <p>Mais detalhes sobre a selecção do local poderão ser fornecidos, caso solicitados.</p> <p>Kamal Govender – ERM</p>
36. Isabel Marques da Silva (WWF)	Afungi é mais protegida dos ventos do que Cabo Delgado. A população de Afungi é maior do que a da alternativa de Cabo Delgado, pelo que é estranho que Afungi tenha sido seleccionada como local preferido.	Foram considerados vários critérios para a selecção do local, veja a resposta acima.
37. Paulina Jimenez (KEPA)	Mencionou-se que a Anadarko irá respeitar as boas praticas internacionais e sabemos que Moçambique é um País candidato para a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI). Será a Anadarko membro desta Iniciativa?	O objectivo da AMA 1 é ser o mais aberto e transparente quanto o possível durante o decurso do projecto. A Transparência é fundamental para a AMA1. A AMA1 é membro da AMOPI, uma iniciativa que apoia a candidatura de Moçambique a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI).
38. Cristina Esteban (Agência Espanhola)	Que equipa irá realizar os estudos de ecologia marinha do projecto? A área é considerada de grande Interesse marinho e terrestre, pelo que requiere uma atenção especial. Como deve saber esta área foi sujeita a vários estudos preliminares levados a cabo pelo Museu de História Natural de Paris e outros.	A equipa de EIA pode facultar a lista de cada especialista envolvido no processo de EIA.
		<p>Tivemos contactos com as pessoas que realizaram estudos na área, tais como a equipa do Sr Timberlake e, uma das razões para não seleccionar a Península de Cabo Delgado resulta da recomendação desses estudos.</p> <p>Mia Couto - Impacto</p>

<p>39. Stélio Tandane (AMA Cabo Delgado)</p>	<p>Na fase de operação da fábrica de GNL, haverá movimentação dos grandes cargueiros em Palma. Como serão geridos os resíduos, em particular os resíduos líquidos?</p>	<p>LNG carriers will not wait outside of Palma Bay for extended periods of time. The speed of these vessels will be regulated, slowed down if necessary, so that they will not be required to remain stationary. The vessels are on a tight schedule and will operate on a quick turn around in Palma Bay. John Pepper – Anadarko</p> <p>Um estudo sobre a gestão dos resíduos será realizado durante o EIA para determinar os métodos de gestão de resíduos bem assim avaliar os potenciais impactos associados com os resíduos que resultarão do projecto. Mário Rassul - Anadarko</p>
<p>40.</p>	<p>Será que os barcos ficarão por longos períodos aguardando em mar antes de entrar para a Baía de Palma?</p>	<p>Os navios –cisterna de GNL não irão esperar por períodos longos fora da Baía de Pemba. A velocidade destes navios será regulada, reduzida, se necessário, tal que não será necessário que permaneçam estacionados. Os barcos operam com calendário bastante apertado e irão despende muito pouco tempo na Baía de Pemba. John Pepper – Anadarko</p>

Matriz de Perguntas e Respostas

Reunião em Maputo

Data: 30 de Setembro de 2011

Hora: 09h00 – 12h00

Local: Hotel Girassol

Nome/Organização	Comentário/Pergunta	Respostas
Eduardo Zuber – Ministério do Turismo	<p>1. Agradece à AMA 1 pelo facto de reactivar o acampamento no distrito de Palma, pois tem contribuído para a melhoria da situação socioeconómica das comunidades locais.</p> <p>A AMA 1 deve respeitar a riqueza biológica e cultural da área. O distrito de Palma e a Província de Cabo Delgado, no geral, são áreas bastante ricas em recursos biológicos e possuem igualmente áreas de valor cultural. P. ex foi sepultada uma sultana num local em Cabo Delgado. Este local é visitado por vários interessados.</p> <p>A AMA 1 deve igualmente respeitar os hábitos culturais locais.</p> <p>O projecto deve contribuir para a melhoria das condições das comunidades locais quer a nível de Palma quer a nível da Província de Cabo Delgado.</p> <p>Sugere que a AMA1 conduza um programa de capacitação para permitir que os locais tenham acesso aos postos de emprego que o projecto irá criar.</p>	<p>1. O acampamento em Palma foi instalado para apoiar a actividade sísmica levada a cabo pela empresa Artumas. A AMA1 tem conhecimento sobre o descontentamento que foi criado aquando do encerramento temporário do acampamento. Tivemos várias reuniões com o Conselho Consultivo e com o Administrador do Distrito para informar e controlar as expectativas. Nessa altura decidiu-se congelar o acampamento de Palma pois não havia certeza sobre o futuro do projecto no continente. Num outro projecto em águas profundas iniciou-se uma campanha de perfuração e toda a operação foi desenhada baseada em Mocimboa da Praia. As condições da nossa operação mudaram pelo que mais de metade dos contentores que foram para Mocimboa da Praia já regressaram a Palma. O acampamento de Palma será maior do que o inicial. Nós privilegiamos o diálogo para a tomada de decisões.</p> <p>Mário Jorge Rassul – AMA 1</p> <p>As questões colocadas relativamente aos lugares sagrados, de importância turística são realmente importantes e vamos registar.</p> <p>Mia Couto – Impacto</p> <p>Começámos já a identificar todos os aspectos</p>

		<p>levantados, locais sagrados, etc, todavia só agora os especialistas começarão a fazer estudos especializados para identificar os locais sagrados, locais turísticos, uso da terra e a partir daí faremos a identificação dos impactos. As medidas de mitigação serão identificadas após a identificação dos impactos.</p> <p>Uke Overvest - Impacto</p>
<p>Amadeu Cossa – Iniciativa Moçambicana para Boa Governação</p>	<p>2. Quais são as alternativas de actividades de rendimento para as comunidades considerando que se observará uma redução da zona de pesca disponível?</p> <p>No que se refere à área de instalação do gasoduto, haverá suspensão de sedimentos que contribuirá para a alteração da fauna bentónica, causando um impacto sobre os peixes. Como esta questão será tratada nos estudos especializados?</p>	<p>2. Relativamente à pesca, esta não será interrompida, todavia deverá decorrer fora das zonas de exclusão. Depois de se reunir as características da área, nessa altura será feita a identificação dos impactos, as respectivas medidas de mitigação, as alternativas, etc.</p> <p>Uke Overvest – Impacto</p>
<p>Michael Belarmino – Estudante Instituto de Relações Internacionais</p>	<p>3. Entre 2000-2007, em Palma e alguns distritos de Nampula, houve um projecto de biodiversidade costeira e marinha o qual propôs duas áreas de reserva marinha uma em Palma e outra em Mossuril. As apresentações aqui feitas não fazem referência a estas recomendações. Qual a abordagem relativamente a este assunto?</p>	<p>3 e 5. O projecto não está localizado numa área oficial de conservação. Caso venha a acontecer será um desafio para a AMA1 de forma a entender os objectivos da criação da área de reserva e como o presente projecto poderá conviver com essa área de conservação. A existência das duas actividades não deve ser vista como mutuamente exclusiva.</p> <p>Kamal Govender – ERM</p>
<p>Michael Belarmino – Estudante Instituto de Relações Internacionais</p>	<p>4. Apelo à AMA 1 para encontrar mecanismos para capacitar as comunidades locais para que elas possam ter acesso aos postos de emprego que estarão disponíveis, de forma a evitar a marginalização destas comunidades e consequentes revoltas.</p>	<p>4. e 8 A AMA 1 decidiu não usar maquinaria pesada na abertura de linhas sísmicas de forma a privilegiar a utilização de mão de obra local e facilitar a reabilitação depois de concluir as linhas sísmicas. Este trabalho foi feito com sucesso e as pessoas que durante 6 meses tiveram trabalho e rendimento, deixaram de o ter.</p>

		<p>Depois da conclusão da sísmica foi necessário trabalhar com quem tinha os postos de emprego para que eles se preparassem para deixar de ter rendimentos após 6 meses (após conclusão da sísmica).</p> <p>A AMA 1 está consciente que deve utilizar metodologias de trabalho que criem um equilíbrio entre o rendimento da empresa e os benefícios sociais locais.</p> <p>A AMA1 definiu como estratégia fazer uma contribuição para projectos sociais. A contribuição constante no contrato é encaminhada à instituição de tutela. Para a gestão destes fundos foi criada uma comissão interinstitucional da qual a AMA 1 faz parte, onde são definidas as prioridades para a utilização dos fundos. Para esta fase de exploração será também criado um fundo cujo montante e estratégia de utilização não está ainda definido. Será definido durante 2012. Relativamente à formação a AMA 1 irá reunir-se com o Ministério da Educação e definir a estratégia mais adequada.</p> <p>Mário Jorge Rassul – AMA 1</p>
Natalia Camba - INP	5. Na linha de intervenção do Sr. João Belmiro, referir que em 2007 houve um projecto que delimitou a área de reserva e houve também um estudo que recomendou a alteração dessas áreas delimitadas em Palma. Terá a Impacto informação sobre estas delimitações?	
Natalia Camba - INP	6. Qual será a fonte de água para a indústria. Será utilizada a água do mar? Caso sim deverá pensar como tratar antes do seu despejo para o mar.	6. Com base nos desenhos do projecto serão definidas as quantidades de água necessárias, todavia durante a fase de exploração não se prevê a necessidade de grandes quantidades de água. Será usada pouca água principalmente para o acampamento. Serão feitos furos para acesso à água. Outra opção é a dessalinização. Mas as opções serão estudadas durante o EIA.

		John Peffer – AMA 1
Natalia Camba - INP	7. O projecto será implementado em Afungi. Nesta área existem alguns projectos turísticos grandes. Que condições serão propostas para a coexistência dos dois projectos?	<p>7. A estratégia deve ser comunicar com os operadores turísticos de forma a identificar como o projecto irá influenciar os investimentos na área do turismo e quais as medidas adequadas para eliminar ou minimizar estes impactos.</p> <p>Kamal Govender – ERM</p> <p>Tivemos já encontros com os operadores turísticos em Palma. Tivemos reuniões com os gestores das Ilhas de Tecomaji, Vamizi, Rongui e Metundo aonde explicámos sobre o projecto, ouvimos sobre os seus planos de forma a encontrar formas de convivência dos dois tipos de desenvolvimento. O diálogo com este segmento já começou e vai continuar.</p> <p>John Peffer – AMA 1</p>
Luís Tembe – Direcção Nacional do Ensino Técnico	8. Que programas de formação terá a AMA1 para permitir que as comunidades locais tenham acesso aos postos de emprego do projecto?	<p>8. Durante a fase de construção, haverá necessidade de muita mão-de-obra pouco treinada a qual será maioritariamente identificada a nível local para benefício local. Será necessário formação e temos consciência disso. A formação será em grande parte da responsabilidade dos subcontratados que vão fazer a construção. Estas empresas são bastante experientes e têm em consideração as necessidades de formação. Já tiveram experiências em vários países do mundo como Angola, Egipto, Indonésia, etc. No nosso contrato com eles ficará claro que a formação é um requisito obrigatório para os candidatos aos postos de trabalho.</p> <p>John Peffer – AMA 1</p>

<p>Décio Monteiro – INP</p>	<p>9. No contrato da AMA1 com o INP não estava prevista a realização do estudo da avaliação ambiental estratégica (AAE) que está a decorrer neste momento. Tendo em conta este processo, quais são os possíveis impactos para o projecto da AMA1 face às recomendações do processo da avaliação ambiental estratégica?</p>	<p>O mais correcto é esperar para ver as recomendações do AAE. Sugerimos que os consultores efectuassem de forma interactiva a AAE. A AMA1 disponibilizou toda a informação de que dispõe à equipa de consultores.</p> <p>John Peffer, AMA 1</p>
<p>Sean Nazerali – WWF</p>	<p>10. Queria fazer várias sugestões uma vez que os TdR são muito vagos e possuem muitas lacunas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Os resultados da AAE devem ser incorporados neste estudo e devem ser vinculativos para o projecto b) Medir e avaliar as emissões de carbono do projecto, bem como propor medidas de mitigação de acordo com as convenções ratificadas por Moçambique c) Ampliar a área marinha do estudo de forma a incluir toda a área que o projecto vai afectar, incluindo as áreas de transporte de gás, que é não só a área da Bacia de Palma, mas uma área muito maior dentro do canal de Moçambique. Necessário prever também os impactos da dragagem sobre os corais e pescarias d) Devem ser inclusos estudos sobre as mudanças climáticas demonstrando quais os impactos do projecto sobre as mudanças climáticas e quais os impactos das mudanças climáticas para o projecto. Por outro lado seria importante que o projecto contribuisse para elevar o conhecimento científico sobre mudanças climáticas em Moçambique. Pode-se propor no PGA, por exemplo, que seja 	<p>10. Agradecemos e vamos incorporar as sugestões aqui avançadas no estudo de impacto ambiental.</p> <p>Relativamente à AAE, este processo está no início e asseguramos que as recomendações deste processo serão incorporadas no relatório do estudo de impacto ambiental.</p> <p>A Impacto tem acesso ao livro branco e vai certamente utilizá-lo no estudo de impacto ambiental.</p> <p>Uke Overvest – Impacto</p> <p>Sobre a AAE dizer que a Anadarko é um dos financiadores deste estudo, daí estar também interessada nos resultados do mesmo.</p> <p>Os EIA's feitos para os projectos da Anadarko serão disponibilizados à equipa de AAE.</p> <p>Relativamente a mudanças climáticas queria referir que o LNG é uma fonte energética limpa.</p> <p>John Peffer – AMA 1</p>

	<p>criada uma estação meteorológica na zona, que sejam medidos os níveis do mar nesta zona e desta forma prever os impactos para o nosso país</p> <ul style="list-style-type: none">e) Dentro da AAE devem ser identificados estudos que devem ser feitos a longo prazo tendo em conta as lacunas de informação que existem, por exemplo, sobre a migração das baleias, etc.f) Necessidade de publicar os EIA durante todo o processo de AIA e não apenas para a revisão do EPDA e REIAg) Necessidade de ter um mecanismo para medir os impactos reais do projecto sobre o ambienteh) Necessidade de estudar os mecanismos e estratégias de relacionamento entre a AMA1 e as comunidades locais a longo prazo. Sugerimos a criação de mecanismos permanentes para evitar alteração da estratégia de relacionamento com a mudança, por exemplo, do detentor da área de exploração. Estes mecanismos poderiam ser incluídos nos contratos com o governoi) Como o programa de segurança das instalações do projecto será desenvolvido e como este programa pode contribuir para apoiar a segurança da costa tendo em conta a fragilidade da segurança da costa moçambicana?	
--	--	--

	<p>11. Qual o horizonte temporal do projecto?</p> <p>Quais são as previsões em termos de compromissos sociais e gestão de expectativas que a AMA1 vai assumir?</p> <p>Sugerimos que este estudo tenha em consideração os outros estudos já realizados. Existe na Província um livro chamado “livro branco” que contém informação sobre os recursos ao nível da Província.</p> <p>Jorge Muanahumo – Associação dos amigos e simpatizantes de Cabo Delgado</p>	<p>11. De hoje até a primeira produção de LNG será de sensivelmente 6 anos. O tempo de operação deste tipo de projecto é de pelo menos 20 anos, no mínimo.</p> <p>John Peffer – AMA 1</p>
<p>Natália Camba - INP</p>	<p>12. Queria comentar sobre a criação de expectativas. As quantidades de gás existentes podem ser comparadas às quantidades descobertas no Brasil, todavia, é de facto importante gerir as expectativas e saber o que devemos esperar deste projecto.</p> <p>Relativamente à formação para acesso ao emprego sugiro que nós nos preparemos para oferecer serviço a estes grandes projectos que vêm. Os ensinamentos técnicos devem dar esta formação aos nossos estudantes para estes poderem concorrer e ter acesso aos postos de emprego.</p>	
<p>Stiven Ferrão – Iniciativa Moçambicana para Promoção da Boa Governação</p>	<p>13. Queria louvar a realização das reuniões de consulta pública para partilhar informação. Sugiro que as comunidades locais sejam também consultadas para a definição das prioridades no âmbito dos projectos sociais.</p>	<p>13. Teremos, com certeza, a inclusão da perspectiva do género nos nossos estudos socioeconómicos.</p> <p>Uke Overvest – Impacto</p>

	<p>Sugiro a inclusão da perspectiva do género na realização dos estudos e, bem assim, nas consultas sobre os estudos que estão a ser realizados.</p>	
<p>Claudia Manjate - WWF</p>	<p>14. Concordo que o Estado deve preparar-se para receber os grandes projectos formando pessoal que pode concorrer para os postos de emprego oferecidos por estes projectos.</p> <p>Sugiro que sejam aproveitados os estudos socioeconómicos para fazer o levantamento sobre as necessidades de formação das comunidades locais.</p> <p>Referente ao processo de selecção do local, dentro da península de Afungi existe uma área ecologicamente sensível que cai sobre a área de implantação do projecto. De que forma se pode considerar os estudos de compensação ecológica uma vez que haverá perdas de habitats já que está definido que o projecto vai ser implantado naquela área. Os resultados deveriam ser inclusos no PGA como recomendação.</p>	<p>14. No que concerne às áreas ecologicamente sensíveis na Península de Afungi, dizer que esta área foi escolhida porque tem menos locais sensíveis que Cabo Delgado, sem querer dizer que as zonas sensíveis em Afungi não são importantes ou não há impactos, mas iremos discutir as possibilidades de haver compensações ecológicas.</p> <p>Kamal Govender – ERM</p>
<p>Orlando Matos – Jirrof Construções</p>	<p>15. Onde estão localizados os poços de gás que vão ser explorados e a que profundidades encontram?</p>	<p>15. A coluna de água é de 1500 m. Da sub superfície até ao objectivo, o poço tem 3500m.</p> <p>Mário Jorge Rassul – AMA1</p>

FASE DE EIA

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PRVÍNCIA DE CABO DELGADO

Reunião de Informação com Grupos Focais - Governo Provincial de Cabo Delgado (Fase de EIA)

Data: 30 de Janeiro de 2012

Hora: 08:30 – 11:30

Local: Sala de Reuniões da Direcção Provincial das Obras Pública e Habitação

Nr. de Participantes: 25

Matriz de Perguntas e Respostas

Interveniente	Questão levantada	Resposta
Mateus Matusse , Director Provincial, Direcção Provincial da Indústria e Comércio	Gostaria de saudar a iniciativa dos Proponentes/Consultores de informar o Governo Provincial sobre o desenvolvimento dos estudos de forma detalhadamente.	Obrigado. Comentário anotado. (Mia Couto, Impacto)
Mateus Matusse , Director Provincial, Direcção Provincial da Indústria e Comércio	Seria importante que os membros do Governo pudessem visitar a área do projecto (de forma faseada), nas suas diferentes fases, para terem uma melhor compreensão do mesmo.	Sugestão anotada. (Mia Couto, Impacto)
Mateus Matusse , Director Provincial, Direcção Provincial da Indústria e Comércio (DPIC)	Foi referido que as pessoas reassentadas irão beneficiar-se de formação profissional. No entanto, sugere-se que a formação profissional seja a nível provincial, orientado para os diferentes trabalhos que serão necessários durante as fases de construção e operação do projecto. Recomenda-se que a AMA1 discuta essa questão com o Governo. Em Cabo Delgado já existe o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) e	Foi referido que a formação profissional está direccionada às pessoas que serão reassentadas mas não quer dizer que o EIA não vai abordar essa questão. Os impactos sociais do projecto estão a ser estudados por uma equipa e incluem a oportunidade de formação social. O EIA pode recomendar que se maximizem as possibilidades de formação profissional, como responsabilidade social da AMA1. Sugiro que a AMA1 crie um momento próprio para discutir as questões de formação profissional com as instituições do Governo a nível central e

	<p>pode-se pensar em disciplinas que tenham uma ligação, mesmo indirecta, com outros serviços que o projecto vai precisar.</p> <p>A DPIC tem um plano de instalar um centro de orientação empresarial com perspectivas na área de exploração de gás, através de serviços indirectos, como forma de valorizar e beneficiar as pequenas e médias empresas da Província de Cabo Delgado.</p> <p>A informação e o contacto com o Governo devem continuar para que o sector empresarial da província (fornecedores locais / homens de negócios) seja informado sobre as necessidades de serviços que o projecto vai precisar.</p>	<p>provincial.</p> <p>A Impacto/ERM podem estudar como tirar o máximo proveito possível sobre este aspecto, que deve começar já, para que quando o projecto iniciar hajam já quadros preparados para dar resposta, em coordenação com os programas já existentes a nível nacional e provincial. (Mia Couto, Impacto)</p> <p>A AMA1 irá marcar um encontro com o Governo Provincial para discussão de toda a envolvente do projecto de gás - o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, a formação profissional, entre outros. Faz parte dos objectivos da AMA1 fazer formação profissional num âmbito muito mais vasto, incluindo a construção de novos centros de formação, dentro das definições do Ministério da Educação. (Mário Rassul, AMA1)</p>
<p>Graziela Tembe, Directora Provincial, Direcção Provincial de Educação e Cultura</p>	<p>A formação profissional deve ser vista no contexto geral da província e não apenas restrita à área do reassentamento.</p> <p>Qual será a modalidade prevista para a formação profissional? Irão usar as instituições já existentes, através da coordenação dos cursos necessários, ou vai se criar uma instituição para áreas específicas?</p>	<p>Obrigado. Veja resposta acima. (Mia Couto, Impacto)</p>
<p>Lina Portugal, Secretária Permanente, Secretaria Provincial</p>	<p>Tendo em conta que a maior parte das populações locais que serão reassentadas têm o mar como base do seu sustento, sugere-se que no processo de reassentamento (retirada das</p>	<p>Comentário registado. Para além da dependência das pessoas em relação ao mar, verificou-se adicionalmente a interferência do projecto em relação à rota de transporte de pessoas e carga</p>

	<p>peças do seu habitat normal para outro - zona hospedeira) tenha-se em conta a relação dessas populações com as actividades ligadas ao mar (pesca) e outras actividades, para que os seus modos de vida não sejam mudados de forma drástica e origine um impacto negativo.</p>	<p>naquela zona. (Mia Couto, Impacto)</p> <p>Estamos preocupados com a utilização do mar não só como recurso para a pesca mas também porque sabemos que muitas destas populações utilizam esta rota de navegação costeira para se dirigir à Palma (para comércio, transporte e outros). Portanto, com o tráfego do projecto vai haver uma série de perturbações ligadas ao mar e temos que avaliar tudo isso com muito cuidado. (Victor Nicolau, Impacto)</p>
<p>Lina Portugal, <i>Secretária Permanente, Secretaria Provincial</i></p>	<p>Tendo em conta que serão instaladas várias tubagens, qual é o impacto ambiental de possíveis vazamentos no fundo do mar (pelo gás) e na terra (pelo combustível dos navios do projecto), tanto para o ecossistema como para o turismo?</p>	<p>Estamos a identificar todas as possibilidades de ocorrência de qualquer acidente, incluindo derrames, e encontrar medidas de mitigação para prevenir e mitigar a ocorrência desses acidentes. Quando esse estudo de especialidade estiver concluído voltaremos para apresentá-lo e esclarecer as dúvidas. (Kamal Govender, ERM)</p>
<p>Tiago Cherene, <i>Chefe dos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, Direcção Provincial de Agricultura</i></p>	<p>Dentro da parcela solicitada pela AMA1 existem 3 aldeias: Quitupo, Nsenga e Maganja. Sabemos que a parcela abrange toda a aldeia de Quitupo e uma parte de Nsenga mas ainda persiste a dúvida se Maganja está dentro ou fora da parcela.</p>	<p>No slide sobre a parcela da AMA1, a demarcação em amarelo é um esboço usado pela empresa como ponto de discussão, e coincide, mais ou menos, com o mapa em negociação com os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, com uma extensão de 7000 ha. Mas o mapa oficial dos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro fala de 6000 ha porque do lado superior esquerdo da concessão existe um DUAT concedido para efeitos de turismo e a AMA1 sabe dessa área que não lhe pertence.</p>

		<p>Temos a certeza que a aldeia de Quitupo vai sofrer impactos directos do projecto e, provavelmente, onde haverá maior esforço de trabalho de reassentamento.</p> <p>Embora a aldeia de Nsenga esteja fora da área do DUAT, provavelmente existam machambas da população dessa aldeia dentro da área, e deve ser feita uma avaliação cuidadosa daquilo que deve ser compensado.</p> <p>Maganja é a aldeia que tem levantado mais discussões. Por um lado pretendemos evitar discussão de reassentamento para a população de Maganja, daí que a linha amarela tinha o objectivo de evitar Maganja, mas estamos conscientes que provavelmente as pessoas de Maganja façam também machambas dentro da área do DUAT, estando sujeito a discussões e negociações com as pessoas para se encontrar a melhor estratégia a seguir. Também já se pensou em terminar o DUAT antes da aldeia de Maganja para evitar essas discussões.</p> <p>No entanto, essas discussões aparecem quando se olha para a questão da terra sob ponto de vista de sociologia. Mas quando se olha sob ponto de vista ambiental, dentro da área do DUAT existe uma zona de mangal bastante sensível que ficará protegida se estiver incorporada dentro dessa área, uma vez que possuímos mais recursos para tal, comprometendo-se a transformar essa zona num pequeno parque privado.</p>
--	--	---

		<p>Portanto, a questão das aldeias deve ser discutida ao mesmo tempo com outras componentes do projecto (ambiental e de engenharia). (Mia Couto, Impacto)</p>
<p>Lina Portugal, <i>Secretária Permanente, Secretaria Provincial</i></p>	<p>Gostaria de saber se o Distrito de Palma já possui o mapa de ordenamento territorial, para se saber onde cada projecto se deve instalar, tanto estes como outros que virão como consequência deste? Caso não haja, podia-se solicitar à AMA1 ou à Impacto para fazer o ordenamento territorial de todo o Distrito de Palma</p>	<p>Neste momento só foi feito o Plano de Urbanização do Distrito de Palma. Já havia sido elaborado o desenvolvimento espacial, cujo documento está sendo adequado ao Plano de Uso de Terra, com o envolvimento dos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro. Portanto, ainda não existe um mapa detalhado de ordenamento territorial de todo o Distrito de Palma. (Augusto Assane, Técnico, Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental).</p> <p>Para além do ordenamento territorial para o reassentamento, recomendado no EIA, sugere-se também que com o apoio da AMA1 ou da Impacto, em coordenação com o Governo, se promova esta actividade. (Mia Couto, Impacto)</p>
<p>Dinó Coutinho, <i>Director Provincial, Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação</i></p>	<p>Na apresentação não foi referido o uso intensivo das vias de acesso. Sabendo que o projecto irá atrair muito tráfego, recomenda-se que este aspecto seja estudado no EIA.</p>	<p>Neste encontro não estamos a apresentar os resultados do estudo. O encontro serve apenas para transmitir alguma informação nova sobre a localização do projecto, enquanto decorre o estudo. Após a conclusão do estudo serão apresentados os resultados de todas as componentes, incluindo o uso intensivo das vias de acesso. (Mia Couto, Impacto)</p>

		<p>O que foi apresentado é apenas o que está em curso em termos de estudos de especialistas, mas existem muitos outros estudos, incluindo questões relacionadas com o tráfego terrestre e marítimo, que estão a ser estudados por uma equipa de especialistas envolvidos neste projecto.</p> <p>(Uke Overvest, Impacto)</p>
<p>Argentina Simão, Directora Provincial, Direcção Provincial da Mulher e Acção Social</p>	<p>Na elaboração dos instrumentos de reassentamento deve-se ter em conta a componente social porque vai ajudar a identificar todos os factores culturais, de desenvolvimento, etc, e perceber como é que as mulheres são fundamentais nos agregados familiares.</p> <p>Deve-se também privilegiar a troca de experiência sobre o reassentamento com as províncias que já se beneficiaram desse processo (por exemplo, Tete e Maputo) para ajudar a reduzir os níveis de risco.</p>	<p>Sugestão anotada. Esses aspectos serão tidos em conta no processo de reassentamento.</p> <p>(Mia Couto, Impacto)</p>
<p>Samuel Buanar, Director Provincial, Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações</p>	<p>Além de transformar os camponeses em agricultores, os pescadores artesanais também devem ser transformados ou que lhes sejam fornecidas as melhores técnicas de pesca mais sustentável.</p>	<p>Tal como para a maior parte dos camponeses, também há vários constrangimentos para o desenvolvimento da actividade pesqueira, relativamente ao tipo de equipamento e práticas não sustentáveis. Haverá oportunidade de melhorar o equipamento, ensinar novas práticas e apoiar na criação de uma rede de frio para a conservação do pescado. Portanto, a AMA1 terá um grande papel na formação sobre as novas técnicas de pesca, mais eficazes e mais sustentáveis, em termos da preservação dos recursos, e oportunidades de organizar os centros de pesca em pequenas cooperativas. Tanto para</p>

		<p>os camponeses como para os pescadores, deve-se fomentar a ideia de criação de excedentes (não só para auto consumo) com vista à economia de mercado de consumo.</p> <p>(Victor Nicolau, Impacto)</p>
<p>José Domingos, membro, <i>Fórum dos Pescadores</i></p>	<p>Caso haja poluição do mar e poluição atmosférica, não irão afectar somente a população de Maganja da Costa, pois através das correntes marítimas pode-se alastrar até Mocímboa da Praia. Que medidas existem para estes possíveis impactos para as comunidades que vivem ao longo da costa, principalmente para as comunidades abrangidas pelo projecto?</p>	<p>A componente da poluição está a ser estudada e modelada. Esses modelos de dispersão serão apresentados num encontro posterior.</p> <p>(Kamal Govender, ERM)</p> <p>Não podemos assumir que iremos poluir mas sim que temos algumas emissões por causa da fábrica, mas que não são necessariamente poluentes. A equipa da Impacto irá estudar todos os efluentes e descargas emitidos pelo projecto.</p> <p>(Mário Rassul, Impacto)</p>
<p><i>Augusto Assane, Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental</i></p>	<p>Devo chamar atenção para a questão da formação, pois temos recebido vários projectos que incluem esta componente mas nunca se concretiza.</p>	<p>A questão da formação será discutida em fórum próprio, entre a AMA1 e as instituições directamente ligadas.</p> <p>(Mia Couto, Impacto)</p>
<p><i>Augusto Assane, Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental</i></p>	<p>Qual será o calendário de reassentamento, pois este não deve esperar muito para iniciar?</p>	<p>Não se pode dar agora uma resposta porque depende de outras definições básicas que estão a ser encontradas entre a AMA1 e o Governo Moçambicano, sobre a localização exacta do projecto. Devem haver definições básicas sobre onde serão reassentados, quem será reassentado e os respectivos limites para se iniciar com o reassentamento.</p> <p>(Mia Couto, Impacto)</p>

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PRVÍNCIA DE CABO DELGADO

Reunião de Informação com Grupos Focais - Operadores Turísticos de Cabo Delgado
(Fase de EIA)

Data: 30 de Janeiro de 2012

Hora: 14:30 – 17:30

Local: Pemba Beach Hotel

Nr. de Participantes: 8

Matriz de Perguntas e Respostas

Interveniente	Questão levantada	Resposta
Isabel Ferreira, <i>Representante, Kilaguni, Lda e Dawi Safaris, Lda</i>	Sabemos que o projecto é importante para o país mas como operadores turísticos estamos obviamente preocupados. Sou membro da comissão e gestão da CDTUR (Associação de Hotelaria e Turismo de Cabo Delgado) e vários operadores já colocaram a mesma pergunta sobre como o projecto da AMA1 e a dragagem na entrada da baía de Palma irá comprometer o turismo na zona de Palma (zona preservada, considerada um destino de safaris e de vários tipos de turismo). Isto porque não vamos poder desenvolver o mesmo projecto turístico inicialmente previsto para a zona de Palma, pois encontra-se mesmo ao lado da planta do projecto de processamento de gás da AMA1.	Obrigado por levantar essas questões. Há conflitos evidentes entre o desenvolvimento de petróleo e gás e o turismo. A avaliação de impacto social, que está sendo realizado como parte do EIA, irá examinar todas as actividades comerciais e de subsistência na área. A senhora será incluída na base de dados de partes interessadas do projecto e será informada dos progressos do EIA e irá receber informação sobre o projecto. (Kamal Govender, ERM)
Isabel Ferreira, <i>Representante, Kilaguni, Lda e Dawi Safaris, Lda</i>	O que é que a dragagem irá implicar? Devemos alterar a visão e o produto? Como podemos alterar o projecto para enquadrar a fábrica de LNG?	Ao mesmo tempo que está a ser feito o EIA deste projecto, o Governo encomendou uma Avaliação Ambiental Estratégica de toda a costa moçambicana, devido aos conflitos potenciais entre o turismo, a pesca, o gás e o petróleo, áreas de conservação, etc. Espera-se que até ao fim deste ano o Governo tenha uma ferramenta capaz de criar zoneamento ou ordenar o território em função do que é

		mais lógico. (Mia Couto, Impacto)
Isabel Ferreira, <i>Representante, Kilaguni, Lda</i> <i>e Dawi Safaris, Lda</i>	Acho importante a iniciativa do Governo de fazer uma Avaliação Ambiental Estratégica de toda a costa moçambicana, pois como membro do CDTUR gostaríamos de saber qual o destino do turismo, será um turismo tradicional ou um turismo de negócio?	Comentário registado
Alberto Sanikkela, Director <i>Adjunto, D&E Beach Resort</i>	Apesar das ilhas Tecomagi, Rongui e Queramimbi estarem ainda em fase de construção, cujos projectos futuros já estavam desenhados, quais serão os impactos directos para o turismo dessas ilhas com a instalação da fábrica de processamento de gás, a plataforma de produção flutuante e os gasodutos que irão passar próximo ou entre elas?	Os impactos potenciais estão sendo avaliados no âmbito do EIA. (Kamal Govender, ERM) Já está no campo um especialista em impacto visual que irá estudar questões de impacto visual do projecto a partir das ilhas pelos operadores turísticos e pelos turistas. Faz parte do EIA analisar esses impactos e propor medidas para mitigar tais impactos. (Uke Overvest, Impacto) Provavelmente a ilha Queramimbi não aviste a fábrica mas será afectada devido ao tráfego dos barcos do projecto, que numa primeira fase será um barco de 10 em 10 dias, mas depois será um barco por dia. Portanto, a preocupação dos operadores turísticos dessas ilhas não é somente o que irão visualizar directamente como também pelo futuro tráfego marítimo nessa zona. (Mário Rassul, AMA1) O EIA irá considerar as várias fases do projecto e o aumento de embarcações desde as fases iniciais do projecto até as fases posteriores. (Kamal Govender, ERM)
Isabel Ferreira, <i>Representante, Kilaguni, Lda</i>	É irrelevante o tráfego marítimo numa primeira ou	Os Termos de Referência referem que serão estudados

/ <i>Dawi Safaris, Lda</i>	segunda fase, pois a questão é que teremos uma fábrica de gás que irá mudar toda a filosofia do que é um produto turístico, que era conhecido anteriormente como inexplorado, natural e preservado deixará de o ser.	os impactos no turismo em geral, bem como os impactos nas ilhas ou zonas directamente afectadas pelo projecto, incluindo a Ilha Vamizi. (Mia Couto, Impacto)
Karen Schoeman , Gerente, <i>Ilha Tecomagí</i>	Onde é que será feita a dragagem e qual é a extensão? Haverá uma área significativa de dragagem dentro da baía?	A dragagem será feita a partir do ponto baixo até a esquina e terá aproximadamente 100m de largura para permitir que os 6 gasodutos sejam colocados. A AMA1 fez simulações para medir as correntes na baía. Durante a dragagem iremos precisar de algum tipo de barragem, tal como um depósito de pedras para impedir que as trincheiras fiquem atulhadas de sedimentos, mas estes serão removidos durante a colocação de cada gasoduto subsequente. (Neil Summer, AMA1) A maior parte do material dragado será utilizado na construção de cais como material de aterro. As actividades de dragagem na baía levarão aproximadamente 6 meses e não irão começar antes do primeiro trimestre de 2014. (Neil Summer, AMA1)
Karen Schoeman , Gerente, <i>Ilha Tecomagí</i>	Ouvimos dizer que a queima irá começar em breve.	Um navio de perfuração irá iniciar testes dentro deste mês e irá envolver alguma queima por 3-4 dias. Isso irá acontecer a aproximadamente 40km em mar aberto nos poços Barquentine e não se espera que seja visível a partir das ilhas. A primeira campanha irá envolver testes de 4 poços. (Mário Rassul, AMA1)
Zaide Abubacar , Miti, <i>Lda / Ilha Vumba</i>	Dentro do estudo já foram feitas algumas negociações directas com as partes identificadas que de alguma	Ainda não houve nenhum contacto com os operadores turísticos no sentido de negociar seja o que for.

	<p>maneira serão afectadas pelo projecto, especificamente os operadores turísticos, relativamente às compensações que por ventura possam existir, tendo em conta que este é um grande e importante projecto e que alguns operadores turísticos já iniciaram com os seus projectos?</p>	<p>Primeiro temos de esperar pelos resultados do EIA e da Avaliação Ambiental Estratégica em curso para assumir que hajam prejuízos e para depois compensar, através da equipa de compensação da AMA1.</p> <p>Neste momento estamos a dialogar e procurar identificar os proprietários de bens dentro e arredores da área do projecto, para ouvir principalmente suas preocupações e solicitar que os consultores estudem com profundidade essas preocupações e, em função disso, aconselhar.</p> <p>Como cidadão, em Novembro de 2011 participei numa reunião com o Ministro do Turismo e com a Vice-Ministra dos Recursos Minerais, especificamente convocada para falar directamente com os operadores turísticos de Pemba e das ilhas, na qual também a AMA1 foi convidada, com o propósito de saber qual o posicionamento dos operadores turístico das ilhas. Nesse encontro, a Vice-Ministra disse que a maior parte dos <i>Business Plans</i> dos actuais operadores turísticos foram concebidos a algum tempo atrás (a 10 ou 15 anos). Foi igualmente referido que fosse útil rever esses planos, cujas imagens de marca variam de operador para operador, mas que não podem ser afectadas. Portanto, em função daquilo que cada operador percebe como afecta o seu negócio pode mudar a imagem de marca, cuja decisão caberá a cada investidor, se prefere se adaptar às novas mudanças ou se quererá continuar a investir nessa imagem de marca.</p>
--	--	--

		(Mário Rassul, AMA1)
Zaide Abubacar, Miti, Lda / Ilha Vumba	Já foi feito algum estudo social sobre as aldeias de pescadores existentes na área do projecto?	<p>Sim, o estudo social está sendo realizado por uma equipa responsável pelo estudo socioeconómico. (Mia Couto, Impacto)</p> <p>Basicamente foram feitos vários inquéritos, entrevistas, etc. para tentar saber a situação existente na área (por exemplo, que recursos são usados, onde estão, como são usados, que quantidades, como a população depende desses recursos) que servirá para determinar quais são os impactos socioeconómicos do projecto, bem como servirá também de base para a componente de mitigação, compensação e reassentamento da população. Esperamos apresentar esses resultados brevemente num encontro desta natureza. (Uke Overvest, Impacto)</p>
Isabel Ferreira, Representante, Kilaguni, Lda / Dawi Safaris, Lda	Quando é que poderemos ter a informação daquilo que irá afectar os operadores turísticos, uma vez que todos os nossos projectos estão dependentes de informação e de decisões por tomar?	<p>Foi apresentado um calendário do projecto e referido que serão realizadas reuniões com grupos focais, que vão além do estipulado no Regulamento sobre o Processo de Participação Pública, para satisfazer a transmissão de informação sobre o andamento dos estudos ambientais, sempre que tivermos informação considerada relevante.</p> <p>Sugiro que os consultores organizem uma reunião com os grupos focais após os resultados dos estudos de impacto visual e impactos das actividades na área do turismo. (Mário Rassul, AMA1)</p>
Isabel Ferreira, Representante, Kilaguni, Lda / Dawi Safaris, Lda	Na reunião com o Ministério do Turismo e os Recursos Minerais foi referido que não se sabia ainda onde é que a fábrica seria construída, se em	A AMA1 está a negociar com o Governo para a obtenção do DUAT de 6000 ha na zona da Península de Afungi, pois todos os estudos indicam que

	<p>Palma, Mocimboa da Praia ou Macomia. Portanto, neste momento pode-se afirmar que a fábrica será construída em Palma, na Península de Afungi?</p>	<p>aquela é a melhor área para desenvolver o projecto de gás natural liquefeito. Ainda não sabemos se o Governo irá aprovar mas temos argumentos científicos suficientes para convencer o Governo que aquela é a melhor área para o projecto. (Mário Rassul, AMA1)</p> <p>Os operadores turísticos têm muita expectativa sobre os resultados do EIA relativamente à quantificação dos prejuízos (e oportunidades) do projecto, e respectivo balanço, uma vez que acreditam que vão perder mais do que ganhar. No entanto, não sei se o estudo irá identificar os impactos de uma maneira geral ou se chegará ao nível de detalhe que esperam sobre o quanto irão perder. Há necessidade de clarificar este aspecto aos operadores turísticos. (Mia Couto, Impacto)</p> <p>O EIA não irá entrar nesse nível de detalhe, pois não está dentro dos actuais Termos de Referência. (Kamal Govender, ERM)</p> <p>Enquanto o estudo estiver a ser feito não há certezas absolutas mas o facto de o EPDA ter sido aprovado, quer dizer que até aquele momento, com as informações disponíveis não havia nenhum obstáculo fatal que inviabilizasse o projecto, mas ainda há o EIA deste projecto, outros estudos como a Avaliação Ambiental Estratégica e estudos de outras empresas de projectos na mesma área. Como consultores, prometemos que mesmo que as notícias não sejam as mais felizes para os operadores turísticos iremos voltar e informar sobre o que</p>
--	---	---

		se passa, com toda a abertura. (Mia Couto, Impacto)
Zaide Abubacar, Miti, Lda / Ilha Vumba	A população das aldeias já está consciencializada sobre o projecto?	<p>Sim. Em Dezembro de 2011, e a uma semana atrás, uma equipa de socioeconomistas e inquiridores esteve no campo a trabalhar em toda a área abrangida com grupos de homens, mulheres, jovens, pescadores, agricultores, etc. a informar sobre o que vai acontecer. Essa equipa já recolheu informação sobre as suas preocupações, seu modo de vida, os usos, etc. e a partir disso será feita uma descrição da área e avaliação dos impactos para depois propor as medidas de mitigação. Será igualmente feito um exercício à parte sobre o reassentamento e compensação. (Uke Overvest, Impacto)</p> <p>Devo informar que desses estudos sociais foi constatado que em Maganja há queixas de pescadores que afirmam terem sido expulsos sem qualquer tipo compensação ou reassentamento por algum operador turístico de uma certa área turística, e não querem ser novamente reassentados. Mas este assunto deve ser ainda confirmado, (Mia Couto, Impacto)</p>
Karen Schoeman, Gerente, Ilha Tecomagí	<p>Quando devemos esperar para receber os resultados dos estudos marinhos? O ambiente marinho é muito importante para os operadores turísticos.</p> <p>Esse tipo de envolvimento é realmente útil e importante para nós. Ele nos mantém focados nas áreas de importância e torna o processo mais sério, pelo que agradecemos.</p>	<p>Os estudos de base da ecologia marinha estão sendo realizados e não estarão concluídos até o final deste ano. Sugiro apresentar os resultados num fórum semelhante a este em Setembro. Podemos produzir dados específicos para diferentes reuniões de grupos focais. Como parte do processo de AIA vamos realizar reuniões públicas para discutir os resultados de todos os estudos especializados. (Kamal Govender, ERM)</p>

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PRVÍNCIA DE CABO DELGADO

Reunião de Informação com Grupos Focais – Governo Central (Fase de EIA)

Data: 1 de Fevereiro de 2012

Hora: 09:00 – 12:00

Local: Hotel VIP

Nr. de Participantes: 22

Matriz de Perguntas e Respostas

Interveniente	Questão Levantada	Resposta
Gilberto Botas, <i>Director Nacional do Ensino Técnico, Ministério da Educação</i>	<p>Antes de mais gostaria de parabenizar esta iniciativa da Impacto e da AMA1 por dar a conhecer o que se está a fazer no âmbito da avaliação ambiental do projecto, com os seus prós e contras.</p> <p>Se considerarmos que neste momento o gás está sob a forma gasosa e sob pressão, tecnicamente gostaria de saber se daqui a 5 ou 10 anos, com a redução da quantidade de gás e a pressão dos depósitos, como será feita a reposição dos poços vazios?</p> <p>Qual será a reacção tectónica naquele espaço depois de alterada pela redução da pressão?</p> <p>Sei que no caso de exploração do carvão a céu aberto, na altura do encerramento da mina o buraco é enchido de terra e faz-se o reflorestamento.</p>	<p>Há uma grande diferença entre o petróleo e o gás. O petróleo é um líquido que tem uma certa densidade e, portanto, quando se tira o petróleo do seu depósito a estrutura geológica ressent-se porque há um vazio e pode haver fenómenos de cedência, ou seja, o abatimento das camadas superiores.</p> <p>No caso do gás, este não se encontra num espaço vazio, o gás está misturado com areias e não tem pressão suficiente para exercer uma função de suporte ou tecto do depósito. De qualquer maneira, há de facto uma diminuição da pressão e normalmente isso é compensado de modo natural pela infiltração da água que vai tender a ocupar os locais abandonados pelo gás. (Neil Summer, AMA1)</p> <p>Portanto, no caso dos depósitos de gás não há fenómenos de cedência, ou colapso pela própria natureza do gás. Não estamos a falar de um grande buraco cheio de gás, estamos a falar de uma formação geológica basicamente composta por areia, cujos interstícios estão cheios de gás misturados com areia. Portanto, sai o gás mas não fica lá um buraco vazio, mas sim areia e a eventual diminuição de pressão é compensada pela infiltração da água do mar. (Kamal Govender, ERM)</p>

<p>Gilberto Botas, <i>Director Nacional do Ensino Técnico,</i> <i>Ministério da Educação</i></p>	<p>Hoje falamos da descoberta de gás nos poços da AMA1 mas existem outros poços descobertos por outras companhias, como a ENI. A AMA1 já avança com uma perspectiva em termos de localização física da futura fábrica, com várias infra-estruturas, incluindo aeroporto, hotéis, etc. que provavelmente poderão ser úteis para as outras empresas circunvizinhas. Será que a AMA1 estará disposta a partilhar essas infra-estruturas com essas outras empresas ou isso irá constituir um problema?</p>	<p>Na AMA1 há um vice-presidente que é responsável por tratar das questões comerciais e ele deverá eventualmente tratar destas questões a esse nível. (Mário Rassul, AMA1)</p>
<p>Gilberto Botas, <i>Director Nacional do Ensino Técnico,</i> <i>Ministério da Educação</i></p>	<p>Gostaria de saber se existe alguma hipótese de se fazer a ligação de vários poços para se minimizar o impacto ambiental negativo naquela área, porque as várias plantas podem sofrer várias consequências e teremos vários reassentamentos.</p>	<p>Pode-se adiantar que as conversações entre a ENI e a AMA1 já iniciaram e que o INP convidou à unificação das reservas. No entanto, não tenho informação como isso será feito, qual vai ser o <i>timing</i> e como é que as duas empresas irão negociar isso. Mas, faz todo o sentido, pela lógica, que as duas empresas unifiquem recursos e grande parte do processo de exploração. (Mário Rassul, AMA1)</p> <p>O regulamento das operações petrolíferas prevê, para casos de unificação de campos, que as duas companhias conversem e entrem primeiro num acordo, e se elas eventualmente não entrarem em acordo poderá haver uma arbitragem internacional e a nível do Governo para definir o que é que poderá ser feito. Como devem saber uma companhia começou mais cedo e fez muitos estudos e já desembolsou muitos valores e a outra começou agora. Portanto, há questões que juntos devem conciliar. (Natália Camba, Instituto Nacional do Petróleo)</p>
<p>Natália Camba, <i>Técnica, Instituto Nacional do Petróleo</i></p>	<p>Muitos se devem perguntar porque é que o gás está a ser liquefeito e exportado e não produzido para Moçambique, visto que estamos a precisar de desenvolver o nosso mercado e temos falta de fontes</p>	<p>Comentário registado.</p>

	<p>de energia?</p> <p>Sabe-se que existem muitas razões que levam um país primeiro a exportar uma parte do recurso, ou usando a outra parte apenas a nível interno, ou fazendo as duas coisas em simultâneo. Isto deve-se ao nível de investimento que este tipo de indústria requer, pois os capitais são intensivos, na ordem de cerca de 20 biliões de dólares para projectos como este, só para exploração e desenvolvimento. Portanto, há uma necessidade de recuperar este valor e só se sente o retorno do capital a partir do 7º ano, e os investimentos que foram feitos têm que ser reavidos porque alguns recorrem a instituições bancárias para obter um empréstimo e há uma necessidade de expor este recurso num local onde há maior competitividade comercial, como por exemplo, no mercado asiático que é onde os preços de venda são muito elevados onde se pode ter um retorno maior e aceitável.</p> <p>Outra razão é que os campos de gás estão distantes da costa e a altas profundidades. Para trazê-lo para terra e processá-lo na costa iriam implicar custos muito elevados. As distâncias para o transporte do gás natural liquefeito são reduzidas quando os seus mercados estão acima dos 4 mil km.</p>	
<p>Manuel Taque, <i>Técnico, Instituto Nacional de Investigação Pesqueira</i></p>	<p>Qual é a possibilidade da AMA1 abrir dentro da fábrica de gás natural liquefeito uma unidade de produção de gás de cozinha, uma vez que esta é uma das maiores inquietações no país, mesmo que beneficie apenas a população local naquela região de Cabo Delgado?</p>	<p>O custo de investimento necessita de um projecto âncora para tornar o projecto de gás natural liquefeito viável, através da sua exportação para mercados que pagam mais. O mercado de gás de cozinha, de fertilizantes, do metanol e do metano em Moçambique é muito pequeno. Todos estes pequenos projectos podem acontecer dentro da estratégia do Governo e não do investidor. (Mário Rassul, AMA1)</p> <p>Na composição do gás natural</p>

		<p>existe uma certa composição adequada onde se pode extrair o LPG, mas de momento ainda não se conhece a composição real do gás descoberto na bacia do Rovuma. Em principio, diz-se que o gás é seco mas o INP ainda não recebeu informação sobre a sua composição. O Governo também está a espera para ver qual é a composição do gás natural para que se estude a possibilidade de se extrair o LPG, pois existe a preocupação também do uso desse gás para fins domésticos. No entanto, quase a totalidade das casas no país não estão preparadas para o uso do gás directo, pois requer uma estrutura de tubagem que não foi pré-concebida aquando da construção das casas, e requer também alguns conversores para poder equilibrar a composição do gás do furo para utilizar nas cozinhas. Na Europa as casas já são concebidas com essa estrutura, com essa rede de tubagens próprias que pode usar o gás natural para cozinha. A ENH possui um projecto em curso de uso do gás natural para fins domésticos para Marracuene e em alguns pontos na Matola. (Natália Camba, INP)</p>
<p>Manuel Taque, <i>Técnico, Instituto Nacional de Investigação Pesqueira</i></p>	<p>Como é que as comunidades pesqueiras serão compensadas pela perda das suas áreas de pesca?</p> <p>Qual será a disponibilidade de recursos para as comunidades que têm a pesca como sua base de subsistência?</p>	<p>É preciso clarificar que ainda não estamos a apresentar o EIA, mas sim informações específicas sobre os estudos ambientais em curso e novos dados da localização do projecto, das infra-estruturas e questões ligadas ao reassentamento. O estudo sobre a compensação ainda não iniciou. (Mia Couto, Impacto)</p> <p>Uma das perdas que irá ocorrer na área do projecto, mesmo antes do processo de reassentamento iniciar, é a restrição do acesso à praia e à zona de pesca de cerca de 7 km, por questões de segurança. Portanto, durante o estudo deve-se avaliar quais é que são os principais locais de pesca da zona e ver se alguns desses locais de</p>

		<p>pesca são ou não afectados pelo projecto. Caso forem, é preciso ver se o projecto pode, sem comprometer a sua segurança, facilitar o acesso às águas costeiras nas suas vizinhanças. Só depois disso é que teremos uma ideia concreta de qual será o impacto em termos de perda de lugares de pesca e encontrar formas de mitigação.</p> <p>Tal como na agricultura, a pesca artesanal é pouco eficiente e altamente destrutiva. Portanto, deve-se estimular o desenvolvimento da pesca com melhores meios técnicos, e, através da responsabilidade social, criar uma rede de frio que permita aos pescadores conservar o seu pescado. Estas são ideias que são possíveis de ser utilizadas, dependendo do cenário que se vai encontrar lá mas que de momento não conhecemos porque esse estudo está ainda a ser efectuado. (Victor Nicolau, Impacto)</p> <p>Neste momento já estão equipas sociais no campo a fazer o levantamento da situação existente na área, dos mapeamentos das zonas de pesca, e como sabe aquela é uma zona muito complexa porque uma parte dos pescadores nem são dali, há pescadores que vêm de Nacala e da Tanzânia então é preciso depois termos uma identificação muito clara de quem são os agentes e de que maneira cada um deles pode ficar prejudicado ou não com a situação. Por vezes os pescadores não são os donos das embarcações, portanto é preciso conhecermos muito bem e aí o Instituto das Pescas tem tido uma colaboração muito pacífica connosco. (Mia Couto, Impacto)</p>
<p>Eulália Macome, <i>Ministério da Agricultura</i></p>	<p>Gostaria de saber se a agricultura está também incluída nos inquéritos aos agregados familiares, tal como a pesca?</p>	<p>Todos os usos da terra e dos recursos naturais existentes estão incluídos nos inquéritos aos agregados familiares. Portanto, o principal objectivo desses inquéritos</p>

		<p>é saber quantas pessoas vivem na área do projecto, como vivem, que recursos usam, como é que dependem desses recursos e como é que os recursos poderão ser afectados pelo projecto, para a análise dos impactos, bem como para a produção de informação sobre questões relacionadas com o reassentamento. Já possuímos informação de base e os relatórios estão a ser produzidos. Nas próximas reuniões já teremos mais informação sobre os resultados para apresentar. Portanto, não só a pesca está incluída nos inquéritos mas também a agricultura e florestas.</p> <p>(Uke Overvest, Impacto)</p>
<p>Alcino Dias, Assessor, Ministério do Trabalho</p>	<p>Com a implantação física deste projecto vai haver um conjunto de desafios de modo a responder às exigências que estes investimentos exigem. Gostaria de saber o que é que a AMA1 está a pensar do ponto de vista de criação de condições, do potencial humano nacional, no sentido de responder às exigências deste investimento a curto, médio e longo prazo?</p>	<p>Estamos conscientes da responsabilidade e há discussões internas na Anadarko. Estamos a desenvolver um estudo e a partir deste vamos identificar quais são as potencialidades. Este é um esforço que tem que ser desenvolvido em conjunto</p> <p>(Tom Freet)</p> <p>A empresa tem consciência disso e está a estudar várias alternativas. Está em curso um estudo que visa identificar os provedores de serviços e suas capacidades. Mas a AMA1 tem uma visão mais abrangente e irá desenvolver este projecto em outras vertentes que estão para além do Gás Natural Liquefeito. Não é nosso dever mas para que o nosso negócio ande bem necessitaremos de uma cadeia de vários outros projectos que nos apoiem.</p> <p>(Mário Rassul, AMA1)</p>
<p>Gilberto Botas, Director Nacional do Ensino Técnico, Ministério da Educação</p>	<p>Acho que há uma necessidade de capacitar a população local, e os moçambicanos no geral, para as tecnologias do gás, não só para trabalhar na fábrica mas também na utilização deste produto, sua comercialização, transporte, armazenamento, utilização nas instalações domésticas</p>	<p>O que se tem notado muitas vezes é que os representantes do Governo atribuem aos investidores privados um papel que muitas vezes deve ser do próprio Governo. Pelo menos o Governo deve conduzir o investidor privado com instruções muito concretas sobre o que está a acontecer e o que deve</p>

	<p>(montagem das condutas, enchimento das botijas, venda), etc., apesar disso ser da responsabilidade do Governo.</p> <p>Falou-se em transformar os camponeses em agricultores mas penso que a AMA1 vai tomar conta desse aspecto. No entanto, nós como Governo, gostaríamos de ter um centro de formação que pudesse fornecer cursos de curta, média e longa duração, próximo da fábrica, para formar electricistas, construtores, motoristas, etc. para trabalhar nos armazéns, nos hotéis, na cozinha, no transporte, etc.. Sabemos que é da nossa responsabilidade e e devíamos começar a projectar imediatamente.</p> <p>Como Governo não estamos em condições de impor a AMA1 a construção de um centro de formação, para que possamos ter técnicos qualificados nesta área, porque é do nosso interesse. No entanto, contamos sempre com o apoio desses grandes projectos, mesmo porque deverá fazer parte do programa de responsabilidade social.</p>	<p>ser feito. Portanto, é necessário elevar o nível das condições locais para que daqui a 3 ou 4 anos hajam pessoas que possam corresponder às necessidades que advêm da incursão deste projecto e de outros. (Mia Couto, Impacto)</p>
<p>Alcino Dias, <i>Assessor, Ministério do Trabalho</i></p>	<p>Vai haver um conjunto de qualificações técnico profissionais que o país não está em condições de a curto prazo dar resposta. O projecto irá exigir algumas profissões altamente especializadas, cuja resposta não vai ser imediata por mais que queiramos. É em relação a esses casos que mais me preocupa.</p>	<p>Preocupação registada. (Mia Couto, Impacto)</p>
<p>Eulália Macome, <i>Ministério da Agricultura</i></p>	<p>O LNG faz rapidamente o retorno do grande investimento, mas por ser um produto de exportação poderá não trazer os benefícios sociais e económicos imediatos para a maior parte da população de Cabo Delgado, e do resto do país. Percebi que esta é uma decisão da empresa, e de facto a empresa tem que rentabilizar, mas não concordaria muito quando se</p>	<p>O projecto de gás natural liquefeito é um projecto âncora e deve-se pensar e encorajar outros pequenos projectos, incluindo o dos fertilizantes. Quando se fala em transformar camponeses em agricultores passa necessariamente pela formação mas o Governo não pode estar ausente deste diálogo e abdicar desta função. É preciso que haja alguém que dite as regras</p>

	<p>diz que os fertilizantes não podem ser uma opção, ou que deve ser uma opção do Governo. Concordo que em Moçambique se usa um nível muito baixo de fertilizantes mas é um potencial. Pelos portos passam muitos fertilizantes. Portanto, é preciso abrir espaço para os grandes produtores de fertilizantes e não podemos perder esta oportunidade.</p>	<p>do jogo. (Mário Rassul, AMA1)</p>
<p>Mário Marques, <i>Assessor, Ministério dos Recursos Minerais</i></p>	<p>A formação constitui uma das principais preocupações do Ministério e em 2011 apresentou ao Conselho de Ministros uma estratégia de formação na área dos recursos minerais, com uma projecção de quais são as necessidades de graduados de nível superior, médio e rudimentar na área de recursos minerais, incluindo carvão, petróleo e gás.</p> <p>Especificamente ao gás natural e ao petróleo, temos mais de 25 estudantes na Malásia a estudar na Universidade da Petronas, e alguns já estão quase a completar o curso. Temos 10 a 20 graduados de nível médio em Angola, no Instituto Médio ligado à SONANGOL. Na semana passada saiu no Jornal O País, e noutros órgãos de informação, bolsas para 200 graduados de nível superior na área específica de gás natural e gás natural liquefeito. Estamos num processo de selecção de 30 pessoas para trabalharem em fábricas de gás natural liquefeito em Angola, Nigéria e Itália. Portanto, no que concerne à formação, estamos preparados para que quando as actividades nas fábricas de gás natural liquefeito iniciarem, teremos muitos postos de trabalho disponíveis a serem ocupados por moçambicanos. A 1 ou 2 anos a Anadarko esteve na Universidade Lúrio e iniciou contactos porque tal como é importante a formação no exterior é também importante capacitar as nossas instituições de ensino para leccionarem</p>	<p>Comentário registado. (Mia Couto, Impacto)</p>

	<p>disciplinas ligadas ao petróleo.</p> <p>A UEM já tem currículos para cursos de mestrado na área de engenharia de petróleo e é importante que outras universidades, em outras províncias, também comecem a leccionar cursos de petróleo. Nós não temos capacidade de formar muitas pessoas, e temos de fazê-lo no exterior, mas acho que uma das prioridades é capacitar localmente. Essa é uma preocupação da parte do Governo e do Ministério dos Recursos Minerais muito antes do início deste projecto.</p>	
<p>Mário Marques, Assessor, Ministério dos Recursos Minerais</p>	<p>Num encontro recente com a Anadarko, questionou-se sobre o volume de gás que vai ser produzido. As quantidades de gás natural são enormes.</p> <p>Embora as quantidades de líquidos no gás, fracções como propano e butano sejam muito pequenas, são volumes enormes e vai ser separado. Possuo informação de que estão previstos 1500 barris por dia de produção de propano e butano, pois do gás que vem dos jazigos, e antes de ser convertido em LNG, é necessário separar todos os componentes líquidos, o etano, o propano e o butano, dos . Portanto, 1500 barris por dia servem para satisfazer todas as necessidades do país. Porém, não quero criar expectativas porque isto só começa a ser produzido em 2018.</p>	<p>Comentário registado. (Mia Couto, Impacto)</p>
<p>Mário Marques, Assessor, Ministério dos Recursos Minerais</p>	<p>Da experiência que temos de outros projectos, a fase mais preocupante, sob ponto de vista ambiental, é durante a fase de construção, pois vão ser necessários milhares de toneladas de equipamento, peças grandes, cimento, pedra, cascalho, e Palma não tem nada neste momento. Não tem um porto e a estrada entre Pemba e Palma é muito má. Como é que a Anadarko pensa</p>	<p>A questão da logística vai ser complicada. Já temos uma planificação preliminar, pois já sabemos que teremos de construir uma rede de estradas à volta de Palma, ligando Palma ao local de construção em Afungi, para que os materiais possam ser transportados em boas condições. Mas é claro que construir estradas também tem impactos.</p>

	<p>iniciar todo o processo de construção? Vão transportar tudo via marítima? Que impactos ambientais irá implicar?</p>	<p>Neste momento a estratégia é a rede viária de Palma para o site e dentro do site. Esta também é uma componente de interesse para a população, pois uma boa rede de estradas é sempre importante. Neste momento já temos um plano para desenvolver a rede viária à volta de Palma e de Palma até a Península de Afungi, bem como as ligações do mini porto de Palma até a Cidade de Pemba.</p> <p>O transporte de material é de facto um desafio e a opção preferida é transportar material pesado por via marítima. A questão é que uma vez desembarcado o material em Palma o acesso do Porto até a cidade é escarpado, Portanto, temos de preparar um bom acesso ligando o Porto à cidade.</p> <p>Há também a hipótese de desembarcar o material não em Palma mas sim directamente perto do local da construção, mas isso para já é uma questão que os engenheiros ainda não podem contemplar porque a questão do DUAT ainda não está resolvida. Uma data de questões de autorização e várias situações precisam ser esclarecidas antes de eles poderem contemplar essa opção.</p> <p>A opção neste momento é transporte do material pesado por via marítima até Palma, fazer uma ligação eficiente do porto até a cidade e construir uma boa rede de estradas que ligue Palma até ao local, para depois o material, uma vez desembarcado, poder chegar lá.</p> <p>(Tom Freet, AMA1)</p> <p>Nós estamos a fazer o EIA que cobre todas as vertentes do projecto e nos dá a licença ambiental que nos permite construir. Portanto, nada pode ser feito por nós sem que o estudo seja concluído. Espera-se que o estudo termine, tardiamente, em meados de 2013.</p>
--	--	--

		<p>É preciso encontrar trabalhos preliminares que possam ser feitos de modo a que a Anadarko consiga arrancar com as actividades. Mas para definirmos esses trabalhos preliminares, temos de enfrentar outro tipo de problema relacionado com a lei de terras. Pedimos o DUAT das áreas identificadas e enquanto não tivermos uma autorização do Ministério da Agricultura não podemos fazer nenhum trabalho na zona de Afungi porque a terra não é nossa. Associado a isso, assumimos que iremos conseguir ultrapassar esta primeira parte e chegaremos a um acordo com o Ministério da Agricultura. Em contrapartida, paralelamente, temos a equipa da Impacto que não nos deixa avançar porque vamos mexer com o reassentamento de pessoas. O que tentamos explicar é que aparentemente é simples responder mas há uma rede de pequenos problemas colaterais que deverão ser perfeitamente endereçados e resolvidos antes. Por exemplo, para a equipa de engenharia era extremamente fácil montar uma espécie de cais de atracagem para que se façam descargas para a praia. Mas para fazermos isso temos que ver se isso é ambientalmente possível sem requerer uma licença ambiental. A nossa ultima estratégia é identificar todos aqueles trabalhos que ambientalmente possam ser classificados de classe C, que são actividades que não precisam de nenhum estudo ambiental, só precisam de um acordo com o Governo.</p> <p>Por outro lado, se conseguirmos encontrar uma solução que nos permite descarregar alguns materiais para começar a construir, temos que construir um acampamento pioneiro para 200 ou 400 trabalhadores, por causa da dimensão do projecto, e pela lei do ambiente, essa construção é</p>
--	--	--

		<p>considerada de classe B, não sendo compatível em termos de tempo.</p> <p>Portanto, é neste aspecto particular onde a interacção entre o Governo e Anadarko é útil, de encontrar um meio-termo que nos permita fazer alguma coisa sem que nos diga que estamos a violar aquilo que são os princípios estabelecidos no Estudo de Impacto Ambiental que está a ser feito.</p> <p>Foi referido que em Palma não tem material de construção (pedra, areia, etc.). Assumindo que conseguimos encontrar um sitio que tenha esses agregados para construção, dentro ou fora do país, teremos de amontoá-los em algum lugar. Mas como o projecto é grande, esse stock de agregado será enorme. Será que o Governo irá autorizar que façamos esse stock de material? Logo, são desafios que são postos à equipa do projecto e temos que saber navegar nestas leis que aparentemente são contraditórias e, portanto, o Governo tem que nos ajudar a resolver isto para que possamos avançar. (Mário Rassul, AMA1)</p> <p>Relativamente à questão de avaliação dos impactos, vamos ter em conta as diferentes fases, todo o ciclo de vida do projecto, começando pela fase de construção. Para além dos estudos especialistas, temos uma componente de tráfico terrestre e marítimo que vai também olhar para questões de transporte de material, uso das estradas e do mar na fase de construção e de operação do projecto. (Uke Overvest, Impacto)</p>
<p>Mário Marques, Assessor, Ministério dos Recursos Minerais</p>	<p>Já existe financiamento e já está aprovado o projecto de reabilitação da estrada Pemba-Palma. Acho que em conjunto com o Estudo de Impacto Ambiental deve ser considerada a hipótese</p>	<p>Obrigado. Informação registada. (Mia Couto, Impacto)</p>

	<p>de utilização dessa estrada. Esta é uma questão que deve ser bem planeada e discutida e proponho que se entre em conversações com as autoridades de estradas.</p>	
--	--	--

Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Reunião de Consulta Pública – Cidade de Maputo (Fase de EIA)

Matriz de Questões e Respostas

Data: 09 de Setembro de 2013

Local: Hotel VIP

Hora: 09:00 – 13:30

ID	Questão Levantada	Resposta
1	<p>Já existe uma ideia sobre a área de ocupação efectiva do projecto nos 7000ha?</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Ainda estamos a trabalhar no Processo de Engenharia e Concepção Inicial do Projecto (FEED) e teremos essas respostas nos próximos 4 a 5 meses. Existem várias áreas que não vamos utilizar porque não são adequadas do ponto de vista ambiental e que poderão ser colocadas de parte como áreas de biodiversidade.</p> <p>Cory Weinbel - Gestor do Projecto, AMA1</p>
2	<p>Qual é o número de famílias ou pessoas residentes na área do projecto que serão afectadas?</p> <p>Berta Rafael - Investigadora Ambiental, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>A melhor estimativa é que aproximadamente 700 famílias poderão ser potencialmente reassentadas. Nós ainda não iniciamos o censo detalhado uma vez que estamos a espera da aprovação do governo.</p> <p>Cory Weinbel - Gestor do Projecto, AMA1</p> <p>Existem cerca de 733 famílias dentro da área do DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), que correspondem a 2740 pessoas. No entanto, estes números foram recolhidos há algum tempo atrás durante o EIA e foram fornecidos pelos líderes comunitários. Portanto, para termos o número exacto é preciso fazer o censo. Nem todas as 733 famílias terão de ser reassentadas.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
3	<p>Com o gás primeiro é filtrado o mercúrio e o enxofre. Sendo esses resíduos, para que fim serão usados? Ou são usados para fazer algum outro produto?</p> <p>Emanuel Viçoso - Coordenador de Projectos, Consultec</p>	<p>O nosso gás é muito limpo e possui poucos contaminantes,</p> <p>Alexandre Jossias - Coordenador Ambiental, AMA1</p> <p>A Fábrica possui sistemas de remoção destes componentes de forma a proteger as instalações a jusante. Nós não esperamos ter estes componentes uma vez que não foram encontrados nos testes realizados ao nosso gás. Caso estes componentes sejam</p>

		<p>encontrados, os mesmos serão dispostos de acordo com padrões internacionais e com o Plano de Gestão de Resíduos por uma empresa reconhecida.</p> <p>Cory Weinbel - Gestor do Projecto, AMA1</p>
4	<p>Gostaria de perceber se este estudo que nos foi aqui apresentado é o mesmo que será apresentado à população de Palma.</p> <p>Tomás Vieira Mário - Jornalista/Director do Centro de Estudos de Comunicação Sekelekani</p>	<p>É o mesmo Relatório de EIA (REIA) que será apresentado em Pemba e Palma, mas em Palma, obviamente a apresentação será mais simples e didáctica, adaptada para uma melhor compreensão pelas comunidades.</p> <p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p>
5	<p>Percebemos que ainda terão de incluir o Plano de Acção do Reassentamento (RAP) e entretanto já há contactos com a população sobre o reassentamento. A população pergunta “se vamos ser reassentados, para onde vamos”, e aparentemente essa pergunta não tem sido respondida, criando muita ansiedade na população.</p> <p>Tomás Vieira Mário - Jornalista/Director do Centro de Estudos de Comunicação Sekelekani</p>	<p>A questão da área hospedeira (área para onde serão reassentadas as pessoas) ainda não está definida e não pode estar definida nesta fase porque temos que fazer de acordo com a legislação moçambicana e as boas práticas internacionais e ambas ditam que o processo deve ser participativo, ou seja, não é em Maputo ou qualquer escritório e nas costas das pessoas que o processo vai ser decidido.</p> <p>As pessoas vão também articular as suas preferências sobre o local de reassentamento e com base nessa informação serão estudadas as zonas propostas. É um processo que envolve as populações mas que ainda não iniciou e só quando se iniciar o processo e se fizerem as reuniões de consulta com as populações é que se definirão os locais de reassentamento. Talvez se encontre mais do que um lugar, porque é difícil colocar num mesmo lugar pessoas com diferentes sensibilidades culturais e modos de vida. A resposta será encontrada com base em um conjunto de factores que incluem estudos técnicos para se saber por exemplo onde é que há boas terras agrícolas, proximidade do mar, etc. e também a preferência das pessoas. A questão da perda de recursos será considerada. A comunidade hospedeira deve ter acesso ao mesmo tipo de recursos.</p> <p>Victor Hugo Nicolau, Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
6	<p>O MICOA deverá dar a decisão final sobre este estudo em finais de 2013 mas também já há um DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra)</p>	<p>O DUAT para os 7000ha foi inicialmente emitido à ENH que é uma das parceiras na Área 1, pelo Ministro da Agricultura, tendo em conta o tamanho da área em questão.</p>

<p>atribuído em 2012. Este DUAT foi atribuído pelo Ministério da Agricultura à AMA1?</p> <p>Tomás Vieira Mário - Jornalista/Director do Centro de Estudos de Comunicação Sekelekani</p>	<p>Posteriormente, este DUAT foi transferido para um veículo criado entre a ENH e a AMA1 que é a RBLL (Rovuma Basin Land Limitada), com o propósito de permitir acesso à terra para garantir que os demais concessionários tivessem acesso à terra. A RBLL assinou um contrato de cessão de exploração com a AMA1, na qualidade de operadora da Área 1, em representação e no interesse de todas as concessionárias do Bloco.</p> <p>Sobre a precedência da Licença Ambiental (LA) sobre a atribuição do DUAT, esse não é o nosso entendimento e vou explicar porquê. A Lei do Ambiente diz que a Licença Ambiental deve preceder todas as outras licenças necessárias para o exercício da actividade em questão, conforme sejam requeridas para cada caso, e não do DUAT. Nós não consideramos o DUAT como uma licença. No nosso entendimento, não é de direitos sobre a atribuição da terra e sim das licenças que seriam necessárias para o exercício da actividade em concreto. O Anexo IV do Regulamento de AIA (que consiste na Ficha de pré-avaliação que o proponente da actividade deve submeter para iniciar o processo de avaliação ambiental), refere que é preciso informar sobre a posse legal da terra.</p> <p>Portanto, se fosse verdade que a Licença Ambiental (LA) deve preceder a atribuição do DUAT, seria contraditório estar previsto no Anexo IV do Regulamento de AIA, que o proponente deve juntar informação do espaço que ainda não tem posse.</p> <p>O segundo aspecto é que a Directiva Geral para a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), inclui no Anexo 1 um Fluxograma de Procedimentos sobre o licenciamento de actividades, e o primeiro passo do fluxograma é o pedido de autorização provisória do DUAT, de uso e aproveitamento da terra. A submissão da proposta de actividade, para efeitos de pré-avaliação pelo MICOA, aparece como terceiro passo, subsequentemente aparece a emissão da Licença Ambiental e depois a emissão das licenças necessárias para exercer a actividade em concreto, nomeadamente o licenciamento industrial, tratando-se de uma fábrica.</p> <p>Por outro lado, nos requisitos constantes na</p>
--	--

		<p>Lei e Regulamento de Terras para requerimento do DUAT, não consta a Licença Ambiental.</p> <p>Maria João Hunguana - Jurista, AMA1</p>
7	<p>Foram estudadas outras opções que descartassem a possibilidade de reassentar pessoas? Não seria possível construir a fábrica numa área onde não vivem pessoas?</p> <p>Issufo Tankar - Coordenador de Projectos, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Consideramos 7 locais diferentes, desde o Rio Rovuma até Pemba do ponto de vista de aspectos técnicos, ambientais e socioeconómicos. O local em Afungi foi escolhido como o local preferido pela combinação destes aspectos. Todos os locais eram de alguma forma habitados.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
8	<p>Para o acesso reduzido ou limitado aos recursos, que tipo de compensação será atribuído para suprir a falta dos recursos ou rendimentos que vinham tendo com a prática da pesca, agricultura e outras actividades, não só na fase de construção mas também a médio e longo prazo?</p> <p>Issufo Tankar - Coordenador de Projectos, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Sobre a perda de recursos, como plantas medicinais, materiais de construção, etc, as áreas hospedeiras devem ter oportunidades semelhantes às áreas de origem em termos de recursos.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
9	<p>O projecto de construção da fábrica tem previsto um plano de desenvolvimento do empresariado local para provisão de serviços de apoio? Se sim, foi acautelado no REIA?</p> <p>Romão Xavier - Presidente, Instituto para Pesquisa, Advocacia e Cidadania (CARA)</p>	<p>Sim, vamos incorporar o maior número possível de parceiros locais no projecto, primeiramente na região de Palma, depois Mocimboa da Praia, Pemba e Moçambique. Estamos a trabalhar com o Governo, estamos a estudar parcerias e a questão do conteúdo nacional, etc.</p> <p>John Peffer - Director Geral da AMA1 Quando concluirmos a fase de desenho de engenharia, iremos contratar um Empreiteiro de Engenharia e <i>Procurement</i> para a Construção (EPC Contractor) para trabalhar com as empresas locais de forma a maximizar o conteúdo e <i>procurement</i> locais, tanto quanto possível. Ainda existem limitações em termos de competências para projectos desta natureza, mas estamos a trabalhar para desenvolvê-las ao longo do tempo.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p> <p>O capítulo socioeconómico no REIA considera o uso de bens e iniciativas locais.</p> <p>Veja a <i>Secção 13.6.3</i> do REIA.</p>

		Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM
10	<p>Vejo o processo feito com muita seriedade e queria parabenizar a Impacto, mas queria referir o conceito da sustentabilidade. Toda esta avaliação visa tornar o projecto sustentável, no entanto, não é suficiente que todo o conjunto de avaliação ecológica seja bem feito, mas é muito importante acautelar na fase de implementação.</p> <p>As experiências dentro do país indicam que os estudos podem ser bons, sob ponto de vista do impacto ambiental, mas não cabe aos que fazem esse estudo dirigir o processo de implementação. Temos casos como os de Matema, em Tete, que beliscam o conceito da sustentabilidade, mas temos outros casos de fora, que Moçambique deveria aprender (exemplo da Nigéria).</p> <p>Exemplo disto tem muito mais a ver com o envolvimento da população indígena e por consequência das organizações indígenas. Estamos a falar de comportamento social.</p> <p>É fundamental que a população indígena se sinta envolvida para que se aproprie do projecto. Esta história de compensações não é por si só suficiente. É ainda mais importante que estas populações sintam-se representadas a partir das populações indígenas que por definição estão representadas. Se isto não for acautelado, poderá se ver no futuro o beliscar do desenvolvimento sustentável que se pretende.</p> <p>Américo Ubisse - Secretário Geral, Cruz Vermelha de Moçambique (CVM)</p>	<p>O projecto compromete-se em assegurar que as medidas de mitigação e monitorização são incluídas nos contratos de todos os empreiteiros, por exemplo na forma dos Planos de Gestão dos Empreiteiros. Serão realizadas auditorias internas e verificações pelo projecto. Adicionalmente, também serão realizadas auditorias externas. Os relatórios de auditoria serão submetidos ao MICOA.</p> <p>O sistema de gestão do projecto permitirá lidar com quaisquer alterações, como por exemplo, actualização dos Planos de Gestão dos Empreiteiros, para assegurar a melhoria contínua ao longo do ciclo de vida do projecto. Desta forma, existe o compromisso de que as medidas de mitigação descritas no REIA serão implementadas.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p>
11	<p>Como alternativas para mitigação dos gases de efeito de estufa (GEE), esqueceu-se do próprio gás. Pode-se usar o próprio gás para as diferentes actividades em vez de usar por exemplo painéis solares que são muito</p>	<p>O consumo de energia destas fábricas é elevado (centenas de megawatts de energia por dia) e o uso de painéis solares não é o mais adequado para a maioria das instalações da fábrica. Vamos considerar o uso de painéis solares para os acampamentos, casas, etc</p>

	<p>caros. Também acho que se devia discutir a pegada de carbono (carbon footprint) da própria fábrica no REIA porque as plantas de GNL tem chaminé elevada e o gás não está ali. Podem ter efeitos numa larga escala, e tratando-se de efeitos de estufa pode ter efeitos globais. Felizmente as fábricas de GNL têm uma pegada de carbono pequena (small carbon footprint) e devemos incluir isto no relatório como um aspecto positivo.</p> <p>Genito Maure - Docente/Investigador, Universidade Eduardo Mondlane (UEM)</p>	<p>mas do ponto de vista prático e económico, não vamos usar painéis. Quase todas as facilidades da fábrica serão movidas por gás natural, que é a energia mais limpa e com menor pegada de carbono que existe. Numa fase inicial da fase de construção vamos usar cerca de 40 – 70 MW/dia de diesel.</p> <p><i>(Veja a Descrição do Projecto no Capítulo 4 do REIA,).</i></p> <p>Al Kaplan - Gestor do Projecto da Fábrica de GNL, AMA1</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>A pegada de carbono do Projecto é discutida no REIA. Favor ver a Secção 12.3.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
12	<p>Sobre o impacto da captação das águas subterrâneas, a página 12-88 refere improvável probabilidade, mas não se percebe o que isto quer dizer. Acho que a ERM deverá fundamentar melhor porque fala que o grau de confiança na avaliação é considerado médio associado ao próprio modelo. Tendo em conta o número de estações em Palma para observar dados meteorológicos e validar estes dados, onde foram buscar os dados para fazer correr o modelo e validar os dados a esta resolução? Se me recordo bem em Palma não há muitas estações meteorológicas.</p> <p>O REIA deve incluir a deposição húmida e seca. Não basta falar da concentração do gás que está perto do solo, mas se este tiver SO2 pode condensar e formar partículas e pode se depositar nas superfícies ou ter impactos sobre os aquíferos porque atrai água.</p> <p>Deviam ser usados modelos que também consideram parâmetros químicos para além dos físicos para se aferir a deposição húmida e seca.</p> <p>Genito Maure - Docente/Investigador, Universidade</p>	<p>Preveremos extrair 5000 barris de condensado por unidade de liquefacção por dia e a intenção é estabilizar o condensado, remover a água e exportar para um destino ainda desconhecido. Estamos a trabalhar com as autoridades nacionais para ver que destino dar. Toda a água produzida no local, seja dos poços ou do próprio gás, será tratada e eliminada de acordo com os padrões da OMS.</p> <p>Sobre o modelo de ar, nós temos a nossa própria estação meteorológica em Palma há 2 anos. Utilizamos os nossos dados, os da região, de Moçambique e da NOAA (Administração Nacional Oceânica e Atmosférica) dos EUA mas também temos conjuntos de dados do local, os quais foram considerados na modelação e acreditamos que sejam fontes de confiança.</p> <p>Al Kaplan, Gestor do Projecto da Fábrica de GNL, AMA1</p> <p>Os estudos foram realizados ao longo de bastante tempo e não foram estudos de gabinete. Fomos ao campo e recolhemos dados. Dizemos que a confiança é média porque é preciso monitorar para verificar se o que dizemos de facto acontece,</p> <p>O modelo considera parâmetros físicos para saber por exemplo se este projecto irá retirar um determinado volume de água durante um</p>

	<p>Eduardo Mondlane (UEM)</p>	<p>determinado tempo, o que acontecerá com o nível da água, se vai afectar as pessoas que dependem da água, etc. Também recolhemos amostras de água subterrânea para determinarmos os parâmetros químicos actuais e em geral a qualidade é muito boa. Outra questão a avaliar o impacto do projecto na qualidade e quantidade da água subterrânea. Modelamos para saber o que vai acontecer com a quantidade da água subterrânea com a retirada de um determinado volume durante um determinado período de tempo e vimos que não haverá problemas. Relativamente à qualidade da água, as questões são tratadas através de planos de gestão, Existem questões como potenciais hidrocarbonetos ou óleos que podem atingir a água subterrânea, mas o projecto incorporou no seu design mecanismos de contenção, impermeáveis, etc.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p> <p>Nós vamos ter contenção total e não existirá contaminação da água subterrânea. Praticamente não vamos abstrair grandes volumes de água subterrânea, porque iremos utilizar água dessalinada.</p> <p>John Pepper - Director Geral, AMA1</p>
13	<p>Sobre a precedência do EIA: até 2013 o MICOA vai outorgar a Licença Ambiental, que por lei, antecede a todas as restantes licenças ou qualquer actividade inerente ao projecto, no entanto, em Quitupo as actividades já estão em curso. Será que o REIA tomou em consideração essas actividades, para quantificar o impacto que possam causar?</p> <p>Lino Manuel - Coordenador do Programa de Informação Ambiental, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Algumas actividades estão em curso, como a construção do acampamento piloto, perfuração de poços de água, estudos de caracterização do local e outros, Empregamos cerca de 1000 pessoas, para compreender bem o local. Esses trabalhos têm sido desenvolvidos para podermos compreender o melhor possível a área e para servir de base para futuras actividades.</p> <p>Cory Weinbel - Gestor do Projecto, AMA1</p> <p>De facto há actividades em curso em diferentes áreas de Afungi. Muitas servem para fornecer informação ao EIA. Por exemplo, é preciso fazer estudos geotécnicos para determinar que tipo de substrato existe. A AMA1 já obteve várias licenças ambientais de cerca de seis, estudos de impacto ambiental para actividades de pesquisa e um número considerável de adendas a esses estudos, que nos autorizam a remover a vegetação em determinadas áreas, fazer</p>

		<p>desminagem, fazer aquisição sísmica, etc. Neste momento estamos a requerer obter apenas a licença para a construção da fábrica de gás natural liquefeito mas já tivemos várias licenças ambientais que nos permitiram fazer tudo o que fizemos hoje. Se não tivéssemos licença não teríamos o acampamento de Palma, de Mocímboa da Praia, o actual acampamento pioneiro em Afungi, etc.</p> <p>Alexandre Jossias - Coordenador Ambiental, AMA1</p>
14	<p>Houve uma resposta sobre reassentamento, ligado ao acesso aos recursos naturais, a possibilidade de reassentar as pessoas em locais diferentes, etc. Porquê nestas condições todas o reassentamento é considerado como um impacto moderado?</p> <p>Nilza Chipe - Coordenadora de Economia do Género, Fórum Mulher</p>	<p>O impacto não é o reassentamento. O impacto em si é a deslocação de pessoas, que nós classificamos como alto sem mitigação. A deslocação pode ser física quando as pessoas devem sair fisicamente do local ou pode ser económica porque o acesso das pessoas aos recursos naturais pode ser minimizado ou retirado. Uma das formas de mitigar a deslocação de pessoas é efectuar o Plano de Acção para o Reassentamento (PAR) seguindo requisitos moçambicanos e internacionais, por exemplo do IFC – se o RAP for feito correctamente e cumpre com os requisitos internacionais, nós acreditamos que existe uma possibilidade de mitigar o impacto e este se torna moderado.</p> <p><i>Veja informação adicional na Secção 13.2 do REIA.</i></p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p> <p>De facto, se o reassentamento for efectivo permitirá que o impacto seja moderado.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
15	<p>Em vários momentos da apresentação feita falou-se de padrões e normas internacionais – que padrões e normas, quem os construiu? Pergunto isto porque é um direito como cidadã e é bom informar a população de Palma.</p> <p>Nilza Chipe - Coordenadora de Economia do Género, Fórum Mulher</p>	<p>As melhores práticas internacionais abrangem oito padrões, e o do reassentamento é o número cinco (<i>veja o Padrão de Desempenho 5, listado na Secção 13.3.2 do REIA</i>), Estas incluem os padrões do IFC, do Banco Mundial e os Princípios de Equador, que foram elaboradas tendo em conta os casos de sucesso internacionais. Todos esses padrões estão construídos na óptica de proteger os interesses das populações afectadas.</p> <p>Por exemplo, no caso do reassentamento há várias cláusulas de salvaguarda que dizem que o reassentamento deve ser participativo, deve ser minimizado, ouvir os grupos</p>

		<p>vulneráveis, etc. Estão todos disponíveis na internet mas também estamos abertos para explicar.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Os padrões Moçambicanos e Internacionais que serão seguidos estão listados na Secção 2.6.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
16	<p>Tenho muitos comentários mas vou mandar para a Impacto. Aqui só vou dar 4 sugestões para o EIA.</p> <p>Necessidade de tornar públicos os relatórios de monitoria do Plano de Gestão Ambiental (PGA), para além de submeter ao Governo. Vai ajudar a ver que medidas foram tomadas. Apesar de a lei não obrigar a isso, constitui uma boa prática que deveria ser seguida.</p> <p>Sean Nazerali – Consultor Independente</p>	<p>Quanto a tornar pública a informação – o Projecto mostra compromisso e está a interagir com o público e vai continuar a interagir.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p>
17	<p>Confiança no Processo de AIA e na qualidade do próprio estudo: já se está a tornar boa prática internacional submeter o REIA à revisão de pares (Independent Peer Review) do ponto de vista técnico. É muito importante para aumentar a confiança.</p> <p>Sean Nazerali – Consultor Independente</p>	<p>Sobre a revisão de pares – nós não tivemos, mas incluímos vários técnicos (da ERM/Impacto, bem como de outras empresas) como revisores independentes.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p>
18	<p>Na fase de implementação há necessidade de criar um comité técnico especializado (expert technical council) que de vez em quando faz fiscalização especializada sobre a implementação do PGA. Por exemplo, quando estão a perfurar, quem está lá para garantir que as medidas são implementadas? É importante ter uma companhia independente a fazer isso,</p>	<p>Sobre o comité técnico, é uma boa sugestão. Embora eu não me possa comprometer com a questão, certamente vou discuti-la com os proponentes.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p>

	<p>junto com as autoridades competentes.</p> <p>Sean Nazerali – Consultor Independente</p>	
19	<p>Falamos de padrões internacionais, procedimentos do IFC mas não falamos em fazer o contra-balanço da biodiversidade (biodiversity offset), específico no padrão seis do IFC – peço aos proponentes do projecto para publicamente assumir que irão fazer um projecto que vai ser implementado de modo a ter nenhuma perda líquida da biodiversidade - “no net loss”.</p> <p>Sean Nazerali – Consultor Independente</p>	<p>Sobre o contra-balanço da biodiversidade, o projecto está a realizar estudos. Já iniciou uma ronda de trabalho de campo para determinar onde se encontram os habitats críticos. O Projecto já se comprometeu em cumprir com todos os padrões de desempenho do IFC, incluindo o PD6.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p>
20	<p>Concordo plenamente com tudo o que o Sr. Sean disse, mas gostaria de acrescentar um ponto relacionado com o problema social. Este projecto é demasiado grande e a preocupação não é só indemnizar 733 famílias mas deve-se ver o impacto a nível regional e nacional. Temos como exemplo Cabinda – começou com a população e depois criou-se uma organização de Cabinda para libertar Cabinda de Angola. O impacto deste projecto deve ter uma projecção não de soluções imediatas sociais, mas sim uma projecção longa de 20-25 anos, quando o projecto estiver completamente implementado. Isto é, é preciso dar maior atenção sobre o impacto social não só naquela região de Palma, mas a toda região do norte ao sul de Moçambique.</p> <p>Domenico Liuzzi - Director, Kulima</p>	<p>Comentário registado.</p>
21	<p>Tenho várias questões mas nem todas são dirigidas necessariamente à IMPACTO ou ao proponente.</p> <p>Este é o momento que nós criamos num quadro legal para em conjunto discutirmos assuntos que são relevantes para assegurar que projecto como este ou outros sejam conduzidos da melhor maneira possível. Estamos ainda no processo</p>	<p>É comum que num projecto de grande dimensão, enquanto se espera pela LA, que se façam licenças parceladas das actividades que vão ser desenvolvidas de preparação para que esse projecto possa ser estudado (por exemplo, a abertura de uma estrada, a construção de um acampamento de apoio, perfurações geotécnicas e de recolha de água. Essas actividades são conduzidas ao MICOA para avaliação como actividades independentes, com estudos próprios.</p>

<p>de licenciamento do projecto, daí que é uma boa oportunidade para colocar na mesa os assuntos com maior abertura, detalhe e profundidade. Uma das questões que ainda detém uma grande confusão é o enquadramento jurídico deste exercício, em que momento do processo de licenciamento é que estamos?</p> <p>Esta consulta pública, no contexto da LA, onde é que ela se integra em relação a todas outras licenças posteriores ou anteriores que o projecto deve receber? Ouvimos que o projecto já recebeu várias licenças e era bom que tivéssemos detalhes sobre isso. Ouvimos igualmente uma explicação da jurista da AMA1 sobre o princípio da precedência da LA, que a nós levanta algumas dúvidas. Peço que alguém clarifique onde estamos do ponto de vista do licenciamento, enquadramento jurídico desta consulta, enquadramento da decisão de reassentamento (se foi já tomada ou não). Por exemplo, o entendimento que temos sobre o regulamento do reassentamento, é que o desenho do Plano de Reassentamento condiciona a emissão da LA. Portanto, a indicação de que a LA se prevê que seja emitida pelo MICOA nos finais deste ano ou inícios de 2014 levanta algumas dúvidas, porque o processo de elaboração do Plano de Reassentamento é um processo longo, com várias etapas e consultas. Pode ser que eu esteja desactualizada sobre a legislação em vigor no país, pelo que é bom que tenhamos o mesmo entendimento sobre as regras, com base nas quais este projecto deve ser aprovado e conduzido.</p> <p>Como sabem, as comunidades na zona do projecto já foram informadas que serão reassentadas, isto é, já se passou uma informação da decisão já tomada, mas não há ainda condições para que esta decisão seja tomada uma vez que estamos ainda numa das fases iniciais do processo que leva à decisão de que isso ou outra medida pode acontecer.</p>	<p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p> <p>Sobre em que fase se encontra este projecto: existem dois momentos de consulta pública no Processo de AIA. o primeiro na fase do EPDA e TdR para o EIA. Depois da aprovação destes passa-se à segunda fase, de elaboração do EIA. Nesta fase do EIA é obrigatório fazer-se reuniões de consulta pública, não só na capital mas também no local de implementação do projecto. Portanto, esta consulta pública enquadra-se na segunda fase.</p> <p>Depois o Proponente submete o REIA ao MICOA e nós fazemos a análise para aprovação ou rejeição. Depois da aprovação do REIA segue-se a emissão da Licença Ambiental (LA). Infelizmente, segundo a nossa legislação, a emissão da LA não está faseada. Este é um dos pontos de reflexão que ainda não resolvemos por causa da avalanche de mega-projectos que temos em carteira. A LA deste projecto só será emitida depois da submissão do Plano Inicial do Reassentamento (PIR). Depois de ser feito o levantamento do número da população e de todas as actividades económicas existentes na área é que nós iremos analisar e emitir a licença. O facto de ter o REIA aprovado não significa que automaticamente iremos emitir a licença. Por se tratar de um assunto novo para nós, estamos todos em fase de aprendizagem, e a Anadarko está a par do assunto e sabem que terão de fazer o PIR para nós darmos o passo seguinte.</p> <p>Rosa Cesaltina Benedito - Directora Nacional, Direcção Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental (DNAIA)</p>
--	--

	Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)	
22	<p>Há sim o princípio da precedência da LA, e há uma lógica por detrás deste princípio. Nenhuma licença pode ser emitida antes da LA, pois esta operacionaliza o princípio da prevenção – avaliar previamente todas as questões positivas ou negativas antes dos outros passos, e estamos a trocar as sequências. Peço que haja um esclarecimento nesta fase sobre todas estas normas.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Sobre a precedência da LA: A Lei do Ambiente é de 1997 e há aspectos que se encontram desactualizados. A Lei 1/97 de 1 de Outubro diz que o Proponente deve ter primeiro o espaço concreto (DUAT) porque não é possível fazer-se o licenciamento ambiental no abstracto, para saber concretamente onde se quer implementar determinada actividade e que aspectos devem tomar precaução. Portanto, é necessário obter-se o DUAT e daí os passos subsequentes.</p> <p>Rosa Cesaltina Benedito - Directora Nacional, Direcção Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental (DNAIA)</p>
23	<p>Esta pergunta é para todos nós, mas dirigida principalmente para os participantes do governo. No sábado à tarde, o comandante da polícia de Quitupo reuniu a comunidade para intimidá-la não se opor ao reassentamento. Afinal o que é que se passa com este projecto? Qual é o problema em relação à ocupação da terra pelo projecto que está a criar esta desorientação/confusão que em nada vai ajudar o projecto? Todos sabemos que o projecto precisa de ocupar terras e não é esse o problema, mas há detalhes que todos nós precisamos perceber. Por exemplo, a primeira pergunta que fiz sobre qual é a área exacta que as infra-estruturas do projecto vão requerer, a resposta dada foi de que ainda não está definida. Então com que base é que os 7000ha da área, requeridos pela ENH foram depois passados à AMA1? Se a área não está bem definida, como é que o DUAT foi emitido? Quais são as bases legais para o Contrato de Cessão de Exploração à AMA1?</p> <p>Gostaria de pedir à IMPACTO que assegure que as comunidades da zona do projecto tenham exactamente os mesmos direitos de acesso aos documentos e à informação. Tenho conhecimento que a população de Palma não sabe que vai haver</p>	<p>Descobrimos recursos mas que levarão o seu tempo para beneficiar. Estamos a falar de quantidades muito grandes, de envolvimento de Moçambicanos nas várias áreas de actuação. Este é um projecto que vai envolver no mínimo milhões de pessoas só na fase de construção e estamos a falar de 4 unidades de liquefacção. Por causa da dimensão do projecto estamos todos preocupados. Nós como ENH criamos a ENH Logística para acomodar este tipo de situação e houve a questão do DUAT que devia ter sido dado directamente à AMA1 mas por certas circunstâncias teve que ser dado à ENH para acomodar todos os operadores. A ENH está a liderar o processo e todas as empresas que forem a descobrir gás ou petróleo vão se juntar a este grupo e iniciar este tipo de processo. Olho este projecto como oportunidade para todos os Moçambicanos participarem activamente e não intervirem para dificultar o processo e desenvolvimento do projecto.</p> <p>Tavares Martinho, ENH</p> <p>Com base no que foi apresentado aqui, temos que ter um plano de exploração com o pressuposto de construir um projecto da fábrica de GNL. O governo entendeu que todos os recursos a serem descobertos lá deviam ser tratados numa única área em vez de ter várias fábricas de GNL. A Lei de Petróleos diz que todos os operadores que descubrem recurso têm direito a desenvolver infra-estruturas para a sua transformação e</p>

<p>consulta pública, não receberam os documentos e a reunião será já nesta quarta-feira.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>exploração. Nesta perspectiva, a ENH como empresa pública e sócia das duas empresas, AMA1 e Eni, decidiu que devia ser fiel depositária desta área para a instalação da fábrica. A ENH seguiu todo o processo que está legalmente instituído para atribuição do DUAT. Paralelamente a este processo, já havia sido iniciado o pedido de DUAT pela AMA1 e o EPDA define se há questões que impedem a realização do projecto. O MICOA já havia aprovado o EPDA, considerando que não havia questões fatais. E foi com base nessas premissas todas que o governo autorizou o DUAT.</p> <p>Como é que nós vamos garantir que todos aqueles que não fazendo parte neste momento deste empreendimento específico que estamos a falar hoje, possam descobrir recursos, ter acesso a esta área de terra em igualdade de circunstâncias com os outros para poderem desenvolver os recursos por eles descobertos. É nesta perspectiva que se criou uma sociedade que é a RBLL. Nesta sociedade podem participar todas as outras empresas que venham a descobrir recursos naquela região, com autorização do Ministério dos Recursos Minerais, transformando-se sócios desta sociedade, em igualdade de circunstâncias com os outros que já lá estão.</p> <p>A única figura que temos na Lei de Terras para “alienar” o direito de uso e aproveitamento de terra é a cessão de exploração, devidamente autorizada pelo governo. Foi nessa perspectiva que houve uma sociedade entre a AMA1, como operadora da área, e a ENH como detentora/fiel proprietária da terra. Neste momento a Eni vai também entrar nesta sociedade, uma vez que parte do recurso que vai ser desenvolvido está numa área que faz fronteira entre as duas concessões. Se a Statoil ou outra empresa descobrir gás também podem entrar na sociedade.</p> <p>André da Silva, ENH Logística</p> <p>É preciso ficar claro que esta reunião tem como objectivo discutir o REIA. À par disso há questões de procedimentos legais que tem a ver com o governo e não com estes proponentes ou grupo de consultores. Há dúvidas sobre como estes processos se desenvolvem, se estão claros na própria lei e como foram aplicados. Deve ficar claro que</p>
--	---

		<p>não é que não queiramos discutir esse assunto aqui mas que seja conduzido para uma sessão a nível do governo, que pode ser aberta a técnicos da área jurídica.</p> <p>Sobre a questão da polícia de Quitupo não podemos comentar, apenas lamentar. Foram cometidos erros na condução deste processo localmente. A informação que foi sendo passada às comunidades foi de forma extemporânea. Essa informação deve ser feita no âmbito de um processo de reassentamento que vai iniciar, através de consultas públicas próprias desse processo. Podemos verificar se esse assunto deve ser acompanhado pelas ONG's locais, pela imprensa, etc. Acho que este é o compromisso que os consultores podem fazer, principalmente a AMA1 que está aberta a isso.</p> <p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p>
24	<p>A nossa proposta é também nesse sentido, pois achamos que vale a pena olharmos com cuidado para estas questões em conjunto porque nem todos têm o domínio do saber. O governo tem a obrigação de prestar esclarecimentos e assegurar que tudo é conduzido de forma correcta. Portanto, concordo com a sugestão de que se assegure que se vai criar uma oportunidade específica para avaliar estas situações.</p> <p>Em relação à actuação da polícia, acho que deve ser uma preocupação geral porque as pessoas estão a ser intimidadas. Penso que os próprios proponentes deviam estar preocupados com esse ocorrido.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	Comentário registado.
25	<p>Relativamente ao processo de AIA, gostaria de saber da Sra. Directora Rosa Cesaltina se a Anadarko está a seguir correctamente e se verificou neste processo alguma coisa que não fosse válida?</p> <p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p>	<p>Não verifiquei nada que não fosse inválido. A Anadarko está a seguir à risca todos os passos referentes ao processo de AIA.</p> <p>Rosa Cesaltina Benedito - Directora Nacional, Direcção Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental (DNAIA)</p>

26	<p>Na minha opinião, e sob ponto de vista jurídico, essa pergunta não devia ser colocada e nem respondida pela Directora da DNAIA, uma vez que ela terá de tomar a decisão final sobre o estudo. Numa consulta pública a função dela é apenas acompanhar os consultores, o proponente e o público. No final, na sua direcção poderá validar ou não todo este processo.</p> <p>André Calengo - Director, Lexterra, Lda</p>	<p>A decisão que a Directora terá de tomar é sobre a qualidade do estudo e não do processo de AIA de que estamos a falar. Precisamos saber se o que estamos hoje aqui a fazer tem cabimento ou não. Eu não quero que o MICOA diga agora se o REIA está bem feito ou não. Estamos a apresentar um relatório que deve recolher comentários de todos e o que vai ser avaliado e aprovado ou não pelo MICOA.</p> <p>Surgiram questões que podem legitimar ou não o processo que está a ser conduzido, pois se estiver a ser mal conduzido nem esta reunião deveria estar a acontecer, de acordo com a lei moçambicana em vigor.</p> <p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p>
27	<p>A Dra. Rosa confirmou que a Lei Ambiental de 1997 possui alguns desajustamentos à actualidade e eu concordo. Por exemplo na questão do DUAT antes da LA, talvez tenha sido uma situação actual que temos de resolver nos termos como a lei prescreve neste momento. Talvez haja necessidade de alterarmos a legislação, mas enquanto não o fazemos prevalece o que está legislado. E a CTV está convencida de que houve uma irregularidade na atribuição da emissão de licença de uso e aproveitamento da terra antes da licença ambiental. Pode ser que estejamos errados e é por isso que achamos que vale a pena esclarecer.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Tanto as questões levantadas de natureza técnica como as de carácter jurídico, devem ser discutidas em detalhe e profundidade em momento adequado. Todas estas dúvidas devem ficar esclarecidas nem que todo este processo atrase. Portanto, sugiro que para além desta consulta pública sobre o REIA, os proponentes estejam abertos para que esse processo seja desenvolvido de maneira transparente, aberta, envolvendo desde instituições nacionais até as comunidades locais.</p> <p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p> <p>Em nome da AMA1 e da Eni concordo com a sugestão e estamos abertos em reunir com a sociedade civil para discussão sobre o processo e explicação de todos os aspectos técnicos levantados, de forma transparente, uma vez que o REIA está disponível ao público. Este é um projecto extremamente grande e importante e queremos que beneficie o país e as comunidades na área do projecto, daí que é necessário que haja uma comunicação aberta e transparente, para garantir que todas as pessoas percebam o que vai acontecer e porquê. Portanto, estamos abertos ao diálogo.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
28	<p>A minha questão é sobre o Padrão de Desempenho PD 6 do IFC. Falando de “no net loss” e “biodiversity offsets” e</p>	<p>O EIA cumpre com os requisitos Moçambicanos e o Padrão de Desempenho 1 do IFC. A fase seguinte do trabalho irá</p>

	<p>nos impactos residuais: tem-se verificado que muitas vezes, mesmo depois de se usar as medidas de mitigação ainda existem alguns impactos residuais, e que muitas vezes eram considerados moderados. Sugiro que o EIA inclua mais medidas para evitar esses impactos.</p> <p>Na página 6 refere-se ao “critical habitat analysis” que é um template do PD6 – essa metodologia foi incluída no EIA ou não?</p> <p>Bruno Nhancale - Gestor de Programa, Fauna & Flora Internacional</p>	<p>cumprir com o Padrão de Desempenho 6. Por exemplo, actualmente, nós estamos a investigar se existem habitats críticos na área do projecto – os estudos já estão em curso. Não será incluído no relatório agora mas será incluído no relatório que será enviado para revisão pelos financiadores.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p>
29	<p>Falou-se que foram seleccionadas 7 áreas como alternativas. Nessa selecção, pensou-se em outros locais como o floating production storage and offloading vessels para a exportação do gás liquefeito, baseados em alto mar? Esse aspecto não está referido no EIA. Na página 6 refere-se ao “critical habitat analysis” que é um template do PD6 – essa metodologia foi incluída no EIA ou não?</p> <p>Bruno Nhancale - Gestor de Programa, Fauna & Flora Internacional</p>	<p>Sobre <i>floating LNG</i> - FLNG (Fábrica de GNL flutuante) como uma opção - nós consideramos mas num pré-estudo antes do EIA. Existem duas ou três FLNGs mas ainda em fase de pré-FEED (Concepção Inicial do Projecto) e nunca foram implementados. A AMA1 quer usar tecnologia comprovada. Os volumes de gás encontrados pela AMA1 e Eni são de classe mundial, compreendendo cerca de 100TCF e poderíamos fazer várias unidades de GNL num único local. Em terra, quanto mais construimos, mais barato se torna, pelo que é mais benéfico construir em terra do que no mar. O país quer beneficiar e existem mais benefícios tendo uma fábrica em terra do que com uma FLNG.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
30	<p>Qual é a estimativa da área dos habitats, nomeadamente, ervas marinhas e recifes de coral que realmente serão afectados pelas actividades? Isto porque foi apresentada a possibilidade de se depositar cascalhos e blocos de betão para fazer reabilitação. A reabilitação e translocação de ecossistemas tropicais não é fácil, pois não é simplesmente retirar os bocados de cascalho que os corais crescem de novo. Vi também a possibilidade de translocar a <i>Acropora aspera</i>. Há muito mais do que apenas uma frase e translocar. Conhecendo-se a área, o que se está a pensar em termos de translocação, área afectada, os</p>	<p>Existem dois tipos de ervas marinhas: as que se encontram na zona sub-marés e as que se encontram na zona entre-marés. Na zona sub-marés, provavelmente 10% das ervas existentes serão afectadas. A zona entre-marés é afectada pelo transporte marítimo, desconhecendo-se quanto será afectado. Podem ocorrer efeitos crónicos.</p> <p>Irão ocorrer efeitos mais significativos nos corais dentro do corredor do gasoduto, cobrindo uma área de cerca de 150m de largura por 2km de comprimento, através que um coral em franja. Os efeitos irão estender-se para fora do corredor, numa área de cerca de 2km de largura e 3km de comprimento, afectando 8% da estrutura existente de coral.</p>

	<p>impactos, ligados aos “offsets” discutidos anteriormente e liga também com algumas áreas de pesca?</p> <p>Marcos Pereira - Director do Gabinete de Estudos, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>O recife de coral em franja compreende tanto coral vivo como entulho de coral (coral morto). A AMA1 e a eni, comprometeram-se em realizar estudos para perceber melhor a recuperação das comunidades de coral, usando materiais como eco-blocos.</p> <p><i>(Veja detalhes das medidas de mitigação propostas na Secção 11.13.2 do REIA).</i></p> <p>Robin Carter – Especialista em Ecologia Marinha, Lwandle Technologies</p>
31	<p>Qual a área de pesca que será proibida e quais as medidas pensadas?</p> <p>Marcos Pereira - Director do Gabinete de Estudos, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Resposta dada depois da reunião:</p> <p><i>Durante a fase de construção, haverá restrição de actividade pesqueira dentro de um raio de 500m em redor das actividades (p.ex. dragagem, construção dos cais, etc) Durante a fase de operação, haverá restrição da pesca num raio de 500m em redor das estruturas. No caso das embarcações de GNL, será mantida uma distância de 500m atrás e dos lados, e de 1km em frente, dentro da qual haverá restrições de pesca. Quando as embarcações de transporte de GNL estiverem sendo carregadas, será mantido um raio de segurança de 1km em redor das mesmas. Medidas de mitigação incluem a compensação pela perda de acesso e/ou reassentamento (ver o PIR no Anexo I).</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
32	<p>Gostaria de saber se no estudo em vez de se falar da pesca no geral se foi feito um estudo de impacto em pescarias específicas, por exemplo, a pescaria do atum, que é um recurso altamente migratório?</p> <p>Sobre a pesca artesanal, não foi foram apresentados números e sabe-se que existe muita migração de pescadores, e esta não é realizada apenas pelos locais, é uma migração entre distritos e províncias.</p> <p>Lídia Abiba - Assessora do Ministro, Ministério das Pescas</p>	<p>Resposta dada depois da reunião:</p> <p><i>A Secção 13.2.4 avalia os potenciais impactos do Projecto na pesca e estratégias de sobrevivência baseadas no mar em geral.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
33	<p>Foram estudados impactos na aquacultura? Existem planos estratégicos, aprovados pelo próprio governo, tanto para o desenvolvimento</p>	<p>Aquando das actividades iniciais de consulta, reunimo-nos com várias instituições governamentais distritais e provinciais e também com os pescadores e não houve</p>

	<p>da aquacultura como para a pesca do atum. Será que estes instrumentos foram tidos em conta no estudo? Que impactos ou que estudos foram realizados?</p> <p>Lídia Abiba - Assessora do Ministro, Ministério das Pescas</p>	<p>menção de aquacultura proposta na baía de Palma em si. Nós, certamente não encontramos nenhum Projecto de aquacultura na Baía de Palma aquando da realização do trabalho de campo. Existem alguns projectos de aquacultura fora da Baía de Palma, mas estes não serão afectados pelo projecto. Isto é algo que podemos falar depois da reunião, se for necessário.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p> <p>Resposta dada depois da reunião:</p> <p><i>Áreas na Baía de Palma foram consideradas como tendo potencial para o desenvolvimento de aquacultura e produção de algas marinhas e foram declaradas Reservas Marinhas pelo Decreto nº 71/2011 de 30 de Dezembro. Reserva Marinha é definida pelo Decreto como uma área estabelecida para o desenvolvimento de aquacultura marinha. A gestão destas reservas marinhas é da responsabilidade do Ministério das Pescas. De acordo com este Decreto, “é autorizada a realização, no interior da Reserva Aquícola Marinha, de outros empreendimentos socioeconómicos, desde que apresentem vantagens comparativas, ou sejam complementares à aquacultura, mediante a anuência do Ministro que superintende o sector das pescas”. Em todos os encontros tidos com o Ministério das pescas até à data, não foi levantada nenhuma objecção ao Projecto. Acreditamos que o benefício cumulativo do projecto ultrapassa os benefícios da aquacultura na baía. O Ministério das Pescas irá fornecer comentários ao MICOA que os irá considerar aquando da revisão do REIA e tomada de decisão.</i></p> <p><i>O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pescaria de Atum foi publicado em 2013 e não foi considerado no REIA uma vez que os estudos realizados para a definição da área de referência foram efectuados entre 2011 e 2012. Foi incluída uma secção sobre o Plano Estratégico do Atum na Secção 9.7.6 do REIA e na Secção G1.3 no Anexo G.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
34	<p>Não percebi a discussão sobre os impactos cumulativos, que acho muito</p>	<p>Sobre os impactos locais e cumulativos, reconheço que a leitura do REIA, um</p>

	<p>importante e peço uma melhor explicação. A apresentação não falou do mais importante. O REIA contém muito mais informação que aqui não foi apresentada, o que torna difícil a análise do relatório.</p> <p>A apresentação deu a entender que os impactos parecem mais locais mas não sei se é isso?</p> <p>Sobre o dióxido de enxofre, seria mais fácil se apresentassem em termos de números, porque fornecem melhor entendimento sobre o impacto e sua intensidade.</p> <p>Chey Carlino - Estudante, Universidade Eduardo Mondlane (UEM)</p>	<p>documento desta dimensão não seja fácil. Mas esta não é a última oportunidade. Existe um canal para a troca de informação que pode continuar e teríamos todo o gosto em colaborar para que este relatório seja difundido através de vários meios, de modo a que haja maior contribuição por parte das pessoas. Há uma data limite para o envio de comentários que se pode estender para que as pessoas tenham o direito de ler e conhecer o relatório na sua íntegra e aí podemos falar sobre os impactos cumulativos e locais.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da reunião, IMPACTO</p> <p>Resposta dada depois da reunião:</p> <p><i>Os impactos cumulativos são discutidos no Capítulo 15 do REIA. Por ser difícil apresentar todo o relatório numa apresentação de 30 minutos, nós apresentamos uma visão geral do mesmo durante as reuniões de consulta pública e alocamos tempo antes e depois das reuniões, para as pessoas lerem o relatório e enviarem as suas questões.</i></p> <p><i>O REIA avalia os impactos a nível local, regional e nacional. A maioria dos impactos é a nível local, onde o projecto é implantado.</i></p> <p><i>A Secção 12.2.4 do REIA indica as potenciais emissões de dióxido de enxofre como sendo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Duas unidades de liquefacção (sem queima): 7.54µg/m³; e</i> • <i>Seis unidades de liquefacção (sem queima): 11.7µg/m³.</i> <p><i>As emissões previstas estão abaixo dos padrões Moçambicanos.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
35	<p>Sobre o apelo para contribuímos para o entendimento dos processos, existem dificuldades quando o estudo ou a apresentação é feita de forma muito genérica, até certo ponto vaga, como por exemplo a questão dos padrões internacionais. O problema não é o acesso a esses padrões mas sim a referência no relatório dos padrões a serem seguidos sobre algumas emissões de gases, através</p>	<p>Relativamente, aos padrões que aqui foram anunciados e apresentados de forma genérica, não é possível apresentar não de forma geral um documento com esta dimensão. Algumas coisas terão sido omissas na apresentação. Contudo, esses padrões que aqui não foram mencionados pelo nome concreto figuram no texto do REIA.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da reunião, IMPACTO</p>

	<p>de escalas</p> <p>No caso do reassentamento, o padrão nacional dita que não se pode reassentar a população a mais de 200-300km e o projecto diz que pode reassentar até 100km. Podíamos avaliar a responsabilidade social do projecto. E é este tipo de informação que esperava que fosse apresentado para poder ter a minha opinião formada.</p> <p>André Calengo - Director, Lexterra, Lda</p>	
36	<p>Relativamente, aos padrões que aqui foram anunciados e apresentados de forma genérica, não é possível apresentar não de forma geral um documento com esta dimensão. Algumas coisas terão sido omissas na apresentação. Contudo, esses padrões que aqui não foram mencionados pelo nome concreto figuram no texto do REIA.</p> <p>André Calengo - Director, Lexterra, Lda</p>	<p>Nós, como consultores também precisamos de um guia mais claro de como esses procedimentos estão a ser construídos. Referindo a Dra. Rosa, o governo também está a esforçar-se para acomodar esta questão dentro da legislação e está a aprender com os erros que estão a acontecer, e através deste caso tentar construir alguma coisa que sirva para outros projectos.</p> <p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p> <p>Resposta dada depois da reunião:</p> <p><i>A abordagem a ser seguida pelo projecto foi acordada com o MICOA. Dado que o processo de AIA iniciou (e o relatório do EPDA foi aprovado) antes do Decreto sobre o reassentamento, foi acordado com o MICOA que seria considerada uma abordagem diferente para este caso. A nova abordagem permite que fosse realizado e incluído no REIA, um Plano Inicial de Reassentamento (PIR). Este PIR constitui o Anexo I do REIA e define os princípios e o processo a ser seguido. O Processo de Reassentamento iniciou agora e irá incluir consultas públicas com as comunidades locais.</i></p> <p>Kamal Govender – Project Manager, ERM</p>

Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Reunião de Foco com o Grupo de Turismo e Pescas – Cidade de Pemba (Fase de EIA)

Matriz de Questões e Respostas

Data: 10 de Setembro de 2013

Local: Sala de Conferências do Hotel Kauri

Hora: 11:00 – 12:30

ID	Questão levantada	Resposta
1	<p>O objectivo da pesca artesanal é contribuir para garantir a segurança alimentar e nutricional da população, principalmente a população costeira e comunidades pesqueiras. Na zona de Afungi existem mais de 25 zonas de pesca (locais onde os pescadores exercem as suas actividades pesqueiras). Porém, esses pescadores terão limitações de acesso a essas zonas desde a fase de construção até a operação do projecto. Proponho que na altura do desenho do plano de reassentamento se tenha em conta que aquela zona é de grande recurso pesqueiro e importante para os pescadores. Portanto, na altura do desenho da estratégia da transferência das pessoas, daquele local para outro, se identifique nesse local de hospedagem uma zona com os mesmos recursos de forma a não afectar a circulação normal do produto a nível da província.</p> <p>Manuel Daniel, delegado provincial do Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE)</p>	<p>Quando se iniciar o reassentamento, uma das grandes prioridades é garantir que as estratégias de sobrevivência actuais que a população utiliza podem ser reproduzidas noutro local. A população já deu a entender que pretende ser reassentada perto do mar e isso será tomado em consideração. Portanto, não apenas os locais de pesca que se deve ter em conta mas também o grande movimento migratório de pescadores sazonais provenientes de Nacala, Tanzânia, etc. Aquela é uma zona de grande dinâmica em termos pesqueiros, pelo que esse aspecto será tido em consideração no Processo de Reassentamento.</p> <p>Um estudo especializado sobre pescas está sendo realizado por um grande conjunto de técnicos moçambicanos e estrangeiros e já foram identificadas zonas de pesca, os tipos de embarcações e as artes utilizadas, os tipos de capturas, etc. O atum é um peixe muito importante naquela zona. Portanto a pesca tem uma enorme prioridade no processo de reassentamento no âmbito das actividades gerais do projecto.</p> <p>Victor Hugo Nicolau, Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
2	<p>Esse estudo que está a ser feito integra a participação do IDPPE?</p> <p>Manuel Daniel, delegado provincial do Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE)</p>	<p>Suponho que haja coordenação com o IDPPE. A equipa de especialistas de pesca integra e tem estabelecido fortes ligações institucionais com os departamentos do estado ligados à pesca.</p> <p>Victor Hugo Nicolau, Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
3	<p>O REIA está muito bem elaborado e apresenta todos os componentes necessários para o Estudo de Impacto</p>	<p>Temos que pensar como podemos assegurar que os dados recolhidos no âmbito destes estudos, sejam deixados</p>

	<p>Ambiental.</p> <p>No entanto, gostaria de apelar às pessoas que estão em frente deste estudo e aos investidores, para envolver os técnicos do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) a nível de Cabo Delgado, tanto na procura de novas áreas de pesca para a proposta de reassentamento, como na congregação dos estudos feitos tanto pela AMA1 como pelas instituições moçambicanas.</p> <p>Alguma informação passa-nos ao de cima e ao nível de Cabo Delgado, os nossos técnicos não são envolvidos. Acho que falta alguma articulação e sugiro que isto comece pela base, aqui na província, para levarmos o projecto a bom porto.</p> <p>Agradecia igualmente que os investidores deixassem os estudos feitos às instituições nacionais como base de dados de apoio a essas instituições.</p> <p>Henriques Bustani, Delegado Provincial, Instituto de Investigação Pesqueira (IIP)</p>	<p>para apoio à região.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da reunião, IMPACTO</p>
4	<p>O Distrito de Palma é um santuário no que diz respeito às pescas e representa um potencial para a Província de Cabo Delgado. No âmbito do reassentamento, provavelmente as novas zonas identificadas como potenciais para a pesca podem ser distantes e como forma de incentivar a população a aceitar essas novas áreas é estimular os pescadores com novas embarcações mais modernas, isto é, embarcações a motor, visto a maioria dos pescadores de Palma, Maganja e Afungi possuírem apenas embarcações de tronco cavado.</p> <p>Henriques Bustani</p>	<p>Em relação ao reassentamento temos uma equipa de reassentamento que está a trabalhar no terreno e todas essas propostas devem ser canalizadas e por sua vez recomendadas à AMA1 para a sua implementação ou não.</p> <p>Alexandre Jossias, Coordenador Ambiental, AMA1</p> <p>Inevitavelmente alguns locais tradicionais de pesca vão-se tornar de mais difícil acessibilidade, ou pela imposição de áreas de segurança e navegação, ou por deslocação física das populações um pouco distantes da costa. A quantificação e a mitigação das perdas em termos das pescas são difíceis. De qualquer modo, há uma data de iniciativas a serem estudadas em termos de possíveis compensações. Uma delas é a modernização da frota pesqueira para aumentar o raio de acção, e isso, irá compensar, de certa maneira, o seu afastamento geográfico.</p>

		<p>Outra ideia que está a ser explorada no âmbito do estudo das pescas é a viabilidade ou não da aquacultura e quaisquer outras práticas que possam garantir que o mar continue a ser um recurso importante, no que diz respeito ao fornecimento de suplementos de dieta às pessoas, apesar da implantação da fábrica.</p> <p>Victor Hugo Nicolau, Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
5	<p>No âmbito do reassentamento das comunidades e da população pesqueira para outras áreas, serão criadas condições similares e economicamente rentáveis para essas comunidades. Porém, o que se está a pensar em relação aos mercados? Sabe-se que eles pescam para consumo mas outra parte é para venda. Serão criados mercados? Estarão localizados longe? Os pescadores terão possibilidade de escoamento do produto?</p> <p>Isabel Ferreira, Coordenadora da Iniciativa Local para o Desenvolvimento da Pesca Sustentável na Baía de Pemba, e membro da comissão de gestão da Associação de Hotelaria e Turismo de Cabo Delgado</p>	<p>Em termos de aquisição de produtos das comunidades locais, já demos instruções aos nossos acampamentos para o fazer. No futuro, com o projecto de GNL, deverá ser encorajada a aquisição de produtos excedentes das comunidades locais. A principal preocupação é assegurar que não aumentamos os preços dos produtos que as comunidades também compram e consomem. Não queremos criar esse tipo de problemas.</p> <p>John Pepper, Director Geral da AMA1</p> <p>Sabe-se que a maior parte da população vai muito ao mercado de Palma. Dependendo do local ou dos locais de reassentamento, porque nós encaramos a hipótese que nem todas as pessoas que possam ser afectadas pelo projecto sejam necessariamente colocadas no mesmo local de reassentamento, podendo haver vários locais de reassentamento, na medida que o processo do reassentamento será feito de forma participativa com as comunidades afectadas. O acesso aos mercados também é um assunto que será cautelosamente calculado. O ideal seria manter acesso ao mercado de Palma. Para sul de Maganja temos Olumbe mas não se sabe ainda até que ponto é um mercado importante ou não.</p> <p>Victor Hugo Nicolau, Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
6	<p>Dentro do plano de reassentamento, que actividades alternativas à pesca estão a ser consideradas? Será que parte desse pescado não poderia ser consumido pelas empresas que estão no local, ajudando, de certa forma, a</p>	<p>Vamos assegurar que o estudo considere formas para mitigar o impacto que vai haver sobre a actividade pesqueira na zona.</p> <p>Victor Hugo Nicolau, Especialista em</p>

	<p>fomentar a qualidade de vida das comunidades pesqueiras da área?</p> <p>Isabel Ferreira</p>	<p>Reassentamento, IMPACTO</p> <p>Há questões que se enquadram naquilo que vai ser o Plano de Acção do Reassentamento, que ainda não está feito. Está a ser apresentado o REIA que simplesmente apresenta uma espécie de política do plano de reassentamento, denominado Plano Inicial de Reassentamento (PIR). O Plano de Reassentamento possui um processo próprio, feito de forma participativa, incluindo pelo menos quatro consultas públicas, definidas por lei, de forma a que as pessoas afectadas e interessadas vão estar envolvidas nas soluções que vão ser encontradas.</p> <p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p>
7	<p>A apresentação não incluiu o impacto da qualidade do ar. Qual é o impacto da emissão de gases para a atmosfera e os impactos na zona de Palma e Afungi?</p> <p>Isabel Ferreira</p>	<p>Para compreender a qualidade do ar, fizemos uma modelação da qualidade do ar considerando várias fontes de emissões do projecto, se cumprem com a legislação moçambicana, etc. Não se espera que o projecto exceda os limites no local de emissão recomendados pela Legislação Moçambicana e OMS (Organização Mundial da Saúde).</p> <p>Kamal Govender, Gestor do Projecto pela ERM</p>
8	<p>Como representante do Projecto da Pesca Sustentável na Baía de Pemba, gostaria de saber quais são os impactos indirectos do projecto tanto para a baía de Pemba como para as comunidades que dependem da pesca dentro da baía, relativamente ao aumento do fluxo de barcos na baía? Por exemplo, vários mergulhadores mergulharam em Jímpia, na zona do Londo, do outro lado da baía, e dizem que é uma zona de coral muito bem conservada e resistente às mudanças climáticas. Será que isto não vai ter um impacto nessas áreas e não deveria ser considerado?</p> <p>Isabel Ferreira</p>	<p>Durante a fase de selecção do local, nós verificamos exactamente o que está a falar com relação às espécies de coral, áreas sensíveis em redor de Pemba e foi uma das razões de não termos escolhido esta área. Estamos a tentar tornar a região de Afungi auto-suficiente de forma a que todas as actividades de construção terão lugar lá, os barcos que visitem a área não passem necessariamente por Pemba (mas poderão fazê-lo). O tráfego e a quantidade de actividade associada à construção e provavelmente o tráfego associado às operações de GNL não deverão aumentar significativamente o tráfego em Pemba.</p> <p>Cory Weinbel, Gestor do Projecto pela AMA1</p> <p><i>Resposta adicional dada depois da</i></p>

		<p>reunião:</p> <p><i>Embora não se espera um aumento quantitativo de tráfego marítimo em Pemba, nós incluímos uma avaliação qualitativa dos potenciais impactos indirectos em Pemba, para melhor compreensão desta questão. Veja as Secções 12.14 e 13.10.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
9	<p>Por outro lado está-se a ver isoladamente todos estes mega projectos que estão a ser implementados na Província de Cabo Delgado, mas todos afluem para Pemba, como ponto de escoamento dos seus produtos. Todos falam de que têm de transportar mercadorias através do porto de Pemba, implicando o aumento do tráfego de barcos na baía de Pemba, o aumento do tráfego automóvel de grande tonelagem dentro da cidade de Pemba e a emissão de gases para a atmosfera. O projecto será implementado em Palma mas também vai ter impactos em Pemba e apesar destes serem projectos diferentes possuem impactos generalizados. Qual é o impacto conjunto de todos os mega projectos tanto para a biodiversidade na baía de Pemba como na própria área de Palma?</p> <p>Isabel Ferreira</p>	<p>Em termos de terminologia, o termo “impactos cumulativos” é definido pelo IFC como projectos razoavelmente bem definidos que, quando actuarem em conjunto com o actual projecto, irão resultar em impactos num recurso comum. Neste caso existem vários impactos de actividades já em curso em Palma e áreas adjacentes, bem como impactos cumulativos apresentados no EIA de projectos futuros para esta área, como por exemplo uma zona industrial. Tal como o Cory (Weinbel) mencionou, nós não esperamos que grande parte das actividades seja baseada em Pemba, pelo que não consideramos os impactos em Pemba no âmbito deste EIA.</p> <p><i>Veja no Capítulo 15 a avaliação dos Impactos Cumulativos.</i></p> <p>Em termos de desenvolvimento de Moçambique, os projectos levam a um crescimento do país. Provavelmente, isto deveria ser olhado pelo Governo em termos de planeamento estratégico, onde todos os operadores trabalham em conjunto e com o Governo para ver como estes impactos podem ser minimizados.</p> <p>Kamal Govender, Gestor do Projecto pela ERM</p> <p>A sua preocupação vai ser registada mas sugiro que não seja encaminhada para um investidor privado mas sim endereçada a uma entidade governamental que se encarregue da planificação de um plano regional integrado de toda a baía de Pemba. O que normalmente o Governo faz é pedir apoio aos utentes dessa região, onde todos os investidores podem igualmente participar, apoiando a realização</p>

		<p>desse plano estratégico, de maneira que esses impactos cumulativos que se situam numa certa região geográfica possam ser endereçados.</p> <p>Estão a surgir vários projectos que directa ou indirectamente se repercutem nesta região da baía de Pemba. Tem de haver alguém que faça uma planificação antecipada do que vai acontecer. Porém, esse indivíduo não pode ser um investidor particular mas sim uma entidade governamental.</p> <p>Mia Couto, Facilitador da reunião, IMPACTO</p> <p>Pemba pode ter também impactos sociais e económicos positivos, provenientes destes projectos, pelo que o organismo responsável pela gestão do território deve tentar também quantificar os impactos positivos.</p> <p>Alexandre Jossias, Coordenador Ambiental, AMA1</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Conforme indicado acima, nós incluímos uma avaliação qualitativa dos potenciais impactos indirectos em Pemba para melhor tratar deste assunto. Veja as Secções 12.14 e 13.10.</i></p> <p>Kamal Govender - Project Manager, ERM</p>
10	<p>Existe no estudo alguma recomendação sobre os impactos indirectos do projecto em Pemba e o que deve ser feito?</p> <p>Isabel Ferreira</p>	<p>Relativamente às nossas actividades aqui em Pemba, elas foram avaliadas anteriormente no contexto das actividades de perfuração. Fizemos o nosso EIA para as actividades de perfuração em águas profundas, onde consideramos o aumento do tráfego marítimo, os nossos acampamentos, etc. Não esperamos que as nossas actividades aqui em Pemba aumentem em resultado deste projecto na medida em que não esperamos usar mais do que uma ou duas plataformas de perfuração, como temos estado a fazer.</p> <p>Os navios de construção e outros não virão para Pemba. Todas as actividades estarão centradas na região de Palma. Sei que o Governo está a olhar para um plano</p>

		<p>regional e local a longo prazo, mas não consideramos esta questão no EIA actual, por já ter sido avaliada nos EIAs anteriores.</p> <p>John Pepper, Director Geral da AMA1</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Conforme indicado acima, nós incluímos uma avaliação qualitativa dos potenciais impactos indirectos em Pemba para melhor tratar deste assunto. Veja as Secções 12.14 e 13.10.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
11	<p>Muitos operadores turísticos dizem que não sabem o que se está a passar, em que ponto o processo está e com quem têm de falar. Gostaria de saber se existe um departamento ou pessoa aqui em Pemba ou Cabo Delgado que esteja em permanente contacto para o fornecimento de informação e esclarecimento de qualquer dúvida que os operadores turísticos tenham ou venham a ter?</p> <p>Isabel Ferreira</p>	<p>Nós temos em vista ter uma pessoa encarregue destas questões baseada em Pemba. Essa pessoa será o ponto de contacto específico para os operadores turísticos. Ela terá reuniões regulares e dera informação actualizada aos operadores turísticos sobre questões como o calendário de actividades, as actividades que terão potenciais impactos na actividade turística, etc. Espero que esta pessoa já esteja a trabalhar antes do fim do ano corrente.</p> <p>Marliza Ellof, Relação com as Partes Interessadas e Afectadas, RS2</p>
12	<p>Como é que as comunidades estão a ser envolvidas neste processo de mudança, em termos de participação, comunicação e decisão? Há pouca informação sobre o processo. Não basta chegar e informar o que vai acontecer, pois elas têm de sentir que fazem parte do processo para depois no futuro não haver grandes conflitos, tanto com pessoas que vêm de fora como as que já lá existem.</p> <p>Isabel Ferreira</p>	<p>Resposta dada depois da reunião:</p> <p>O processo de reassentamento é descrito no Plano Inicial de Reassentamento (Anexo I).O processo irá seguir as directrizes da Sociedade Financeira Internacional (IFC) (parte do Banco Mundial) para assegurar que as comunidades são adequadamente envolvidas no processo de reassentamento</p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
13	<p>Relativamente à formação, em termos percentuais da população activa de Palma ou Afungi, quantas pessoas estão a ser alvo deste tipo de formação e quais são as saídas de emprego que</p>	<p>Nós abrimos o nosso Centro de Formação, focado em formação básica sobre como as pessoas devem ir ao trabalho, como usar o equipamento de protecção ou como interagir com as outras pessoas. Acredito</p>

	<p>essas formações lhes irão permitir?</p> <p>Isabel Ferreira</p>	<p>que já foram treinadas cerca de 400 pessoas. A formação será dada de forma contínua e irá permitir-nos identificar quem precisa de formação adicional e que pode subir de nível, mas também prepara estas pessoas para interagir com os nossos empreiteiros. À medida que caminhamos para a Decisão Final de Investimento (FID) e o projecto avança, haverá mais obras de construção e iremos contratar um Empreiteiro de Engenharia e <i>Procurement</i> para a Construção (EPC Contractor), que também trará vários trabalhadores e os seus programas de formação. É provável que venhamos a ter um centro de formação mais adequado em Pemba, em consonância com os planos do governo, Isso irá acontecer assim que tivermos a certeza que o projecto vai avançar.</p> <p>Cory Weinbel, Gestor do Projecto pela AMA1</p>
--	--	---

Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Reunião de Consulta Pública – Distrito de Palma (Fase de EIA)

Matriz de Questões e Respostas

Data: 11 de Setembro de 2013

Local: Clube de Palma

Hora: 10:00 – 13:00

ID	Questão levantada	Resposta
1	<p>Ouvi que vão ser construídas infra-estruturas como hospital, escola e estrada. Será que vão ser construídas aqui na sede de Palma ou em outro local?</p> <p>Sufiane Momade - Membro do Conselho Consultivo do Distrito de Palma, Posto Administrativo de Pundanhar</p>	<p>Para as pessoas que vierem a ser reassentadas, as condições de vida vão ser melhores do que as que tem actualmente. Por exemplo, o decreto sobre o reassentamento (veja <i>Decreto 30/2012 de 8 de Agosto</i>) diz que a casa mais pequena deve ser do tipo 3, de blocos e cimento. Por isso os que não tiverem casa de bloco e cimento e tiverem casa com divisões inferiores a do tipo 3, essas pessoas vão ter melhores condições do que as actuais. Está também previsto que se deve fazer arruamentos nos locais onde as pessoas serão reassentadas. As escolas e hospital também vão ser de bloco e cimento. Vamos tentar evitar fazer poços de água e fazer furos de água para que a água seja mais límpida. Esta parte da responsabilidade social vai ser feita em primeiro lugar para as pessoas reassentadas. Todos sabem que agora estamos a fazer trabalho de investimento social, estamos a trabalhar com o governo do distrito, melhorar algumas estradas aqui de Palma, resolver o grave problema de água no centro de saúde de Palma. Algumas comunidades já beneficiaram de furos de água, já temos o centro de treinamento e há alguns empregos que estão a ser criados.</p> <p>Na zona do reassentamento as comunidades também vão ser consultadas sobre o possível local para a construção das infra-estruturas. Será feito através de um processo participativo entre o governo, a comunidade e o investidor.</p> <p>Alcídio Maússe - Responsável pelos Assuntos Sociais e Ligação com o Governo, AMA1</p>

		<p>Sobre a localização das infra-estruturas a serem construídas, o projecto vai trabalhar juntamente com o Governo. Há planos de desenvolvimento distrital, há estudos que o governo fez sobre onde é que faz mais falta uma escola ou hospital, ou seja, o local onde será construída a escola ou o hospital não vai ser escolhido pelo projecto, vai ser de acordo com os planos de desenvolvimento distrital. Estas infra-estruturas serão construídas no local onde o governo e a comunidade decidir que faz mais falta.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
2	<p>Foi referido que os que forem reassentados vão ter melhores condições e serão compensados. Nós seremos portadores dessa informação às comunidades. Mas se isso não acontecer seremos mal vistos por sermos maus representantes do povo nas nossas comunidades, pelo que pedimos que a AMA1 cumpra essa promessa de quando as pessoas puderem mudar do sítio onde vivem para outro local seja melhor do que antes. Mas se isso não acontecer eles nunca irão estar satisfeitos nem com a empresa e nem com o representante do distrito.</p> <p>Assumane Amade - Membro do Conselho Consultivo do Distrito de Palma, Posto Administrativo de Pundanhar</p>	Comentário registado.
3	<p>Agradeço a empresa AMA1 por estar desde o início a trabalhar connosco e a apoiar-nos em muita coisa. Fiquei satisfeito por ouvir que no processo de reassentamento devem estar presentes o governo, a empresa e as pessoas que vão ser reassentadas. Se isso acontecer o processo vai correr bem e o que as pessoas vão perder no sítio onde vão ser retiradas mas vão ser recompensadas, e isso nos agrada. A satisfação parte da esperança que a sua vida irá melhorar quando for reassentado.</p> <p>Aproveito para pedir a AMA1 para apoiar na resolução de alguns problemas que o distrito de Palma enfrenta, apoiando o governo do distrito no processo de construção da estrada.</p>	Comentário registado.

	<p>Aleixo Magnós, Membro do Conselho Consultivo do Distrito de Palma, Posto Administrativo de Pundandar</p>	
4	<p>A AMA1 veio pesquisar petróleo mas fizeram muitos furos, será que estão só a procura de gás e petróleo?</p> <p>Será que da pesquisa feita em terra ainda não têm resultado ou nenhuma informação?</p> <p>Talamanda Amisse - Membro do Conselho Consultivo do Distrito de Palma, Posto Administrativo de Pundandar</p>	<p>Em relação aos furos que já fizemos, o projecto tem vários furos feitos em alto mar, estávamos a procura de gás ou petróleo e apenas encontramos gás. Em terra ainda não fizemos furos a procura de gás, além dos furos feitos em Mecupa. Os furos que estamos a fazer em Afungi não são para procura de gás, são furos para sabermos que tipo de solos é que existem naquele local. Para se construir é preciso saber como são os solos porque precisamos de por pilares e esse trabalho ainda não está terminado. No próximo ano temos planos de fazer furos em Palma e Mocimboa da Praia à procura de gás. As nossas equipas de ligação com a comunidade já fizeram reuniões com as comunidades acerca desse nosso programa, onde foi tudo explicado. Se houver problemas ou dúvidas em relação a qualquer actividade que esteja a acontecer no terreno podem dirigir-se aos nossos oficiais de ligação com as comunidades para esclarecimentos.</p> <p>Alexandre Jossias - Coordenador Ambiental, AMA1</p>
5	<p>Gostaria de saudar o Sr. Victor Hugo pela maneira sábia e compreensiva com que fez a sua apresentação para entendimento geral dos participantes. Ele reconheceu que o processo de reassentamento é delicado e que implica uma intervenção tanto do governo como das comunidades, sociedade civil e empresários locais.</p> <p>Sugiro que as consultas públicas e comunitárias sigam o que está estipulado na lei em vigor no país. De acordo com a lei qualquer consulta deve ser anunciada quinze dias antes, bem como o convite aos participantes e a distribuição da documentação que vai ser discutida, e isso não aconteceu.</p> <p>Roberto Mussa Abdala - Membro da Associação dos Paralegais do Distrito de Palma</p>	<p>Muito obrigado pelas contribuições.</p> <p>Pedimos desculpas por não termos respeitado o anúncio da reunião quinze dias antes da sua realização e disponibilização do REIA. Mas esta não é a última oportunidade para enviarem os vossos comentários ao relatório. O período de comentários iniciou duas semanas antes da reunião e irá prolongar-se até o dia 27 de Setembro. No final da reunião iremos fornecer os contactos para onde os comentários podem ser enviados.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>O período de envio de comentários pelo público foi subsequentemente prolongado até 31 de Outubro de 2013 e todos os intervenientes foram informados.</i></p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p>

6	<p>Sugiro que sejam preparadas actas das consultas, devidamente escritas, pois acredito que são estes documentos que no futuro nos vão guiar. Isto porque temos tido dificuldade de encontrar as actas destas consultas. Mesmo os compromissos aqui feitos não constam em actas, podendo amanhã complicar a situação.</p> <p>Roberto Mussa Abdala</p>	<p>Iremos assegurar que sejam elaboradas actas compreensíveis destas reuniões públicas e incluídas no relatório de consulta pública, este último como anexo do relatório final do EIA. Após o REIA finalizado será enviado ao MICOA para aprovação. Depois de aprovado, todo o REIA estará disponível para todas as pessoas interessadas, incluindo as actas das reuniões e a descrição do processo.</p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p> <p>Sobre as actas das reuniões anteriores, não há nada que tenha ficado escondida. Essas actas são públicas. Talvez o que não esteja claro é o mecanismo de acesso. Essas actas figuram no relatório do EPDA que foi entregue ao governo. Todos devem ter acesso a esse relatório e cabe a nós facilitar o seu acesso. Na DPCA de Cabo Delgado existe esse relatório. Por isso que nos comprometemos que a acta desta reunião, juntamente com o relatório, seja colocada na administração distrital para tornar mais fácil o acesso e confirmar que o que está aqui a ser dito consta em acta.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da reunião, IMPACTO</p>
7	<p>Qual é a área que as infra-estruturas da fábrica irão ocupar?</p> <p>Roberto Mussa Abdala</p>	<p>A área total do DUAT obtido para a construção da fábrica corresponde a 7000ha. No entanto, de momento, apenas 4000ha estão previstos para a construção das infra-estruturas, podendo vir a alterar, após os vários estudos que estamos a fazer, dependendo que haja ou não áreas sensíveis. Mas dá uma ideia sobre a melhor área escolhida para construirmos a fábrica. Dentro da área foram reservados locais para a prática da agricultura e outros locais ecológicos.</p> <p>Cory Weinbel – Gestor do Projecto, AMA1</p>
8	<p>Gostaria de compreender como foi possível a AMA1 obter o DUAT antes da Licença Ambiental (LA)? Tive oportunidade de ler os documentos da AMA1 que falam em reassentamento, e neles a AMA1 afirma categoricamente que em 2012 conseguiu o DUAT para 7000ha. Mas durante esta reunião o Sr.</p>	<p>De acordo com a legislação moçambicana não existe uma disposição clara que indique que a Licença Ambiental deve ser emitida antes do DUAT. Pelo contrário, existem disposições legais que sugerem claramente que o DUAT deve preceder qualquer licenciamento, inclusive o licenciamento ambiental. Por exemplo, a Lei de Terras (<i>Lei</i></p>

	<p>Mia Couto disse que esta consulta pública tinha como objectivo apresentar o REIA com vista à obtenção da LA.</p> <p>Roberto Mussa Abdala</p>	<p>19/97 de 1 de Outubro) diz que a obtenção do DUAT não dispensa ao titular a obtenção das demais licenças, incluindo a ambiental. E mesmo os formulários que são submetidos para efeitos de início do EIA para a obtenção da LA exigem que o proponente dê informação correspondente à posse da terra onde pretende exercer a actividade que possa, eventualmente ter danos ambientais. Esses formulários estão em vigor no país e a AMA1 apenas cumpre a legislação em vigor e cumpre o princípio de respeito à lei.</p> <p>Na primeira reunião pública a representante do governo confirmou que a LA é um passo subsequente à obtenção do título sobre a terra.</p> <p>Emerson Lopes - Departamento Jurídico, AMA1</p> <p>Sobre as questões legais em relação ao DUAT e o processo de obtenção da LA, à margem do processo de licenciamento ambiental, dizer que esse assunto foi discutido na reunião de Maputo e porque é um assunto muito técnico de leis, tomamos uma decisão que foi aceite e de consenso de todos os participantes, que haveria um trabalho em grupo, pelo colectivo de advogados que conhece as leis, para discutir e clarificar esse assunto.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p>
9	<p>Da apresentação feita sobre o reassentamento, foi referido que o primeiro passo do processo é o censo, no entanto, sugiro que o primeiro passo seja a realização de consultas comunitárias. Isto porque é a partir da consulta comunitária que a nossa comunidade deve compreender o início as actividades da AMA1.</p> <p>Albino Rodrigues Mahaba - Membro da Associação dos Paralegais do Distrito de Palma</p>	<p>Reconhecemos que este processo não deve ser restrito a esta reunião. Iremos realizar mais reuniões, sobretudo com as pessoas directamente afectadas na zona do projecto (Afungi, Quitupo, etc.). Após esta reunião, iremos definir o calendário para a realização das reuniões comunitárias para tornar o processo mais aberto e transparente. E assim corrigimos alguma coisa que não tenha sido correcto neste processo.</p> <p>Mia Couto – Facilitador da Reunião, IMPACTO</p> <p>Estou totalmente de acordo com o senhor. A equipa de reassentamento está disposta a ir ter com as comunidades residentes em Afungi e falar sobre reassentamento. Tanto os proponentes como os consultores podem ir se apresentar no terreno e explicar o</p>

		<p>processo. No entanto, devemos saber antes se as comunidades nos querem receber para sabermos o que pretendem. Se as comunidades estiverem dispostas a trabalhar connosco, vamos organizar com os líderes os encontros e na semana que vem vamos fazer esse trabalho.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p> <p>Estamos abertos a realizar consultas comunitárias nas zonas afectadas, na zona de Afungi e acreditamos que dentro da próxima semana serão realizadas.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
10	<p>Agradeço por ter sido Palma o local escolhido para este projecto. Em Quionga havia uma subida muito difícil e o governo conseguiu rectificar a subida e as pessoas agora andam à vontade. Pedimos que a AMA1 nunca desista de ajudar a população. Na estrada que vai a Quionga existe um sítio intransitável, pelo que pedimos a AMA1 que encha com saibro para melhorar a estrada.</p> <p>Sabina Miguel Valombe - Membro do Conselho Consultivo, Posto Administrativo de Quionga</p>	<p>Comentário registado.</p>
11	<p>Em projectos como este podem existir pessoas contra e a favor e é o governo que tem a tarefa de clarificar as coisas. Por estarmos a viver num país democrático muita coisa está a ser discutida, mas podem aparecer pessoas a tentar ignorar.</p> <p>Agradecemos a vinda do projecto porque Palma estava no anonimato mas agora todos falam de Palma. Hoje em dia Palma recebe pessoas de várias partes do mundo. Agradeço e peço a AMA1 que continue com o espírito de conviver com as pessoas e com o projecto em desenvolvimento. Isto porque tem aparecido pessoas de outros locais para meter coisas erradas na cabeça das pessoas e tentar persuadir a população a nunca aceitar o processo de reassentamento. Tenho dialogado com outras pessoas da</p>	<p>Deve-se estar preparado para receber todas as pessoas, mesmo que não concordem connosco porque a democracia é isso mesmo. Deve ser um processo aberto, ouvir os outros mesmo que não se concorde. Não se deve colocar ninguém de fora, deve-se discutir em conjunto de forma aberta, como moçambicanos.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p>

	<p>comunidade e perguntado porque essas pessoas vêm para cá meter coisas nas nossas cabeças? Será que em Maputo nunca houve reassentamento? As pessoas da comunidade acreditam em qualquer coisa que se lhes diga porque não têm estudos. Há indivíduos que não participam nestas reuniões mas depois interpretam à sua maneira e distorcem o que os participantes da reunião dizem nas suas comunidades. Peço o governo para continuar a empreender esforço e ajudar a AMA1 a trabalhar para o desenvolvimento comum. Pedimos também a AMA1 que não beneficie apenas as pessoas que vivem no local do projecto.</p> <p>Luís Salimo - Líder Comunitário de F. Ncularino</p>	
12	<p>Existe uma zona que se chama Malamba onde a AMA1 tem despejado lixo. As pessoas dizem que a AMA1 espalha lixo até nas estradas. Actualmente não se pode transitar à vontade nessa estrada por causa do lixo, a qual se tornou bastante estreita.</p> <p>Luís Salimo</p>	<p>Não temos conhecimento sobre o lixo que está a ser deitado na zona de Malamba.</p> <p>Alexandre Jossias - Coordenador Ambiental, AMA1</p> <p><i>Posteriormente, o Administrador do Distrito confirmou que a AMA1 não é responsável pelo lixo.</i></p>
13	<p>No processo de reassentamento, serão indemnizadas apenas as pessoas que vivem na zona escolhida para a construção da fábrica, ou também aquelas que vivem fora mas que têm os seus bens lá?</p> <p>Luís Salimo</p>	<p>Relativamente ao que vai acontecer às pessoas que não vivem dentro da área do projecto mas que têm machambas, negócios, etc lá, essas pessoas vão ser compensadas pelas suas perdas. Quando se fala de reassentamento fala-se de duas coisas: reassentamento físico – significa que a pessoa que perde a casa tem de ir morar noutra sítio e reassentamento económico – a pessoa pode continuar lá onde mora mas vai perder os seus bens (machamba, coqueiro, etc.). A machamba tem de ser substituídas por outra machamba noutra local, o coqueiro tem de ser indemnizado, etc. todas as pessoas que tiverem um prejuízo têm de ser compensadas.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
14	<p>Sobre a proposta do Sr. Mahaba sobre a sugestão de realização de reuniões comunitárias antes do início do processo de reassentamento, devo dizer que as pessoas estão prontas</p>	<p>Ficamos satisfeitos (<i>que Quitupo está pronto para nos receber</i>) e iremos trabalhar sempre que as pessoas assim o desejarem e vamos respeitar a necessidade de se avisar com pelo menos três dias de antecedência.</p>

	<p>para receber a equipa do projecto para ouvir sobre o processo de reassentamento. No entanto é preciso que essas reuniões sejam solicitadas com antecedência, pelo menos três dias antes para se prepararem para receber a equipa. A população está esperançosa em ouvir e se o tempo de aviso for curto, algumas pessoas poderão não participar nas reuniões.</p> <p>Luís Abdala Salimo - Líder Comunitário de Quitupo</p>	<p>Este processo é muito grande. Este gás é uma riqueza tanto para Palma como para Cabo Delgado e o país. Este é um assunto que interessa a todos os moçambicanos e todos têm direito a expor a sua opinião e a fazer parte deste processo.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
15	<p>Em relação às comunidades, será que o governo e as empresas já pensaram em como é que as ONGs podem colaborar de maneira a contribuir para este processo, para assegurar que o projecto seja implementado com participação e em benefício de todos?</p> <p>As ONGs podem colaborar com o governo e com as empresas ou não? Será que somos bem vindos ou não? Será que as nossas contribuições não são úteis?</p> <p>Júlia Wachave - Representante do Grupo Temático dos Recursos Naturais e Ambiente</p>	<p>Sobre a parceria com as ONGs, tanto a AMA1 como a eni estão abertas a um processo transparente e a trabalhar com todos. Houve encontros de consulta com ONGs em Maputo, Pemba e Palma. Temos desenvolvido um plano para o envolvimento de todos os intervenientes. Acredito que podemos continuar a trabalhar com a sociedade civil, com as comunidades e organizações da sociedade civil. Esse plano criado irá continuar tanto com as comunidades como com as ONGs. Portanto, estamos abertos a trabalhar com organizações da sociedade civil e juristas para esclarecimento de algumas questões relacionadas com a aquisição do DUAT.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
16	<p>A AMA1 tem vindo a trabalhar com o conselho consultivo, mas será que nunca pensou em apoiar o conselho consultivo do distrito?</p> <p>A construção de infra-estruturas prometida pela AMA1 não pode ser apenas uma coisa escrita. Aqui em Palma foi construída uma sala para televisão mas até agora não funciona como tal. Por isso, esse processo de construção anunciado pela AMA1 deve acontecer de concreto e deve iniciar em Palma e só depois expandir para outro sítio.</p> <p>Solicitamos apoio da AMA1 no fornecimento de medicamentos para tratar dos doentes e deficientes que existem em Palma.</p> <p>Nas outras oportunidades de emprego que existirem em Palma não se deve</p>	<p>Comentário registado.</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p>AMA1 irá trabalhar com todas as estruturas governamentais e comunitárias existentes, incluindo o Conselho Consultivo Distrital, de modo a não resultar em duplicação de estruturas e organizações. Em termos de apoio, a AMA1 está a avaliar uma série de actividades de apoio e desenvolvimento através de Programas Comunitários de Investimento do Projecto.</p> <p>A AMA1, através das suas iniciativas de Saúde Comunitária, irá se esforçar para apoiar os Serviços Distritais de Saúde de Palma prestando cuidados de saúde às comunidades do distrito de Palma.</p>

	<p>apenas beneficiar os que vêm de fora de Palma mas sim, dar prioridade às pessoas de Palma.</p> <p>Issa Abdala - Membro do Conselho Consultivo da Sede de Palma</p>	
17	<p>A AMA1 vai empregar cerca de 1000 trabalhadores. Sabe-se que já contrataram 400 trabalhadores. Solicitamos que as outras vagas sejam distribuídas por todos os postos administrativos de Palma. Por exemplo, se 100 vagas são para Olumbi, outras 100 serão para Pundandar, e assim sucessivamente.</p> <p>Augusto Chande - Membro do Conselho Consultivo de Mute</p>	Comentário registado.
18	<p>Porque é que na contratação de trabalhadores a AMA1 discrimina as mulheres aqui de Palma? Quando as mulheres se dirigem a AMA1 para pedirem emprego, algumas vezes a empresa exige pagamento em troca. Será que é a própria empresa que pede que as mulheres paguem para ter emprego ou um grupo de pessoas organizado para impedir que as mulheres trabalhem?</p> <p>Saifa Adinane - Membro da Associação dos Paralegais do Distrito de Palma</p>	<p>Sobre a discriminação das mulheres no processo de recrutamento dos trabalhadores, a Ministra da Mulher e Acção Social abordou essa questão que as mulheres e crianças nas zonas afectadas não devem ser discriminadas. No nosso plano de trabalho temos uma abordagem concreta sobre as mulheres nas zonas afectadas. No nosso projecto já recrutamos mulheres e temos também de recrutar mais mulheres no nosso projecto, e acreditamos que isso irá continuar porque faz parte da nossa política de recrutamento.</p> <p>John Peffer - Director Geral , AMA1</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p>AMA1 não tem e nem vai solicitar que os candidatos a emprego façam qualquer tipo de pagamento, a fim de garantir o emprego. O Projecto fornece oportunidades de emprego iguais, incluindo o emprego de mulheres.</p>
19	<p>Tenho ouvido falar que existe uma empresa, a ZAGOPE, que está a fazer a estrada de Mocimboa da Praia a Namoto. Será isto verdade ou não? Isto porque a última informação que tenho é que a estrada só será de Palma a Mocimboa da Praia. Então, será que Namoto não faz parte do Distrito de Palma?</p> <p>Agostinho Silvestre Nkavyanga - membro do Conselho Consultivo de</p>	<p>O projecto engloba também Namoto, o objectivo é chegar lá mas de momento os recursos estão direccionados para concluir a estrada de Palma a Mueda. As atenções estão todas direccionadas para a Bacia do Rovuma, e acredito que Namoto será para breve.</p> <p>Guilherme Carvalho - Engenharia Civil e Técnica, ZAGOPE</p>

	Mute	
20	<p>Em primeiro lugar agradeço o esforço que o Sr. Victor Hugo fez para abrir um caminho para que todos aqueles que estão interessados em contribuir para a boa implementação do projecto tenham espaço para intervir. Penso que o que é mais importante num processo como este, num projecto desta dimensão e num país democrático, não é a diferença de opiniões. A nossa preocupação seria se nós tivéssemos objectivos diferentes, umas querendo o desenvolvimento do país e outras não, e é isso que acho que seria uma grande preocupação para todos. Então, se temos ideias diferentes mas o objectivo é comum penso que estamos bem. Algumas vezes podemos não gostar daquilo que vamos ouvir dos nossos parceiros mas se temos o entendimento de que o objectivo desses parceiros é chegarmos ao objectivo comum, então penso que devemos ter a paciência e atenção de tentarmos perceber que essas pessoas têm ideias que nos parecem diferentes. No final até podem não ser ideias diferentes.</p> <p>Então deve ser respondida a pergunta sobre qual é o papel, a contribuição e a utilidade da sociedade civil? Mas podia haver outras instituições do sector privado local, empresários de Palma, que pudessem ter posições ou opiniões diferentes em relação a algum aspecto e isso não teria que significar necessariamente que estariam contra o projecto. Então o esclarecimento do Sr. Victor Hugo de que todos somos parte deste processo e temos um papel a exercer e somos importantes, acho que foi um bom esclarecimento para este momento em que o processo está. Portanto, como passos seguintes, vamos ter todos que colaborar, uma vez que são processos complicados, levam muito tempo, existem muitas dúvidas, há coisas que ainda não estão esclarecidas e temos todos que colaborar nesse processo.</p> <p>As consultas que se vão seguir sobre o reassentamento vão ser muito difíceis e vai haver opiniões diferentes, contraditórias, entendimento diferente,</p>	<p>Ficaria satisfeito que nesta reunião se construísse uma plataforma de entendimento com as ONGs. Acho que está a ser dada uma oportunidade de participação construtiva de todos nós. Falando não como facilitador mas como cidadão, gostaria de solicitar às ONGs que também façam reflexões, pois pedem que sejam incluídos mas vocês também devem incluir os outros. Portanto, quando fizerem as vossas reuniões e programas de trabalho com as comunidades convidem-nos também. Nós fazemos isso de uma maneira aberta, franca, sem esconder nada, se vocês fizerem isso connosco seria mais como forma de colaboração. Quando fizerem comentários nos jornais, etc, convidem-nos para participar, porque fica uma sensação de rapidamente construirmos dois lados. E não existem dois lados porque estamos do mesmo lado da batalha. Portanto, penso que é essa estratégia de comunicação que é sugerida pela Sra. Alda Salomão.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Relativamente ao comentário sobre a disponibilização das actas das reuniões, todas as reuniões de consulta pública realizadas no âmbito do processo de AIA foram registadas em actas e estas estão disponíveis. Um registo das reuniões de consulta pública realizadas na fase do EPDA foi incluído no relatório do EPDA, o qual foi tornado público. O registo de todas as reuniões realizadas no âmbito do projecto é incluído no Relatório do EIA (ver Anexo A).</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>

por exemplo sobre a legislação. O importante é que todas as preocupações tenham espaço para serem colocadas. Não faz mal que diferentes juristas tenham diferentes interpretações da lei. O essencial é que todos nós, em algum momento, tenhamos o mesmo entendimento da lei e é isso que estamos a tentar conseguir.

Porque eu acho que este projecto tem todas as condições para ser um bom projecto para todos, eu gostaria de propor algumas sugestões:

1 – A primeira sugestão é em relação aos nossos parceiros de projecto, não apenas a AMA1 mas também a eni – que se devia chamar de “Enidarko”. Nós precisamos de uma estratégia de comunicação. É preciso que nos organizemos para termos uma base de informação e mecanismos de passar a comunicação entre nós próprios e com as comunidades que nos permita que todos nós saibamos exactamente o que e como está a acontecer, quem vai fazer o quê, como e quando. Algumas das dificuldades que o processo está a enfrentar neste momento podem ser resolvidas por uma estratégia de comunicação. Mais especificamente queria solicitar, mais pelos comentários aqui feitos, ao aviso e preparação das consultas públicas aqui em Palma, que para o caso de Palma e principalmente pelas comunidades, potencialmente afectadas pelo reassentamento, que se organize uma consulta específica para essas comunidades, e também para que se alargue, se possível só para Palma, o período de submissão de comentários e contribuições ao REIA.

2 – Solicitar a colaboração do governo e da empresa para termos acesso às actas das consultas, não só estas mas todos os processos de consultas que foram realizados. Acho que vão informar as decisões que vão ser tomadas, e serão importantes para percebermos quais são os assuntos que são importantes para as comunidades, para o governo, para a empresa e para outros parceiros. E com

	<p>base nisso, vamos compor um processo completo de informação que nos vai orientar para situações futuras.</p> <p>3 – Do lado das ONGs, e porque o CTV representa um grupo muito alargado de ONGs, devo dizer ao governo, as empresas, aos representantes das comunidades que não há ninguém nas organizações da sociedade civil que esteja contra o projecto. Há sim dúvidas, preocupações mas não há absolutamente ninguém contra o projecto, e nós gostaríamos, e vamos continuar, a colaborar e dar as nossas contribuições.</p> <p>Gostaríamos também de congratular o líder de Quitupo por ter deixado claro neste encontro que não há nenhum impedimento, pelo contrário, que a empresa e as suas equipas, bem como o governo e as suas equipas, continuem a ir àquela (Quitupo) e a outras comunidades para fazer o trabalho que precisa de ser feito.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	
21	<p>Porque eu acho que este projecto tem todas as condições para ser um bom projecto para todos, eu gostaria de propor algumas sugestões:</p> <p>A primeira sugestão é em relação aos nossos parceiros de projecto, não apenas a AMA1 mas também a eni – que se devia chamar de “Enidarko”. Nós precisamos de uma estratégia de comunicação. É preciso que nos organizemos para termos uma base de informação e mecanismos de passar a comunicação entre nós próprios e com as comunidades que nos permita que todos nós saibamos exactamente o que e como está a acontecer, quem vai fazer o quê, como e quando.</p> <p>Algumas das dificuldades que o processo está a enfrentar neste momento podem ser resolvidas por uma estratégia de comunicação. Mais especificamente queria solicitar, mais pelos comentários aqui feitos, ao aviso e preparação das consultas públicas</p>	<p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p>O Projecto reconhece o papel importante do diálogo contínuo, sério e transparente com um vasto leque de intervenientes, incluindo comunidades afectadas directa e indirectamente, com a sociedade civil, o Governo de Moçambique a todos os níveis, os órgãos de comunicação, com o comércio e a indústria, as agências de desenvolvimento e outras partes interessadas no Projecto e nos diversos componentes, impactos, oportunidades e desafios que ele contém. Assim, como parte do SGAS, o Projecto desenvolveu um Plano de Envolvimento do Público (PEP) implementado pela Equipa de Envolvimento de Partes interessadas do Projecto e várias outras funções do Projecto (Assuntos Governamentais, Assuntos Externos, Assuntos Comerciais, equipas de Gestão, equipa de Relações Comunitárias, etc). O PEP estabelece o objectivo e a visão para as relações construtivas de longa duração com</p>

	<p>aqui em Palma, que para o caso de Palma e principalmente pelas comunidades, potencialmente afectadas pelo reassentamento, que se organize uma consulta específica para essas comunidades, e também para que se alargue, se possível só para Palma, o período de submissão de comentários e contribuições ao REIA.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>as partes interessadas no Projecto, traçando e fornecendo análises das diversas partes interessadas e dos seus interesses, bem como métodos e ferramentas para facilitar o diálogo construtivo com cada uma das partes interessadas e afectadas.</p> <p>A Equipa de Envolvimento do Público está ciente que uma estratégia de cooperação multinível, multifacetada e receptiva, apoiada por um forte sistema de partilha de informações, é vital para assegurar relações transparentes, adaptadas culturalmente e recíprocas com as partes interessadas do Projecto durante toda a duração do Projecto. Como parte da implementação do PEP, o Projecto já estabeleceu vários mecanismos de cooperação específicos ao projecto com diversos grupos de partes interessadas a nível Provincial, Distrital e Nacional. Por favor consultar o PEP para mais detalhes relacionados com os vários mecanismos.</p> <p>Além de estabelecer fóruns de diálogo específicos ao projecto durante a duração deste, o Projecto está a participar proactivamente na plataforma de sociedade civil já estabelecida para a indústria extractiva, e com muitos outros fóruns e plataformas específicos ao sector.</p>
22	<p>Solicito a colaboração do governo e da empresa para termos acesso às actas das consultas, não só estas mas todos os processos de consultas que foram realizados. Acho que vão informar as decisões que vão ser tomadas, e serão importantes para percebermos quais são os assuntos que são importantes para as comunidades, para o governo, para a empresa e para outros parceiros. E com base nisso, vamos compor um processo completo de informação que nos vai orientar para situações futuras.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Um registo de todas as reuniões de consulta pública está disponível ao público. As actas das reuniões realizadas na Fase do EPDA foram publicadas com o relatório do EPDA, que é um documento público. As actas das reuniões realizadas na fase do EIA constam do Anexo A deste relatório.</i></p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p>O processo de AIA é diferente do processo de DUAT, pelo que as consultas públicas do EIA devem centrar-se sobre o EIA e não são destinadas a tratar de assuntos sobre o processo de DUAT.</p>
23	<p>Do lado das ONGs, e porque o CTV representa um grupo muito alargado de ONGs, devo dizer ao governo, as empresas, aos representantes das comunidades que não há ninguém nas</p>	<p>Comentário registado.</p>

	<p>organizações da sociedade civil que esteja contra o projecto. Há sim dúvidas, preocupações mas não há absolutamente ninguém contra o projecto, e nós gostaríamos, e vamos continuar, a colaborar e dar as nossas contribuições.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	
24	<p>Gostaríamos também de congratular o líder de Quitupo por ter deixado claro neste encontro que não há nenhum impedimento, pelo contrário, que a empresa e as suas equipas, bem como o governo e as suas equipas, continuem a ir àquela (Quitupo) e a outras comunidades para fazer o trabalho que precisa de ser feito.</p> <p>Alda Salomão - Directora Geral, Centro Terra Viva (CTV)</p>	Comentário registado.
25	<p>Agradeço e elogio a AMA1 que desde que se instalou em Palma que trabalham em conjunto. Consigo compreender tudo que a AMA1 disse até hoje para construção e desenvolvimento. Fiquei a saber que para além da AMA1 existe também uma outra empresa, a eni. Mas só têm ouvido falar da AMA1 em todo o lugar. Há motivos para as pessoas de Palma só falarem da AMA1, porque é a única empresa com quem têm trabalhado até hoje. Esta é a segunda reunião que ouvem falar da eni, pois em todos os projectos só falam da AMA1. A eni deve estar preocupada porque não se fala da sua empresa? Recomendo que a eni siga o que a AMA1 está a fazer de melhor. Que a eni não sinta ciúmes da AMA1 porque vocês são hóspedes. Não sabemos o que a eni está a fazer, só sabemos que está a contribuir com a manutenção da estrada de Palma. Não fomos informados quando cá chegaram e se juntaram à AMA1. Mesmo assim são bem vindos.</p> <p>Saide Arubeia - Membro do Conselho Consultivo de Quelimane</p>	<p>Sobre a parceria da AMA1 com a eni, a AMA1 trabalha em Palma desde 2007, descobrimos gás em alto mar em 2010 e a eni em 2012. Uma vez que a AMA1 foi a primeira a descobrir gás está a tomar liderança no processo. Já trabalhamos com a eni em outras partes do mundo e tivemos sucesso, e acredito que em Moçambique iremos também ter sucesso.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p> <p>A eni não é uma empresa tímida. A eni descobriu gás um ano mais tarde que a AMA1. Gostaria também de informar que em Moçambique há uma lei que está relacionada com a questão da descoberta de gás por duas empresas na mesma reserva e que refere a unificação (tornar uma única entidade a fazer esse trabalho), criar uma única unidade quando há coincidência do sítio onde se extrai o gás. Portanto, com base nessa lei a AMA1 e a eni assinaram um acordo em Dezembro de 2012 para trabalharem juntos nessa reserva. Desde Janeiro de 2013 que temos trabalhado juntos e com a mesma abordagem e metodologia de gestão. Em Junho a eni também construiu o seu acampamento em Palma. No final do próximo mês também iremos começar com</p>

		<p>as actividades sociais através da construção de uma casa de espera junto ao hospital.</p> <p>Estamos muito satisfeitos com o trabalho que a AMA1 já realizou de forma avançada com o estudo ambiental e sobre o reassentamento, e nós pretendemos contribuir e ajudar esse processo com todo o nosso esforço. Em paralelo a eni estará envolvida em outro projecto, por exemplo na construção da estrada de Pemba a Mocímboa da Praia e estaremos também activos em outras actividades sociais.</p> <p>Concetto Fischetti - Director de Desenvolvimento, eni East Africa</p>
22	<p>Começo por agradecer a presença de todos nesta sala – membros do conselho consultivo, as empresas AMA1 e eni, os consultores. Nós, o governo, estamos a trabalhar com a AMA1 desde 2007e foi também nessa altura que conhecemos a Impacto. De lá para cá temos acompanhado todo o processo e suas fases. Desde essa altura e ao longo do processo fomos informados que o projecto iria trazer consigo muitas pessoas. De facto, agora temos muito mais pessoas de fora a participar nas reuniões de conselho consultivo e reuniões de consulta pública. Este é um projecto de grande oportunidade para as pessoas de Palma. Mas, afirmo que há espaço para todos, se estamos a trabalhar e somos várias empresas, várias ONGs, significa que temos de seguir as regras. As empresas têm regras de como devem trabalhar, as ONGs que estão a chegar e querem entrar neste processo também têm de seguir essas regras. Nenhuma destas partes está autorizada a por em causa as actividades do governo. Isto porque é o governo que trabalha com as comunidades que hoje estão a ser objecto desse trabalho que hoje está a ser desenvolvido. Há muita coisa que foi feita nessas comunidades que são resultado do esforço do governo e não das pessoas que estão a chegar agora. Portanto, não pode aparecer hoje um melhor assessor ou advogado das comunidades, pois esse papel foi assumido sempre pelo governo. Há oportunidades para todos,</p>	Comentário registado.

mas pode também significar uma forma de se ganhar algo mas que isso não sirva para distanciar a população do governo, isso nós não iremos admitir.

Quando se fala da discriminação da mulher neste processo, temos já projectos que estão em curso, que foram precedidos de levantamento de inquéritos e darão resposta de como a mulher pode ser enquadrada neste processo. Há três dias uma equipa do Ministério da Mulher e Acção Social esteve cá para apresentar os resultados do inquérito sobre o enquadramento da mulher neste processo. Do lado da AMA1 também houve uma equipa que fez um trabalho de levantamento de estudo social que também tem resultados cuja proposta será apresentada. Temos projectos em curso que foram precedidos de levantamento de inquérito que vão dar resposta sobre como a mulher pode ser enquadrada neste processo.

De levantamentos feitos anteriormente, por exemplo no projecto de levantamento sísmico, tínhamos cerca de 40% de trabalho destinado às mulheres.

Sobre o processo em Quitupo, essas discussões não devem ser transferidas para outras comunidades porque só vai criar problemas para essas comunidades. Deve haver fóruns próprios para a discussão de certos assuntos. Há pessoas que querem a acta das reuniões de aquisição do DUAT no governo do distrito. No entanto, nós não temos essa acta, pois há instituições que centralizam essa informação. A estrutura do governo central, provincial e distrital é válida e deve ser respeitada.

A reunião foi gratificante porque serviu para o entendimento de certos assuntos em discussão.

Romão Jemusse - Administrador do Distrito de Palma

Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Reunião de Consulta Pública – Cidade de Pemba (Fase de EIA)

Matriz de Questões e Respostas

Data: 12 de Setembro de 2013

Local: Sala de Conferências do Pemba Beach Hotel

Hora: 09:00 – 13:00

ID	Questão levantada	Resposta
1	<p>Quando se fala em algumas actividades em curso, referiu-se à segurança de pessoas, que há algum avanço, que mulheres estão a ser treinadas para tal e mostraram mulheres que andam com bandeiras vermelhas, etc. Eu queria saber se quando se olha para resposta a emergências, está-se a ver apenas as emergências da implementação do projecto ou no seu sentido amplo, como os desastres naturais.</p> <p>Falando em segurança e emergência, qual o nível de colaboração com o Governo, especificamente o INGC e o Instituto Nacional de Meteorologia? Até que ponto há ou houve interacção entre os proponentes e estas instituições?</p> <p>Paulino Timana Junior - Membro Associação Rede para a Advocacia e Lobby Social Uthende (Ruth) / Plataforma dos Recursos Naturais</p>	<p>Relativamente à resposta à emergência apresentada aqui, ela está ligada ao projecto e não ao contexto mais amplo de desastres naturais. O que posso dizer é que o projecto irá trazer muitas infra-estruturas para a área e a sua presença irá otimizar as instituições governamentais a combater os desastres naturais. Por exemplo, haverá uma pista de aterragem pavimentada, estradas melhoradas, água electricidade, etc. Quanto à colaboração com o Governo Nacional relativamente a estes tipos de sistemas de resposta, nós discutimos pelo menos com o Instituto Nacional de Meteorologia sobre os dados existentes para alguns dos nossos estudos mas ainda não integramos os nossos dados com os deles. Estamos abertos a isso. Quando temos uma emergência na área nós temos sistemas de resposta a incidentes e contactamos as autoridades locais, distritais, provinciais e nacionais e temos feito isso ao longo dos projectos.</p> <p>John Pepper - Director Geral, AMA1</p>
2	<p>Notei que durante o trabalho de pesquisa, certamente que resultaram num certo impacto para o sector das pescas. Tendo em conta que a actividade pesqueira é uma das mais importantes actividades para a população de Palma, gostaria de saber se houve atenção em relação ao impacto que o projecto teve em relação à pesca mas também aos pescadores, se terão sido projectadas alternativas de</p>	<p>Sim, o REIA considera impactos no peixe do ponto de vista biológico mas também impactos na actividade pesqueira. Em termos de impactos potenciais, por um lado, o projecto ao implementar zonas de exclusão pela construção de infra-estruturas, algumas áreas serão de facto protegidas – o peixe não seria pescado. O que pode acontecer, por outro lado, é que como resultado das zonas de exclusão poderá</p>

	<p>trabalho para esta classe e se terão sido acauteladas medidas concretas que possam reduzir o impacto nesse sector.</p> <p>Zito Machona - Representante da Iniciativa Local para o Desenvolvimento da Pesca Sustentável na Baía de Pemba</p>	<p>haver um aumento de exploração do pescado em outras zonas mas acho que a principal mitigação em termos de impactos das estratégias de sobrevivência baseadas no mar está a ser investigada no âmbito do Plano de Acção do Reassentamento (PAR).</p> <p><i>Veja a avaliação dos impactos nas pescas na Secção 13.2.4 do REIA.</i></p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p> <p>A fase de perfuração foi precedida do levantamento sísmico e foram objecto de EIAs para as actividades de pesquisa. Os estudos acautelaram os impactos não só nos recursos pesqueiros mas também nas espécies marinhas protegidas como por exemplo as baleias e também na actividade dos pescadores. Durante a perfuração, também são implementadas medidas de mitigação. Ainda existem disponíveis os REIAs para actividade sísmica e de perfuração.</p> <p>Alexandre Jossias - Coordenador Ambiental, AMA1</p> <p>Uma coisa que eu gostaria de salientar é que as equipas de engenharia estão a trabalhar em estreita ligação com as equipas ambientais e sociais para assegurar que os resultados dos estudos na pesca nos ajudem a, em alguns casos, modificar o desenho de engenharia. Por exemplo, nós vamos olhar para o impacto de estruturas marinhas como os <i>jetties</i> de GNL nas pescas e tomar isso em consideração no desenho de engenharia.</p> <p>Cory Weinbel - Gestor do Projecto, AMA1</p>
3	<p>Partindo do princípio que este Resumo Não Técnico (RNT) é o documento de base para este encontro, fiquei com a impressão que este estudo de impacto ambiental aborda as pescas como uma questão superficial e como o 1º interveniente dizia, a pesca tem uma importância extremamente grande naquela região e não pode ser tratada</p>	<p>Antes de avançar para as respostas, gostava de perguntar se o Director Carvalho teve acesso ao relatório completo porque se tivesse tido acesso, possivelmente várias das suas preocupações estariam esclarecidas.</p> <p>No convite está mencionado onde estão</p>

de forma superficial e misturada com outras questões. Estamos a falar de pesca de subsistência, artesanal, desportiva e comercial, e cada tipo de pesca tem as suas características que não devem ser analisadas de forma generalizada. Queria sugerir que a empresa de consultoria tratasse dessa questão de forma mais detalhada possível. Quando se olha para o resumo dos impactos ambientais, fala-se de todos os impactos menos da pesca, da actividade em si e dos pescadores. Por outro lado, este REIA devia ter em conta os planos estratégicos já existentes porque sei que a baía de Palma foi declarada como uma reserva aquícola pelo Decreto nº 71/2011 de 30 Dezembro. Em nenhum momento o documento fala por exemplo do impacto que o projecto poderá ter na aquacultura.

A questão não é por não ter recebido o REIA. Simplesmente referi que para esta reunião tomei como base o RNT que sintetiza o estudo mas que em nenhum momento refere a questão das pescas, tal como abordam outras questões, apesar de as pescas ser uma questão crucial neste projecto e estudo.

Carvalho António

distribuídas as cópias do relatório para ter acesso. O anúncio desta reunião foi publicado no jornal e informa onde as cópias do REIA estão disponíveis para consulta e também na internet, para as pessoas que não têm acesso físico, podem ter acesso electrónico. Nos convites distribuídos também consta essa informação.

Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO

Obrigado pelas suas questões porque mostra a grandeza e complexidade do nosso estudo. Eu gostava de chamar dois especialistas aqui presentes para elaborarem um pouco mais sobre como o estudo considerou as pescas e as estratégias de sobrevivência baseadas no mar e ecologia marinha. Temos o Robin Carter da Lwandle Technologies que pode elaborar um pouco mais sobre o impacto do projecto na ecologia marinha e peixes e o Victor Hugo que pode elaborar um pouco mais sobre o reassentamento e como as pessoas podem ser afectadas e quais as potenciais medidas de mitigação.

Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM

O foco do nosso estudo foi olhar para o efeito do projecto nos diferentes substratos presentes na baía, incluindo tapetes de ervas marinhas, coral, bancos de areia e a linha de costa arenosa e nesse contexto olhamos para a sua perturbação. Por exemplo, podem ser feitas previsões dos potenciais impactos na actividade pesqueira e nos próprios peixes. Os efeitos nos peixes foram previstos com base na área total afectada. Grande parte dos efeitos foram avaliados relacionando as actividades de construção com a escala do local, que é a proporção da baía correspondente à Península de Afungi e em termos de extensão, corresponde a cerca de 10% da área total. Esta área contém ervas marinhas que também estão dispersas pela baía mas também comunidades de coral. O processo de construção irá perturbar e por vezes remover coral, para além de que

existem áreas onde o coral será indirectamente afectado pelo processo. No nosso estudo, nós não tentamos olhar para a distribuição do peixe na área uma vez que é tecnicamente difícil, pelo que focamos na componente do substrato em vez de na componente do peixe em si. Já iniciaram estudos adicionais pela equipa socioeconómica, que estão a olhar para a componente de pescas, incluindo o tipo e local onde pesca.

Robin Carter - Especialista em Ecologia Marinha, Lwandle Technologies

A questão das pescas é de extrema importância numa zona como Palma em que a maior parte das famílias tem actividades diversificadas, e entre essas actividades conta-se a pesca. O assunto é tão importante que para além do que foi coberto pelo EIA, está neste momento a decorrer um estudo especializado sobre a pesca, a ser conduzido por uma equipa de qualidade internacional, com dois técnicos conhecidos, James Wilson e Alfredo Massinga. Esse estudo está a pesquisar tudo o que possa ser relevante em termos de actividade pesqueira.

Na Baía de Palma e à volta há cerca de 25 centros de pesca, o que nos dá a ideia, numa zona tão pequena, de quão importante é a actividade pesqueira lá. Há pesca sazonal de espécies importantes economicamente como o atum, por causa do projecto, haverá de facto, a partir do momento em que o projecto entra em actividade, se alguma vez vier a ser concretizado, terá que haver algumas zonas de interdição, não sei com que amplitude ou grau de permanência, por questões de segurança, entre Nsemo (extremidade oriental da península de Afungi) e Palma. O Projecto está actualmente a determinar a extensão das zonas de segurança no âmbito do processo do PAR.

Victor Hugo Nicolau - Especialista em

		<p>Reassentamento, IMPACTO</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Com base nos comentários recebidos, incluímos aspectos ligados à aquacultura na Secção 13.6.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
4	<p>Outro aspecto que queria comentar é em relação a algumas medidas de mitigação avançadas para as pescas. Uma diz permitir a pesca na baía o máximo de tempo possível. Isto não é novidade, é o que existe. É importante que fosse mantido; a pergunta é como? Outra medida que se avançou quando se falou na dragagem é o transplante de <i>acropora</i> mas não vi a questão dos tapetes de ervas marinhas que é o principal habitat existente nos espaços arenosos.</p> <p>Também era importante que este estudo mostrasse as referências bibliográficas para ajudar a compreender a profundidade e actualidade dos dados que o estudo apresenta.</p> <p>Carvalho António</p>	<p>Falando na reabilitação de ervas marinhas, no estudo especializado, nós olhamos para vários métodos utilizados para a reabilitação de tapetes de ervas marinhas e chegamos a conclusão de que os processos mais caros utilizados na Austrália não foram considerados os mais seguros. Por isso sugerimos uma abordagem mais básica onde os tapetes de ervas marinhas perturbados, que tenham perdido a sua biomassa, sejam preenchidos com cascalho de conchas de forma a providenciar locais de fixação para as esporófitas das ervas marinhas de forma a que se possam restabelecer naturalmente. Intervenções utilizando turfas de erva também não mostraram ser as mais seguras. Outros aspectos como colocar as ervas em redes de hessian também mostraram alguns constrangimentos. A última opção possui alguns benefícios uma vez que pode transferir recursos para as comunidades porque requer mão de obra, organização, etc. Portanto, existe um benefício maior do que simplesmente substituir ervas marinhas, mas para esta discussão nós escolhemos restabelecer as ervas marinhas de forma natural e não artificial.</p> <p>Robin Carter - Especialista em Ecologia Marinha, Lwandle Technologies</p> <p>Terá que haver medidas de mitigação para compensar as limitações à pesca nessa zona. As medidas serão negociadas com as comunidades piscatórias da zona. Como possíveis medidas será a modernização da frota pesqueira tradicional, a motorização de alguns barcos, para aumentar o raio de</p>

		<p>acção dos pescadores tradicionais a zonas que não sejam perturbadas pelo projecto. Também a exploração de novas alternativas para o aproveitamento dos recursos marinhos, pois não se trata apenas de pesca mas também da recollecção de moluscos e bivalves nas extensas áreas inter-marés que existem na zona, importantes em termos de proteínas para as populações. Se a aquacultura será viável ou não. O estudo ainda não está concluído, ainda está a decorrer e o estudo sobre as pescas recebeu alta prioridade por parte do projecto.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
5	<p>Certamente que houve um pequeno problema de comunicação. Nós, DPCA, muitas vezes recebemos exemplares destes documentos, pelo que das próximas vezes, faremos todo o possível no sentido de melhorarmos e garantirmos que a informação chegue, principalmente àqueles sectores importantes, dependendo do assunto que estivermos a tratar. Nós nos comprometemos a isso.</p> <p>Policarpo Napica - Director Provincial, Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental (DPCA)</p>	<p>Nós tivemos todo o cuidado de registar a recepção dos convites e do REIA e todas as instituições assinaram o dia em que receberam o convite, de maneira a que esta informação relativa ao relatório principal pudesse ser distribuída. Pode haver coisas desse relatório que não foram transportadas para o RNT, e aí o Dr. Carvalho tem toda a razão, o que não significa que não estão no relatório principal.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p>
6	<p>Particpei na reunião em Maputo e depois procurei folhear um pouco mais o relatório, que é bastante extenso e não houve tempo suficiente para lê-lo todo. Tenho alguns comentários e sugestões que podem contribuir para melhorar o relatório.</p> <p>Na pág. 7 o relatório menciona: “A construção de pegada do projecto...”, cujo termo <i>pegada</i> não sei o que significa, “...vai ser construído numa área total de 3600ha” mas o DUAT foi emitido para uma área de 7000ha. Gostaria de saber porque é que o DUAT é de uma área de 7000ha enquanto o projecto vai ser construído numa área de 3600ha?</p> <p>Qual é a área ocupada por aquele</p>	<p>O volume de gás descoberto nas Áreas 1 e 4 ao largo da península de Afungi e que será produzido é de escala mundial. Esperamos gerar 50 milhões de toneladas de GNL por ano a partir destes recursos. O projecto inicial é para gerar 20 milhões de toneladas/ano, mas podemos duplicar ou mais este volume. Quando planificamos o projecto, o Governo e nós como investidores, queremos um único local. Pode ser para AMA1 e Eni, mas também outros operadores que também podem encontrar gás e fazer uso da fábrica de gás. Assim, trata-se de um plano a longo-prazo e que requer os 7000ha, embora não vamos usar toda esta área. Como foi mostrado aqui, existem terras húmidas dentro da área e não é nossa intenção construir nesses</p>

	<p>empreendimento construído na Austrália, para podermos ter uma ideia da dimensão de área necessária? Faça essa pergunta porque a dimensão da área ocupada pelo projecto é importante em relação aos impactos ambientais, sociais e económicos, e pode ter influência em todo o estudo que está aqui a ser apresentado.</p> <p>Issufo Tankar - Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>locais. As terras húmidas também são utilizadas pelas comunidades locais residentes fora da área do DUAT para produção agrícola, e nós faremos o possível para permitir que elas continuem a praticar agricultura nestas áreas. Faz parte do nosso compromisso para minimizar o impacto social e económico nas comunidades residentes na Península de Afungi. Existem fábricas similares no mundo, que utilizam áreas de cerca de 3500ha, como as do Qatar e de Tangguh na Indonésia.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
7	<p>Outro aspecto que pode ter implicações para o próprio governo, é a forma como o DUAT foi obtido. Em Maputo foi explicado que o governo atribuiu o DUAT à ENH, e esta, através da cessão de exploração, passou o DUAT à AMA1. Primeiro, a percepção que tenho é que a cessão de exploração está dependente de uma regulamentação, e esse é um processo que ainda está a ser discutido a nível do fórum de consulta sobre terras. No entanto, apesar de ainda estar a ser discutido, o governo decidiu ir por essa via, usando a cessão de exploração e passar o DUAT à AMA1. Então, gostaria de perceber porque não foi usado o mecanismo de serem as próprias comunidades, detentoras do DUAT, a recorrerem a essa figura de cessão de exploração e passar o DUAT à AMA1? Porque não se optou por esta via do que se atribuir o DUAT a uma empresa para depois fazer a cessão de exploração?</p> <p>Issufo Tankar</p>	<p>A questão do DUAT foi levantada em Maputo, em Palma e agora em Pemba, bem como pelo CTV de maneira bastante sistemática. E nós fizemos uma proposta, que nas outras reuniões foi bem aceite. Deve-se esclarecer que estes proponentes fizeram aquilo que foi recomendado pelo governo. Isto é, quando começamos o EIA, o MICOA exigiu que o próprio registo (o primeiro passo que se faz é a Instrução do Processo) tivesse um DUAT. Portanto, o proponente começou a procura dessa regulamentação. De facto, o que está no anexo do regulamento é que o investidor tem de dar prova que está a tratar das questões legais relativas à posse de terra. Agora surgem dúvidas de juristas, muito específicas e técnicas, de cessão de exploração, etc., e como é que esse processo é legítimo, o que deve anteceder, se primeiro o DUAT e depois o EIA. Mas, esse debate pode ser tido aqui mas não aprofundado, daí que nas duas reuniões propusemos que houvesse um grupo de trabalho que esclarecesse esse ponto. Uma vez que esta é uma questão um pouco marginal em relação àquilo que estamos a discutir, que é o relatório do EIA. Estamos abertos a que se coloquem as questões mas o que está a ser feito é o que foi recomendado pelas instituições moçambicanas.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p> <p>Gostaria de acrescentar algo sobre o</p>

		<p>DUAT e reassentamento. Ficou claro na reunião de Maputo pela intervenção da representante do MICOA, quando se perguntou se o DUAT é requerido antes da emissão da Licença Ambiental, que não havia dúvidas que sim. Estamos abertos a reuniões de clarificação mas para os proponentes, Eni e AMA1, e para a autoridade reguladora, está bem claro que os processos seguidos foram os mais correctos.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p> <p>Em relação à cessão de exploração, à qual o CTV mencionou não encontrar previsão legal, estando a ser regulamentada, para uma clarificação jurídica, está prevista na legislação moçambicana, consta do Regulamento de Lei de Terras, pelo Artigo 15 que menciona a cessão de exploração como uma figura legal para a transmissão de direitos sobre o DUAT. Ainda para assegurar que o processo é legal e transparente, todas as cessões de exploração são feitas por escritura pública, que significa que são devidamente registadas nas devidas conservatórias de registo predial e, portanto, podem ser consultadas por pessoas interessadas.</p> <p>Emerson Lopes - Departamento Jurídico, AMA1.</p>
8	<p>O estudo menciona a questão do reassentamento. Pelo que percebi, o que está previsto na nossa legislação, é que para a obtenção da Licença Ambiental (LA) deve ser apresentado o EIA, incluindo o Plano de Reassentamento. Mas o Plano de Reassentamento não vai ser aqui apresentado. Em que momento esse plano vai ser apresentado e discutido para que as pessoas interessadas e afectadas possam ter oportunidade de colocar as suas questões e contribuir para que esse plano penalize o menos possível as pessoas que estão na área do projecto?</p> <p>Issufo Tankar</p>	<p>Em relação ao Plano de Reassentamento e EIA, há aqui um outro ponto que necessita de esclarecimento entre o governo, os investidores e procedimentos. De facto, alguns destes procedimentos não são muito claros. Quando o governo percebeu que havia alguns erros, algumas coisas que não deveriam ser repetidas em relação ao reassentamento, tomou uma atitude mais defensiva e decretou que um Plano de Reassentamento devia estar presente para aprovação do EIA. Este assunto foi discutido por ONG's e empresas de consultoria, que alertaram que a obediência a este princípio podia ofender os próprios interesses nacionais. Foi discutido ainda na anterior regência do 1º Ministro, Aires</p>

		<p>Aly, e chegou-se à conclusão que de facto os argumentos que se apresentavam, em desfavor desta prioridade de primeiro haver o Plano de Reassentamento e depois o EIA, tinham cabimento.</p> <p>As objecções são as seguintes: não sabemos se este projecto vai à frente, é preciso que eles tenham um EIA, uma autorização para fazerem um projecto, o financiamento preparado. Se começa-se a fazer um Plano de Reassentamento antes o que é que acontece? As comunidades vão ser informadas, contadas, etc. O Plano de Reassentamento é um estudo que leva dois anos a fazer. É possível que no caso do PAR ser realizado primeiro, vai-se agitar a população e depois o projecto pode não ir à frente. Cria-se perturbação, expectativas que depois não são realizadas. Esse é um assunto que fica par o governo, as organizações sociais que trabalharam nesse projecto/estudo. Esse é o alerta que foi transmitido. Pelo que o governo decidiu repensar nesse estudo e encontra uma forma intermédia, pois não se podia anular imediatamente o Decreto. Então adoptou-se o PIR – Plano Inicial de Reassentamento. O PIR estipula aquilo que são as grandes políticas e questões que o reassentamento deve obedecer para um projecto.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p> <p>Este EIA inclui como anexo um Plano Inicial de Reassentamento (PIR), tal como nos foi solicitado pelo MICOA. O PIR é um documento de política que traça as linhas mestras e os princípios orientadores de um futuro plano de reassentamento que terá que ser executado caso o projecto venha a ser aprovado. É claro que um Plano de Reassentamento tem de responder, antes de mais, às perdas sofridas pelas comunidades afectadas pelo projecto.</p> <p>Como é óbvio, e por razões já explicadas, o processo de reassentamento ainda não iniciou. Qualquer processo de reassentamento</p>
--	--	---

		<p>tem uma fase preliminar que consiste na elaboração de um censo, porque o projecto tem de saber quem mora na área onde se pretende implantar e um inventário patrimonial, um arrolamento exaustivo de todos os bens detidos por cada uma das famílias afectadas. Com isso o projecto fica a saber quem tem de ser compensado e o que é que tem de compensar. Esses passos serão iniciados num futuro breve. A única actividade relacionada com o reassentamento até agora foi a informação pública feita pelo governo às comunidades afectadas, de que se esse processo for avante algumas comunidades terão que ser reassentadas.</p> <p>Ontem tivemos uma reunião em Palma, onde fomos convidados pela comunidade de Quitupo a deslocarmos para lá na próxima semana para explicar o processo. Logo que possível ou logo que a comunidade estiver confortável, poderemos iniciar a fase preparatória do reassentamento que consiste no censo e no inventário patrimonial. É evidente que uma das grandes salvaguardas, em relação à preservação dos direitos das pessoas, reside na própria natureza participativa do processo. Ninguém vai decidir pelas comunidades para onde elas vão. As comunidades têm o direito de se pronunciar quanto a área ou áreas hospedeiras das suas preferências. Essas áreas hospedeiras terão que ser estudadas, termos da aptidão agrícola, etc. Mas todo o processo é negocial e participativo que envolve as comunidades. O mesmo será feito no que diz respeito às compensações. Ninguém vai impingir às comunidades soluções pré-fabricadas em qualquer local. E nós, neste processo, contamos com a contribuição da sociedade civil, incluindo o CTV, como parceiros construtivos no sentido de garantir que o nosso trabalho junto às comunidades é correcto, no sentido de verificar se as explicações que damos às comunidades são verdadeiramente percebidas. Vamos encarar este reassentamento como um desafio, porque as pessoas</p>
--	--	--

		<p>não gostam necessariamente de mudar de local porque irão ter perturbações no seu modo de vida. Estamos transparentes, queremos partilhar as soluções e metodologias que propomos, envolver as comunidades, o governo e a sociedade civil. Queremos que a sociedade civil nos ajude na busca de soluções e esperamos também da sociedade civil abertura e transparência.</p> <p>Tal como sucede hoje em dia com os EIAs, os processos de reassentamento vão ser submetidos a consultas públicas abertas, exactamente como esta, inovação introduzida pela nova lei que deve saudar. Não se deve esquecer que a missão é garantir que os projectos de desenvolvimento se possam implantar sem prejuízo da vida das comunidades. Por isso, a obrigatoriedade de consulta pública, que o governo introduziu recentemente, é para nós muito bem-vinda e contamos convosco para no futuro discutir não o EIA mas o andamento das actividades do reassentamento. O regulamento diz que pelo menos quatro reuniões públicas devem acompanhar o processo de reassentamento.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p> <p>Sobre o reassentamento e o Plano de Reassentamento (PAR), o EPDA do projecto foi aprovado pelo MICOA antes da entrada em vigor no Regulamento de Reassentamento. Que eu saiba, o governo não aplica as leis retroactivamente e neste caso também não o fez. Nós fornecemos um PIR, mas o PAR está a iniciar agora. O censo, etc só vai ser feito agora e com base nisso será elaborado um PAR, que tem em conta a legislação Moçambicana e boas práticas internacionais.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
9	Em relação aos benefícios mencionados, o estudo mostra claramente que haverá uma deslocação física de pessoas, e como medida de	Há dois tipos de deslocação que podem ser ocasionados por qualquer projecto de desenvolvimento: a deslocação física – que significa remover as populações

	<p>mitigação, as pessoas serão compensadas pelas perdas temporárias. E o que será feito em relação às perdas permanentes? Há situações que a pessoa tem uma casa e leva dez minutos para sair da sua casa para a pesca. Mas pode ser que o reassentamento implique uma deslocação, em que a pessoa invés de levar dez minutos leve uma hora para poder chegar ao local de pesca. Gostaria de solicitar que seja recomendado de forma clara, que tipo de compensação essas pessoas vão receber? Talvez, como sugestão, o projecto devia prever uma certa percentagem dos lucros para ser alocado a essas comunidades. Não sei de que forma pode ser, mas podia-se tomar como exemplo a Mozal, onde havia uma fundação que recebia um valor que ajudava a reduzir as perdas que as comunidades tinham, resultantes daquele projecto. Então, provavelmente devia-se pensar num esquema que permitisse que as próprias comunidades pudessem decidir como utilizar esse dinheiro.</p> <p>Issufo Tankar</p>	<p>das suas áreas habitacionais e realojá-las numa área diferente; e a deslocação económica – contempla as situações em que determinados indivíduos não residem na área do projecto, portanto, fisicamente podem continuar a morar onde moram, mas que têm bens dentro da área do projecto como terras, machambas, negócios, etc. ambas situações são contempladas pelos planos de reassentamento. Há vários princípios que norteiam a atribuição de compensações e definições de compensações. O princípio prevalecente em Moçambique é que bens essenciais, produtivos e imóveis devem ser compensados em espécie. Ou seja, perda de terra compensa-se com nova terra, perda de residência compensa-se com residência. A perda de culturas e as interrupções temporárias de negócios, podem ser compensadas monetariamente, e é isso que será feito neste projecto.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
10	<p>Não sei qual é a capacidade da DPCA de Cabo Delgado, tendo em conta este tipo de projecto ser novo para o nosso país, seria útil pensar como equiparmos o MICOA, incluindo a DPCA, para poder participar na monitoria e fiscalização do projecto, e implementação das recomendações que vão sair deste EIA. Temos um EIA que produz recomendações muito bonitas e corre-se o risco de se tornar um documento esquecido numa gaveta.</p> <p>Issufo Tankar</p>	<p>O nosso Ministério é de coordenação e não de execução. Em caso de dúvida sabemos a quem dirigir a nossa preocupação, no sentido de termos a certeza absoluta.</p> <p>Policarpo Napica - Director Provincial, Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental (DPCA)</p> <p>Sobre a questão de monitoria, o projecto está comprometido com a implementação das várias medidas de mitigação, haverá relatórios de monitoria tanto internamente como externamente, bem como de auditoria, os quais serão enviados para diferentes instituições, incluindo o MICOA, de forma a que se tenha conhecimento de que as boas medidas de mitigação apresentadas neste relatório são de facto bem implementadas durante a fase de implementação do projecto.</p>

		Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM
11	<p>A zona de Palma e Mocímboa da Praia tem fluxos migratórios de pescadores muito grandes e o reassentamento dessas populações piscatórias, que vão sair da península de Afungi, vão afectar também estas populações migratórias. Acho que o processo de reassentamento tem de estar em grande colaboração com o tal estudo que estão a fazer das pescas para garantir que não se vai afectar as populações vizinhas, que se calhar não vão receber indemnização, mas vão receber os outros pescadores reassentados, podendo haver problemas com esses pescadores.</p> <p>Isabel Marques da Silva, Ecóloga Marinha, Universidade do Lúrio</p>	<p>Tem toda razão quando exprimiui inquietação em relação aos movimentos migratórios da pesca. Nós sabemos que naquela zona há movimentos migratórios sazonais de pescadores, uns vêm de Tanzânia e outros de Nacala. Um dos estudos especializados que está a ser conduzido neste momento, e já fora do âmbito do EIA como complemento, é sobre migrações, porque sabemos que a situação é muito complexa.</p> <p>Relativamente ao tipo de compensação a que as comunidades hospedeiras terão direito, não podemos pensar somente nas pessoas que vão ser reassentadas. Quem tiver que ser reassentado, será reassentado em algum lugar e esse lugar ou não é habitado ou tem uma comunidade que reivindica direitos de terra naquele local. As comunidades hospedeiras, aquelas que vão receber as famílias que vão ser reassentadas, vão ter um impacto que é o aumento de pressão dos recursos ao seu dispor. O Plano de Reassentamento cobre também medidas paliativas e de compensação em relação às comunidades hospedeiras.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
13	<p>Sobre ecologia marinha, gostaria de congratular os consultores sobre o estudo das ervas marinhas. No entanto, tenho questões sobre os corais, que acho que o estudo é muito fraco, principalmente na actualidade dos estudos em que foi baseada. Em 2012 saíram artigos internacionais em revistas <i>peer review</i> sobre a importância da biodiversidade dos corais do norte de Moçambique. Basicamente o norte de Moçambique é o local com maior biodiversidade de corais no oeste do oceano Índico, e isso passa à margem deste relatório.</p> <p>Outra questão é sobre a recuperação dos corais na zona entre as duas ilhas depois de se lançar o gasoduto.</p>	<p>Quando estudamos os efeitos do projecto nas ervas marinhas e nos corais, primeiro tentamos olhar para quanto material será afectado e a que nível será afectado e ainda para o quê de facto acontece depois do evento. Deixamos o ambiente recuperar por si só ou se a recuperação pode ser otimizada? Falamos das ervas marinhas algum tempo atrás e acho que concordamos que é um importante recurso de biodiversidade na área e que também suporta a pesca, sendo viveiro para os peixes.</p> <p>Em termos de corais que podem ser afectados, existem duas abordagens. Uma é assegurar que depois da dragagem capital existe substrato</p>

	<p>Primeiro, os corais nessa zona estão em perigo iminente devido à sobre-pesca, segundo, o programa de mitigação indicado, de pôr um substrato ideal para que o coral recupere, não me parece que seja suficiente sem um plano de gestão de pescas para a área de recuperação, com risco de se perder biodiversidade e quantidade de peixe que se possa recuperar, se houver uma gestão sustentável da pesca à volta da área que vai ser afectada.</p> <p>Isabel Marques da Silva</p>	<p>suficiente que permita a recuperação natural e a segunda é transportar os corais para uma área temporariamente para depois serem repostos na área de origem ou permitir que se estabeleçam numa área diferente daquela que está a ser afectada. Esta questão é algo controversa porque o historial de desempenho para os métodos adoptados não é particularmente bom. Alguns exemplos mostraram resultar ao longo de um tempo moderado, de cerca de 3 anos, mas não temos certeza do grau de sucesso depois deste tempo.</p> <p>Quanto às ervas marinhas, temos histórias bem sucedidas de recuperação, mas depois de 3-5 anos, as ervas marinhas tendem a corroer. Devido à incertezas e valor de investimento, nós decidimos otimizar a recuperação natural. A rota do corredor do gasoduto é diferente porque haverá escavação através de um substrato de carbonato de cálcio, com coral por cima. Esta área já está danificada pela pesca, tendo sido observadas redes de arrasto no local. Observamos que grandes comunidades de coral se encontram invertidas mas que ainda vivem. Isto dá uma oportunidade para transplantar coral sem ter que remover coral viável. A AMA1 concordou em avançar com estes ensaios, a começar daqui a 1 mês, com ensaios dos tipos de comunidades que podem ser transplantadas com sucesso, os substratos e ainda as localizações</p> <p>Robin Carter - Especialista em Ecologia Marinha, Lwandle Technologies</p>
13	<p>Há um estudo feito por investigadores locais da Universidade do Lúrio sobre répteis e recifes de corais que não foi usado. Fala-se muito de cooperação com as comunidades, mas se calhar estes investigadores de top mundial podiam cooperar com os investigadores locais da Universidade do Lúrio e Universidade Eduardo Mondlane, porque já foi feita bastante investigação recente na área e isso faltou no EIA.</p> <p>Isabel Marques da Silva</p>	<p>Sobre a cooperação com investigadores locais, a nossa resposta é um entusiástico sim, particularmente sobre o trabalho mencionado que foi desenvolvido em Rongui e Vamizi, por Moçambicanos. Este trabalho é de grande valor porque nos dá um termo de comparação com a situação actual em Rongui e Tecomaji.</p> <p>Robin Carter - Especialista em Ecologia Marinha, Lwandle</p>

		Technologies
14	<p>Os impactos na saúde comunitária e sua mitigação não estão detalhados e fiquei confuso quando li que as medidas de melhoria a serem implementadas irão promover benefícios para a saúde da comunidade com a presença do projecto. Que tipo de mitigação está implícita? Será que vão contribuir em recursos humanos ou na ampliação do próprio hospital?</p> <p>Imamo Mussa, Paralegal na Área de Recursos Naturais, Ambiente e Desenvolvimento</p>	<p>Nós temos nove diferentes impactos relacionados com diferentes aspectos ligados à saúde da comunidade e medidas de mitigação associadas. Adicionalmente, uma Avaliação dos Impactos na Saúde está sendo realizado para perceber as principais questões e como o projecto pode apoiar o governo na solução das mesmas</p> <p><i>Veja a Secção 13.5 do REIA.</i></p> <p>Kamal Govender - Gestor do Projecto, ERM</p>
15	<p>Dois pedidos de esclarecimento relacionados com os impactos apresentados no EIA:</p> <p>Foi referido que o projecto vai empregar pessoas locais e, ao mesmo tempo, mostraram uma série de características de Palma como sendo um local com altas taxas de analfabetismo. É um facto e, a título de exemplo, mostrou-se que está sendo construído um centro de formação para um grupo em Afungi. Pela complexidade de todo este projecto de exploração de gás, gostaria de perceber qual seria a natureza dos postos de trabalho criados para a comunidade local, quem seria o pessoal treinado, em que áreas de conhecimento e se existe algum plano/acção de seguimento na componente de formação – uma escola superior, trazer especialistas capazes de liderar estes processos a longo prazo, uma vez que estamos a falar de um projecto de longo prazo a nível local? Como podemos capitalizar esta mão-de-obra local?</p> <p>Énia de Sousa - Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Sobre o analfabetismo que existe em Palma e as potencialidades do trabalho, é verdade que pelas características nacionais Palma é o distrito que mais analfabetos possui. Isso constitui preocupação para nós de como aproveitar a mão-de-obra que lá existe. O centro de formação que temos em Palma já formou pelo menos 400 pessoas, que não sabiam ler e escrever, e que agora aprenderam a executar algumas profissões ao nível das suas qualificações académicas. Estamos também a trabalhar com o Instituto Nacional do Emprego e Formação (INEF), onde mais pessoas serão formadas para as profissões médias. Iniciamos o trabalho em Maputo, aqui em Pemba na escola do INEF, onde estamos a fazer esforços para que também seja aproveitada. E como estamos a falar do nível local e regional, também se pensa em construir uma escola em Palma. Está sendo ponderado para que todos os níveis de qualificação ou formação académica, as pessoas possam ser bem treinadas e capacitadas para poder trabalhar na fábrica. Isto sem excluir que em Maputo, juntamente com a Universidade Eduardo Mondlane, abrimos uma faculdade, a primeira Faculdade de Engenharia de Petróleo, e onde neste momento estamos a formar professores mestrados para se especializar na área dos petróleos, e mais tarde, esses professores vão formar licenciados moçambicanos. Portanto, mais moçambicanos poderão beneficiar da</p>

		<p>presença da fábrica de GNL em Moçambique. O plano de formação contínuo está em estudo, isto porque não sabemos se a fábrica vai existir ou não, mas temos equipas de trabalho que estão a analisar todas essas situações.</p> <p>Alcídio Maússe - Responsável pelos Assuntos Sociais e Ligação com o Governo, AMA1</p> <p>No contexto dos esforços do projecto, nós estamos a olhar para o tipo de pessoal e as habilidades que iremos precisar e tal como já foi indicado, na área do projecto o nível é baixo e é necessário dar formação. Contudo, estamos a dar formação de nível superior nos EUA, a pessoas integradas nas nossas diferentes equipas, para além de que estamos a patrocinar cursos na UEM.</p> <p>Assim, temos neste momento formação a vários níveis, mas à medida que avançamos, vamos saber melhor que tipo de pessoas precisamos e quando precisamos, e isso fará parte do nosso programa de formação.</p> <p>Cory Weinbel - Gestor do Projecto, AMA1</p>
16	<p>Foi mostrado, de forma muito sumária, que um dos prováveis impactos seria a dispersão do gás para a água, posteriormente para a atmosfera. Classificou-se este impacto como sendo de pouca probabilidade por todas as medidas de segurança anexas ao processo, mas ao mesmo tempo este impacto tem alta significância, e como medida de mitigação, apresentou-se a questão da concepção, manutenção e procedimentos operacionais apropriados. A meu ver, isto não me esclarece nada sobre o que é que vai ser implementado como medida de mitigação para este impacto.</p> <p>Énia de Sousa</p>	<p>Sobre a questão de potencial ruptura no gasoduto e na libertação de grandes volumes de gás, é considerado como um evento não planificado; um acidente que pode acontecer, Quando avaliamos o impacto usamos uma metodologia de avaliação do risco e olhamos para a probabilidade do acidente acontecer e qual seria a consequência disso acontecer com a construção e operação do gasoduto, seguindo padrões internacionais, a probabilidade de um acidente acontecer, por exemplo uma falha na infra-estrutura submarina ou libertação de grandes volumes de gás, é baixa. De forma a avaliar a consequência, nós olhamos para o que iria acontecer se o gás entrasse na coluna de água. O gás viria à superfície e se dispersaria na atmosfera. Não se dissolve em água. Por esse motivo, a consequência desse evento é considerada baixa. Por isso</p>

		<p>consideramos o impacto como não sendo significativo,</p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p> <p>Acrescentando ao que o Kamal disse, estes gasodutos são feitos com base em desenhos de engenharia já comprovados e usados em diferentes partes do mundo. Existem dezenas de milhares destes em todo o mundo, tantos submarinos como em terra. Estes gasodutos são protegidos por sistemas sofisticados e resistentes que medem as diferenças de pressão e volume, podendo reagir rapidamente fechando os poços ou isolando o problema, se for necessário. Deste modo, existem boas medidas de mitigação. Adicionalmente, o gasoduto está concebido de forma a minimizar qualquer possibilidade de ruptura.</p> <p>Cory Weinbel – Gestor do Projecto, AMA1</p>
17	<p>Tenho dificuldade em entender a relação institucional entre a AMA1 e a Eni.</p> <p>Qual é o raio de acção da construção da fábrica e seus efeitos, 10km, 20km ou esse raio vai até Pemba? Coloco esta questão porque nos últimos tempos temos uma multiplicação de consultores e empresas que se deslocam às comunidades – por vezes, a AMA1, outras a Eni, a Statoil, a Petronas, etc., e todas apresentam os seus projectos. Gostaria de perceber melhor qual o programa ou colaboração entre as empresas?</p> <p>Dando um exemplo, sei que a Eni fez um estudo em Palma e Pemba para ver qual a responsabilidade social ou que tipo de projectos podem ser executados. Eu não tenho visto a AMA1 a fazer o mesmo. É bem possível que a AMA1 esteja a fazer a mesma coisa noutra área. Nos sectores onde o governo é responsável, em que medida estas acções, dentro e fora da área de implantação da fábrica, são coordenadas com o governo, seja em termo de planos sectoriais, seja em</p>	<p>Sobre a relação entre a Eni e a AMA1, estas duas empresas assinaram um acordo em Dezembro de 2012 para cooperar no desenvolvimento dos 20 milhões de toneladas iniciais ou 4 unidades de processamento de GNL em Afungi. O Governo incentivou a cooperação entre as nossas empresas e o primeiro campo que vamos partilhar sobrepõem-se às Áreas operadas em AMA1 e Eni. Nós vamos cooperar no campo em mar. Em terra firme, é um projecto conjunto, de partilha de infra-estruturas e portanto, irão ver trabalhadores da AMA1 e da Eni no projecto. Fora de Afungi, ambas empresas continuam a desenvolver outras actividades. Ambos estamos comprometidos com o investimento social no contexto das nossas estratégias de responsabilidade social em Moçambique e por isso vão ver ambas empresas a fazerem coisas individualmente. O que vamos fazer em termos de reassentamento será uma iniciativa conjunta porque faz parte do projecto.</p>

	<p>termos de planos distritais, porque há dez anos que Moçambique está a trabalhar com planos distritais. Então, presumo que as acções das empresas devem ser inseridas nestes planos para haver clareza. Neste momento não vejo de quem é a responsabilidade de coordenação.</p> <p>Mark Hoekstra - Assessor Técnico, WWF</p>	<p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p> <p>Tal como o John Peffer disse, a Eni está comprometida em desenvolver o seu próprio Programa de Investimento Comunitário. Em Janeiro de 2012, nós realizamos um estudo de pré-viabilidade para programas de investimento a curto e a longo prazo. Cada uma das empresas tem o seu programa de investimento mas estamos a trabalhar em estreita coordenação para evitar duplicações e em alguns casos, estamos a colaborar em projectos específicos. Nós temos outros projectos como a Estrada de Pemba a Palma, no qual a Eni é Líder mas a AMA1 também está envolvida. As consultas públicas realizadas em Junho foram para esse projecto específico.</p> <p>Chiara Cerruti – Gestora de Saúde, Segurança e Ambiente e de Investimento Comunitário, eni East Africa</p>
18	<p>Quando se fala do analfabetismo, não sei se os consultores que andaram por aí verificaram que há pessoas a ensinar às crianças alguma coisa. Não se pode usar a palavra “analfabetos” às pessoas que aprendem alguma coisa, uma vez que há sabedorias tradicionais locais que são passadas e devem ser respeitadas.</p> <p>Imamo Mussa, Paralegal na Área de Recursos Naturais, Ambiente e Desenvolvimento</p>	<p>Comentário registado.</p>
19	<p>Ainda não tive nenhuma indicação da área que está sendo usada por projectos similares nos outros países (falou-se de Qatar, Níger, Austrália, etc.).</p> <p>Issufo Tankar - Centro Terra Viva (CTV)</p>	<p>Eu respondi anteriormente dando o Tangguh na Indonésia, que possui uma pegada de 200ha, inferior à pegada da nossa área em Moçambique. A nossa pode ser considerada a Terceira maior fábrica do mundo, requerendo áreas similares em escala às fábricas de Qatar e Austrália, onde eles têm vários projectos dispersos ao longo do país. Nós vamos fazer tudo num único parque e será em grande escala porque as actividades concentradas.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
20	<p>Foi explicado que existem dois tipos de</p>	<p>Relativamente ao comentário sobre o</p>

	<p>compensação, mas eu gostaria de chamar atenção a certas situações que não são fáceis de medir. As pessoas que estão a viver naquelas comunidades se calhar estão a cinco minutos da Administração local. Quando querem tratar algum documento podem perder cinco minutos ou gastar cinco meticais no transporte. No entanto, se for transferido para outro local pode passar a gastar 50 meticais, passando a ter mais despesas do que aquelas que tinha anteriormente. Chamo atenção para que quando for a altura do reassentamento acautelarem esses aspectos. É preciso se precaver para que não surja esse tipo de situações, tal como acontece em Tete em que as pessoas têm casa mas não têm comida.</p> <p>Issufo Tankar</p>	<p>reassentamento, temos que ter em conta os efeitos indirectos porque em vários casos estes podem ser tão importantes como os impactos directos de mover pessoas. A equipa de reassentamento está a considerar estes aspectos, como as implicações de afastar pessoas dos seus locais de trabalho, da família ou de áreas recreativas e ver como isso as afecta economicamente.</p> <p>Cory Weinbel - Gestor do Projecto, AMA1</p>
21	<p>O Director Napica explicou claramente qual é o papel do MICOA mas continuou preocupado com a capacidade da instituição. Olhando um pouco para os exemplos que temos no nosso país, por vezes o próprio MICOA, sobretudo em Maputo, procura interagir com outros Ministérios (Agricultura, Pescas), e por vezes é difícil. Portanto, é importante desde já que se prepare porque há-de haver situações em que irá haver necessidade de alguma acção urgente e ser difícil ter pessoas dessas outras instituições com capacidade para responder àquilo que vai ser a solicitação do MICOA.</p> <p>Em relação à comunicação, felizmente o CTV teve a sorte de ter uma explicação mais detalhada junto da AMA1, e não sei se outras instituições têm tido essa sorte. Isto porque este ano tentamos organizar um debate aqui em Cabo Delgado, onde convidamos diferentes instituições/ONGs e pedimos alguém da Direcção Provincial da Agricultura e do Ambiente para apresentarem o ponto de situação do projecto, os desafios e constrangimentos que estão a ser encarados no processo. Infelizmente não conseguimos ter alguém que pudesse fazer essa apresentação. É certo que enviaram pessoas para participar no encontro mas não tinham</p>	<p>Muito obrigado. Alguns dos seus comentários exigem esclarecimento, os outros devem ser registados porque obviamente não podemos falar em nome do governo, nem em termos da disponibilidade de actuar em conjunto convosco nem em termos da capacidade de monitorar. Deve ser registada também a preocupação de fazermos chegar ao INP (entidade do governo que lidera este processo e não o MICOA) e também a uma recomendação que o estudo do reassentamento também pondera a questão da proximidade).</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p>

	<p>autorização para fazer uma apresentação que pudesse permitir essa partilha de informação. E isso cria muitas dúvidas e vai contra um dos apelos colocados aqui de sermos transparentes. Gostaria de apelar, sobretudo ao governo - as direcções provinciais, que pudesse haver esta partilha de informação e ter a liberdade de apresentar sempre que alguma organização o solicitar. A falta de informação por vezes cria interpretações que podem não ir de encontro com aquilo que está a acontecer com a realidade.</p> <p>Issufo Tankar</p>	
22	<p>Sobre a coordenação entre as empresas petrolíferas foram dadas duas respostas um pouco diferentes mas não quero entrar em muitos detalhes. Gostaria apenas de sublinhar que há mais empresas petrolíferas que vão aparecer e há um risco de informação contraditória, sobre coisas que vocês fazem, outras áreas que ocupam e isso não é claro para mim. Uma vez que estamos aqui a olhar para o desenvolvimento a longo prazo, nos próximos 30-40-50 anos acho que há risco de proliferação de iniciativas da Eni em Pemba e da AMA1 numa área, e a Statoil e a Petronas em outras, e vão-se informando entre eles. Esperamos que o papel de coordenador seja sempre do governo mas tenho as minhas dúvidas.</p> <p>Mark Hoekstra - Assessor Técnico, WWF</p>	<p>Todas estas iniciativas são feitas em colaboração e com o apoio das autoridades. Nada é feito sem o envolvimento do governo local (distrital).</p> <p>Chiara Cerruti - Gestora de Saúde, Segurança e Ambiente e de Investimento Comunitário, eni East Africa</p> <p>Eu entendo a sua preocupação e como consultores também temos a preocupação de haver uma certa saturação. Vamos às comunidades uma vez, representando um projecto, e outras vezes outros projectos. As comunidades estão a começar a ficar confusas exactamente quem é, o que faz o quê, etc. Infelizmente cada projecto/investidor tem de ser tratado em si mesmo, pois é preciso um EIA para cada projecto. A sua questão tem muito sentido e eu acho que o governo é quem deve endereçar isto de maneira a que haja uma certa coordenação. O governo iniciou um processo há dois anos que só terminou agora de uma Avaliação Ambiental Estratégica para toda a costa moçambicana, centrada principalmente nas questões de hidrocarbonetos. E já essa Avaliação Ambiental Estratégica já define um pouco isso que são as grandes questões estratégicas que têm de ser combinadas e coordenadas. Essa Avaliação Ambiental Estratégica foi aprovada há 3-4 meses pelo Conselho</p>

		<p>de Ministros e imagino que agora o MICOA vai começar a fazer um trabalho de divulgação dessa estratégia.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p>
23	<p>Como sabemos, todas as comunidades que vivem na costa são consideradas pescadores. Como tal, gostaria de saber se para além das pessoas que vão ser reassentadas, que medidas o projecto vai tomar para as comunidades vizinhas, residentes nas zonas tampão do projecto? Irão ter os mesmos direitos ou não?</p> <p>José Domingos, Pescador, Fórum dos Pescadores da Baía</p>	<p>“Comunidades vizinhas” é um termo um bocado fluído. Os direitos das comunidades vizinhas serão abrangidos pela deslocação económica, pois qualquer comunidade não residente na área do projecto – comunidade que não vai ser fisicamente reassentada, mas que seja alvo/vítima de deslocação económica – que tenham interesses económicos que podem ser ameaçados pelo projecto, terá que ser também coberta pelo Plano de Compensação a ser empregue no âmbito do Plano de Reassentamento. Estamos conscientes que os impactos do projecto não circunscrevem às pessoas que fisicamente têm de mudar de casa, mas qualquer comunidade que tenha prejuízo económico por força do projecto terão que ser consultadas e compensadas também.</p> <p>Victor Hugo Nicolau, Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
24	<p>É inevitável que o projecto irá trazer impactos, pelo que devemos tentar minimizar esses impactos.</p> <p>Nós temos aqui um paradoxo: temos um investimento mas por outro lado há pessoas que não querem o investimento. Qual é a saída? Sabemos que tem impactos, então será que o projecto pode vir a ser aprovado ou não?</p> <p>Chitti Irache - membro do Núcleo Provincial de Combate ao Sida</p>	<p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Isto está correcto. Qualquer projecto trás impactos positivos e negativos. Pessoas podem desejar o projecto pelos benefícios que pode trazer e podem objectonar o projecto devido as mudanças que este pode trazer, O objectivo do EIA é avaliar o conjunto de impactos positivos e negativos e desenvolver medidas de incrementação ou de mitigação para os mesmos. O governo então olha para a informação e decide se o projecto avança ou não, e nesse caso, em que condições.</i></p> <p>Kamal Govender - Project Manager, ERM</p>
25	Fiquei maravilhado por saber que o	O termo “gás doce” significa que o gás

	<p>nosso gás é doce. Gostaria de saber porque é que é doce? É doce porque o projecto vai ser doce ou é doce porque é bom gás?</p> <p>Chitti Irache</p>	<p>não possui H2S (ácido sulfídrico) ou CO2 (dióxido de Carbono) em grandes quantidades. O H2S pode ser é um gás fatal ou pode causar corrosão do sistema respiratório.</p> <p>John Peffer - Director Geral, AMA1</p>
26	<p>Foi referido que há um estudo em paralelo sobre os impactos sociais, na área do reassentamento. Gostaria de saber se esses estudos trouxeram resultados negativos ao processo e se esses resultados serão decisivos para que o projecto não avance?</p> <p>Leandro Sitóe - Membro da Sociedade Civil</p>	<p>O processo de reassentamento envolve o governo, as comunidades e a própria empresa. É um processo continuado, que está sendo construído por essas três entidades.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p> <p>Resposta adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Tal como o Mia referiu, os estudos adicionais irão fornecer informação ao processo de reassentamento. Os estudos socioeconómicos que já foram realizados no âmbito do EIA são suficientes para a tomada de decisão pelo governo, relativamente ao projecto ir avante ou não.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
27	<p>Se o DUAT já foi emitido e a constituição diz que a terra é do Estado, então as populações não têm como dizer não à saída das suas áreas de habitação. Será que o proponente do projecto possui um plano B para contornar essa situação para que não se observem situações que nós temos acompanhado em outros contextos, tal como na zona dos grandes lagos onde há conflitos entre as empresas e as comunidades à volta dos projectos?</p> <p>Leandro Sitóe</p>	<p>Em relação ao DUAT, gostaria de referir que não é uma questão ligada ao relatório de EIA mas uma questão paralela e vai ser tratada e discutida posteriormente em fóruns próprios, de maneira a que esse assunto seja esclarecido.</p> <p>Mia Couto - Facilitador da Reunião, IMPACTO</p> <p>Resposta Adicional dada depois da reunião:</p> <p><i>Relativamente à questão sobre evitar conflitos, o projecto está comprometido em manter comunicação regular com as comunidades antes, durante e depois do processo de reassentamento. O projecto</i></p>

		<p><i>também irá realizar um processo de reassentamento de acordo com os requisitos e boas práticas moçambicanas e internacionais, de forma a evitar ou minimizar conflitos.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor do Projecto, ERM</p>
28	<p>Na apresentação feita fez-se menção ao Plano Inicial de Reassentamento (PIR). Será que a questão do género está a ser tomada em consideração, visto que estamos a lidar com comunidades com pessoas que têm grau de instrução muito baixo e onde as mulheres não ostentam o poder de negociação?</p> <p>Tayob Sacoar Arune - Membro da Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento</p>	<p>A questão do género sobre a participação efectiva no processo das mulheres, um dos primeiros passos para garantir uma participação efectiva no processo de reassentamento é as comunidades se organizarem e escolherem os seus representantes. Claro que essas comunidades já têm os seus representantes naturais – os líderes comunitários, mas não chegam. É preciso garantir voz a todos os segmentos das comunidades como mulheres, jovens, pescadores, agricultores, grupos vulneráveis, etc. A questão do género é extremamente importante para nós e assim sendo, um dos grupos que terá que ser representado na consulta comunitária são as mulheres. Elas terão que eleger também os seus representantes.</p> <p>O reassentamento pode ser um processo difícil. Sabemos que é um processo que será sempre alvo de críticas, uma vez que é quase impossível cobrir os interesses da multiplicidade de pessoas que está envolvida no processo. A mágica aqui está em fazer um plano que seja equilibrado do ponto de vista da preservação dos direitos da comunidade, pois não se trata de construir casas mais bonitas e melhores, ganha-se ou perde-se o reassentamento no plano de restabelecimentos dos modos de vida. Vai haver uma transformação, nalguns casos para melhor e noutros para pior, nem todas as pessoas poderão viver exactamente como viviam antes do reassentamento. Vai haver uma maior monetização da economia e alterações dos modos de vida. Não há soluções perfeitas mas o que tem que haver é soluções equilibradas que resultem na melhoria</p>

		<p>das condições de vida da população.</p> <p>Victor Hugo Nicolau - Especialista em Reassentamento, IMPACTO</p>
29	<p>Numa reunião em que participei deste projecto falou-se de todas actividades que poderão decorrer em Palma e que o tráfego será maior tanto na área marítima como na terrestre. Gostaria de saber se estes projectos estão em coordenação directa com o governo e com a direcção provincial responsável pela área dos transportes para discutir quais serão as medidas de prevenção dos acidentes de viação? Isto porque a população ainda não está muito consciente sobre o projecto e com a grande movimentação das viaturas.</p> <p>Afonso Weremo - Técnico da Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações</p> <p>Deve-se preocupar não apenas com os acidentes mas também com a mobilidade. Como será feito no sentido de o local ter uma mobilidade eficiente e eficaz para não haver perturbações.</p> <p>Paulino Timana Junior - Membro Associação Rede para a Advocacia e Lobby Social Uthende (Ruth) / Plataforma dos Recursos Naturais</p>	<p>Nós temos o DUAT concedido à AMA1 e ENH (RBLL) e a Eni vai entrar na RBLL.</p> <p>Sobre o transporte, temos reunido com o Ministério dos Transportes e Comunicações sobre o projecto desde 2011 e recebemos a visita do ministro em Pemba e Palma no início de 2012. Mantemos um diálogo contínuo sobre as nossas necessidades de infra-estruturas como portos, aeroportos e estradas. Neste contexto tivemos uma reunião em Pemba na semana passada, na qual o Ministro esteve presente. É importante que o Ministério dos Transportes e Comunicações perceba o que planificamos fazer em termos de infra-estruturas e que os nossos planos sejam integrados nos planos distritais, regionais e nacionais.</p> <p>Sobre como este projecto se enquadra nos planos de Palma, estamos a trabalhar com a ENH e outras entidades de forma a que os nossos planos se enquadrem nos planos regionais e nacionais.</p> <p>Relativamente à questão do tráfego, na maioria dos locais onde trabalhamos no mundo, o perigo número um é a segurança rodoviária. Por isso, nós e a Eni tratamos desta questão com muita seriedade. Todas as nossas viaturas estão equipadas com caixas que fornecem informação contínua sobre a velocidade à nossa sede e alguns de nós recebem notificações imediatas caso alguém exceda a velocidade. Em vários casos, os nossos limites de velocidade estão bem abaixo dos limites de velocidade do país de forma a evitar acidentes. Reconhecemos que ter acidentes com as comunidades locais, que estão pouco habituadas à circulação de viaturas, pode causar problemas sérios que nós queremos evitar. Na vila de Palma, que consideramos ser o local de maior risco de acidentes, o nosso limite de</p>

		<p>velocidade é 20km/hora.</p> <p>John Pepper - Director Geral, AMA1</p>
30	<p>Até que ponto a Eni e a AMA1 estão preparadas caso o MICOA não aprove o EIA deste projecto?</p> <p>Paulino Timana Junior</p>	<p>Existe a possibilidade de o governo não aprovar o EIA mas este processo obedeceu várias fases. Uma das fases é o EPDA. O EPDA é justamente para discutir sobre os aspectos fatais. Se o projecto tem aspectos fatais não passa dessa fase. Nessa fase já sabemos que todos os aspectos fatais (que podem impedir o avanço do projecto) foram tidos em consideração. Podem acontecer questões graves dentro desta fase que vão impedir por exemplo que o projecto esteja localizado na área proposta, e aí muda-se de local. Mas creio que não há ninguém nesta sala que queira que as quantidades de gás descobertas fiquem debaixo da terra para sempre. Nós como somos uma parte da equipa pensamos que estamos a jogar para ganhar com justiça, respeitando o ambiente, as comunidades. Não queremos que as comunidades reclamem do projecto e, se assim for, não teremos financiamento para a execução do projecto.</p> <p>Alexandre Jossias - Coordenador Ambiental, AMA1</p>
31	<p>Gostaria de saber da Eni quando é que começam as obras da estrada Pemba - Mocímboa da Praia?</p> <p>Imamo Mussa - Paralegal na Área de Recursos Naturais, Ambiente e Desenvolvimento</p>	<p>Nós ainda estamos na fase de estudos de pré-viabilidade e de desenho inicial de engenharia. Começamos também o processo de lançamento de concurso para escolha da empresa de engenharia. Penso que iremos começar a construção em 2014.</p> <p>Chiara Cerruti - Gestora de Saúde, Segurança e Ambiente e de Investimento Comunitário, eni East Africa</p>

Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Reunião de Consulta Pública - Comunidade de Quitupo

Matriz de Questões e Respostas

Data: 17 de Outubro de 2013

Local: Quitupo

Hora: 09:30 - 12:30

ID	Questão levantada	Resposta
1	<p>Qual foi o verdadeiro objectivo da reunião?</p> <p>Sr. Assane Mussangaja Assane</p>	<p>O objectivo da reunião foi apresentar a EIA e obter comentários e dados da população de Quitupo.</p> <p>Herberto Nhampanze – Facilitador da Reunião, Impacto</p>
2	<p>Quem atribuiu as suas terras - Quitupo - à Anadarko?</p> <p>Mr Assane Mussangaja Assane</p>	<p>As terras nunca foram vendidas e é por isso que a comunidade ainda estava a viver lá, mas essas terras em Moçambique pertencem ao Estado. Foi atribuído à Anadarko o direito à exploração, mas ninguém de Quitupo será forçado a sair da área. Os resultados da EIA demonstraram o compromisso do governo para com a população. Não gostariam de ver um projecto desta dimensão avançar sem uma avaliação ambiental. Todos os membros da comunidade podem dar contribuições durante a reunião, para enriquecer o documento EIA.</p> <p>Afirmou que Moçambique não era o único país com recursos de gás. Na verdade, muitos outros países, tal como a Tanzânia, também tinham muito gás na Bacia de Rovuma, e que estes outros países também estavam a vender o seu gás para desenvolver o país. Moçambique está a tentar competir com</p>

		<p>esses outros países para chegar a um acordo para ser um dos maiores vendedores de gás do mundo. Apelou ao povo de Moçambique para se unir e trabalhar em conjunto para o benefício do país.</p> <p>Também salientou que o Projecto de GNL deve ser encarado como um incentivador de desenvolvimento para Quitupo, Palma e para o país como um todo. Tornou claro que o Governo de Moçambique sempre mostrou abertura para discutir qualquer assunto e que pessoas tinham vindo à comunidade anteriormente para reuniões de discussão, incluindo ONGs, meios de comunicação, etc.</p> <p>Explicou que as terras ainda pertenciam a Quitupo, mas que aquela parte das terras seria colocada de parte para a construção da Fábrica de GNL.</p> <p>Tavares Martinho – Director, ENH</p>
3	<p>Por que motivo o Projecto pretende reassentar as pessoas de Quitupo?</p> <p>Sr. Assane Mussangaja Assane</p>	<p>Não é seguro para as comunidades viverem nas redondezas de tais instalações industriais, porque são grandes e barulhentas. As pessoas e os recursos não podem viver no mesmo espaço. Acrescentou que, o desenvolvimento acarreta muitos desafios e as pessoas têm de se preparar para a mudança de forma a se adaptarem ao progresso. Disse que era uma questão de escolha e que as pessoas tinham de estar preparadas para deixarem as suas terras, pois este é um pré-requisito para que os recursos possam ser extraídos e desenvolvidos, o que, por sua vez, isso trará benefícios para a comunidade.</p> <p>Victor Hugo Nicolau – Especialista de Reassentamento, Impacto</p>
4	<p>Por que motivo o Governo enviou pessoas para os espiar nos assuntos relacionados com o reassentamento e,</p>	<p>O Governo está receptivo para trabalhar com quem estiver interessado em contribuir para que o processo se encaminhe na direcção certa. O Governo</p>

	<p>ao mesmo tempo, não permitiu que outras organizações operassem na comunidade?</p> <p>Sr. Assane Mussangaja Assane</p>	<p>está a trabalhar com a empresa para assegurar que os interesses das comunidades sejam salvaguardados durante o processo. As organizações da sociedade Civil, as ONGs, existem e estão a operar no país porque o governo assim o permitiu. Moçambique é um país democrático e não estamos contra quem quer que seja que pretenda trabalhar com as comunidades.</p> <p>Abdul Piconês – Secretário Permanente de Distrito, Palma</p>
5	<p>Em caso de reassentamento, para onde iriam as pessoas?</p> <p>Sr. Assane Mussangaja Assane</p>	<p>Ainda não é conhecido, porque ainda é necessário realizar o censo. No entanto, o Projecto de GNL cumpriria todos os padrões e normas internacionais que ditam que as comunidades devem ser reassentadas perto da localidade original.</p> <p>Victor Hugo Nicolau – Especialista de Reassentamento, Impacto</p>
6	<p>Por que motivo o governo se envolveu em negócios com o Projecto de GNL sem informar a comunidade, ou seja, fazendo negócios sem informar a população de Quitupo?</p> <p>Sr. Assane Mussangaja Assane</p>	<p>Consulte a resposta à pergunta n.º 2 acima.</p>
7	<p>A floresta e as farmas de Quitupo estavam a ser destruídas; no entanto, as pessoas não tinham qualquer tipo de apoio ao desenvolvimento.</p> <p>Sr. Assane Mussangaja Assane</p>	<p>Comentário anotado.</p>
8	<p>Explicou que a comunidade via o governo como o seu guardião. Queixaram-se perante o governo, porque acreditavam que era da responsabilidade do governo proteger e salvaguardar os direitos das pessoas e não deixar que ninguém lhes retirasse as terras. Sempre salientou ao governo que as pessoas de Quitupo não eram ignorantes e que liam as leis do país, incluindo as leis de reassentamento. Especialmente em relação ao reassentamento, era da responsabilidade do governo apoiar,</p>	<p>Comentário anotado. Consulte a resposta à pergunta n.º 2 acima.</p>

	<p>proteger e informar as comunidades sobre o que iria acontecer a Quitupo.</p> <p>Sr. Andurabe Issa</p>	
9	<p>Declarou que, desde que o Projecto de GNL chegou, começaram a existir queixas na comunidade. Parece que o governo não encontrou soluções e respostas às preocupações da comunidade. Sempre que tentaram descobrir a localização exacta da Fábrica de GNL, não lhes foi fornecida qualquer resposta.</p> <p>Sr. Andurabe Issa</p> <p>(Durante a resposta do Sr. Roberto, membros da comunidade indicaram que não pretendiam ver um mapa, já que não eram capazes de o interpretar. Insistiram que o que pretendiam era ser levados ao local e que lhes fosse mostrada a área real para a construção da Fábrica de GNL, a área demarcada)</p>	<p>Indicou a zona de construção num mapa e apontou para as três maiores áreas de construção: molhes, cais multi-usos e a área onde as unidades de liquefacção ficariam localizadas. Reiterou que seria aí que a Fábrica de GNL ficaria - dentro da área de DUAT.</p> <p>Roberto Abib - Director do Envolvimento das Partes Interessadas, AMA1</p> <p>Todas as preocupações da comunidade serão registadas e o Governo e o Projecto GNL irão trabalhar sobre elas e darão as respostas à comunidade. Também indicou que não seria viável mostrar <i>in loco</i> a área a toda a comunidade para indicar a zona e os limites da zona de construção. No entanto, o que aconselharia, seria que a comunidade tivesse os seus comités de representação da comunidade a funcionar a 100%, para permitir uma comunicação melhor com o governo e com o Projecto de GNL, e que estes comités podiam ser levados a ver o DUAT e os limites da zona de construção.</p> <p>Herberto Nhampanze – Facilitador da Reunião, Impacto</p>
10	<p>O Sr. Andurabe Issa também inquiriu sobre a área a ser ocupada pela Fábrica de GNL, assim como sobre a calendarização da construção da fábrica. Também questionou a necessidade da construção da Fábrica de GNL em Quitupo e não em Pemba.</p> <p>Sr. Andurabe Issa</p>	<p>Resposta dada após a reunião:</p> <p><i>O local foi seleccionado após uma selecção de local abrangente que integrou critérios técnicos, financeiros, ambientais e sociais. Mais informações podem ser encontradas no Capítulo 5 do REIA. O Local do Projecto em Afungi foi o preferencial, porque possuía menor sensibilidade ambiental, sensibilidades sociais semelhantes e menores obstáculos técnicos à construção em</i></p>

		<p><i>relação a outros locais.</i></p> <p>Kamal Govender: Gestor de Projecto EIA</p>
11	<p>Além disso, indicou que o DUAT era um documento que confirmava que as terras tinham sido atribuídas a outra pessoa. Em reuniões anteriores com o governo, mostraram a área de DUAT. Hoje apenas foi dito que as pessoas não saíam. A população de Quitupo não estava satisfeita com estas contradições.</p> <p>Sr. Andurabe Issa</p>	<p>Resposta após a reunião:</p> <p><i>Um DUAT foi atribuído, mas o projecto também precisa da Licença Ambiental antes de arrancar. O processo de reassentamento também necessita de ser terminado antes de existir uma confirmação de quem vai ser reassentado e para onde. Isto será realizado consultando as comunidades. Todas as comunidades afectadas serão mantidas informadas através de comunicações regulares para evitar confusões e contradições.</i></p> <p>Kamal Govender: Gestor de Projecto EIA</p>
12	<p>Alertou o Governo e o Projecto de GNL que, se não forem dadas respostas adequadas, a comunidade não aceitará mais reuniões nas suas localidades.</p> <p>Sr. Andurabe Issa</p>	<p>A tendência actual das reuniões mostrou que existe boa vontade, compromisso e acordo para ver o Projecto a progredir. É importante possuir comités funcionais, porque é mais fácil trabalhar com grupos mais pequenos representando a comunidade, do que com toda a comunidade. O governo está pronto para receber o comité representante da comunidade de Quitupo que foi criado.</p> <p>Para beneficiar das oportunidades que serão produzidas pelo Projecto, a comunidade necessita de se preparar em termos de competências para o emprego, enviando os seus filhos para a escola.</p> <p>Tavares Martinho – Director, ENH</p> <p>Informou que Victor Hugo estaria presente até ao final de Outubro e todos os assuntos relacionados com o reassentamento podem ser-lhe enviados para obtenção de respostas.</p> <p>Todas as preocupações e comentários efectuados durante a reunião, relacionados com o EIA, foram registados e serão incorporados no REIA final.</p>

		Herberto Nhampanze – Facilitador da Reunião, Impacto
13	<p>Exibiu uma das brochuras da GNL indicando a área de DUAT. E, no seu entendimento, a delimitação do DUAT foi a primeira fase do processo do DUAT. Procurou uma explicação sobre a segunda fase.</p> <p>Sr. Andurabe Issa</p>	<p>Resposta dada após a reunião:</p> <p><i>Tal como foi mencionado acima, o processo de DUAT está completo.</i></p> <p>Kamal Govender: Gestor de Projecto EIA</p>
14	<p>Além disso, o orador questionou o papel desempenhado pelas equipas "secretas" que, de vez em quando, são enviadas à vila pelo Governo de Distrito para espiar as pessoas que vêm ajudar a comunidade com assuntos relacionados com o DUAT. Queixa-se sobre o facto de o comandante da polícia ter visitado a vila para saber onde é que os apoiantes da comunidade colocariam aparentemente o pessoal do CTV, enquanto estes estivessem na comunidade. Queria saber por que motivo o governo estava a proibir organizações de trabalhar em Quitupo.</p> <p>Sr. Andurabe Issa</p>	<p>Consulte a resposta à pergunta n.º 4 acima.</p>
15	<p>Indicou que a comunidade gostaria de se envolver directamente em conversações com o Projecto de GNL e não através do governo.</p> <p>Sr. Andurabe Issa</p>	<p>Comentário anotado.</p>
16	<p>O Sr. Andurabe Issa salientou que, na primeira reunião pública relativa ao reassentamento, os membros da comunidade sentiram que não seriam capazes de se envolver com o governo e com o Projecto de GNL e, por isso, convidaram o representante do CTV para agir em sua representação. Pediu à Sra. Alda Salomão do CTV, que estava sentada com as mulheres da comunidade, para que se apresentasse.</p>	<p>Comentário anotado.</p>

	Sr. Andurabe Issa	
17	<p>Salientou que a EIA era um marco importante para a obtenção da licença ambiental para o Projecto.</p> <p>Alda Salomão – Directora, CTV</p>	Comentário anotado.
18	<p>Além disso, usou as palavras de Roberto Abib, de que o Projecto de GNL deveria ser encarado como uma ótima oportunidade para a população de Quitupo. Alda Salomão explicou que o Projecto de GNL seria uma excelente oportunidade para Quitupo apenas se a capacitação das comunidades fosse considerada, fornecendo-lhes conhecimentos importantes em termos de técnica e organização, aumentando a sua capacidade de agir com iniciativa e responsabilidade.</p> <p>Alda Salomão – Directora, CTV</p>	Comentário anotado.
19	<p>Alda Salomão também expressou as suas dúvidas sobre a capacidade do Governo de Moçambique, a todos os níveis, de lidar com um projecto tão grande e complexo. O governo necessitaria de algum tempo para se preparar para tal indústria. Fez um apelo a todas as partes interessadas para abrandar o ritmo, para assegurar que todas as partes, as comunidades e o governo, estavam plenamente a par da situação. As comunidades necessitavam de entender o que se estava a passar e não deveria ser exercida pressão sobre elas enquanto os mesmos estivessem a desenvolver esta compreensão.</p> <p>Alda Salomão – Directora, CTV</p>	Comentário anotado.
20	<p>Perguntou onde as comunidades seriam reassentadas e porque tinham de ser reassentadas se a área a ser ocupada pela Fábrica de GNL ainda não era conhecida. Salientou que existiu uma quebra de comunicação entre o governo, os proponentes e as comunidades.</p>	Ver a resposta à pergunta n.º 5 acima.

	Alda Salomão – Directora, CTV	
21	<p>Alda Salomão lembrou a todos os presentes que o assunto do DUAT permanecia por resolver, já que todas as preocupações da comunidade em relação a este assunto não tinham tido resposta.</p> <p>Alda Salomão – Directora, CTV</p>	<p>Comentário anotado.</p> <p>Resposta após a reunião:</p> <p><i>O Projecto respondeu consistentemente a todas as questões relacionadas com o processo de DUAT. O DUAT de 7,000 hectares foi emitido inicialmente à ENH, um dos parceiros da Área 1, pelo Ministério da Agricultura, tomando em consideração o tamanho da área necessária. Este DUAT foi posteriormente passado para uma empresa chamada Rovuma Basin Land Limitada (RBLL), incorporando a ENH e a AMA1, com o objectivo de fornecer acesso às terras, assegurando que outros operadores teriam acesso às terras. A RBLL assinou uma transferência de contrato de propriedade com a AMA1 como operador da Área 1 representando os interesses de todos os outros parceiros no bloco.</i></p> <p><i>O processo seguido está em conformidade com a lei Moçambicana.</i></p> <p>Kamal Govender: Gestor de Projecto EIA</p>
22	<p>Alda Salomão deixou claro que, se existia um inimigo do governo, esse inimigo não era o CTV. Tudo o que o CTV estava a fazer era ajudar a equipar as comunidades para responder a assuntos relacionados com o Projecto GNL de forma apropriada. Enquanto ONG da sociedade civil, o CTV não quis prejudicar a implementação do Projecto, mas sim facilitá-la.</p> <p>Alda Salomão – Directora, CTV</p>	Comentário anotado.
23	<p>Alda Salomão desafiou o governo a fazer o seu papel: ou seja, proteger as comunidades vulneráveis e responder à sua falta de conhecimento mas, exactamente ao mesmo tempo, ouvir compassivamente as suas preocupações. Acrescentou que, as comunidades e a sociedade civil pretendiam ver o Projecto implementado em Afungi, mas o desafio seria</p>	Comentário anotado.

	<p>assegurar que era feito da forma correcta.</p> <p>Alda Salomão – Directora, CTV</p>	
24	<p>Alda Salomão agradeceu a todos pela oportunidade que lhe foi dada para falar em nome das comunidades locais.</p> <p>Alda Salomão – Directora, CTV</p>	Comentário anotado.
25	<p>O Secretário Permanente do Distrito fez observações finais e agradeceu a todos os presentes o trabalho feito pelos consultores, para a reunião pública do EIA, e os esforços feitos pela equipa do Projecto de GNL, para avançar com o desenvolvimento do Projecto GNL. Aconselhou todas as partes interessadas a trabalhar em conjunto para assegurar que os objectivos comuns eram atingidos.</p> <p>Pedi a todos - incluindo à sociedade civil e a outras organizações - para manterem o diálogo em aberto. Também aproveitou a oportunidade para dirigir palavras sinceras de encorajamento a todos os membros das comunidades de Quitupo, Senga e Maganja e confirmou que o governo estava a fazer tudo ao seu alcance para assegurar que os direitos deles estavam salvaguardados.</p> <p>Abdul Piconês – Secretário Permanente de Distrito, Palma</p>	Comentário anotado.

Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado

Reunião de Consulta Pública - Comunidade de Senga

Matriz de Questões e Respostas

Data: 18 de Outubro de 2013

Local: Senga

Hora: 09:00 - 12:05

ID	Questão levantada	Resposta
1	<p>Comentou-se que nas apresentações ficou claro que todas as pessoas afectadas pelo Projecto seriam compensadas. A população de Senga vive fora da área de DUAT mas tem as suas machambas dentro da área de DUAT. Seria compensada?</p> <p>Sr. Leonardo Paume</p>	<p>Indicou que Senga não seria reassentada pelo Projecto de GNL, porque Senga estava fora da região de DUAT. No entanto, a equipa de reassentamento do Projecto estava ciente de que existiam pessoas de Senga com machambas dentro da área de DUAT. Foi esse o motivo para estar a decorrer um censo, a fim de determinar quem tinha machambas dentro da área de DUAT, para se poder prever quantas pessoas tinham de ser compensadas pelas perdas sofridas. A equipa do censo irá trabalhar com os proprietários para determinar onde se localizavam as machambas. As pessoas que perderem uma parcela de terra seriam compensadas com uma parcela de terra. As equipas do censo também irão trabalhar com equipas das aldeias para determinar a compensação apropriada. Para a transferência de sepulturas e locais sagrados - a decisão em relação a estas transferências necessitava de partir das comunidades, de acordo com os procedimentos e recomendações comunitários.</p> <p>Victor Hugo Nicolau – Especialista de Reassentamento, Impacto</p>
2	<p>Comentou que a base de subsistência da população de Senga era a pesca. Agora que as actividades do Projecto resultariam na restrição de algumas áreas para a prática desta actividade, qual seria o impacto na vida e na</p>	<p>Actualmente, existe uma equipa de pescas a recolher dados sobre as zonas de pesca. As informações seriam apresentadas à equipa de reassentamento para perceber de que maneira as pessoas que perdem o acesso às zonas de pesca deveriam ser</p>

	<p>subsistência das pessoas?</p> <p>Sr. Daniel Ernesto</p>	<p>compensadas. A equipa identificaria também áreas alternativas de pesca para que as pessoas pudessem continuar a pescar. Além disso, seriam feitas recomendações sobre como os pescadores poderiam melhorar a pesca. A equipa de pescas ainda estava no campo e a equipa de reassentamento está à espera dos resultados dos seus estudos.</p> <p>Victor Hugo Nicolau – Especialista de Reassentamento, Impacto</p>
3	<p>Ouviu dizer que seria construída uma cidade em Afungi. Perguntou se esta cidade seria, ou não, próxima de Senga.</p> <p>Sr. Daniel Ernesto</p>	<p>Comentou que a cidade seria próxima à Fábrica de GNL, longe das comunidades.</p> <p>Roberto Abib - Director do Envolvimento das Partes Interessadas, AMA1</p>
4	<p>Afirmou que, na última reunião que teve lugar em Senga, foi dito que Senga estava fora da área de DUAT e que não seria reassentada. Agora, foi dito que seriam afectados. Queria saber se Senga e Patacua seriam, ou não, reassentados.</p> <p>Sr. Omar Saide</p>	<p>Consulte a resposta à pergunta n.º 1 acima.</p>
5	<p>Perguntou se o governo perguntaria às comunidades sobre a forma como gostariam de ser compensadas. Também fez perguntas sobre os cemitérios. Qual seria o procedimento?</p> <p>Sr. Alberto Anssumane</p>	<p>Consulte a resposta à pergunta n.º 1 acima.</p>
6	<p>Anunciou que era o líder de Quitunda. Queria saber se seriam construídas novas casas para eles, se tivessem que ser reassentados.</p> <p>Sr. Mohamed Sumail</p>	<p>Indicou que novas casas seriam quase de certeza construídas para as pessoas que perderam as suas casas devido ao Projecto.</p> <p>Victor Hugo Nicolau – Especialista de Reassentamento, Impacto</p>
7	<p>O Sr. Hassan Francisco pediu melhores condições na escola local (mais duas salas), devido ao facto de Quitupo ser reassentado e algumas famílias com crianças terem que se mudar para Senga e o número de crianças na escola aumentar.</p> <p>Sr. Hassan Francisco</p>	<p>Indicou que o objectivo do Projecto era desenvolver a área à volta da Fábrica de GNL. É por isso que o Projecto desenvolveu o Centro de Formação, de forma a formar as pessoas da área para que se possam qualificar para trabalhos.</p> <p>Em relação à construção de hospitais e escolas, a Anadarko tinha um Plano de Investimento Comunitário. O Projecto iria</p>

		<p>trabalhar em conjunto com o governo para compreender o que a comunidade necessitaria em termos de saúde e outras infra-estruturas sociais para fornecer estes serviços.</p> <p>Roberto Abib - Director do Envolvimento das Partes Interessadas, AMA1</p>
8	<p>Disse que compreendia que não seria reassentado, mas fez perguntas sobre o que aconteceria se outra empresa viesse e pretendesse desenvolver a área. Teriam então que ser reassentados?</p> <p>Sr. Saúde Momade</p>	<p>O que estamos a apresentar aqui está relacionado com o Projecto da Anadarko e não com os planos de outras empresas e se será necessário reassentar ou não.</p> <p>Victor Hugo Nicolau – Especialista de Reassentamento, Impacto</p>
9	<p>Comentou que sabiam que Senga não seria reassentada mas que gostariam de ser considerados para mais oportunidades de trabalho. Também comentou que existia discriminação entre a força de trabalho e os trabalhadores não trabalhavam nas mesmas condições. Alguns trabalhadores, por exemplo, receberam transporte enquanto outros não.</p> <p>Sr. Nfaume Issa</p>	<p>Afirmou que era ainda o começo do Projecto. Conforme o Projecto se desenvolvesse, existiriam mais oportunidades e as pessoas seriam consideradas para estas oportunidades.</p> <p>Roberto Abib - Director do Desenvolvimento das Partes Interessadas, AMA1</p> <p>Resposta à questão da mão-de-obra?</p>
10	<p>Comentou que uma das maiores preocupações para a comunidade era o facto de não existir qualquer unidade de saúde em Senga. Frequentemente, a população de Senga, Mangala, Macala e Patacua têm que atravessar a região de mangal para chegar a Palma para ser tratada. Em caso de doença grave, isto era problemático. Em nome da comunidade, pediu à Anadarko e ao governo para ajudar com um centro de saúde, bem equipado com um médico e medicamentos.</p> <p>Sr. Tomás Pessa</p>	<p>Consulte a resposta à pergunta n.º 7 acima.</p>
11	<p>Questionou qual seria a área de restrição, em terra e no mar, já que foi referido que o gás estaria a 50Km da costa. E onde seriam reassentadas as comunidades?</p> <p>Sr. Macote Nfaume</p>	<p>Não podemos dar uma resposta porque a equipa de reassentamento tem de trabalhar com as comunidades para juntar ideias e propostas sobre as áreas que estas preferem. Estas preferências têm de ser apresentadas ao governo, para avaliar as possibilidades de transferência das pessoas para esta(s) localização(ões) preferida(s).</p>

		Victor Hugo Nicolau – Especialista de Reassentamento, Impacto
12	<p>Afirmou que as oportunidades de trabalho só estavam previstas para pessoas próximas à estrada e que as pessoas das aldeias não deveriam ser consideradas para as oportunidades. Pediu para que, na fase seguinte, também elas fossem consideradas para emprego.</p> <p>Namalile Saide</p>	Comentário anotado.
13	<p>Disse que durante a apresentação ouviu dizer que, a área de reassentamento ainda não tinha sido decidida. Perguntou quando os proponentes teriam acesso a essa informação. Também perguntou quando estaria disponível a informação sobre a localização exacta da Fábrica de GNL e sobre a extensão da área que esta iria abranger. Perguntou se iriam existir consultas públicas como parte integrante da construção da Fábrica de GNL.</p> <p>Dr. Alda Salomão – Directora, CTV</p>	Consulte a resposta à pergunta n.º 11 acima.
14	<p>A Dra. Salomão queria saber se já existiriam equipas no terreno a implementar o plano de urbanização.</p> <p>Dr. Alda Salomão – Directora, CTV</p>	<p>Policarpo Napika reiterou que, tal como tinha sido referido durante a apresentação, a área total da Fábrica de GNL era de 7000 hectares. Disse também que a área de DUAT para este Projecto existia e os interessados poderiam obter informações através do governo distrital. Sublinhou que, não existia qualquer plano secreto e que iriam ser feitas consultas públicas junto das comunidades sobre o plano de urbanização, na altura apropriada. O Governo estava aberto a partilhar e discutir com todas as pessoas interessadas qualquer questão relacionada com o processo.</p> <p>Policarpo Napika – Director Provincial, DPCA/MICOA</p>
15	<p>Disse que tinha participado nas reuniões comunitárias do EIA, no dia anterior em Quitupo e Maganja e agora em Senga. Perguntou se ao Projecto foi, ou não, atribuída uma área de DUAT. Também perguntou qual seria a área total dentro do DUAT que seria ocupada pela Fábrica de GNL.</p> <p>Sr. Camilo Nhancale - UCAJDA</p>	<p>Ver a resposta à pergunta # 14 acima.</p> <p>Resposta após a reunião:</p> <p><i>O Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique tem um DUAT de 7,000 hectares, conforme referido no n.º 14. O Projecto não irá utilizar a totalidade dos 7,000 hectares - algumas zonas estão delineadas como zonas onde não se pode construir. As zonas onde não se</i></p>

		<p><i>pode construir são áreas identificadas como sendo de alta sensibilidade ecológica. De uma perspectiva social, o processo de reassentamento irá identificar formas de minimizar o número de pessoas que necessitam de ser reassentadas.</i></p> <p>Kamal Govender – Gestor de Projecto EIA.</p>
16	<p>Afirmou que existiam contradições nas informações partilhadas: no dia anterior em Quitupo foi dito que nenhum DUAT teria sido atribuído mas, hoje, os proponentes afirmaram que existia a atribuição de DUAT. Queria saber a verdade.</p> <p>No dia anterior foi indicado que existia uma área de DUAT com 7,000 hectares e hoje a área de terreno em questão era de 18,000 hectares. Se existia um plano de construção de uma cidade em Afungi, por que razão as comunidades não tinham sido informadas? Perguntou por que o governo agiu em segredo.</p> <p>Sr. Roberto Mussa</p>	<p>Consulte a resposta à pergunta n.º 14 acima.</p> <p>Resposta após a reunião:</p> <p><i>O Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique tem um DUAT de 7,000 hectares, conforme referido no n.º 14. Os 18,000 hectares dizem respeito a uma área identificada pela ENH para uma potencial futura zona industrial. Nenhum estudo ou plano concreto foi, para já, realizado em relação à zona industrial. Quando tais planos forem desenvolvidos e/ou forem planeados projectos para o futuro - existirá comunicação com as comunidades locais.</i></p> <p>Kamal Govender – EIA Gestor de Projecto EIA</p>

ANEXO F

COMENTÁRIOS RECEBIDOS

FASE DE EPDA

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
IMPACTO, Lda.
Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Internet: www.impacto.co.mz
Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	Hermes Tacule		
ORGANIZAÇÃO:	CEPAA - Centro de Pesquisa do Ambiente Moçambique e Costeiro		
ENDEREÇO:	Chuíba - Temba	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	FAX Nº:	CEL Nº:	
E-MAIL:	hermespaculeza04@yahoo.com.br		

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM

NÃO

(assinale a resposta correta)

Comentários:

.....

.....

.....

.....

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM

NÃO

(assinale a resposta correta)

Comentários:

.....

.....

.....

.....

3. Outros comentários:

.....

.....

.....

.....

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
IMPACTO, Lda.
Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Internet: www.impacto.co.mz
Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	<i>Eudócio Valdo Tiago</i>			
ORGANIZAÇÃO:	<i>Serviço Distrital de Saúde, Mulher e acção Social</i>			
ENDEREÇO:	<i>Rua 25 de Junho</i>	CAIXA POSTAL:		
TEL Nº:		FAX Nº:		CEL Nº:
E-MAIL:				

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

fora âmbito

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

Com certeza visto que é tão abrangente desde a base e de cumprimento de quase tudo sobre este processo e medidas do possível em cada ponto que é dada. dá a conhecer

3. Outros comentários:

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
IMPACTO, Lda.
Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Internet: www.impacto.co.mz
Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	Gilberto Tiago Muanants		
ORGANIZAÇÃO:			
ENDEREÇO:		CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	FAX Nº:	CEL Nº:	827746855
E-MAIL:			

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

Com estas observações

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

É de considerar positivo referente as formas de progresso do processo de Avaliação e Impacto Ambiental e por se envolver as entidades do público residente nesta parcela da Província, do processo para seu conhecimento.

3. Outros comentários:

Nos planos previstos, constituir actividades de carácter permanente. É de considerar que deverá ser levado a cabo as presenças de comunidades no âmbito das Consultas Comunitárias em todos níveis.

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz

IMPACTO, Lda.

Internet: www.impacto.co.mz

Maputo, Moçambique

Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:				<i>Faustino Gilberto</i>			
ORGANIZAÇÃO:				<i>Funcionário do Aparato do Estado</i>			
ENDEREÇO:				CAIXA POSTAL:			
<i>S DEJT</i>							
TEL Nº:		FAX Nº:		CEL Nº:		<i>840575226</i> <i>823187101</i>	
E-MAIL:							

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

 SIM

 NÃO

(assinale a resposta correta)

Comentários:

Não se avista nenhum esquecimento visto que todas as socioeconómicas já estão referidas no relatório, e outras coisas e de contribuições que no caso da sociedade humana, queris sugerir que na Educação ainda o Distrito não tem um centro de aconselhamento de crianças com necessidades Educativas Especiais.

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

 SIM

 NÃO

(assinale a resposta correta)

Comentários:

Se houver um ou melhor haverá um controle ambiental devido que a ecologia e ambiente ecologia no País deve sempre a desenvolver, porque o animais, plantas e outros recursos, faz também parte para o desenvolvimento do nosso País em particular no Distrito de Palmos.

3. Outros comentários:

Outros outros, queris pedir ou sugerir que no acto ou no caso de obter um emprego no projecto, pelo parte da população, sugeris que houvésse mecanismos de combater o malfadoismo, visto que a maior parte da sociedade de Palmos são analistas, e quando há um tipo de pessoas abandonam nos seus centros de estudos.

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
IMPACTO, Lda.
Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Internet: www.impacto.co.mz
Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	ANTÓNIO VALÉRIO KASITIKE		
ORGANIZAÇÃO:	FRELIMO		
ENDEREÇO:	COMITE DISTRITAL - PALMA	CAIXA POSTAL:	-
TEL Nº:	-	FAX Nº:	-
E-MAIL:	-	CEL Nº:	925640115

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: *considero também serem referidas no relatório*

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: *até agora, não conseguiu ter uma maneira global de trabalhar junto a comunidade, informação quase completa sem que haja trabalho neste processo de participação pública.*

3. Outros comentários:

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
 IMPACTO, Lda.
 Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
 Internet: www.impacto.co.mz
 Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	PEDRO VARELA CHACA MENDES		
ORGANIZAÇÃO:			
ENDEREÇO:	SDAE - PESCAS - PALMA	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:		FAX Nº:	
E-MAIL:		CEL Nº:	828428620

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM

NÃO

(assinale a resposta correta)

Comentários:

~~SEM COMENTÁRIO~~

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM

NÃO

(assinale a resposta correta)

Comentários:

ESTOU SATISFEITO COM O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL, PORQUE A COMUNIDADE ESTÁ ENVOLVIDA NESTES ESTUDOS E JUNTO PARA ESPERAR UM RESULTADO POSITIVO.

3. Outros comentários:

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL DEVE REALIZAR INQUERÍTIOS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS, AGRÍCOLAS, COMERCIANTES E OUTROS SIMILARES NAS ALDEIAS QUITUPÓ, FUNZEI E NAS ALDEIAS

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

ANEXAS A ESTAS
 ADIAR TANTO POSSÍVEL.

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
 IMPACTO, Lda. Internet: www.impacto.co.mz
 Maputo, Moçambique Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	SALVADOR VASCO		
ORGANIZAÇÃO:			
ENDEREÇO:	DISTRIITO DE PALHA - SECRETARIA		CAIXA POSTAL:
TEL Nº:	FAX Nº:	CEL Nº:	84058781 ou 825276577
E-MAIL:			

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: PORQUE ESTE PROCESSO FOI BEM PREPARADO E ESPERO QUE NÃO VAI CRIAR DANOS NENHUM NO MEIO AMBIENTE OBRIGADO.

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: ACHO QUE COM ESTE TRABALHO QUE ESTÁ EM PAESA ESTA LEVAD A CABO VAI MELHORAR A VIDA NO MEIO AMBIENTE E DA POPULACAO.

3. Outros comentários:

ESPERO QUE COM ESTE PROJECTO SIGA BONHO DOS MOÇAMBICANOS MELHORE A NOSSA FORMA DE VIVER E O MEIO AMBIENTE, AUMENTAR O NÍVEL DE PRECIO.

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
 IMPACTO, Lda.
 Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
 Internet: www.impacto.co.mz
 Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	CONSTANTINO AUGUSTO		
ORGANIZAÇÃO:	FÓRUM TERRA - CABO DELGADO		
ENDEREÇO:		CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	FAX Nº:	CEL Nº:	827947860
E-MAIL:			

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

.....

.....

.....

.....

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

PARA A PARTICIPAÇÃO DAS ONG SUGERIA QUE EXISTISSE UM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE FORMA A DIVULGAÇÃO DAS LEIS DO AMBIENTE

3. Outros comentários:

E MÍDIAS NAS COMUNIDADES DESTES DISTRITOS. MOCIMBOA E PALMA.

.....

.....

.....

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
 IMPACTO, Lda.
 Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
 Internet: www.impacto.co.mz
 Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	SÓNIA MACIEL		
ORGANIZAÇÃO:	AGA KHAN FOUNDATION (AKF)		
ENDEREÇO:	PENHA		CAIXA POSTAL:
TEL Nº:	FAX Nº:	CEL Nº:	
E-MAIL:	sonia.maciell@akdn.org; soniamaciell@gmail.com		

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: Estava de ver qual o envolvimento do Parque Nacional das Quilimbas e WWF (acho q não estavam presentes)

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: Fez muito bem. Pensa q o estudo de avaliação do impacto ambiental está com certeza mto bem vindos à discussão pública.

3. Outros comentários:

Qual o papel de percepção da AKF com os locais (Impacto e Anedauko)?

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
IMPACTO, Lda.
Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Internet: www.impacto.co.mz
Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	Inês Selgas da Santos		
ORGANIZAÇÃO:	DNAPOT/NICOA		
ENDEREÇO:	Av. Acordos de Lusitania	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:		FAX Nº:	
E-MAIL:	linsfe@hotmail.com		CEL Nº: 826229210

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: Qual a número da população de estas primeiras fase foi identificada com mais afectada?
Quais as medidas que serão tomadas para preservar as infraestruturas históricas e património mundial

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:
.....
.....
.....

3. Outros comentários:

Existe para Rocimboa da Praia e Palma planos estratégicos de desenvolvimento que podem ser consultados a nível da direcção provincial para coordenação da Acção ambiental em Cabo Delgado no âmbito do projeto biodiversidade marinha e costeira

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
 IMPACTO, Lda.
 Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
 Internet: www.impacto.co.mz
 Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	Luis Francisco TENBE		
ORGANIZAÇÃO:	DINET - Direcção Nacional do Ensino Técnico (MINE)		
ENDEREÇO:	Av. 24 de Julho, 167, 7º andar	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:		FAX Nº:	
E-MAIL:	Luis.tenbe@mec.gov.mz		CEL Nº: 824773680

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: *Não pude ler na íntegra e com a devida atenção e embelezamento da obra. Por isso não posso avaliar.*

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: *Tem sido abrangidas todas as partes da sociedade local com particular ênfase às populações de Cabo Delgado.*

3. Outros comentários:

Muito obrigado

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
IMPACTO, Lda.
Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Internet: www.impacto.co.mz
Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	Amauro Umbane		
ORGANIZAÇÃO:	Administração Nacional das Pescas		
ENDEREÇO:	Rua Conselheiro Pedrosa	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	21358000	FAX Nº:	21320335
E-MAIL:	ajocu@hotmail.com		
		CEL Nº:	822526000

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: Tem sido pratica na fase de consultas publicas com as comunidades pesqueiras se feita apenas com o representantes destes grupos o que não e' correcto. E' de recomendar que seja ouvidas as comunidades sem olhar a posição que o entrevistado representa nessas comunidades

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:
.....
.....
.....

3. Outros comentários:
.....
.....
.....
.....

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
 IMPACTO, Lda.
 Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
 Internet: www.impacto.co.mz
 Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	Amauro Umbane		
ORGANIZAÇÃO:	Administração Nacional das Pescas		
ENDEREÇO:	Rua Conselheiro Pedrosa	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	21358000	FAX Nº:	21320335
E-MAIL:	ajocu@hotmail.com		
		CEL Nº:	822526000

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: Tem sido pratica na fase de consultas publicas com as comunidades pesqueiras se feita apenas com os representantes destes grupos o que não e' correcto. E' de recomendar que seja ouvidas as comunidades sem olhar a posição que o entrevistado representa nessas comunidades

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

3. Outros comentários:

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
IMPACTO, Lda.
Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Internet: www.impacto.co.mz
Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	Helio Bambo		
ORGANIZAÇÃO:	INGC		
ENDEREÇO:		CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	826946900	FAX Nº:	
E-MAIL:	heliobambo@hotmail.com		
		CEL Nº:	826946900

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

Em termos socioeconómicos não vi nenhuma evidência de investimentos em áreas de formação de quadros nacionais que se possam enquadrar na ANADARA.

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

.....

.....

.....

3. Outros comentários:

Proporho investimento na área de formação educacional técnica, especificamente na área de actividades desempenhadas pela ANADARA, e que as instituições estejam baseadas em Moçambique.

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
 IMPACTO, Lda.
 Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
 Internet: www.impacto.co.mz
 Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	r/ Orlando Sebastião Esteves Felismino Junior.		
ORGANIZAÇÃO:			
ENDEREÇO:	Dua Salinas nº 201	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	21722372	FAX Nº:	823217570
E-MAIL:	H.Pereira@IAM-Co. MZ.		

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: Aumento de emprego e actividades económicas, identificação de áreas de preservação da natureza, preservação do habitat marinho ex: Corais e Ervas marinhas, Algas marinhas e Costeiras tentáculos etc.

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários: pois o aparecimento do futuro recurso está sendo acompanhado não só pelos empresários mas sim também as comunidades locais, autoridades locais, organizações ambientais e o público em geral.

3. Outros comentários:

.....

.....

.....

.....

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes
IMPACTO, Lda.
Maputo, Moçambique

E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
Internet: www.impacto.co.mz
Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	ARMINDO FRANCISCO MANHIÇA		
ORGANIZAÇÃO:	AGÊNCIA DO ZAMBEZE		
ENDEREÇO:	AV. 24 DE JULHO Med. de INSS 2.º andar	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	823298170	FAX Nº:	
E-MAIL:	AMANHIC2000@YAHOO.COM		
		CEL Nº:	843298170

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de Gás Natural Liquefeito na Província de Cabo Delgado e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

.....

.....

.....

.....

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

.....

.....

.....

.....

3. Outros comentários:

.....

.....

.....

.....

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS, SETEMBRO 2011

Por favor, complete e devolva no final da reunião ou até Sexta-feira, dia 14 de Outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Sra. Sandra Fernandes E-mail: sfernandes@impacto.co.mz
 IMPACTO, Lda. Internet: www.impacto.co.mz
 Maputo, Moçambique Tel: +258 21 499 636 Cel: +258 82 304 6650 Fax: +258 21 493 019

NOME:	KAREN SCHOEMAN		
ORGANIZAÇÃO:	TECOMATI, LDA.		
ENDEREÇO:	EN 106, MUXARA, PEMBA	CAIXA POSTAL:	
TEL Nº:	825529826	FAX Nº:	
E-MAIL:	jkg@timbers@gmail.com		

COMENTÁRIOS (Use folhas adicionais, se necessário)

1. Há questões ambientais e/ou socioeconómicas que considera que não estão devidamente referidas no relatório de EPDA do Projecto de GÁS NATURAL LIQUEFEITO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO e nos Termos de Referência para o respectivo EIA?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

.....

.....

.....

.....

2. Está satisfeito com a forma como o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental e nomeadamente o Processo de Participação Pública estão a ser conduzidos?

SIM NÃO (assinale a resposta correta)

Comentários:

.....

.....

.....

.....

3. Outros comentários:

Do you interview the affected parties at any stage of your assessment to get their input with regards to their concerns?

MUITO OBRIGADO PELA CONTRIBUIÇÃO!

EDPA – Anadarko – GNL

Comentários

WWF

Com o objectivo de contribuir para uma melhor abrangência do estudo (AIA) previsto, apresentamos abaixo sugestões de aspectos a serem incluídos nos termos de referência para o estudo. Nós somos uma instituição plenamente preparada para apoiar com mais inputs sobre estes e outros assuntos caso seja desejado por parte dos proponentes e/ou a equipa de consultores.

Sugestões para inclusão nos Termos de Referência de AIA:

Questões Ambientais e Sociais

1. Incluir o cálculo de emissões de carbono do projecto e propor medidas de sua mitigação (em conformidade com as obrigações legais do estado Moçambicano, segundo a Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, ratificada pela Resolução n.º 1/94, de 24 de Agosto.)
2. Ampliar particularmente o âmbito de estudo na área marinha para poder cobrir toda a área afectada pelo projecto, incluindo o transporte e exportação de gás (rotas migratórias de baleias, zona de pesca, etc.), e especialmente a área potencialmente afectada pelo dragagem (corais, ervas marinhas, zonas de pesca, etc.)
3. O EPDA apenas sugere uma possível rota para o gasoduto (pag xxx). Propomos que seja incluído no estudo outras possíveis rotas: entre Tecomaji Rongui e entre baía de Cabo Delgado e Tecomaji.
4. Incluir estudos sobre mudanças climáticas, a dois níveis:
 - a. Nível do projecto (impacto de subida de nível do mar, eventos extremos (ciclones, tempestades, cheios etc.) na área escolhida para o projecto
 - b. Nível de contribuição de PGA à ciência básica sobre mudanças climáticas no país – instalação de sensores para medir os níveis de mar, estação meteorológica, etc. (Nota-se que neste momento há uma escassez de dados sobre este assunto que limite as projecções possíveis e assim as medidas que podem ser potencialmente tomadas.) Sugiro que se entresse em contacto com o INGC sobre este assunto.
5. Deve identificar as grandes lacunas de conhecimento e que irão requer estudos de longo prazo para as colmatar. Estes estudos podem ser sobre biodiversidade, como por exemplo, os mamíferos marinhos (números, rotas migratórias, zonas de alimentação etc.), como também sobre aspectos sociais (capturas de pescado e outros recursos marinhos que são neste momento mal estudados e pouco conhecidos). O PGA deveria propor a implementação destes estudos ao longo de tempo, com os resultados a influenciar a evolução do próprio PGA como também os planos de compensação caso necessário.

6. Devem incluir nos estudos sociais o estudo sobre o impacto previsto do projecto na economia local, provincial e nacional, e as oportunidades de desenvolvimento local existentes potenciadas pelo projecto de modo que poderiam ser avaliados os impactos sociais e a perspectiva de mitigação.
7. Avaliar no fim de AIA o impacto residual do projecto, de modo a facilitar o cálculo de “Offset” de biodiversidade, seguindo as normas de Princípios de Equador e os Performance Standards de IFC (especificamente PS6).
8. Deveria ser estudada também a criação de um mecanismo permanente de monitoria da implementação dos compromissos feitos, quer sociais, quer ambientais. Experiências nacionais, demonstram que a criação pela empresa de fundações sociais é pratica. Estas são dotadas de capital independente da empresa mas que garante a implementação dos compromissos da empresa para com a comunidade.
9. Estudar o impacto sócio-económico e ambiental do aumento do tráfego terrestre e aéreo na zona, incluindo do aumento do índice de pessoas no local.
10. Incluir nos Termos de Referencia, um estudo sobre o impacto do reassentamento das permanentes pessoas da area do projecto, incluindo o seu impacto sobre as ilhas próximas que estão no itinerário de pescadores e o modo como o projecto irá afectar os assentamentos temporários (3-6 meses) de pescadores - a área tem 3 grandes assentamentos temporários de pescadores - Milamba, Salama e Nsemo.

Estudar e incluir no PGA recomendações clara sobre a forma de tratar as espécies (que se encontram na lista de Especies Vermelhas) que existem no Santuario Comunitário da Ilha Vamizi - Bumphead parrotfish (*Bolbometon muricatum*) e Napoleon Wrasse (*Cheilinus undulatus*). Os que são observados entre Vamizi e Metundo, greyreef shark (*Carcharhinus ambyrhynchus*) e (*Epinephlus lanceolatus* and *Epinephlus tukula*) presentes em Rongui.

Questões sobre o Processo

11. Deveria assegurar que todos os estudos especializados sejam públicos, para que possam ser usados por todos os intervenientes e académicas relevantes, mesmo fora do âmbito do EIA como contributo a disponibilidade de informação sobre a área estudada.

Nota se que este PGA vai cobrir um período de tempo prolongado, e assim tem que ser um documento flexível mas também com muitas complexidades. Assim a grande parte das sugestões a seguir requer uma análise **jurídica** para a sua implementação.

12. Deveria propor mecanismos permanentes para diálogo com comunidades e sociedade civil para a duração do projecto (20-40 anos!).
 - a. NB: Este projecto não é de curta duração, e assim os mecanismos preconizados no processo de AIA não serão suficientes para consulta contínua com as comunidades, autoridades locais, e sociedade civil.

- b. Deve ser então um mecanismo flexível com uma estrutura permanente de liderança. Talvez pode se pensar num tipo de comité permanente com uma gestão participativa que podia ajudar não somente na auscultação e no fluxo de informação, mas também podia contribuir com ideias e sugestões para acções sociais etc. Possivelmente precisarão de ter comités a vários níveis (distrital, provincial, nacional) com intervenientes diferentes de modo a maximizar a participação.
13. Deveria ser ao mesmo tempo proposto um mecanismo social para CSR (responsabilidade social corporativa) e as acções sociais desenvolvidas no contexto dos fundos sociais presentemente canalizados pelo INP. Os comités previstos no número 12 acima poderão ajudar nisso. Criando sugestões para INP dentro deste processo de AIA é uma oportunidade para esta instituição melhorar o processo para todos os operadores no país.
 14. Como sempre, será essencial que estejam inclusos no PGA um mecanismo de apreciar e avaliar os impactos reais, em tempo real durante a implementação do projecto. Terá que haver no terreno uma equipa (melhor uma equipa multisectorial) para fiscalizar estes aspectos. Possivelmente esta equipa podia prestar contas ao comité proposto no número 12 acima e esta fiscalização, disponibilização de informação sobre os resultados e dialogo sobre o assunto ser enquadrado dentro da perspectiva de transparência, dialogo permanente e responsabilidade em relação ao negocio defendidos pela Empresa.
 15. Deveriam tentar publicar e discutir os vários estudos feitos no âmbito de AIA a medida que sejam terminados , talvez na forma de reuniões técnicas sobre estes estudos, de modo a recolher contribuições de PIAs que podem ajudar e enriquecer a versão final do estudo

Estas questões deveriam ser inclusos no máximo possível dentro de PGA por ser um documento **vinculativo** para o projecto, seja quem for o dono do projecto ou quem lidera a companhia. Infelizmente há muitos exemplos de compromissos feitos pelos proponentes originais de um determinado projecto, que depois da sua venda ou transferência para uma outra entidade já não são honrados pelos novos proprietários.

Com os nossos melhores cumprimentos

Maputo, 12 de Outubro de 2011

Assunto: Envio de Contribuições para os termos de referência para o EIA do projecto da Anadarko de desenvolvimento e operação de vários campos de gás na Área da Bacia do Rovuma e Fabrica de Gás natural Liquefeito

Nome: Nathalie Grimoud

Organizações de Cabo Delgado : Fundação AgaKhan, ACRIDEME, ADBG, Karibo, Activa, Forum Terra- Cabo Delgado, GMD – Cabo Delgado, CAICADE, KEPA, Helvetas, e **organizações nacionais** Kuwuka-JDA, MUGEDE, IMPROG e Plataforma para recursos naturais e industrias extractivas.

Endereço: Plataforma para recursos naturais e indústrias extractivas- c/o WWF- Moçambique
rua Macombe Macossa 213 P.O.Box 4560-Maputo
Tel [+ 258 21483121](tel:+25821483121)- +258 82 36 34 566
email: nathaliegimoud@gmail.com

Nossa sugestões foram congregadas num encontro em Cabo Delgado no qual participou a Anadarko.

1. Incluir nos termos de referência para o EIA um estudo sobre os meios de comunicação e de divulgação de informação diversa (saúde, eleições, etc) utilizados na área do projecto para recomendar o PGA para eficácia do processo de comunicação associada ao projecto durante o seu período de vida. Este estudo devera olhar para envolvimento das organizações de base (CCPs, CGRN, outras OCBs).
2. Incluir nos termos de referência do EIA um estudo sobre a melhor forma de institucionalizar um diálogo permanente entre a sociedade civil, comunidades, governo e as empresas e incluir recomendações no PGA.
 - o Por exemplo, criação de um fórum comunitário de comunicação do qual podem fazer parte as OCBs e outros actores comunitários.
3. Incluir nos Termos de referencia do estudo sócio-economico a identificação de oportunidades locais económicas a serem potenciadas. A informação resultante pode servir para informar não só a empresa, mas também ao governo sobre a melhor forma de assegurar e facilitar ligações económicas locais com o projecto.

Outras sugestões relativa ao processo tanto de consulta como de comunicação.

4. Adaptar as mensagens e apresentações aos vários públicos ou audiência (nos referimos as mensagens sobre o projecto - durante a fase de consulta e, durante a implementação do PGA).

CABO DELGADO INVESTMENTS Ltd ("CDIL")



Dr. Michael H. Gera
Chief Executive Officer
Cabo Delgado Investments Ltd.

Registered office:
CDIL (Jersey)
15 Esplanade
St Helier
Jersey JE1 1RB

By email and fax:
Felicidade Munguambe
Impacto
Av. Mártires da Machava, 968 - Maputo
E-mail: fmunguambe@impacto.co.mz
Fax: +258 21 493019

Correspondence address:

14-16 Bruton Place
London
W1J 6LX

13th October, 2011

COMMENTS ON:

Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Definição de Âmbito (EPDA) dated September 2011
compiled by ERM and Impacto.

Dear Ms. Munguambe:

Cabo Delgado Investments Ltd. ("CDIL") via its Mozambican Subsidiary Cabo Delgado Biodiversity & Tourism Lda, holds the concessions to Vamizi Island and Rongui Island in Cabo Delgado Province. I attended the presentation facilitated by Impacto in Pemba on 28 September and subsequently examined the EPDA Report (the "Report"). On page vi of the Report, you invite comments. I hereby submit CDIL's comments.

Would you be so kind as to acknowledge receipt of this email and fax.

Kind Regards



Vamizi Island

- The Report made no mention of Vamizi as a potentially impacted tourist destination. This needs to be corrected and we ask that this be noted. Please refer to www.vamizi.com as a first step.
- Vamizi is one of the top three ultra-high end destinations in the Indian Ocean. It is very prominent worldwide and is considered a showcase destination by the Mozambican authorities.
- A very significant amount of investment by shareholders and villa owners (\$tens of millions) has gone into developing Vamizi
- Vamizi could be impacted by Anadarko's development as follows:
 - The LNG plant – if visible – will render Vamizi uninteresting to its clientele
 - The sight of floating platforms, associated flaring, LNG carriers and support vessels will render Vamizi uninteresting to its clientele
 - Light pollution at night could severely damage/destroy Vamizi's appeal
 - Aircraft and helicopters flying in sight of Vamizi will greatly damage business
 - Environment: damage to the reef and marine life generally will very significantly negatively impact Vamizi's appeal (see environment section below)
 - Security: as a result of the LNG plant's presence, there will be more traffic in the area making it harder to know who is who
 - The above relates to permanent potential damage. On top of that, one should consider potential loss of business whilst Anadarko's facility is being built. In particular, pipeline laying – if visible – will cause our lodge to have to shut down for the duration.

Rongui Island

- Rongui is much closer to Anadarko's onshore site
- Rongui is being developed as another high-end luxury resort and has also received significant investment
- The more suitable location for tourism activity on Rongui is on that island's North side. Unfortunately, that will be approximately 4km from the Afungi site (if that is the location chosen).
- All comments for Vamizi apply – but with even more potential for fatal impact on Rongui's prospects

Other resorts

- The surrounding resorts of Tecomaji and Metundo could be severely impacted (Tecomaji plainly so). In theory they are competitors to us, but in reality we cater to very different markets and instead collaborate on many aspects of business (eg. aviation). If one or both of these resorts are driven out of business by Anadarko's presence, that will be net negative for us.

We request that the following happen:

1. Clarity to be given on the exact location of the LNG onshore facility. The Afungi site, if chosen, is obviously much more problematic to Vamizi and Rongui

2. Clarity to be given on the maximum height of the onshore facility and what options exist for lower buildings
3. Clarity to be given on the floating platforms locations.
4. Clarity to be given on exactly where LNG carriers will load. Will they be below the horizon from Vamizi and Rongui. What is their expected frequency? Can they load at night alone?
5. A complete visual study to be carried out explaining what will be seen of the onshore and offshore facilities as well as the LNG carriers from various points around Vamizi and Rongui's coast – both by day and night
6. How much by way of floodlighting is generally needed for an onshore facility? How much scope is there to reduce this? We request a study be commissioned on this
7. Has the final routes for undersea pipes been decided?
8. Security: what is the estimated increase in sea traffic in the area
9. How many employees (including contractors) are likely during the build phase and beyond?

Environmental concerns and requests

1. Shipping lanes should be well away from coral reefs / shallow sea grass beds to avoid collision.
2. The pipeline should be laid and routed through deep water and only as a last resort in shallow water to avoid reefs / sea grass beds. The EPDA only proposes one route in page 57. We believe two other routes should be studied: (i) between Tecomaji and Rongui; and (ii) between Cabo Delgado and Tecomaji.
3. Studies need to be conducted to understand the effect of all the development on whale migratory routes.
4. The effect on fishing needs to be studied
5. The effect of significant nighttime artificial light on turtle nesting needs to be understood.
6. Construction of the rig and land facilities to abide by Mozambique environmental and health and safety regulations and legislation as well as international best practices.
7. Dredging of shallow marine environments to be avoided as much as possible. If it must take place, it should avoid damage to valuable marine benthic environments such as sea grass beds, mangrove and coral reefs. Harbour structures designs should seek to minimize dredging
8. Waste management - cleaning of vessel tanks and refuse disposal / sewage / other noxious liquid substances to controlled appropriately
9. A study is needed on the potential impact of increased boat traffic and the construction of the offshore rig on marine mammals and their local migration routes. The area between Tecomaji and Rongui is considered to be a priority area for marine mammals by the Transmap Project – i.e. one which requires conservation effort and one of significant tourism (sightseeing) potential
10. Clear rules and regulations needed on anchoring. No anchoring zones also needed.
11. A study should be made on the impact of not only moving the permanent population from the area of the construction but also the impact on the nearby islands. Large numbers of itinerant fishermen from Nacala use the area for 3-6 months every year.



12. The EPDA did not make reference to the existence of several IUCN red list species that exist in the area and are present in the Community sanctuary of Vamizi: the Bumphead parrotfish (*Bombometon muricatum*) and Napoleon Wrasse (*Cheilinus undulatus*). Also, the following have been observed between Vamizi and Metundo island: the greyreef shark (*Carcharhinus ambyrhynchus*) and the giant and potato grouper (*Epinephelus lanceolatus* and *Epinephelus tukula*). The reef of Tecomaji and Rongui are also likely to be home to these species.

Notes:

- All studies referred to above should of course be carried by a body that both agree will be impartial
- The above comments and requests do not constitute the entirety of CDIL's comments and requests. CDIL may have further such comments and requests at a later date.

VERDEMAR, LDA

Av. Marginal Praia do Wimbe, Bairro Eduardo Mondlane

Cidade de Pemba – Cabo Delgado

matteo@metundo.com

A

ANADARKO MOCAMBIQUE

Cidade de Pemba

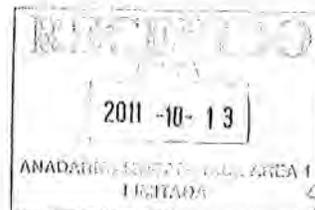
Assunto: Observação

N/Ref90/VML/2011

A VERDEMAR, LDA proprietária da Metundo Lodje sita no distrito de Palma Província de Cabo Delgado representado pelo seu Adiministrador Matteo Vaghi, de nacionalidade Italiana, vindo se na obrigação de expor as suas lamentações sobretudo pelos efeitos que as obras e implementação do projecto de gás que o mega projecto Anadarko Moçambique vai lançar.

De lamentar que a consulta publica promovida pelo seu consultor **IMPACTO** no mes de Setembro ano corrente que teve lugar na sala de conferencia do Pemba Beach Hotel em Cabo Delgado que no nosso entender não foi claro e transparente dado que certos investidores do Distrito de Palma que operam nas ilhas circunvizinhas e nas aguas que este projecto ambicioso terá como seu campo de operação neste distrito.

Classificamos assim como falta de comunicação dado que até quando nos apercebemos que iria ocorrer esta consulta publica ca em Pemba solicitamos por meio de uma carta a Anadarko Moçambique, onde não tivemos nenhuma resposta e nem convinte da ultima hora tanto da Anadarko como do seu consultor **Impacto** (alegado 1).



Actividade principal no sector hoteleiro e de mergulho e pesca é o patrimonio principal do investidor hoteleiro é o ambiente, natureza.

Sugerimos que no proximo estudo e consulta do impacto ambiental que seja mais profunda e profissional nos seguintes argumentos:

- Projecto aprofundado do porto industrial a ser instalado na cidade de Palma, em particular nos serviços da dragagem e tratamento da areia proveniente desta dragagem. Os cuidados a ser tomado nesta dragagem o que conserna a conservação do habitate das especies marinhas e curais.
- Rotas e atracagem de toda frota maritima envolvidos neste projecto.
- Clarificação do tubo e o equipamento proprio de pescagem de gás, visto que o posso tubarão esta localizado muito proximo da ilha de Metundo
- Clarificação de tubos de caregamento do deposito para o navio de carga
- Definição de area de investimento
- Definição de area restrita da navegação normal dos barcos ao uso turistico, transporte de pessoal , logística e pesca artesanal.
- O impacto da visibilidade do barco de investimento com o litoral no periodo nocturno e diurno e a claridade produzida pela plataforma.
- Protecção aerea dentro da area turistica (helicopter e avionetas)
- Cordenar junto com operadores hoteleiros quando a faze do trabalho a ser desenvolvimento no periodo possa afectar ou provocar danos evidentes em caso de (navios e barcos parados em frete das ilhas, teste de pressão de gás etc.).

Esperamos que a nossa explanação das preocupações não seja intendida e interpretada como vontade de barrar a implemenção do projecto de gás, mas sim como forma de lhes lembrar certos elementos que achamos merecer muita celeridade.

Pemba, 13 de Outubro de 2011



CC/

Ministerio do Turismo e Direcção Provincial de Cabo Delgado

Ministerio de Pescas e Direcção Provincial de Cabo Delgado

Ministerio de Energia e Minerais e Direcção Provincial de Cabo Delgado

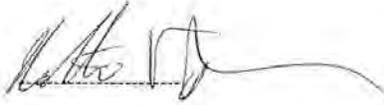
Ministerio do Ambiente e Direcção Provincial de Cabo Delgado

WWF

Ilha deVamize

Ilha de Tamogodje

Administrador



(Matteo Vaghi)

Endereço: Avenida 887,
P.O. Box 272 81472
N417-400, 107 800
2010 DZigomo - Pranhos
Mozambique

FASE DE EPDA: O resumo dos comentários recebidos depois das reuniões encontra-se na Tabela abaixo, com as respectivas respostas.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
Nathalie Grimoud Plataforma para Recursos Naturais e Indústrias Extractivas. Organizações Membro - em Cabo Delgado: Fundação AgaKhan, ACRIDEME, ADBG, Karibo, Activa, Fórum Terra - Cabo Delgado, GMD - Cabo Delgado, CAICADE, KEPA, Helvetas e as empresas nacionais Kuwuka-JDA, MUGEDE, IMPROG e . Plataforma para Recursos Naturais e Indústrias Extractivas	Por carta datada de 12 de Outubro de 2011	Incluir nos termos de referência para a AIA um estudo que descreve a estratégia de como o projecto irá comunicar e fornecer diversas informações (isto é, saúde, eleições, etc.) que são utilizadas na área do projecto com a finalidade de fazer recomendações no PGA no que concerne á estratégia de comunicação. Isto servirá para aumentar a eficiência no processo de comunicação associado ao projecto durante a seu ciclo de vida . Este estudo deve considerar o envolvimento de outras organizações locais (tais como CCPs - Conselho Comunitário de Pesca, CGRNs comité de Gestão de Recursos Naturais e outras OCBs - Organizações Comunitárias de Base).	Os TDR descrevem o processo de consulta pública a ser seguido durante o processo da AIA. Além disso, foi tomada uma decisão para aumentar o processo de consulta mencionado através de um maior envolvimento com os principais grupos interessados identificados (por exemplo, pescadores, operadores turísticos, grupos vulneráveis, etc.). O processo alargado de consulta será partilhado durante a fase de avaliação de impactos do EIA.
Nathalie Grimoud	Por carta datada de 12 de Outubro de 2011	Incluir nos termos de referência para o EIA um estudo sobre a melhor forma de institucionalizar um dialogo continuo entre a sociedade civil, as comunidades, o governo e empresas e incluir recomendações no PGA. Por exemplo, criar um fórum de comunicação da comunidade com a participação de Organizacoes Comunitárias de Base OCBs e outros agentes da comunidade.	A consulta como parte integrante do processo de AIA é descrita na resposta acima e é feita de acordo com legislação relevante. A Anadarko está planificando, como parte dos seus compromissos, realizar comunicação contínua e aberta de forma a manter um diálogo regular com a sociedade civil em Pemba. A Anadarko irá iniciar e gerir estas comunicações separadamente, mas em paralelo com o processo da AIA.
Nathalie Grimoud	Por carta datada de 12 de Outubro de 2011	Incluir nos termos de referência para o estudo socioeconómico oportunidades de negocio que poderão ser criadas e desenvolvidas. As informações resultantes podem ser úteis não	O estudo socioeconómico considerará as oportunidades de emprego e o projecto actuará para garantir o fornecimento de informações claras sobre o processo de recrutamento local bem assim os critérios para o mesmo.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
		apenas para a empresa, mas também para o governo , de forma que este possa da melhor forma garantir e facilitar o estabelecimento de relações económicas locais com o projecto.	
Nathalie Grimoud	Por carta datada de 12 de Outubro de 2011	Adaptar as mensagens e apresentações aos diferentes organismos e públicos (referimo-nos às mensagens associadas ao projecto - durante a fase de consulta e durante a implementação do PGA).	A contribuição é aceite e registada. A AIA realizará reuniões de grupos de foco com diversos grupos, de forma a criar fóruns nos quais estes grupos específicos podem expressar as suas preocupações. As mensagens e apresentações serão adaptadas ao público-alvo.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Com o objectivo de contribuir para melhorar o âmbito do estudo proposto (AIA), fornecemos algumas sugestões que devem ser incluídas nos termos de referência (TdR) do estudo. A WWF está totalmente preparada para apoiar este trabalho considerando acréscimos a este e outros temas, como exigido pela empresa e/ou a equipa consultora.	A contribuição é aceite e registada.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Incluir a quantidade estimada das emissões de carbono que serão o resultado do projecto e propor medidas para mitigar (em conformidade com as obrigações legais de Moçambique na linha da Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, ratificada pela Resolução n.º 1/97 de 24 de Agosto de 1994)	A contribuição é aceite e registada. O projecto realizará um estudo para determinar a contribuição do projecto para as emissões de carbono de Moçambique. Este estudo irá cumprir com as convenções ratificadas por Moçambique e com as normas internacionais.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Alargar o âmbito da área de estudo, especialmente o espaço marítimo de modo a incluir as áreas que serão afectadas pelo projecto, incluindo o transporte de gás e as rotas de exportação e transporte de gás (rotas migratórias das baleias, pescas, etc.); e mais especificamente a área que pode ser directamente afectada pela dragagem (recifes de coral, algas marinhas, pescas, etc.).	A AIA irá avaliar os impactos directos e indirectos das actividades associadas ao projecto e a área de estudo será alargada para incorporar todas as áreas potencialmente afectadas. Isto inclui a rota do gasoduto, do campo de furos de bombagem até à fábrica de GNL, infra-estrutura junto da costa (incluindo o pontão de exportação e a instalação de descarga marítima), quaisquer zonas marítimas que possam ser afectadas pela construção de operação no projecto. As rotas para transporte internacional encontram-se fora do âmbito da AIA.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	O EPDA indica apenas uma única alternativa para a rota do gasoduto. Gostaríamos de sugerir rotas alternativas que devem incluir o seguinte: entre Tecomaji e Rongui e entre Cabo Delgado e Tecomaji.	Agradecemos as suas sugestões. A rota do gasoduto final ainda não foi seleccionada. Estão a ser realizados estudos técnicos para compreender as diversas opções. Estão a ser consideradas três rotas alternativas para o gasoduto. Consulte a secção 4.12 do EPDA.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Incluir estudos sobre as alterações climáticas em dois níveis: a. Ao nível do projecto (isto é, o impacto da subida dos níveis do mar, eventos extremos, tais como furacões, tempestades e inundações, no local seleccionado para o projecto). b. Ao nível dos Planos de Gestão Ambiental (PGA) para elevar o conhecimento sobre as mudanças climáticas no país - instalar sensores para monitorizar os níveis do mar, uma estação meteorológica (note-se que neste momento a falta de dados sobre este assunto pode impedir a elaboração de estimativas e projecções, assim como as medidas que poderiam ser tomadas). Sugerimos que entre em contacto com o Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (INGC) relativamente a este assunto.	a. As mudanças climáticas são um fenómeno global e não é possível associar qualquer projecto a impactos específicos no local (como a subida do nível do mar) com qualquer grau de confiança. O que o estudo das alterações climáticas fará é fornecer uma melhor compreensão da contribuição do projecto para o aumento das emissões de gás com efeito de estufa. b. O pedido é registado e a possibilidade de instalar estações de monitorização será abordada com a AMA1. c. O INGC será incluído na nossa base de dados
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	O estudo (AIA) deve identificar as principais lacunas informativas que irão exigir estudos a longo prazo. Devem ser realizados estudos sobre a biodiversidade, tais como mamíferos marinhos (número, rotas migratórias, zonas de alimentação, etc.) e aspectos sociais (captura de espécies de peixes e outros recursos marinhos sobre os quais há pouco conhecimento e investigação). O PGA deve especificar que os estudos serão implementados gradualmente, com os resultados a serem novamente introduzidos no PGA e utilizados para ajustar os programas de gestão, se necessário.	A AIA irá identificar as lacunas informativas e o PGA irá incluir um programa de monitorização para as áreas de foco principais que necessitam de ser monitorizadas durante a vida do projecto. .

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Os estudos sociais devem incluir o impacto estimado do projecto na economia numa perspectiva local, provincial e nacional e estimar as oportunidades existentes para o desenvolvimento local que poderiam ser impulsionadas pelo projecto. Isto irá permitir uma avaliação dos impactos sociais e das perspectivas para a redução dos impactos.	Os comentários são aceites e registados.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	No final, a AIA deve avaliar o impacto residual do projecto para estimar as compensações em termos de biodiversidade, em conformidade com os regulamentos nos Princípios do Equador e Normas de Desempenho do IFC (PS6).	A AIA irá avaliar impactos e impactos residuais após a implementação de medidas de mitigação. Será implementada a monitorização contínua para confirmar os impactos residuais e efectuar quaisquer alterações nas medidas de gestão, sempre que necessário. As compensações de biodiversidade serão consideradas na AIA.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Deve ser considerada a criação de um mecanismo contínuo para efeitos de monitorização da implementação de compromissos sociais e ambientais assumidos. As experiências nacionais demonstraram que a criação de bases sociais por empresas foi bem sucedida. Os seus fundos e capitais são independentes das empresas e garantem que os compromissos assumidos pela empresa com a comunidade são cumpridos.	A AMA1 irá garantir a realização dos compromissos de desempenho socioeconómicos e ambientais. Isto será efectuado ao monitorar a implementação de compromissos e também o seu sucesso. Quando apropriado a AMA1 irá considerar a melhor forma de gerir os fundos sociais
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Avaliar o impacto ambiental e socioeconómico do aumento do tráfego aéreo e terrestre na área, incluindo um aumento populacional no local.	Os potenciais impactos provocados pelo aumento de tráfego automóvel e de aeronaves serão considerados na AIA.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Incluir nos TdR uma análise do impacto do reassentamento permanente das pessoas na área do projecto, incluindo o seu impacto nas ilhas circundantes sobre as vias de acesso dos pescadores e como o projecto afectará os assentamentos temporários (3 a 6 meses) desses pescadores. A área possui três grandes assentamentos principais para pescadores - Milamba, Salama e Nsemo.	Será realizado um estudo socioeconómico para determinar as características base da área, incluindo vias de acesso, população das comunidades locais, etc. Será paralelamente realizado à AIA um plano de acção de reassentamento e irá abordar questões relativas ao reassentamento.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Analisar o PGA e incluir recomendações claras sobre como gerir as espécies ameaçadas presentes no Santuário Comunitário da Ilha de Vamizi - peixe-papagaio (<i>Bolbometon muricatum</i>) e bodião Napoleão (<i>Cheilinus undulatus</i>). As espécies observadas entre Vamizi e Metundo incluem o tubarão cinzento dos recifes (<i>Carcharhinus ambyrhynchus</i>) e a garoupa gigante e batata (<i>Epinephlus lanceolatus</i> e <i>Epinephlus tukula</i>), presentes em Rongui.	As espécies de preservação que podem ser afectadas pelas actividades do projecto serão consideradas na AIA.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Todos os estudos especializados devem ser disponibilizados ao público de modo a que possam ser utilizados pelas partes interessadas e pela comunidade académica pertinente, mesmo fora do âmbito da AIA, contribuindo para aumentar as informações disponíveis sobre a área.	Os estudos especializados realizados para este projecto serão disponibilizados ao público.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	É importante salientar que este PGA abrangerá um longo período de tempo. Como tal, deve permitir complexidade e flexibilidade. Portanto, muitas das sugestões abaixo exigirão análise legal antes da sua implementação.	A resposta é reconhecida e registada. Os PGAs serão disponibilizados para comentário público.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	O PGA deve oferecer mecanismos propostos para um diálogo contínuo com a comunidade e a sociedade civil durante a duração do projecto (20-40 anos). a. NOTA: Este é um projecto a longo prazo. Como tal, o mecanismo previsto no processo da AIA não será suficiente para garantir a consulta contínua com a comunidade, autoridade local e sociedade civil. b. Assim, o mecanismo deve ser flexível com uma estrutura de liderança permanente. Deve ser considerada a criação de uma comissão permanente com participação da gestão para garantir não apenas a disponibilidade de um provedor de justiça e o fluxo de informação, mas também para fornecer ideias e sugestões para acções sociais. Também poderia ter muitos níveis (distrital, provincial e nacional) com diversas partes interessadas, de modo a maximizar a sua participação.	A resposta é reconhecida e registada. Um plano de envolvimento das partes interessadas definirá as actividades de consulta que envolvem todas as secções da comunidade local e das partes afectadas pelas fases de pré-construção, construção e operação.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Também deve ser proposto um mecanismo social para a responsabilidade social das empresas (CSR) e acções sociais realizadas no âmbito dos fundos sociais actualmente canalizados através do INP. Os fundamentos previstos no comentário anterior sobre os mecanismos contínuos podem ajudar neste sentido. Envolver o INP no processo da AIA constitui uma oportunidade para melhorar o processo de todos os operadores no país.	A AMA1 irá respeitar a legislação ambiental para concluir o EIA. Adicionalmente a AMA1 definirá a melhor estratégia para utilização dos fundos sociais para cada fase do projecto.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Como sempre, é essencial incluir no Plano de Gestão Ambiental um mecanismo para analisar e avaliar impactos reais, em tempo real durante a implementação do projecto. Deve estar presente no campo uma equipa (a melhor equipa multidisciplinar) para analisar estes aspectos. Esta equipa também deverá ser responsável pelos fundamentos supracitados. A análise, partilha de informações e diálogo sobre este assunto devem ser realizados com transparência, diálogo contínuo e responsabilidade face a negócios apoiados pela empresa.	A AMA1 irá garantir a realização dos compromissos de desempenho socioeconómicos e ambientais. Isto será efectuado ao monitorizar a implementação de compromissos e também o seu sucesso. Quando as medidas de gestão não alcançarem os resultados pretendidos, serão propostas medidas de gestão novas ou modificadas. A AMA1 irá garantir o envolvimento contínuo com a comunidade local ao longo do projecto.
Sean Nazerali, WWF	Por carta datada de 10 de Outubro de 2011	Os diversos estudos realizados no âmbito da AIA devem ser publicados e abordados assim que se encontrarem disponíveis, talvez em reuniões técnicas, de modo a recolher contribuições das PI&As, que podem ajudar e melhorar a versão final do estudo. Estes assuntos devem ser incluídos tanto quanto possível no PGA,	Os comentários são aceites e registados.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
		<p>pois é um documento vinculativo para o projecto, independentemente de quem ganha o projecto ou administra a empresa. Infelizmente, existem muitos casos de envolvimento em determinados projectos feitos pelas empresas de licitação originais que não são honrados pelas novas entidades, uma vez que o projecto é vendido ou transferido.</p>	
Matteo Vaghi, Verdemar Lda	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<p>É lamentável que a audiência pública realizada pelo seu consultor IMPACTO, durante o mês de Setembro deste ano, que decorreu na sala de conferências do Hotel Pemba Beach em Cabo Delgado, não tenha sido, na nossa opinião, transparente, nem clara, uma vez que determinados investidores no distrito de Palma que actuam nas ilhas adjacentes e nas águas afectadas por este projecto ambicioso terão esta zona como o seu domínio de actividade.</p> <p>Assim, consideramos esta situação como uma falta de comunicação. Quando percebemos que esta audiência pública seria realizada em Pemba, enviámos um pedido por carta para a Anadarko Moçambique; no entanto, não obtivemos resposta e nem mesmo, num último minuto, um convite da Anadarko ou do seu consultor Impacto.</p>	<p>A equipa da AIA deve ter identificado todos os potenciais interessados e convidou-os para a reunião. Também é reconhecido que o processo de identificação e registo das partes interessadas é um processo iterativo. De modo a garantir que as partes interessadas não são acidentalmente excluídas da participação, os convites para a reunião foram amplamente transmitidos. A este respeito, a reunião pública em Pemba foi anunciada na rádio a 12 e 23 de Setembro de 2011 e nos jornais Notícias e Diário de Moçambique, igualmente a 12 e 23 de Setembro de 2011. Note-se que Matteo Vaghi foi adicionado à base de dados das Partes Interessadas e Afectadas (PI&As) e receberá futuras notificações públicas e actualizações da AIA.</p>
Matteo Vaghi, Verdemar Lda	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<p>As principais actividades nas quais o sector hoteleiro está envolvido são mergulho e pesca e os principais activos dos investidores do hotel na área são o ambiente e a natureza.</p>	Comentário registado.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
Matteo Vaghi, Verdemar Lda	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<p>Sugerimos que a próxima fase do processo de avaliação de impacto ambiental e consultas seja mais completa e profissional e inclua as seguintes considerações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projecto deve aprofundar e disponibilizar mais informação sobre o porto industrial em Palma, especialmente as actividades de dragagem e eliminação da areia da mesma. Devem ser tomadas precauções durante a dragagem para proteger os habitats das espécies marinhas e corais. • Rotas e áreas de amarração para toda a frota marítima envolvida neste projecto. • Esclarecimento do tipo de tubo e equipamento a ser utilizado para a exploração e produção de gás, uma vez que o poço Tubarão está muito próximo da ilha Metundo. • Esclarecimento sobre o tubo a ser utilizado para transportar o gás do depósito para os cargueiros. • Definição clara da área de investimento. 	<p>A próxima fase de envolvimento irá considerar um leque de grupos de partes interessadas e interagir mais frequentemente com o mesmo. Nesta fase da AIA, o objectivo principal é notificar as partes interessadas do projecto e suscitar quaisquer comentários e preocupações para informar o âmbito dos nossos estudos.</p> <p>Serão avaliados os potenciais impactos da dragagem.</p> <p>Isto será definido melhor no EIA.</p> <p>Registado.</p> <p>Registado.</p> <p>A área de estudo é definida na secção 2.2. A AIA irá avaliar os impactos directos e indirectos das actividades associadas ao projecto e a área de estudo será alargada para incorporar todas as áreas potencialmente afectadas.</p>
		<ul style="list-style-type: none"> • Definição clara da área a ser limitada a navegação normal de barcos turísticos, transporte de pessoal, logística e pesca artesanal. • O impacto da visibilidade de embarcações na costa durante o dia e a noite e a luz emitida pela plataforma. 	<p>As zonas de exclusão serão definidas no EIA.</p> <p>Os potenciais impactos de iluminação serão avaliados no EIA.</p>

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
		<ul style="list-style-type: none"> Limitações aéreas nas zonas turísticas (helicópteros e aeronaves de pequenas dimensões). Coordenação com os agentes hoteleiros quando fases específicas do trabalho podem afectar ou causar danos evidentes (tais como navios e embarcações ancoradas ao largo das ilhas, testes de pressão de gás, etc.). 	<p>Isto será definido no EIA.</p> <p>Registado - isto será realizado como parte das comunicações contínuas da Anadarko.</p>
Matteo Vaghi, Verdemar Lda	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	Esperamos que esta declaração das nossas preocupações não seja interpretada nem compreendida como uma tentativa de prevenir ou proibir a implementação do projecto de gás, mas sim como um lembrete de determinados aspectos que consideramos merecerem a vossa atenção imediata.	A resposta é aceite e registada.
Michael H. Gera, Cabo Delgado Investments Ltd ("CDIL")	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<p><u>Ilha de Vamizi</u></p> <p>O Relatório não mencionou Vamizi como um destino turístico potencialmente afectado. Tal necessita de ser corrigido e solicitamos a sua observação. Aceda a www.vamizi.com como primeiro passo.</p>	Registado. Todas as zonas turísticas que possam ser afectadas pelo projecto serão consideradas e incluídas no estudo especializado que aborda os impactos no turismo. Se se verificar que será afectada pelo projecto, Vamizi não será excluída.
Michael H. Gera, Cabo Delgado Investments Ltd ("CDIL")	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<p>Vamizi é um dos três principais destinos de luxo no oceano Índico. É muito importante a nível mundial e é considerado como um destino do cenário ideal pelas autoridades moçambicanas.</p> <p>Uma quantidade muito significativa do investimentos das partes interessadas e dos proprietários de vilas (dezenas de milhões de dólares norte-americanos) foi alocada para o desenvolvimento de Vamizi.</p> <p>Vamizi pode ser afectada pelo desenvolvimento da Anadarko do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> A fábrica de GNL - se visível - tornará Vamizi desinteressante para os seus clientes A observação de plataformas flutuantes, queimas associadas, embarcações de GNL e embarcações de apoio tornará Vamizi 	<p>Os comentários são aceites e registados.</p> <p>A resposta é aceite e serão realizados estudos especializados durante a fase da AIA para avaliar todos os potenciais impactos aqui mencionados. Os especialistas envolvidos irão propor medidas de mitigação para evitar ou minimizar os impactos identificados.</p>

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
---------------	----------	------------	----------

- desinteressante para os seus clientes
- A poluição luminosa durante a noite pode causar danos graves/destruir o encanto de Vamizi
 - As aeronaves e helicópteros a sobrevoar Vamizi irão prejudicar muito o negócio
 - Ambiente: os danos aos recifes e vida marinha irão afectar muito negativamente o encanto de Vamizi (consulte a secção do ambiente abaixo)
 - Segurança: como resultado da existência da fábrica de GNL, haverá um tráfego mais elevado na área dificultando o reconhecimento do que o que é o quê
 - O supracitado refere-se a potenciais danos permanentes. Além disso, deve ser considerada a potencial perda de actividades durante a construção da instalação da Anadarko. Em especial, a colocação da tubagem - se visível - irá provocar o encerramento do nosso espaço turístico durante a realização da mesma.

Michael H. Gera, Cabo Delgado Investments Ltd ("CDIL")

Por carta datada de 13 de Outubro de 2011

Ilha de Rongui

- Rongui encontra-se muito mais próxima do local em terra da Anadarko.
- Rongui está a ser desenvolvida como outro espaço turístico de luxo e também recebeu investimentos significativos.
- O local mais adequado para a actividade turística em Rongui é no lado norte da ilha.
- Infelizmente, tal será a aproximadamente 4 km da área de Afungi (se for essa a localização seleccionada).
- São aplicáveis todos os comentários efectuados à ilha de Vamizi, mas com maior potencial para impactos fatais na paisagem de Rongui.

Os comentários são aceites e registados.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
Michael H. Gera, Cabo Delgado Investments Ltd ("CDIL")	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<p><u>Outras ilhas</u></p> <p>Os espaços turísticos nas imediações de Tecomaji e Metundo podem ser gravemente afectadas (obviamente Tecomaji). Em teoria, são nossos concorrentes, mas, na realidade, satisfazemos mercados muito diferentes e, por conseguinte colaboramos em muitos aspectos do ramo (por exemplo, aviação). Se um ou ambos espaços turísticos forem afastados do mercado devido à presença da Anadarko terá um resultado líquido negativo para nós.</p>	Os comentários são aceites e registados.
Michael H. Gera, Cabo Delgado Investments Ltd ("CDIL")	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<p><i>Solicitamos o seguinte:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Esclarecimento sobre a localização exacta da fábrica de GNL em terra. A área de Afungi, se seleccionada, é claramente mais problemática para Vamizi e Rongui. 2. Esclarecimento sobre a altura máxima da fábrica em terra e as opções existentes para reduzir a altura dos edifícios. 3. Esclarecimento sobre a localização das plataformas flutuantes. 4. Esclarecimento sobre o local exacto de carregamento das embarcações de GNL. Encontrar-se-ão abaixo do horizonte de Vamizi e Rongui? Qual é a frequência estimada? Podem carregar autonomamente durante a noite? 5. A realização de um estudo visual completo a explicar o que será visualizado das infraestruturas em mar aberto e em terra, assim como as embarcações de GNL de diversos pontos na costa de Vamizi e Rongui - diurnos e nocturnos. 6. Quantos holofotes são geralmente necessários para uma fábrica em terra? Até que ponto pretendem reduzir este número? Solicitamos a realização de um estudo relativo a esta situação. 7. Já foi tomada uma decisão relativamente às rotas finais para os gasodutos submarinos? 8. Segurança: qual é o aumento estimado de tráfego marítimo na área? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os resultados do processo de selecção do local indicaram que Afungi é o local preferido. A secção 4.6 do EPDA final descreve todo o processo e os resultados. 2. Serão fornecidas mais informações na fase da AIA. 3. A secção 4.2 refere que ainda não foi confirmada a necessidade de uma unidade de produção flutuante (FPU). Caso o projecto necessite de uma FPU, serão fornecidas informações na fase da AIA. 4. Serão fornecidas mais informações sobre as embarcações na fase da AIA. 5. Será realizado um estudo da paisagem e visual como parte da AIA para avaliar os potenciais impactos na paisagem e amenidade visual como resultado do desenvolvimento proposto. A visibilidade das infra-estruturas em mar aberto e na costa durante o dia e a noite será considerada neste estudo. 6. Serão fornecidas mais informações sobre os requisitos de iluminação na fase da AIA. As fontes de iluminação nos locais de construção e na instalação operacional serão geridas para reduzir a violação luminosa, enquanto garante os níveis para uma operação segura. A AIA irá garantir a utilização de medidas de mitigação (sombas, temporizadores, etc.), sempre que necessário. 7. Consulte a secção 4.1.2. A rota exacta para este gasoduto ainda não foi determinada. 8. Serão fornecidas mais informações sobre o aumento da presença de

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
		9. Quantos funcionários (incluindo prestadores de serviços) estarão presentes durante a fase de construção e posterior?	embarcações na fase da AIA. 9. Serão fornecidas mais informações sobre o número de funcionários na fase da AIA.
Michael H. Gera, Cabo Delgado Investments Ltd ("CDIL")	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<u>Questões e pedidos ambientais</u> 1. As rotas fluviais devem estar muito afastadas dos recifes de corais/tapetes de ervas marinhas pouco profundos para evitar colisões. 2. As tubagens devem ser colocadas e encaminhadas em águas profundas e, apenas como último recurso, em águas pouco profundas para evitar recifes/tapetes de ervas marinhas. O EPDA propõe apenas uma rota na página 57. Cremos que devem ser estudadas outras rotas: (i) entre Tecomaji e Rongui e (ii) entre Cabo Delgado e Tecomaji. 3. Necessitam de ser realizados estudos para compreender os efeitos de todo o desenvolvimento nas rotas migratórias das baleias. 4. Necessitam de ser estudadas as necessidades piscatórias. 5. Necessita de ser compreendido o efeito das luzes artificiais nocturnas na nidificação das tartarugas. 6. Construção de plataformas e instalações em terra para cumprir os regulamentos e leis ambientais e de saúde moçambicanas, assim como as melhores práticas internacionais. 7. A dragagem de ambientes marinhos pouco profundos deve ser evitada tanto quanto possível. Se for necessária, deve evitar danificar ambientes bentónicos marinhos valiosos tais como tapetes de ervas marinhas, manguezal e recifes de coral. As projecções de estruturas portuárias devem procurar minimizar a dragagem. 8. Gestão de resíduos - limpeza dos depósitos das embarcações e eliminação de lixo/esgotos/outras substâncias líquidas nocivas de modo controlado	1. Comentários registados. 2. Estão a ser consideradas as três rotas alternativas para o gasoduto mencionadas. Consulte a secção 4.12. 3. Será realizado um estudo de ecologia marinha e irá considerar os potenciais impactos do projecto nos mamíferos marinhos. Consulte os termos de referência da AIA, anexo B do relatório do EPDA. 4. Será realizado um estudo das pescas e irá considerar os potenciais impactos do projecto na pesca. Consulte os termos de referência da AIA, anexo B do relatório do EPDA. 5. Será realizado um estudo de ecologia marinha e irá considerar os potenciais impactos do projecto nas tartarugas marinhas. Consulte os termos de referência da AIA, anexo B do relatório do EPDA. 6. Acordado. Consulte a secção 2.1 do relatório do EPDA. 7. A dragagem será minimizada sempre que possível. 8. O projecto irá desenvolver um plano de gestão de resíduos (WMP) que identifica todos os resíduos susceptíveis de serem produzidos. Os resíduos serão tratados, armazenados e eliminados em conformidade com os requisitos do WMP e demais regulamentação relevante. 9. Registado - isto será considerado no estudo de ecologia marinha. 10. Serão fornecidas mais informações sobre a ancoragem na fase da AIA. 11. Será realizado um estudo de reassentamento e este e a AIA irão avaliar os impactos relacionados com a deslocação física e económica. 12. As espécies de preservação que podem ser afectadas pelas actividades do projecto serão consideradas na AIA.

Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
		<p>9. É necessário um estudo sobre o potencial impacto do aumento do tráfego fluvial e da construção da plataforma em mar aberto nos mamíferos marinhos e nas suas rotas de migração locais. A área entre Tecomaji e Rongui é considerada como sendo uma área prioritária para os mamíferos marinhos pelo projecto Transmap - isto é, uma área que requer o esforço de preservação e um dos potenciais turísticos significantes (visita turística).</p> <p>10. São necessárias regras e regulamentações claras sobre a ancoragem. Não é necessária qualquer área de ancoragem.</p> <p>11. Deve ser realizado um estudo não apenas sobre o impacto de deslocar a população permanente da área de construção, mas também o impacto nas ilhas circundantes. Um grande número de pescadores itinerantes de Nacala utiliza a área durante 3-6 meses por ano.</p> <p>12. O EPDA não mencionou as várias espécies da lista vermelha da IUCN que existem na área e se encontram presentes no santuário comunitário de Vamizi: o peixe-papagaio (<i>Bolbometon muricatum</i>) e bodião Napoleão (<i>Cheilinus undulatus</i>). Além disso, foi observado o seguinte entre as ilhas de Vamizi e Metundo: o tubarão cinzento dos recifes (<i>Carcharhinus ambyrhynchus</i>) e garoupa gigante e batata (<i>Epinephelus lanceolatus</i> e <i>Epinephelus tukula</i>). O recife de Tecomaji e Rongui também são susceptíveis de alojar estas espécies.</p>	
Michael H. Gera, Cabo Delgado Investments Ltd ("CDIL")	Por carta datada de 13 de Outubro de 2011	<p>Todos os estudos supracitados devem ser realizados por um organismo que ambos concordam ser imparcial.</p> <p>Os comentários e solicitações supracitadas não constituem todos os comentários e solicitações da CDIL. A CDIL pode apresentar mais comentários e solicitações posteriormente.</p>	<p>Tal como descrito na secção 1.2, a ERM e Impacto são consultoras independentes. A equipa da AIA avaliará independentemente os impactos socioeconómicos e ambientais que podem ser provocados pelo projecto GNL pela AMA1.</p> <p>Os comentários são aceites e registados.</p>

FASE DE EIA

**COMENTÁRIOS AO RASCUNHO DO RELATORIO DO
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) DO PROJECTO DE GAS NATURAL
LIQUIFEITO NA PROVINCIA DE CABO DELGADO**

*Ref. Processo: 0133576
de Agosto de 2013*

NA GENERALIDADE

1. O Ministério das Pescas gostaria que fossem transmitidas ao sector que superintende garantias objectivas de que, sempre que possível, qualquer actividade do Projecto cause o mínimo de perturbação aos recursos pesqueiros e seus habitats. Para que tal aconteça o relatório deve abordar com mais profundidade os impactos nas Pescas bem como a respectiva projecção num período razoável e não na forma genérica que se encontra.
2. Não havendo certezas absolutas dos impactos reais associados ao Projecto, devido a actual ausência de informação detalhada, seria importante que para além de se descrever os recursos pesqueiros fossem também descritas todas as pescarias por tipo de pesca existentes na região para permitir uma adequada avaliação, monitorização e estabelecimento de programas de mitigação dos impactos onde se mostrar necessário. O Sistema de monitorização de embarcações por satélite em uso na Administração Nacional de Pescas (ADNAP) é um elemento a considerar neste propósito.
3. Na avaliação dos impactos para a pesca comercial sugerimos que se tenha em conta o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca de Atum, aprovado em Julho de 2013 na 22 Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.
4. O Decreto 71/2011 de 30 de Setembro, que determina as áreas que são potencialmente propícias para o desenvolvimento da aquicultura marinha e incremento da produção de pescado, demarca uma parte do Distrito de Palma (Anexo A.1 do Decreto) como Reserva Marinha Aquícola para o cultivo de algas marinhas. Porém, em nenhum momento o relatório faz referência ao facto e ao impacto nesse âmbito.
5. O reassentamento dos pescadores artesanais em outras zonas de pesca deve constituir uma estratégia integrada de longo prazo e ter em conta as migrações que ocorrem anualmente.
6. Na interacção entre o Projecto e os diferentes intervenientes/agências as instituições do sector das Pescas são marginalizadas. O Projecto deve financiar programas específicos de monitorização dos pesqueiros marinhos e de desembarque de pescado onde o sector das Pescas deve fazer parte desse processo. Isto estende-se aos projectos de educação ambiental que envolvam pescadores. A este propósito as acções a empreender devem estar enquadradas nas estratégias e políticas sectoriais definidas para o ordenamento das pescarias, infra-estruturas pesqueiras e o desenvolvimento de aquicultura.
7. Nas medidas de mitigação para a pesca comercial (danificação de equipamentos de pesca) o Projecto deve também interagir com a Administração Nacional das Pescas

(entidade responsável pela implementação dos acordos comerciais e licenciamento da frota).

NA ESPECIFICIDADE

1. *Medidas de mitigação:* Para a pesca comercial (classificação de equipamentos de pesca) o Projecto deve também interagir com a Administração Nacional das Pescas (entidade responsável pela implementação dos acordos comerciais e licenciamento da frota).
2. *Avaliação de Impactos Socioeconómicos e Mitigação:* Deve estar patente que o Projecto colaborará com a Administração Nacional das Pescas, no sentido de se estabelecer Procedimentos de Reclamação (reclamações relacionadas com as actividades de pesca).

Tratando-se de recursos altamente migratórios e com ocorrência sazonal que garantias existem de que o impacto residual será negligenciável?

Responsabilidade social – Devem ser criadas condições para que no decurso do Projecto seja possível introduzir programas específicos de apoio às comunidades de pescadores afectados/reassentados como por exemplo: alfabetização dos pescadores; motorização das embarcações visando a pesca em mar aberto, estabelecimento de Aquaparcos no desenvolvimento da aquacultura, introdução de dispositivos de agregação de peixes, cultivo de espécies aquáticas como peixes, algas, crustáceos, entre outros.

3. *Anexo G – Material de Apoio à Definição da Situação de Referência:* Incluir descrição das pescarias.

Quadro Legal e Estratégias do Sector das Pescas – A classificação da pesca está incorrecta e estão em falta outras categorias (artigo 3 da Lei numero 3/90 de 26 de Setembro, Lei das Pescas).

4. *Anexo H – Plano de Resposta a Emergências:* No que concerne a agências a notificar em casos de emergência, incluir Pescas (ADNAP) quando se tiver que recorrer a interrupção de operações de pesca.

MAPUTO, SETEMBRO DE 2011



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to Upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features.](#)

TÁRIOS DO RASCUNHO DO RELATORIO DO NTAL (EIA) DO PROJECTO DE GAS NATURAL PROVINCIA DE CABO DELGADO

Ref. Projecto: 0133576
de Agosto de 2013

NA ESPECIFICIDADE

O Projecto LNG, como referido no REIA, irá trazer impactos sociais e economicos na área de sua implantação. No que concerne ao sector das Pescas, o projecto irá afectar as comunidades de pescadores locais, a pesca comercial em mar aberto bem como o desenvolvimento de qualquer actividade aquícola, mais especificamente:

- a. Perturbação das estratégias de sobrevivência das comunidades que dependem da pesca e transporte marítimo devido ao estabelecimento do projecto e das áreas de segurança a volta das infraestruturas;
 - b. Deslocação física de pescadores e centros de pesca;
 - c. Perda de parte do mangal e estuário na região de Afungi;
 - d. Perda considerável de porção da praia arenosa com a construção do porto na zona entre mares;
 - e. Diminuição temporária da claridade da água e soterramento permanente de parte das áreas cobertas por ervas marinhas, corais e mangais com a abertura ou dragagem de valas;
 - f. Potencial instalação de espécies exóticas e invasivas;
 - g. Potencial diminuição de abundancia de peixes devido a ruídos causados pela instalação de estacas;
 - h. Disposição de lamas e aparas de perfuração no mar com potencial impacto no soterramento e toxicidade sobre os organismos bentónicos; e
 - i. Potenciais impactos na qualidade da água e na ecologia marinha pela descarga de água de hidrotestes, água de formação, águas pluviais da fábrica de GNL e águas de lastro dos transportadores de GNL, das estações de tratamento de águas residuais e de planta de dessalinização.
1. O REIA não reporta nenhum aspecto fatal para a implementação do projecto. Todavia, a redução do acesso pelas comunidades de pescadores às áreas de pesca devido ao estabelecimento das áreas de segurança e a necessidade de reassentar estas comunidades são as questões chave e sensíveis que deverão merecer um tratamento adequado porque irão reduzir ou eliminar os rendimentos e afectar as estratégias de sobrevivência das comunidades no geral e dos pescadores em particular.
 2. Considerando que a solução destas questões dependem fortemente dos planos de



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features.](#)

áreas de seguranças a estabelecer, reiteramos ser uada de soluções de mitigação fazendo referencia as do meio aquático por agentes químicos a serem manipulados durante as operações constitui outra preocupação do sector, para além das medidas e recomendações avançadas no REIA seria importante avaliar a vertente "pescado para o consumo humano e os organismos filtradores".

MAPUTO, OUTUBRO DE 2013

EIA – Anadarko – GNL
Comentários
Sean Nazerali, Consultor Ambiental

Com o objectivo de contribuir para uma melhor abrangência do estudo, apresento abaixo sugestões de aspectos a serem incluídos no relatório do estudo. Para quaisquer esclarecimentos podiam me contactar.

Sugestões para inclusão na AIA:

Questões Ambientais e Sociais

16. Incluir, além dos cálculo de emissões de carbono do projecto, medidas de sua compensação(em conforme com as obrigações legais do estado Moçambicano, segundo a Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, ratificada pela Resolução n.º 1/94, de 24 de Agosto.) O EIA não menciona medidas da compensação destas emissões, o impacto de qual seja considerado Grande, mesmo depois de todas as medidas de mitigação recomendadas.
17. Incluir dentro do EIA estudos de monitoria sobre mudanças climáticas, a três níveis:
 - a. Nível do projecto (impacto de subida de nível do mar, eventos extremos (ciclones, tempestades, cheios etc.) na área escolhida para o projecto. Não encontrei estes cenários no projecto.
 - b. Nível das comunidades - tem que ser considerados os impactos prováveis e previstos das mudanças climáticas nas áreas seleccionadas para o reassentamento das comunidades.
 - c. Nível de contribuição de PGA à ciência básica sobre mudanças climáticas no país – instalação de sensores para medir os níveis de mar, estação meteorológica, etc. (Nota se que neste momento há uma escassez de dados sobre este assunto que limite as projecções possíveis e assim as medidas que podiam ser potencialmente tomadas.) Sugiro que se entrasse em contacto com o INGC sobre este assunto.
18. Deve identificar as grandes lacunas de conhecimento e que irão requer estudos de longo prazo para as colmatar, seguindo as obrigações do capítulo VIII da Diploma Ministerial (MICOA) nº129/2006 de 19 de Julho, a Directiva Geral para Estudos do Impacto Ambiental (NB que este Diploma não está referida no capítulo 2 sobre o quadro legal em Moçambique...). Estes estudos podiam ser sobre biodiversidade, como por exemplo, os mamíferos marinhos (números, rotas migratórias, zonas de alimentação etc.), como também sobre aspectos sociais (capturas de pescado e outros recursos marinhos que são neste momento mal estudados e pouco conhecidos). O PGA deveria propor a implementação destes estudos ao longo de tempo, com os resultados a influenciar a evolução do próprio

PGA como também os planos de compensação caso necessário. Não parece que a diploma foi cumprido.

NB capítulo VIII da Diploma Ministerial (MICOA) nº129/2006 de 19 de Julho indica que, "Deverão ser definidas as lacunas de conhecimento encontradas durante a elaboração do EIA, aos diferentes níveis:

- a. Enfatizar os impactos não possíveis de mitigação, por inexequibilidade técnico-económica no actual estágio de conhecimentos;
- b. Identificar impactos determinantes cuja quantificação e caracterização é precária ou insuficiente - quer por inexistência, quer por inacessibilidade da informação;
- c. Definir áreas prioritárias para a investigação científica e tecnológica, com base nas lacunas identificadas nas alíneas anteriores;
- d. Avaliar os circuitos de informação e a facilidade ou dificuldade com que a informação chega aos utilizadores; indicar formas de melhorar o sistema administrativo e de informação;
- e. Propor termos de referência para estudos e trabalhos adicionais com vista a solucionar as falhas mais críticas de entre as acima referidas."

19. Avaliar no fim de AIA o impacto residual do projecto, de modo a facilitar o cálculo de contrabalanço ou "Offset" de biodiversidade, seguindo as normas de Princípios de Equador e os Performance Standards de IFC (especificamente PS6). O impacto residual neste momento na AIA não está quantificado. Se ainda existe dúvidas científicas ou estudos necessários para a quantificação do impacto, estes deveriam ser expressamente identificados e o plano para recolha e publicação destas informações deve fazer parte do PGA. O compromisso de assegurar "nenhuma perda líquida da biodiversidade" (*no net loss*) deve ser assumido por escrito no PGA.

20. Para a parte social, experiencias nacionais demonstram que a criação pela empresa de fundações sociais é pratica e ajuda na implementação dos programas e compromissos sociais. Estas são dotadas de capital independente da empresa mas que garante a implementação dos compromissos da empresa para com a comunidade. Os mecanismos para compromissos sociais deveria sem identificada no PGA se for possível.

21. Deveria assegurar que todos os estudos especializados sejam públicos, para que possam ser usados por todos os intervenientes e académicas relevantes, mesmo fora do âmbito do EIA como contributo a disponibilidade de informação sobre a área estudada.

Recomendações sobre o Processo

22. Deveria ser criado um mecanismo permanente de monitoria da implementação dos compromissos feitos, quer sociais, quer ambientais, incluindo a publicação de

- toda a documentação sobre o cumprimento e adaptação do PGA. Este compromisso deve ser por escrito e incluído no PGA a aprovar.
- a. Sugiro que seja criado um Conselho Técnico de Acompanhamento, que depois deve seleccionar uma empresa profissional que pode vir a fiscalizar a implementação do PGA, junto sempre que possível com as autoridades nacionais. Os relatórios desta fiscalização deveriam ser públicos, seja o que foram os resultados.
 - b. Os encargos com o funcionamento do Conselho e dos fiscais deve ser assumidos pelo proponente.
 - c. NB que Princípio de Equador 7 (alegadamente a ser seguido pelo proponente) estabelece a necessidade de ter uma revisão independente.
23. O proponente promete nas consultas públicas que vai ter auditorias externas baseados no Princípios de Equador e os Padrões de Desempenho da IFC, e que os relatórios destas auditorias seria públicas. Este compromisso deve também ser feito pelo proponente por escrito e incluído no PGA a aprovar, de modo que o MICOA e outras entidades nacionais tenham uma base legal nacional de exigir o seu cumprimento, mesmo se no futuro o projecto encontrasse outras fontes de financiamento sem estas exigências, ou se for vendido na sua totalidade a um terceiro que não tenha os mesmos valores.
24. Deveria propor mecanismos permanentes para diálogo com comunidades e sociedade civil para a duração do projecto (20-40 anos!).
- c. NB: Este projecto não é de curta duração, e assim os mecanismos preconizados no processo de AIA não serão suficientes para consulta contínua com as comunidades, autoridades locais, e sociedade civil.
 - d. Deve ser então um mecanismo flexível com uma estrutura permanente de liderança. Talvez pode se pensar num tipo de comité permanente com uma gestão participativa que podia ajudar não somente na auscultação e no fluxo de informação, mas também podia contribuir com ideias e sugestões para acções sociais etc. Possivelmente precisarão de ter comités a vários níveis (distrital, provincial, nacional) com intervenientes diferentes de modo a maximizar a participação.
25. Deveria ser ao mesmo tempo proposto um mecanismo social para CSR (responsabilidade social corporativa) e as acções sociais desenvolvidas no contexto dos fundos sociais presentemente canalizados pelo INP. Os comités previstos acima poderão ajudar nisso. Isso é uma oportunidade para melhorar o processo para todos os operadores no país.
26. Como sempre, será essencial que estejam inclusos no PGA um mecanismo de apreciar e avaliar os impactos reais, em tempo real durante a implementação do projecto. Terá que haver no terreno uma equipa (melhor uma equipa multi-sectorial) para fiscalizar estes aspectos. Possivelmente esta equipa podia prestar contas ao comité proposto no número 12 acima e esta fiscalização, disponibilização de informação sobre os resultados e dialogo sobre o assunto ser

enquadrado dentro da perspectiva de transparência, dialogo permanente e responsabilidade em relação ao negocio defendidos pela Empresa.

27. Foi sugerido no processo de EPDA que deveriam ser publicados e discutidos os vários estudos feitos no âmbito de AIA a medida que sejam terminados, de modo a recolher contribuições de PIAs que podem ajudar e enriquecer a versão final do estudo. Não sei porque isso não foi feito.

Em geral, estas questões deveriam ser inclusos no máximo possível dentro de PGA por ser um documento **vinculativo** para o projecto, seja quem for o dono do projecto ou quem lidera a companhia. Infelizmente há muitos exemplos de compromissos feitos pelos proponentes originais de um determinado projecto, que depois da sua venda ou transferência para uma outra entidade já não são honrados pelos novos proprietários.

Com os meus melhores cumprimentos,

Sean Nazerali
Consultor Ambiental
sean.nazerali@gmail.com
82 397 2000, 84 013 5594

25 de Setembro de 2013

Sandra Fernandes
Impacto Lda - Public Participation Office
Av. Mártires da Machava, 968
Maputo, Mozambique

Exma. Senhora,

Ref.: AMALNGProjecto. ERM/ImpactoRef.:0133576

Esta carta é uma resposta formal à EIA preparada pela Impacto, com data de Agosto de 2013, para a AMAL e ENI, relativamente ao Projecto Mozambique LNG na Baía de Palma, Cabo Delgado.

Antecedentes da Empresa

A Cabo Delgado Biodiversity and Tourism (CDBT) estabeleceu a Concessão de Maluane em 2001. A concessão inclui, mas não se limita a, o desenvolvimento de direitos para as Ilhas de Vamizi e Roangui, ambas as quais se encontram próximas do Projecto proposto. O objectivo principal da Concessão de Maluane era, e continua a ser, forjar uma inter-relação importante entre o turismo, a conservação da vida selvagem e o desenvolvimento da comunidade para proteger e conservar de forma sustentável esta área em bom estado de conservação do Oceano Índico.

Em 2005, a CDBT abriu a Hospedagem da Ilha de Vamizi, a qual foi pouco tempo depois visitada por pessoas excepcionais, como Nelson Mandela e Graça Machel. Actualmente, a Hospedagem da Ilha de Vamizi é uma estância de luxo vencedora de um prémio internacional e a estância de turismo mais reconhecida no norte de Moçambique. Existem agora também 6 residências privadas na ilha, administradas pela CDBT e estão a ser construídas mais. A CDBT criou uma marca 'Vamizi' forte e reconhecida, através do investimento de dezenas de milhões de dólares em infraestruturas e elementos turísticos na região desde 2001, criando postos de trabalho para a população local, e em publicidade através dos meios de comunicação internacionais. Este PR serviu para colocar o arquipélago de Quirimbas e Moçambique no mapa do turismo global. Vamizi recebe mais de 1.000 hóspedes com poses todos os anos, alguns dos quais investiram em operações de mineração e agricultura em Moçambique.

A CDBT desenvolveu a única parceria privada/comunitária/governamental em Moçambique, para co-administrar o recurso da pesca. As águas protegidas foram consideradas como tendo um dos eco-sistemas de recife mais diversos no mundo (David Obura, CORDIO) e fornecem um refúgio bastante necessário para a biodiversidade marinha. A área é um habitat importante para um número significativo de espécies cetáceas, residentes e migratórias. Também é a localização da desova em massa de corais, onde, numa ou em duas noites todos os anos, inúmeros corais de uma variedade de espécies libertam em simultâneo os seus ovos. A desova em massa é rara e ocorre apenas em cerca de 20 locais no mundo, mas nunca antes tinha sido vista na costa africana oriental.

Resultados da EIA

A CDBT gostaria de declarar formalmente a sua preocupação com o provável impacto que o Projecto proposto terá nos seus bens de conservação e região.

A Ilha de Rongui irá sofrer um impacto visual negativo da actividade de navegação na Baía de Palma e da poluição luminosa e visual produzida pelas instalações no continente. A CDBT preocupa-se seriamente com o nível de destruição do recife de coral esperada durante a colocação do oleoduto entre as ilhas de Rongui e de Tecomaji e com os efeitos dos sedimentos nos recifes próximos. A CDBT também tem sérias preocupações sobre os efeitos de uma quantidade aumentada de águas residuais da aldeia de Palma e da água, aquecida pela respectiva utilização para aquecer o gás no sistema de refrigeração, que é ejectada para o mar. Os efeitos combinados irão colocar o futuro de Rongui como uma comunidade orientada para o turismo e projecto de conservação em perigo. O resultado para a CDBT será uma perda dos benefícios reais do estado, derivados do desenvolvimento e da venda de casas privadas, conforme o modelo de actividade e uma perda do futuro turismo, causada pela potencial diminuição do coral, interrupção no ambiente marinho e poluição visual.

O habitat e o comportamento cetáceo serão negativamente afectados pela disrupção do ruído. Isto irá manifestar-se na perturbação social, nos danos fisiológicos relacionados com o stress, na perda de audição e, por último, numa população diminuída pela desorientação, revogação da área, cessação de alimentação e taxas de mortalidade mais altas.

A Hospedagem da Ilha de Vanizi e as Vilas Privadas irão sofrer um impacto visual negativo do Projecto predominantemente através da poluição luminosa. Existem impactos socio-económicos na comunidade da ilha, uma vez que o movimento de pessoas, deslocadas pelo Projecto e da Península de Afungi para Olumbe, resultará no aumento da população da ilha aumentada e da pesca, nas proximidades de Vanizi. Isto terá um impacto directo nos recifes através da sobrepesca. Também se espera que o preço do peixe suba, devido a uma maior procura em Palma. O efeito acumulativo poderá corresponder a uma tensão dos recursos naturais que atraem os turistas a esta região. A imagem de Vanizi como um lugar selvagem será questionada e a sustentabilidade do modelo de actividade ficará em risco. Os efeitos do Projecto, entre outras coisas, corresponderá à capacidade da CDBT de vender residências privadas aos investidores internacionais, muitos dos quais se encontram relutantes em investir até perceberem o impacto real do Projecto. Isto já está a atrasar a execução do plano de actividade da CDBT.

O investimento geral do Projecto tem de beneficiar a região como um todo. Tem de existir benefícios positivos de longo alcance, do curto prazo de extracção de gás, para proteger os bens que irão assegurar o interesse do turismo a longo prazo na região. Isto é no que a CDBT tem sido instrumental relativamente à construção e a CDBT acelera o governo e os parceiros no Projecto a reconhecerem a importância desta abordagem.

A EIA não deixa claro os efeitos acumulativos do ruído e perturbação em redor da Baía de Palma, na população mamífera marinha. Da mesma forma, os planos de mitigação dos danos do coral não estão concluídos nem são claros. Não existe qualquer plano de conservação marinha para os recifes de coral, leitos de sargaço e população mamífera marinha de toda a área e isto é urgentemente necessário.

Mitigação

A CDBT é da opinião de que é urgentemente necessário mais trabalho e análise adicional. Permanece comprometida em trabalhar com os parceiros do Projecto proposto, de modo a desenvolver estratégias de mitigação coordenadas e eficazes para o benefício a longo prazo de todos os accionistas envolvidos.

Para a CDBT ficar numa posição que favoreça os seus interesses turísticos e de conservação nas Ilhas de Rongui e de Vamizi, recomenda um mecanismo de maior compromisso com os parceiros do Projecto.

Isto pode ser atingido através de um plano detalhado de fórmula conjunta de medidas de mitigação para a região, para além de reuniões trimestrais, durante a fase preliminar, e de reuniões mensais durante a fase de construção. A CDBT, juntamente com outros principais accionistas, solicitará também um aviso antecipado sobre a ocorrência de quaisquer actividades.

Com os melhores cumprimentos,

Duarte Almeida

Em Nome da Direcção da CDBT

COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL (AIA)
PRELIMINAR
DO PROJECTO DA LNG PARA MOÇAMBIQUE



EQUIPA DE REVISÃO DA IUCN DE

27 DE SETEMBRO DE 2013

1. RESUMO:

Após a publicação da Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) Preliminar do Projecto da LNG para Moçambique (27 de Agosto) pela IUCN, com o apoio da Irish Aid, foi formada uma equipa multi-disciplinar de peritos nacionais e internacionais para análise e fornecimento de comentários sobre a AIA Preliminar.

O objectivo principal da análise da AIA Preliminar facilitada pela IUCN era ajudar a facilitar a utilização da AIA como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável no sector da LNG em Moçambique: fornecer mecanismos eficazes para antecipar e minimizar os impactos negativos, bem como antecipar e maximizar os impactos positivos. Alguns mecanismos e medidas necessários para atingir estes objectivos podem ser tratados na AIA final, enquanto os outros podem ser tratados no acompanhamento e instrumentos relacionados incluindo, mas não se limitando a: Sistemas de Gestão Ambiental; Sistemas de Gestão Social; Sistemas de Gestão de Biodiversidade; Planos de Investimentos na Comunidade, etc.

Este relatório fornece os comentários iniciais da Equipa de Análise e são apresentados aos proponentes do Projecto e à Equipa de AIA neste dia 27 de Setembro de 2013. Será concluída uma revisão abrangente da AIA nos próximos 1 ou 2 meses.

A equipa de análise da AIA era constituída por: Carl Lundin (IUCN, Programa Marinho e Polar Global); João Sousa (IUCN, Programa Marinho e Polar Global); Cosmas Ochieng (IUCN, Departamento Regional, de Negócios e Biodiversidade Oriental e Meridional) Regina Cruz (IUCN, Departamento Regional de Moçambique); Richard Dixon (IUCN, Departamento Regional de Moçambique); David Obura (CORDIO, África Oriental); Melita Samoily (CORDIO, África Oriental); Salomão Bandeira (Universidade de Eduardo Mondlane); Isabel Ferreira (consultora independente, Cabo Delgado); Isabel Da Silva (Universidade Lurio, Cabo Delgado). A equipa utilizou os procedimentos recomendados da legislação nacional e internacional (por ex., Normas de Desempenho de IFC) como pontos de referência para a avaliação da qualidade e integridade da AIA Preliminar. Não foi realizada qualquer visita ao local e não foi consultado nenhum accionista durante esta análise inicial.

De forma geral, a AIA é bastante abrangente e foi profissionalmente executada. As suas principais forças residem nos investimentos tremendos nos estudos de investigação; descrição detalhada e nítida do projecto; uma estrutura administrativa abrangente que lida com toda a legislação relevante aplicável, política e estruturas de planeamento; uma boa descrição dos ambientes receptores biofísicos e socio-económicos, bem como a identificação dos potenciais impactos e medidas de mitigação.

Apesar desta imagem geral, a plenitude e a qualidade da AIA, e da sua utilidade como ferramenta na monitorização e planeamento do desenvolvimento sustentável, pode ser melhorada através de um número de estudos, análises e clarificações profundas, em algumas áreas, incluindo de forma mais notável:

- I. A AIA evita largamente uma avaliação apropriada e exacta das correntes e do modo como afectam todos os potenciais impactos. A AIA Preliminar tem tendência para comunicar os níveis médios através de períodos inapropriadamente grandes (por ex., um ano, de modo a que os níveis de zero, durante a maior parte do tempo, reduzam as médias até números aceitáveis), em vez de níveis máximos ou a curto prazo, ao longo de períodos de tempo biologicamente apropriados (de semanas a 2 ou 3 meses). A AIA Preliminar ignora a variabilidade e a importância dos eventos extremos (marés de sizígia, tempestades, ventos de monção extremos) a favor das condições médias.

- II. Por outras palavras, apesar de a área de implementação não ser uma baía, como tal, foi proposta como local alternativo (áreas F e G na Baía de Palma), a zona ribeirinha próxima que rodeia a Península de Afungi é relativamente baixa e terá de suportar descargas como:

resíduos do processo MEG (2,200 toneladas de sal por dia+1600 barris de água salgada quente por dia), água saturada e salobra, água quente do processo da LNG, água residual das instalações privadas, águas de escorrência, biocidas, resíduos de dragagem, entre outros. A zona ribeirinha receberá lodo (com base em petróleo, água e produtos sintéticos), perfurações (estas serão depositadas nas proximidades dos desfiladeiros, habitat preferível para o celacanto), entre outros. O modo como esta área marinha irá responder a este tipo e quantidade de descargas depende muito da dinâmica das correntes oceânicas da área relacionada com as condições atmosféricas (por estação).

- III. Não existem dados quantitativos sobre a cobertura do recife de coral nem uma lista de espécies principais, tais como, corais e peixes. Deste modo, as informações na AIA não podem ser usadas como base para a avaliação da mudança relativamente aos impactos. As secções de recifes de corais são bastante descritivas, o que é bom para o estabelecimento do contexto, mas não para a compreensão do estado e das mudanças no sistema. Os dados base quantitativos sobre os habitats e as espécies principais são necessários para detectar os impactos. (A limitação da avaliação quantitativa a áreas pequenas em redor do local com gás não fornece uma medição dos potenciais impactos relativos numa Província em grande escala). Para além disso, existem poucas localizações principais de referência para o regresso à investigação de mudanças específicas (apenas os dois locais

de afloramento, os outros locais são mapas gerais). Para rectificar isto, a AIA/ESMP poderá estabelecer algumas estações de monitorização permanentes, adicionando algumas estações em ambos os lados do percurso do oleoduto, particularmente nos recifes exteriores das duas ilhas. Nestes locais e nos locais de afloramento, devem ser executados cortes transversais para a cobertura bentónica, de invertebrados e peixes (compatível com as inspecções no sistema de Monitorização Nacional de Moçambique, mas com variáveis adicionais relevantes para a avaliação do impacto), bem como listas de espécies para o táxon principal (corais, peixes).

- IV. A AIA Preliminar evita avaliar os riscos de hidrocarboneto: a) o que acontece se ocorrer uma depressão eólica nos poços/oleodutos (talvez isto não seja uma grande ameaça, mas existe uma fracção de petróleo? Se for menor, deverá ser claramente indicado), e b) o que acontece em caso de acidentes marítimos, derrames de petróleo, etc.? Também é necessário possuir um fluxograma claro da gestão de resíduos - a respectiva origem, tipo, quantidade e duração. Da mesma forma, é claramente necessário um programa de monitorização para o oxigénio dissolvido, salinidade, pH, turvação, pH e outros parâmetros relevantes que devem ser seguidos durante todas as fases do projecto.

2. MAIS COMENTÁRIOS TÉCNICOS

Resumo Não Técnico

- Ao largo da costa, nenhuma indicação dos impactos do tráfego/poluição/acidentes Marítimos
- Na costa, para que os mangais/florestas do estuário sejam bons, para que o estuário seja mais específico sobre o que é porção de terreno, apesar do seu tamanho reduzido relativamente ao sistema geral
- Eventos não planeados, acidentes marítimos não considerados

2-24 – Note que, a **Convenção da UNESCO Sobre a Protecção da Herança Cultural e Natural Mundial**, mencionada em 2/25, segundo a “Herança Arqueológica e Cultural”, também é importante para a Herança Natural, por ex., segundo o título “Habitats e Diversidade Biológica”

3-16 – A magnitude do impacto é uma função de três variáveis, embora não seja claramente indicado a forma como elas são consideradas em conjunto – é usada a variável mais alta? Uma média das três? Poderá ser importante em alguns impactos.

4-48 e subsequente – Esta secção descreve as linhas de navegação, os círculos de viragem, etc., que são importantes para as operações marítimas, embora não sejam referidos nas páginas subsequentes da AIA relativamente aos impactos.

4-48 No último parágrafo “o MPD será utilizado ‘apenas ocasionalmente’... para abastecimento de combustível...” O que significa isto? Provavelmente terá uma utilização contínua. Qual a frequência de utilização e tamanho/tipos de embarcações e quais os potenciais impactos associados ao reabastecimento de combustível e acidentes possíveis?

4-49 – “Fornecimento de combate a incêndios, serviços de salvamento e resposta a derramamentos, conforme necessário” – Esta é a única citação de derramamentos encontrada até agora em todo o documento. A única citação de derramamentos no Capítulo 11 refere-se aos derramamentos de cimento (11.8.1, 11.8.2), nenhuma se refere a combustível/petróleo/gás.

5-1 e páginas subsequentes. Esta secção alternativa é muito importante mas sofre de falta de detalhes quantitativos para transparência. Por exemplo, quando e onde são executados estes vários exercícios e avaliações e se são efectivamente executados. Seria diferente se fossem executados por outros especialistas? Isto não é para contestar as descobertas, embora uma grande quantidade do próprio desenvolvimento sofra totalmente o impacto destas descobertas.

6-7 Áreas de influência. Trata-se de descrições bastante não específicas. Existem normas que definem o limite entre o directo e o indirecto. É relativamente claro em terra, apesar de no mar, a influência das correntes ser muito importante. A ADI poderia prolongar muitas dezenas de quilómetros nas direcções a jusante, dependendo do problema. Por exemplo, o depósito de resíduos dragados, os derramamentos de petróleo, etc., necessitam de cotações de normas industriais ou, caso estas não existam, da especificação do que está a ser utilizado no estudo.

6-27 e páginas subsequentes. Nenhuma destas descrições de unidade marinha apresentou qualquer descrição mecanicista biofísica destas unidades, nem nada em direcção à praia, apesar de nos mapas se estenderem para águas profundas e incluírem recifes de corais, ervas marinhas e outros habitats. Como resultado, o estudo subtrai qualquer avaliação da influência dos processos biofísicos, tais como correntes e respectiva importância relativamente à avaliação dos impactos ambientais. Por exemplo, (6-35) indica que a ponta ocidental da ilha de Vamizi está "visualmente associada ao cabo adjacente. Se o estudo reconhecesse o processo hidro-geológico que forma o litoral, reconheceria uma associação MECANICISTA entre estes dois componentes, a qual iria também impôr a avaliação da

influência destes mecanismos iguais (correntes e relevos)

relativamente aos impactos ambientais do projecto. Ao ignorar estes processos mecanicistas, o estudo arrisca-se a perder totalmente todo um conjunto de potenciais impactos que TÊM de ser resolvidos (riscos a jusante e impactos).

6-36 – Este ênfase situado na Zona de Visibilidade Teórica (ZVT) questiona sobre o motivo pelo qual não está a ser prestada uma maior atenção a um tratamento semelhante dos efeitos a jusante no ambiente, os quais envolvem maiores impactos

6-41 Dentro do contexto da EAME, as descobertas do arquipélago de Quirimbas no centro da diversidade para o Oceano Índico W e N também deveriam estar relacionadas (consulte Obura 2012 PLOS um)

7-1 a 7-2. Nenhuma descrição da oceanografia/correntes da região, pelo que a descrição ambiental não se encontra completa. ISTO É FUNDAMENTALMENTE NECESSÁRIO PARA AVALIAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS.

7-2 a descrição do recife de coral baseia-se na descrição dos recifes dominantes de Porites resistentes à pressão/fadiga perto de Palma e não nos recifes mais diversos e sensíveis e ao largo de Rongui e

Tecomaji. Porquê? Por contraste, as descrições das áreas de recifes de corais e mapas são bastante detalhadas mais à frente neste capítulo. A referência às tartarugas é relativa ao seu âmbito regional,

mas, em contraste, a referência aos recifes baseia-se bastante no local/costa.

7-3 Secção 7.3.2 – Também seria bom definir o limite da costa/largo por profundidade aproximada

7-3 Último parágrafo. Utilizar também a Spalding et al 2007 (Eco-regiões marinhas mundiais) e a Obura 2012 (pos um) para definir o contexto regional. Os números de géneros e espécies de corais estão desactualizados há muito tempo, pelo que é necessário utilizar a Obura 2012.

7-4 Esta secção sobre a oceanografia geral é boa mas necessita de informar as secções anteriores (consulte as notas acima) e as últimas secções, além de necessitar de mais exploração subsequente sobre as correntes/oceanografia no local do projecto – isto é, ADI e AII.

7-5 Último parágrafo. A referência deverá ser à figura 7.5. A Figura 7.5 apresenta os resultados do modelo das medidas fora do local, pelo que deverá ser realçado que tal não representa as condições REAIS, mas uma interpretação simplificada do que PODERÁ ocorrer no ponto seleccionado.

7-5 – Falta totalmente uma secção que explica detalhadamente a hidrografia/correntes locais, e deveria incluir os componentes costeiros de profundidade (fundo do mar) e de pouca profundidade. Isto é importante para os trabalhos de engenharia durante a construção, bem como o transporte e a dispersão de quaisquer elementos mais leves (sedimentos, fracções de petróleo/gás, etc.)

7-30 “Pelxe mesopelágico...” biomassa de 5,600 toneladas em que irradiação/volume?

7-41 – 7-42 – As marés e as correntes podem ser fortemente afectadas sazonalmente pelas condições da monção, correntes ao largo e pela localização da bifurcação da EACC e MC (consulte a página 7-4) – TÊM de ser tomadas medidas nas principais estações ventosas (Maio – Setembro; Dez – Mar – Isto foi feito relativamente às ondas em 7.7.4, e é ainda mais importante que seja feito para as correntes) e talvez associado às amplitudes da maré a seguir às interacções entre os ciclos anual e lunar. Não é fornecido nenhum detalhe sobre o período de tempo ao longo do qual foi efectuado o modelo da corrente – as mesmas semanas que as amplitudes da maré? Uma compilação anual? O quê?

7-42, Fig. 7.29 – Uma AIA completa NÃO PODE ser baseada num único momento/dia, sem QUALQUER informação contextual sobre como este dia se compara com um dia normal ou extremo de monção a nordeste ou a sudeste, nível da maré, etc. O que acontece quando a altura da onda ao largo é de 4 m, e m o p o s i ç ã o ao máximo de >1,2 m seleccionado e apresentado acima? Ou, e se isto ocorrer na maré alta da Primavera vs. maré baixa da Primavera?

7-43 – A discussão das características da temperatura/salinidade é definida de forma mais informativa por monção (NE vs. SE) ou Verão/Inverno e não por estação seca/das chuvas, a qual não é tão relevante para as variáveis marítimas (excepto a salinidade).

7-45 – 1º parágrafo – Esta referência do potencial para a ascensão das águas profundas deve fazer parte da apresentação oceanográfica antecipada, ao nível maior para a costa N de Moçambique e oceanografia específica do local do estudo. Sabe-se que são importantes mais para o sul da costa e relativamente à topografia do declive continental e dinâmica do refluxo de corrente.

7-57 – Transporte de sedimentos – A morfologia da superfície das cadeias de ilhas, tais como, o arquipélado de Quirimbas, é um resultado parcial do transporte de sedimentos ao longo da costa – neste caso, relevos continentais aparentemente nivelados que descem bruscamente ao longo do declive continental, nas extremidades exteriores da ilha e com corte topográfico complexo pelos vales profundos com rio, tais como, a Baía de Palma. Assim, a indicação de que o transporte de sedimentos é ‘pequeno’, e que é predominantemente este-oeste (ao longo da península de Afungi), foge à situação real. Se os dados utilizados para este estudo corresponderem à dinâmica da maré, corrente e ondas apresentada

anteriormente, será apenas uma representação do que poderá ocorrer ao longo do ano e um ciclo anual completo para o transporte de sedimentos à escala maior da região – e é necessário considerar 3 paisagens marinhas. O transporte de sedimentos, a esta escala, é indicativo de transporte poluente/de hidrocarboneto, e isto TEM de ser estudado e modelado de forma eficiente no local do projecto, para avaliação dos potenciais impactos. Sem isto, a avaliação dos impactos fica fundamentalmente incompleta (neste sentido, nem sequer vale a pena rever a avaliação dos impactos)

7-75 – Último parágrafo – Este nível de observação da coroa-de-espinhos é completamente normal. Os outros componentes dos locais – baixa densidade de peixes, poucas ramificações de corais, camadas sedimentosas nos rochedos, campos de cascalhos, são mais indicadores de degradação.

11-0 – A lista de impactos considerados não inclui incidentes de navegação/marítimos, como derramamentos de petróleo e encalhes, nem incidentes de fugas de gás/descargas.

11-3, Fig. 11.2 – A linha base necessita de ser apresentada com relação à extensão dos recifes litorais e da batimetria, para que a respectiva localização exacta seja clara.

11-4 Fig. 11.3, Tabela 11.1 – Não é claro onde se encontra a fronteira entre o local e o regional – é necessário torná-la explícita. Desta forma, estas descrições não são suficientemente explícitas.

11-7 – 1º parágrafo – Este modelo HYCOM não está, de facto, explicado no Capítulo 7, o nome do modelo só está listado na legenda da figura (7-10). Isto representa uma área de trabalho conduzido pela equipa que NÃO foi adequadamente explicado e que necessita de uma avaliação total da AIA. Parece que a modelação foi efectuada de forma dispersa próximo do fundo do mar, mas não foram utilizadas as avallações da modelação/dispersão a outros níveis na coluna de água nem à superfície (importante para derramamentos de petróleo).

11-10 – O que representam as percentagens dos Campos de Gás da Prosperidade/Mamba e Golfinho para estes números?

11-24 – A avaliação ao largo da costa não inclui qualquer abordagem aos acidentes durante as operações – por ex., as descargas de gás e os hidrocarbonetos líquidos associados. Isto não constitui nenhum risco? Ao mesmo tempo, não avalia quaisquer impactos dos acidentes marítimos, tais como, colisões, naufrágios, derramamentos de petróleo, etc.

11-29 – Os níveis médios de turvação ao longo do período de um ano não são muito significativos, uma vez que as dragas irão deslocar-se ao longo do local do projecto prolongado durante este tempo, pelo que os níveis baixos de turvação quando se encontram noutra ponto, baixam a média. A consideração importante é a turvação máxima vivida quando as dragas se encontram numa determinada localização, bem como a dispersão instantânea da coluna de água ao longo de, por exemplo, um ciclo de maré, durante o período da operação da draga. A análise destes eventos deve ser apresentada – a dispersão da coluna de água durante as marés de quadratura e de lua ocorre durante as monções de NE e SE. Esta análise deve ser informada pela DURAÇÃO que um receptor sensível (por ex., ervas marinhas, recife de coral) pode ficar exposto a níveis elevados (QUANTIDADE) de TSS... isto ocorre durante 1 semana para xx

mg/l ou 1 mês. Uma distribuição da frequência da quantidade da área que caia acima/abaixo destes limiares dará uma visão do impacto muito mais clara.

11-31 – A fig. 11.9 é IRRELEVANTE para a avaliação do impacto.

11-32 – Os gráficos para os níveis máximos devem ser apresentados pelos mesmos motivos explicados acima.

11-35 – “Dentro do ZOMI...” – Este parágrafo representa de forma mais exacta o que deve ser apresentado em toda esta secção (de 11-29 em diante) – que os níveis de TSS ocorrem durante pouco tempo (dias), que provavelmente causam danos nos corais/ervas marinhas. A média dos gráficos ao longo de um ano não é significativa para informar as respostas de mitigação discutidas a partir deste ponto.

11-36 – Parágrafo superior – Qual é a origem destes padrões ao longo de 60 dias? Este tempo de resposta pode ser demasiado lento para ter qualquer efeito positivo sobre os receptores sensíveis. Além disso, os limiares usados – TSS de 30 mg para 40/60 dias e TSS de 100 mg para 40/60 dias – não são operacionalmente distintos (por ex., o último não pode ser diferente do primeiro até o primeiro ser irrelevante) – confusão de sugestão nesta parte da AIA. O TSS de 100 mg para 10/60 dias é operacionalmente distinto, mas

estes componentes da mitigação devem ser consistentes com os dados apresentados nas figs. 11.9 e 11.10, etc.

11-36, Último parágrafo – A origem deste tempo de recuperação arbitrário de 7 anos não é clara e, na página seguinte, o facto de os impactos da dragagem de manutenção serem tão insignificantes que não possam atrasar/prolongar o período de recuperação é questionável. Esta parte da avaliação parece ser arbitrária.

11-73 – Secção 11.1.10 – A imagem apresenta uma coluna de água de sedimentos extensa. Assim, sem conhecimento específico da quantidade de corte que será necessária no local do projecto, e sem executar o modelo actual durante fases de maré e corrente diferentes, não será possível avaliar este impacto. Conforme supracitado, o tempo de recuperação parece ser arbitrário e, com todas estas incertezas que reduzem um impacto Grande para Pequeno, parece ser implausível. O impacto deve permanecer grande até o funcionamento dos estudos/medidas especulados ser testado e comprovado.

11-46 – Último parágrafo – Este foco na *Acropora aspera* não é sensível, uma vez que podem ser encontradas aqui várias espécies com um estado de maior conservação, das > 350 spp que podem ser encontradas no ADI. É necessário ter um biólogo marinho/taxonomista, embora a sua competência deva ser muito mais vasta que isto.

11-48, Secção 11.13 – 4,1 milhões de m³ de descarga ao longo de 1 km² (1 milhão de m²) é equivalente a 4 m de altura vertical de sedimentos depositados nesta localização. O impacto disto será grande e a supressão/mortalidade dos organismos bênticos será total!! Isto poderá ser aceitável, embora conduza a conclusões erradas e à reclamação de que o impacto não é grande ou que pode ser, de alguma forma, mitigado.

11-50 a 11-72 – As secções 11.15-11.23 ainda não foram analisadas.

11-73 – Se forem colocados controlos no local, estes impactos poderão ser reduzidos conforme indicado. No entanto, não é fornecida qualquer consideração relativamente aos derramamentos de combustível/petróleo, e isto TEM que ser avaliado em toda a área costeira/ao largo da costa do projecto, relativamente à modelação das correntes, vento e condições do mar.

- Fim do ciclo de vida: pode ser explicado de forma mais detalhada que a presente.

- Duração e fases – Existe uma necessidade clara de compreender a duração do projecto. O início, construção, operação, manutenção, expedição, irão ocorrer, na maioria das vezes, em simultâneo, apesar de fazer sentido separá-las em categorias individuais, de forma a resolver os respectivos impactos acumulativos relevantes. A construção será faseada durante a operação e manutenção e o “encerramento” ocorrerá, no mínimo, a cada 2 anos.
- Utilização de metanol para a formação de hidratos: Quanto tempo? Que quantidade?
Reciclado/reutilizado? Eliminado?
- O hidroteste dos oleodutos é realizado com água salgada e agentes anti-corrosivos. É referido que será desenvolvido um plano para eliminação da água, depois de ser referido que a água será descarregada a uma profundidade de 1500 m. Também é referido que a água poderá ser reutilizada para hidroteste dos tanques da LNG, controlo de poeiras (a água salgada pulverizada na terra poderá não ser uma boa ideia) ou usada para construção de cimento (não é uma boa ideia, uma vez que os cristais de sal irão enfraquecer a estrutura de cimento e desgastar o metal das estruturas). É suposto o hidroteste libertar continuamente água salgada contaminada durante 11-12 dias, com um fluxo de 9,500 litros/min.

- Para onde vão o CO₂, H₂S e (possível) mercúrio depois de serem removidos pela Unidade de Remoção de Gás Ácido?
- Qual é a quantidade prevista de gás a ser queimada no sistema de queima?
- Que material dragado será utilizado na construção?
- Após o fim, os oleodutos serão abandonados?

- Existem referências como “limitado à duração de curto prazo da construção e início”. Sabendo que serão perfurados poços para aumentar a capacidade de extração ou para pressurizar os campos quase vazios durante os próximos anos, serão construídos comboios ao longo do projecto e que também as plataformas de atracagem terão de ser transformadas para poderem receber mais embarcações da LNG, pelo que não compreendemos o conceito de “duração a curto prazo”.
- “As velocidades serão reduzidas caso sejam encontrados animais”??? Um navio petroleiro demora entre 4 a 5,7 milhas a parar, pelo que acreditamos que faria sentido criar uma zona intermédia para todo o tráfego marítimo com velocidades realmente reduzidas.

From: Peter Bechtel [mailto:bechtelpeterh@yahoo.co.uk]
Sent: Tuesday, September 17, 2013 11:01 PM
To: Kamal Govender
Cc: cosmos.ochieng@iucn.org; Regina.CRUZ@iucn.org
Subject: Follow up to meeting this morning

Dear Kamal,

Thanks much for your attendance at the meeting this morning. It was good to see some willingness to deal with environmental and social issues on the part of an extractive industry and I hope this will translate into real reaction and response and not be just lip service.

In the spirit of the meeting this morning, and in response you your request, I would like to repeat in writing some of the concerns that were raised in the meeting this morning.

1. The time that civil society has to reply to the EIA is very short. An estimated ninety staff were paid to work since 2011 on this EIA, which runs to hundreds of pages. Is it really reasonable to expect Mozambican civil society, who is volunteering their time to give expert opinions on this EIA, to read, absorb, and reply to this massive work in one month? When the 90 plus preparers were paid over many years to write it? I don't think so.

2. The second concern was about the process of resettlement. What mechanisms, safeguards, and processes are in place so that communities to be resettled will have real choices and will not be railroaded nor bullied into agreeing to conditions that will not allow them to continue to maintain or (as the law--Regulamento do Reassentamento-- mandates, improve) their livelihoods status? We discussed various aspects of this today, including prior examples of other companies as well as the importance of process and creating real choices. While I do agree that the IFC guidelines are a good starting point, it is also important for Anadarko to put its commitments in legally binding form within the national legislative framework; there are many precedents of companies being sold and then the buyers do not feel bound by commitments made by prior owners. this must be safeguarded against as well.

3. Lastly, why is it that the first thing we must do when investments are made is deprive communities of their land rights? Why not co-opt them into the process by giving shares to the communities and creating a joint venture? Then communities would have an ongoing stake in the venture. The arguement that all the land belongs to the state and so the state becomes the shareholder on their behalf is specious in that according to the IFC guidelines that Anadarko states that it wants to adhere to, the communities are rights holders and additionally their access to resources (land and natural resources) will change under the influence of the project. So please let's have a shareholding for local communities.

Ok thank you, lets hope something good comes of this.

Abracos,

Peter H Bechtel

**Comentários sobre a Avaliação do Impacto Ambiental do projecto da LNG em
Moçambique
Apresentados pelas Nações Unidas em Moçambique
31 de Outubro de 2013**

Os comentários que se seguem sobre o esboço de Avaliação do Impacto Ambiental do projecto da LNG em Moçambique foram compilados por especialistas de agências residentes das NU.

Contexto

Em 2013, as Nações Unidas em Moçambique publicaram a respectiva “*Nota de Política das Nações Unidas: Gestão de Recursos Naturais e Indústrias Extractivas em Moçambique: O Papel das Nações Unidas.*” Este quadro propõe uma abordagem dupla para orientar a política e as intervenções programáticas do sistema das NU em Moçambique, de forma a resolver o problema complexo de gestão de recursos naturais e das indústrias extractivas. Dentro do contexto do Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF) de 2012-2015, as NU, através das suas dez residentes e doze não residentes agências, procuram “reduzir a pobreza e as disparidades, para melhorar as vidas das pessoas mais vulneráveis em Moçambique, em 2015.” Como esforços contínuos para atingir este objectivo em colaboração com as instituições governamentais, a sociedade civil e outros parceiros de desenvolvimento nas áreas do desenvolvimento económico e social e da continuidade da regulamentação, a emergência das indústrias extractivas em Moçambique origina um número de desafios complexos e altamente interligados. Ao aplicar uma abordagem baseada nos direitos humanos a estes desafios, emergem dois temas políticos primordiais: a necessidade de (1) minimizar os danos sociais e (2) maximizar o desenvolvimento humano através de investimentos sociais.

Uma prioridade da política identificada relativamente à redução de danos sociais e à protecção de grupos vulneráveis é ajudar o Governo a identificar, prevenir e mitigar os danos sociais, durante as fases iniciais e durante toda a presença de indústrias extractivas em Moçambique.¹ Correlacionam-se directamente intervenções programáticas imediatas com esta revisão do esboço da AIA: (a) realizar estudos de vulnerabilidade exaustivos em todas as províncias, para estabelecer uma linha de partida para a monitorização do impacto emergente e potencial das actividades de exploração e produção, com uma preocupação prioritária com Tete e Cabo Delgado; e (b) fortalecer a capacidade do Governo de monitorizar as actividades de exploração e produção, incluindo normas mais claras de revisão e monitorização contínua de estudos de impacto ambiental e social.

Embora a AIA actual refira os impactos sociais no Capítulo 13, Avaliação e Mitigação do Impacto Socio-económico, as Nações Unidas recomendam que o Governo moçambicano

¹ 17ª Sessão da Assembleia Geral das NU. Conselho dos Direitos do Homem. Princípios Orientadores sobre Direitos Humanos para Empresas: Implementação do Quadro “Proteger, Respeitar e Solucionar” das Nações Unidas (doravante denominado “Princípios Orientadores das NU”). 21 de Março de 2011 (A/HRC/17/31).

considere as disposições que requeiram a apresentação de Avaliações do Impacto Social (AISs) ao Governo, antes de conceder qualquer licença de exploração ou concessão. A legislação moçambicana deve especificar critérios para a realização de AISs, particularmente com relação ao processo de consulta comunitária, para garantir que abranjam todos os direitos relevantes das comunidades afectadas. Quando são realizadas de forma participativa, as AISs podem ser ferramentas valiosas para o compromisso e consulta da comunidade, especialmente se a participação da comunidade no processo de avaliação puder conduzir eficazmente à formação ou reformação de projectos de desenvolvimento da comunidade.²

Comentários gerais

A AIA não possui provas estatísticas para fundamentar a sua análise. Por exemplo, a falta de dados, projecções e estimativas concretos, nenhuma indicação clara da população do projecto afectada ou a forma como foram alcançadas suposições, limita o documento aos seus vastos riscos de classificação em variáveis categóricas (insignificante, moderado, médio, alto), as quais não permitem uma avaliação objectiva.

O compromisso da comunidade não é citado no Capítulo 13 da AIA. Segundo experiências recentes na província de Tete, onde se realizaram reuniões com as comunidades potencialmente afectadas, após a sondagem inicial e a concessão de licenças de exploração às empresas, a AIA não apresentou quaisquer provas de consultas ou opiniões das pessoas e comunidades afectadas. Enquanto a AIA declara que os impactos socio-económicos associados ao projecto foram “identificados com base em pesquisa, incluindo a recolha de dados principais e secundários, observação e parecer profissionais,³” não são efectuadas quaisquer referências às opiniões dos líderes de opinião ou membros da comunidade no documento.

A AIA pode ser uma ferramenta oportuna para fornecer aos membros da comunidade a oportunidade de expressarem as suas preocupações e recomendações sobre a adjudicação do terreno do governo ao projecto da LNG. Para além disso, um processo que respeita integralmente os direitos humanos deverá garantir a participação e consulta públicas em todas as fases do processo, incluindo na concepção e implementação do projecto como, por exemplo, o restabelecimento. A participação não deverá ficar restricta às audiências públicas, mas deverá ser conjugada com outras formas de diálogo, incluindo reuniões individuais e de pequenos grupos, com medidas dedicadas que facilitem a participação de grupos que possam estar a enfrentar impactos específicos ou que sejam marginalizados, como as mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiências e minorias.

A AIA não fornece uma atenção adequada aos grupos vulneráveis, como as mulheres, crianças, idosos, migrantes, entre outros, que provavelmente ficarão afectados desproporcionadamente pelos danos sociais, nem às medidas especiais para reduzir este efeito desproporcionado. Por exemplo, a corrente dominante da igualdade de género

² AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL: Um Manual para Projectos de Exploração Mineira, Programa de Gestão de Recursos da Ásia-Pacífico, Universidade Nacional Australiana, 2008

³ Esboço da AIA Anadarko, Capítulo 13, Avaliação e Mitigação do Impacto Socio-económico, página 13-1.

poderia ser ilustrada através do destaque da igualdade de oportunidade para mulheres e homens durante o recrutamento e a formação de oportunidades de emprego, incluindo as oportunidades de emprego geradas pelo projecto da LNG e empresas afiliadas.

O esboço da Política de Responsabilidade Social das Empresas do Governo de Moçambique para a Indústria de Extracção de Recursos Minerais em Moçambique, inclui problemas de consulta e compromisso da comunidade, corrente dominante de género, atenção aos grupos vulneráveis e transparência. A referência cruzada destes elementos com o esboço da AIA actual iria fortalecer a coerência entre os dois documentos.

Para os objectivos deste comentário, não iremos abordar especificamente o restabelecimento, uma vez que compreendemos que os comentários no esboço do plano de restabelecimento não estão associados ao prazo de 31 de Outubro da AIA, pelo que o restabelecimento sera revisto separadamente.

Comentários específicos do sector

I-Migração Induzida pelo Projecto (PIIM)

Enquanto a AIA contém dados qualitativos/teóricos bons associados ao PIIM, não fornece uma estimativa da escala prevista (números e tipo) da i-migração ou de detalhes sobre o que está realmente planeado. Por exemplo, são necessárias estimativas do: número de trabalhadores migrantes formais necessários para ajudar nas operações da LNG e seus contratantes directos (construção/engenharia/transporte/fornecimento, etc.), especialmente se forem nacionais de um país terceiro, nas diferentes fases do projecto, e de outros i-migrantes, informais e formais.

A AIA não aborda as demografias destes potenciais trabalhadores migrantes e potenciais impactos relacionados. Enquanto menciona o modo como as alterações demográficas podem aumentar as pressões nas já poucas infraestruturas e serviços públicos disponíveis, não menciona os impactos nas comunidades, particularmente, uma vez que grupos de famílias se dispersam e os sistemas de identidade cultural e autoridade tradicional são reduzidos ou se perdem. Dado este impacto esperado nos serviços públicos, a AIA não apresenta um plano para mitigar o mesmo através do fornecimento de serviços adicionais.

A AIA não possui informações sobre os planos de alojamento, serviços sociais e outros serviços 'flexíveis', como entretenimento, e não fornece informações sobre o estado contratual ou sobre a possibilidade dos migrantes viverem com as respectivas famílias. Para os i-migrantes expatriados, deverá ser considerado um programa cultural anterior à partida.

A AIA não possui um plano de estabilização da comunidade para mitigar potenciais tensões associadas à i-migração formal e informal. Como testemunhado em Tete, e em outros locais de rápida industrialização e extracção na região, os planos de estabilização e os programas, quando são desenvolvidos com a participação das comunidades anfitriãs, podem ajudar a mitigar as tensões, incluindo a xenofobia/violência.

Na secção 13.4, Acesso às Instalações e Concepção do Projecto, encontram-se relacionadas quatro recomendações com o funcionamento de “campos fechados”, numa tentativa de limitar o movimento dos funcionários e empreiteiros e de impedir a interação directa entre as comunidades e a mão-de-obra do projecto. Esta situação é extremamente problemática e improvável de ser eficaz, na medida em que: é essencialmente impossível impedir a interacção com as comunidades locais; a limitação desta interacção coloca em risco quaisquer interacções mais clandestinas e, potencialmente, mais perigosas; e provavelmente aumentará as tensões com a comunidade.

Trabalhar com as comunidades para implementar os programas de Comunicação de Mudança Social, para discutir as alterações que se estão a realizar/são prováveis de serem realizadas/estão previstas para realização, é muito importante. A chave para gerir esta mudança é trabalhar a partir do lado da comunidade para determinar as preocupações emergentes e como podem ser mitigadas (por ex., através de programas de suporte à comunidade e oportunidades de emprego da comunidade, estabelecendo melhores serviços para os membros da comunidade, etc).

A AIA não referencia o local do projecto como um percurso de migração mista de etíopes e Somalis, do Corno de África. Em 2011, milhares de migrantes sem recursos chegaram a esta área, de barco, do Quénia. É necessário um plano de contingência para resolver esta questão.

Água

O número de utilizadores por fonte de água tem de seguir os níveis de serviço mínimos do Governo.

Os níveis de serviço considerados nos locais anfitriões não são claros, "pelo menos o mesmo acesso aos serviços básicos" (pág.13-30) têm de corresponder aos níveis mínimos do Governo.

A drenagem não é mencionada e é muito importante que seja incluída, uma vez que a água parada aumenta o risco de doenças baseadas em vectores.(13-30)

Os programas de gestão da água mencionados como mitigação do projecto não descrevem de forma adequada as responsabilidades/planos para a fase de desmantelamento, especificamente para garantir o processo de limpeza de todo o local. (13-31)

As instalações de saneamento não são mencionadas no que diz respeito ao campo de alojamento dos trabalhadores. (13-31)

Nutrição

As consultas e medidas de mitigação com as comunidades afectadas (comunidades restabelecidas, comunidades vizinhas e comunidades que alojam comunidades

restabelecidas) devem ser contínuas e não uma actividade única (conforme sugerido no capítulo 13, página 8, sobre a compensação de colheitas, que poderá ser alargada para os 'ciclos de colheita de prazo próximo').

O estudo base nutricional proposto deve concentrar-se no impacto nutricional nos primeiros 1000 dias de vida e, conseqüentemente, os grupos alvo deverão ser raparigas adolescentes, mulheres em idade reprodutiva, mulheres grávidas e a amamentar e crianças com menos de dois anos. Este estudo deve ser coordenado com outros estudos em curso e planeados na província (por ex., os programas de nutrição do PAM e do Banco Mundial).

As medidas de mitigação para nutrição e segurança alimentar devem incluir a nutrição nas intervenções agrícolas específicas, como a promoção da produção e do consumo de colheitas nutritivas, em vez de se concentrarem nas colheitas crescentes.

Relativamente ao RHMIS, mencionado no capítulo 13, página 43, será provavelmente o Sistema de Informações de Gestão de Saúde Regional. É muito importante garantir a capacidade de suporte de construção aos sistemas existentes, em vez de se criar um sistema paralelo, onde o pessoal de saúde do governo é utilizado para recolha de dados adicionais para o Projecto.

Determinantes sociais da saúde

Enquanto a população potencialmente afectada pelo "projecto" está indicada como aproximadamente 2.700 residentes, a AIA não apresenta nenhuma projecção clara sobre o afluxo esperado de migrantes para a área. Na ausência de dados populacionais e epidemiológicos inexactos da área, torna-se difícil avaliar o potencial impacto deste "projecto" na saúde da população.

Qualquer investimento considerado para melhorar o fornecimento de serviços de saúde na área, tem de se basear nas necessidades da população e tem de ser concebido de acordo com as políticas e protocolos governamentais, com visão ao fortalecimento do sistema de saúde local em vigor, de modo a fornecer acesso a um pacote essencial de serviços de saúde para a população.

Em vez disso, o documento não clarifica se a intenção dos investidores é organizar um sistema privado (semi) paralelo e em que medida. Isto terá de ser claro, uma vez que um sistema *ad hoc* de primeira classe na área poderá criar injustiças e atrair procura das áreas vizinhas.

Podemos esperar que os perigos de migração e ocupação se tornem em factores de risco, que podem requerer especial atenção, uma vez que irão criar custos adicionais directos (por ex., ferimentos) e indirectos (por ex., VIH/SIDA) no sistema de saúde. O plano de mitigação deve escrever de forma mais clara o modo como estes riscos serão combatidos.

A AIA refere-se ao risco de introdução de novas doenças na área do projecto, tais como, dengue, sem qualquer elemento comprovativo dos riscos actuais. Uma vez que isto poderá potencialmente ter um impacto na saúde pública de grande escala, requer investigação adicional.

Receitas Públicas

Relativamente ao impactos económico e de receitas do projecto da LNG, o estudo identifica a maioria das fontes de receitas possíveis e as oportunidades económicas multifacetadas/interligadas, que provavelmente irão aumentar ao nível local/regional e nacional. Esta análise é um pouco imparcial e indica claramente que o impacto geral no emprego e na economia (receitas à parte) dependerá muito das políticas e medidas de melhoramento necessárias para colocar em prática, para engrenar o desenvolvimento económico local e do emprego. Se não for possível fazê-lo, o impacto será limitado.

Ao passo que a AIA fornece uma lista exhaustiva de possíveis fontes de receitas e identifica correctamente os impactos/ligações económicos diferentes que este projecto pode criar/desencadear, não indica como o projecto pretende abordar e maximizar estes impactos, excepto para dois estudos próximos: (i) um estudo de gestão de receitas que, para além de fornecer uma compreensão mais abrangente da economia moçambicana, encorage a distribuição de receitas e responsabilidade ao nível de província/distrito, utilizando a EITI como ponto de partida e trabalhando junto com o governo, NGO e comunidades de doadores; e (ii) uma estratégia de conteúdo nacional que apresente em detalhe as iniciativas de desenvolvimento do emprego, formação e fornecimento (conteúdo local/contratação) e defina os objectivos, bem como as actividades concretas planeadas pelo projecto nestas áreas críticas.

Vale a pena salientar os seguintes princípios no:

- Todas as iniciativas/actividades do projecto serão realizadas com base nos planos de desenvolvimento ao nível da província e do distrito.
- Espera-se que a estratégia da Estratégia de Conteúdo Nacional seja alinhada com os objectivos de emprego e educação/desenvolvimento económico do governo.
- O projecto desencorajará o uso de agências de recrutamento locais e, em vez disso, irá trabalhar directamente com o governo ao nível do distrito, para desenvolver uma base de dados de mão-de-obra local para oportunidades de emprego e formação, de forma a priorizar as comunidades locais.
- O projecto irá criar um “Mecanismo Contra a Injustiça” para resolver as injustiças da comunidade relativamente ao emprego e contratação locais. O estudo não indica ainda como este mecanismo irá funcionar.

Cadeia de fornecimento

O capítulo está bem estruturado e aborda problemas e desafios relevantes, mas sem proporções tangíveis ou considerações de mitigação reais.

É efectuada uma referência (13.6.2) à situação desafiante de cerca de 80% da população não ter qualquer nível de educação formal. Apesar disso, o projecto espera formar e absorver gradualmente mão-de-obra com poucas qualificações, mas não indica em que proporção.

Relativamente à contratação de bens e serviços locais (13.6.3), o projecto confirma a estratégia de conteúdo local nacional como uma estrutura a suportar, mas não fornece pistas reais que, em relação à posição na cadeia de valores da LNG, ou qualquer outra cadeia de valores, se poderão tornar nos pontos de entrada para isso.

Depois de considerar as expectativas não satisfeitas da comunidade relativamente às oportunidades de emprego e contratação (13.6.4), este documento deixa passar a escala, o impacto e o risco desta realidade, não abordando, por exemplo, estas expectativas, particularmente no que diz respeito à criação de emprego, podendo tornar-se numa fonte permanente de agitação e criminalidade.

Enquanto a AIA confirma a diversificação económica como um potencial resultado das operações do projecto no distrito, não indica como este investimento pode exercer de forma activa o seu papel catalisador, como um incentivo ou atracção, de forma a tornar viáveis (subsequentes) os projectos de desenvolvimento de infraestruturas e empresas.

FASE DE EIA: O resumo dos comentários recebidos depois das reuniões encontra-se na tabela abaixo, com as respectivas respostas.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
1	Peter Bechtel (Sociedade Civil)	Por email, datado de 17 de Setembro de 2013	O tempo que a sociedade civil tem para responder ao EIA é muito curto.	O período para envio de comentários foi prolongado até 31 de Outubro de 2013.
2	Peter Bechtel (Sociedade Civil)	Por email, datado de 17 de Setembro de 2013	Que mecanismos, salvaguardas e processos existem de forma a que as comunidades a serem reassentadas tenham opções realísticas e não sejam conduzidas ou intimidadas a aceitar condições que não lhes permitirão manter ou (tal como o Regulamento do Reassentamento - obriga, a melhorar) os seus estatutos de sobrevivência? Discutimos várias destas questões hoje, incluindo exemplos passados de outras empresas, bem como da importância do processo e da criação de opções realísticas. Embora eu concorde que as directivas do IFC são um bom ponto de partida, é também importante que a AMA1 coloque os seus compromissos de forma que seja obrigatório no contexto do quadro legal nacional. Existem vários precedentes de empresas a serem vendidas e os compradores não se sentem obrigados a cumprir os compromissos firmados pelos proprietários anteriores. Isto também deve ser garantido.	O processo de reassentamento será observado e monitorado pelo Governo e cumprirá com os requisitos da Sociedade Financeira Internacional (IFI). Como tal, o processo irá incluir um leque de salvaguardas que irão assegurar um nível adequado de protecção aos interesses das pessoas deslocadas física e economicamente. Quanto à selecção da área hospedeira, o processo (tal como todos os outros processos relacionados com o reassentamento), será participativo e as comunidades poderão expressar as suas preferências. Uma vez aprovado pelo Governo, o Plano de Acção de Reassentamento (PAR) será um documento obrigatório por lei, cuja observância deverá ser assegurada pelo Governo.
3	Peter Bechtel (Sociedade Civil)	Por email, datado de 17 de Setembro de 2013	Porquê é que a primeira coisa que temos de fazer quando são feitos investimentos, é privar as comunidades dos seus direitos à terra? Porquê não lhes dar a opção de participar no processo dando acções às comunidades e criando uma <i>joint venture</i> ? Assim as comunidades teriam comparticipação dos ganhos da <i>joint venture</i> de forma contínua. O argumento de que toda a terra pertence ao estado e que como tal o estado se torna o sócio em sua representação é amplo na medida em que se acordo com a directivas do IFC às quais a AMA1 afirma que pretende aderir, as comunidades são detentoras do direito à terra, para além de que o seu acesso aos recursos (terra e recursos naturais) irá mudar em resultado do projecto. Então, por favor, vamos dar acções às comunidades locais.	O projecto segue os requisitos legais moçambicanos relacionados com títulos de concessão de terras e licenciamento de projectos (por ex. a Lei do Petróleo e os Regulamentos para Avaliações de Impacto Ambiental). Da mesma forma, o Projecto está ciente dos impactos potenciais do projecto nas comunidades, em particular as alterações no acesso às terras e aos recursos naturais. Estes impactos serão estudados minuciosamente durante o Processo de Reassentamento. Medidas apropriadas para restaurar e melhorar as condições económicas, sociais e ambientais das comunidades serão projectadas, acordadas com as comunidades e sancionadas pelo Governo e pela Sociedade Civil.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
4	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	Incluir, além do cálculo de emissões de carbono do projecto, medidas de sua compensação (em conformidade com as obrigações legais do estado Moçambicano, segundo a Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, ratificada pela Resolução n.º 1/94, de 24 de Agosto.) O Relatório de Estudo de Impacto Ambiental (REIA) não menciona medidas da compensação destas emissões, o impacto de qual é considerado significativo, mesmo depois de todas as medidas de mitigação recomendadas.	Não existe metodologia ou boas práticas internacionais da indústria apropriadas que tratam da compensação para as emissões de GEE e nem Moçambique impõe uma taxa de carbono aos projectos de desenvolvimento. O foco deverá ser em medidas de mitigação adequadas. Neste caso, as medidas de mitigação propostas pelo projecto estão listadas no Capítulo 12 do REIA.
5	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	Incluir dentro do REIA estudos de monitoria sobre mudanças climáticas, a três níveis: a. Nível do projecto (impacto de subida de nível do mar, eventos extremos (ciclones, tempestades, cheias etc.) na área escolhida para o projecto. Não encontrei estes cenários no projecto. b. Nível das comunidades - tem que ser considerados os impactos prováveis e previstos das mudanças climáticas nas áreas seleccionadas para o reassentamento das comunidades. c. Nível de contribuição do PGA à ciência básica sobre mudanças climáticas no país – instalação de sensores para medir os níveis de mar, estação meteorológica, etc. (Nota-se que neste momento há uma escassez de dados sobre este assunto que limite as projecções possíveis e assim as medidas que podiam ser potencialmente tomadas.) Sugiro que se entrasse em contacto com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) sobre este assunto.	<ul style="list-style-type: none"> a. O projecto foi concebido para acomodar uma potencial subida do nível do mar no futuro e impactos de eventos extremos (p.ex. ciclones, tempestades, cheias, etc). Eventos extremos serão monitorados e registados, uma vez que estes têm implicações para a segurança do Projecto.. b. Uma série de factores irão influenciar a localização da área hospedeira e a segurança do local será um dos factores-chave a ser considerado. c. Dados das estações meteorológicas e oceanográficas podem ser partilhados com o Governo.
6	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	Deve identificar as grandes lacunas de conhecimento e que irão requer estudos de longo prazo para as colmatar, seguindo as obrigações do capítulo VIII da Diploma Ministerial (MICOA) n°129/2006 de 19 de Julho, a Directiva Geral para Estudos de Impacto Ambiental (este Diploma não está referido no capítulo 2 sobre o quadro legal em Moçambique). Estes estudos podiam ser sobre biodiversidade, como por exemplo, os	O PGAS refere planos adicionais que serão elaborados. Estes planos serão elaborados com base nos estudos realizados no âmbito do EIA e estudos ainda por realizar. Por exemplo, estão sendo realizados estudos de biodiversidade na sequência dos estudos ecológicos realizados para o EIA. O resultado desses estudos será uma estratégia

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			<p>mamíferos marinhos (números, rotas migratórias, zonas de alimentação etc.), como também sobre aspectos sociais (capturas de pescado e outros recursos marinhos que são neste momento mal estudados e pouco conhecidos). O PGA deveria propor a implementação destes estudos ao longo de tempo, com os resultados a influenciar a evolução do próprio PGA como também os planos de compensação caso necessário. Não parece que o diploma foi cumprido.</p> <p>NB.O Capítulo VIII da Diploma Ministerial (MICOA) nº129/2006 de 19 de Julho indica que, "Deverão ser definidas as lacunas de conhecimento encontradas durante a elaboração do EIA, aos diferentes níveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Enfatizar os impactos não passíveis de mitigação, por inexecutabilidade técnico-económica no actual estágio de conhecimentos; b. Identificar impactos determinantes cuja quantificação e caracterização é precária ou insuficiente - quer por inexistência, quer por inacessibilidade da informação; c. Definir áreas prioritárias para a investigação científica e tecnológica, com base nas lacunas identificadas nas alíneas anteriores; d. Avaliar os circuitos de informação e a facilidade ou dificuldade com que a informação chega aos utilizadores; indicar formas de melhorar o sistema administrativo e de informação; e. Propor termos de referência para estudos e trabalhos adicionais com vista a solucionar as lacunas mais críticas de entre as acima referidas." 	<p>de biodiversidade e plano de acção. Referências sobre os estudos de biodiversidade e estudos adicionais de pescas foram incluídas na tabela do PGAS o Anexo D.</p> <p>Suposições e/ou limitações dos vários estudos estão incluídos no Anexo C, que descreve as metodologias dos estudos de especialistas. Note-se que o REIA não identificou nenhuma lacuna significativa no conhecimento que poderia constituir um obstáculo à tomada de decisão. O nível de informação constante no REIA corresponde aos requisitos necessários para a tomada de decisão ao abrigo da Lei e Regulamentos Ambientais Moçambicanos.</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Não existem impactos que não puderam ser mitigados devido à insuficiência de conhecimento. b. Em grande escala, não houve impactos que não foram adequadamente caracterizados. A secção sobre a avaliação de impactos cumulativos (Capítulo 15) é por natureza baseada em informação limitada sobre projectos futuros.– isto está explicado no Capítulo 15. c. Não foram identificadas lacunas significativas que impeçam a tomada de decisão. Contudo, serão realizados estudos adicionais de forma a gerir pro-activamente as suas responsabilidades ambientais e sociais (p.ex. estudos de biodiversidade, reassentamento). d. O principal mecanismo de comunicação de informação durante o EIA foi através das reuniões de consulta pública. Este formato funcionou bem. e. Nenhum requerido neste EIA. <p>Adicionalmente, a Secção 3.8 do REIA identifica as lacunas e incertezas encontradas durante o processo de AIA.</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
7	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	Avaliar no fim do EIA o impacto residual do projecto, de modo a facilitar o cálculo de contrabalanço ou "Offset" de biodiversidade, seguindo as normas dos Princípios de Equador e os Padrões de Desempenho do IFC (especificamente PD6). O impacto residual neste momento no EIA não está quantificado. Se ainda existem dúvidas científicas ou estudos necessários para a quantificação do impacto, estes deveriam ser identificados e o plano para recolha e publicação destas informações deve fazer parte do PGA. O compromisso de assegurar "nenhuma perda líquida da biodiversidade" (<i>no net loss</i>) deve ser assumido no PGA.	De acordo com o Padrão de Desempenho 6 do IFC, estão em curso estudos adicionais sobre a biodiversidade com o objectivo de clarificar a necessidade para e/ou a definição de um contrabalanço (offset) de biodiversidade. Referência a isto foi incluída no PGAS no Anexo D. Uma Estratégia de Biodiversidade e Plano de Acção será o resultado dos estudos de biodiversidade em curso.
8	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	Para a parte social, experiencias nacionais demonstram que a criação pela empresa de fundações sociais é prática e ajuda na implementação dos programas e compromissos sociais. Estas são dotadas de capital independente da empresa mas que garante a implementação dos compromissos da empresa para com a comunidade. Os mecanismos para compromissos sociais deveriam ser identificados no PGA se for possível.	<p>O Projecto irá descrever e comprometer-se com os mecanismos através dos quais irá desenvolver e implementar programas sociais num Plano de Investimento Comunitário (PIC) e num Plano de Gestão de Saúde Comunitária (PGSC). Estes planos formarão parte do Sistema de Gestão Ambiental e Social do Projecto (SGAS). Ver o capítulo 17. As comunidades beneficiárias do PIC incluem tanto as comunidades afectadas directamente, como as comunidades afectadas indirectamente na área do projecto, as quais irão participar na definição, desenvolvimento e implementação dos melhores programas de investimento comunitário para satisfazer as suas necessidades. O PIC será composto por projectos que são colectivamente baseados na implementação de boas práticas e visa ao desenvolvimento sustentável da comunidade. Programas específicos serão harmonizados com as estratégias e objectivos de desenvolvimento do Governo, e serão consistentes com os objectivos de negócio do Projecto.</p> <p>Não funcionando através de uma "fundação", os PICs serão projectados e implementados por ONGs e organizações internacionais e nacionais, em colaboração com a equipa do Plano de Investimento Comunitário.</p> <p>O PIC complementa a Estratégia de Investimento Social do Projecto, a qual tem três temas de investimento: saúde, educação e ambiente. A Estratégia de Investimento Social fornece o veículo para a AMA1</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				implementar as iniciativas de Responsabilidade Social Empresarial (SER) para o Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique. A Estratégia de Investimento Social irá focar-se na identificação das oportunidades para benefícios relacionados com o Projecto fora do Distrito de Palma, na província de Cabo Delgado e, de forma mais geral, em Moçambique.
9	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	Assegurar que todos os estudos especializados sejam públicos, para que possam ser usados por todos os intervenientes e académicos relevantes, mesmo fora do âmbito do EIA como contributo para a disponibilidade de informação sobre a área estudada.	Os principais resultados e/ou resumos dos estudos de especialistas foram directamente integrados no Relatório de EIA (REIA) (veja os Capítulos 6 a 9, 10 a 13, e Anexos C e G). Adicionalmente, estudos de especialistas estão disponíveis a pedido, em língua inglesa.
10	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	<p>Deveria ser criado um mecanismo permanente de monitoria da implementação dos compromissos feitos, quer sociais, quer ambientais, incluindo a publicação de toda a documentação sobre o cumprimento e adaptação do PGA. Este compromisso deve ser por escrito e incluído no PGA a aprovar.</p> <p>a) Sugiro que seja criado um Conselho Técnico de Acompanhamento, que depois deve seleccionar uma empresa profissional que pode vir a fiscalizar a implementação do PGA, junto sempre que possível com as autoridades nacionais. Os relatórios desta fiscalização deveriam ser públicos, seja quais forem os resultados.</p> <p>b) Os encargos para o funcionamento do Conselho e dos fiscais devem ser assumidos pelo proponente.</p> <p>c) O Principio de Equador 7 (aleadamente a ser seguido pelo proponente) estabelece a necessidade de ter uma revisão independente.</p>	<p>O projecto irá planificar, implementar, avaliar e melhorar as várias medidas de gestão no âmbito do SGAS. Veja o Capítulo 17. Este sistema será o mecanismo para realizar monitorização de cumprimento e actualizar as medidas de gestão sempre que necessário. Os resultados das auditorias realizadas pelos auditores independentes externos serão comunicados aos intervenientes numa base regular.</p> <p>a. A implementação do PGAS será auditada por auditores externos independentes (pelo tempo de duração do empréstimo) e pelo Projecto ao longo da sua vida.</p> <p>b. O projecto irá seguir os procedimentos do MICOA relativamente à necessidade de tal Conselho.</p> <p>c. Tal como indicado na alínea a) acima, haverá auditoria independente ao cumprimento.</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
11	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	O proponente promete nas consultas públicas que vai ter auditorias externas baseadas nos Princípios de Equador e os Padrões de Desempenho da IFC, e que os relatórios destas auditorias seriam públicos. Este compromisso deve também ser feito pelo proponente por escrito e incluído no PGA a aprovar, de modo que o MICOA e outras entidades nacionais tenham uma base legal nacional para exigir o seu cumprimento, mesmo que no futuro o projecto encontre outras fontes de financiamento sem estas exigências, ou se for vendido na sua totalidade a um terceiro que não tenha os mesmos valores.	Relatórios das auditorias independentes externas estarão disponíveis ao público. Este compromisso foi acrescentado; favor ver a Secção 17.4 do REIA.
12	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	<p>Deveriam ser propostos mecanismos permanentes para diálogo com as comunidades e sociedade civil para a duração do projecto (20-40 anos):</p> <ol style="list-style-type: none"> Este projecto não é de curta duração, e assim os mecanismos preconizados no processo de AIA não serão suficientes para consulta contínua com as comunidades, autoridades locais, e sociedade civil. Deve ser então um mecanismo flexível com uma estrutura permanente de liderança. Talvez pode se pensar num tipo de comité permanente com uma gestão participativa que podia ajudar não somente na auscultação e no fluxo de informação, mas também podia contribuir com ideias e sugestões para acções sociais etc. Possivelmente precisarão de ter comités a vários níveis (distrital, provincial, nacional) com intervenientes diferentes de modo a maximizar a participação. 	O Projecto reconhece o papel importante do diálogo contínuo, sério e transparente com um vasto leque de intervenientes, incluindo comunidades afectadas directa e indirectamente, com a sociedade civil, o Governo de Moçambique a todos os níveis, os órgãos de comunicação, com o comércio e a indústria, as agências de desenvolvimento e outras partes interessadas no Projecto e nos diversos componentes, impactos, oportunidades e desafios que ele contém. Assim, como parte do SGAS, o Projecto desenvolveu um Plano de Envolvimento do Público (PEP) implementado pela Equipa de Envolvimento de Partes interessadas do Projecto e várias outras funções do Projecto (Assuntos Governamentais, Assuntos Externos, Assuntos Comerciais, equipas de Gestão, equipa de Relações Comunitárias, etc). O PEP estabelece o objectivo e a visão para as relações construtivas de longa duração com as partes interessadas no Projecto, traçando e fornecendo análises das diversas partes interessadas e dos seus interesses, bem como métodos e ferramentas para facilitar o diálogo construtivo com cada uma das partes interessadas e afectadas. Enquanto que o PEP fornece objectivos estratégicos para a cooperação contínua, o Projecto apercebe-se que os interesses e as necessidades de informação e consulta das partes interessadas precisam de ser alterados ao longo do tempo. Quanto a isso, o PEP é considerado um documento dinâmico que será actualizado durante as várias fases do Projecto.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				<p>A Equipa de Envolvimento do Público está ciente que uma estratégia de cooperação multinível, multifacetada e receptiva, apoiada por um forte sistema de partilha de informações, é vital para assegurar relações transparentes, adaptadas culturalmente e recíprocas com as partes interessadas do Projecto durante toda a duração do Projecto. Como parte da implementação do PEP, o Projecto já estabeleceu vários mecanismos de cooperação específicos ao projecto com diversos grupos de partes interessadas a nível Provincial, Distrital e Nacional. Por favor consultar o PEP para mais detalhes relacionados com os vários mecanismos.</p> <p>Com referência específica ao envolvimento comunitário sério e participativo, a equipa de Relações com as Comunidades mantém a consulta contínua às comunidades, usando mecanismos de cooperação culturalmente adaptados.</p> <p>Além de estabelecer fóruns de diálogo específicos ao projecto durante a duração deste, o Projecto está a participar proactivamente na plataforma de sociedade civil já estabelecida para a indústria extractiva, e com muitos outros fóruns e plataformas específicos ao sector.</p>
13	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	Deveria ser ao mesmo tempo proposto um mecanismo social para CSR (responsabilidade social corporativa) e as acções sociais desenvolvidas no contexto dos fundos sociais presentemente canalizados pelo INP. Os comités previstos acima poderão ajudar nisso. Isso é uma oportunidade para melhorar o processo para todos os operadores no país.	O Projecto reconhece a importância da coordenação entre os operadores e comunidade de doadores e agências de desenvolvimento relativamente ao foco, desenvolvimento e mecanismos de implementação das iniciativas de CSR, e que estas deveriam estar colectivamente alinhadas com as estratégias e planos de desenvolvimento do Governo de Moçambique nos vários níveis (p.ex. Nacional, Provincial e Distrital), bem como com a política de CSR recentemente formulada pelo MIREM.
14	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	Como sempre, será essencial que estejam incluídos no PGA um mecanismo de apreciar e avaliar os impactos reais, em tempo real durante a implementação do projecto. Terá que haver no terreno uma equipa (de preferência uma equipa multi-sectorial) para fiscalizar estes	Isto será feito no âmbito do SGAS do projecto. Nos casos em que as medidas de mitigação propostas não tenham o resultado desejado (em termos de reduzir ou gerir impactos), novas medidas de mitigação poderão ser propostas. Os resultados das auditorias independentes

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			aspectos. Possivelmente esta equipa podia prestar contas ao comité proposto acima e esta fiscalização, disponibilização de informação sobre os resultados e dialogo sobre o assunto ser enquadrado dentro da perspectiva de transparência, dialogo permanente e responsabilidade em relação ao negocio defendidos pela Empresa.	serão reportados ao Projecto, ao MICOA e serão incluídas nas comunicações trimestrais com as partes interessadas e afectadas.
15	Sean Nazerali (Consultor Independent)	Por email, datado de 20 de Setembro de 2013	<p>Foi sugerido durante o processo de EPDA (fase de definição do âmbito) que deveriam ser publicados e discutidos os vários estudos feitos no âmbito do EIA a medida que fossem terminados, de modo a recolher contribuições de Partes Interessadas e Afectadas (PIAs) que podem ajudar e enriquecer a versão final do estudo. Não sei porque isso não foi feito.</p> <p>Em geral, estas questões deveriam ser incluídas o máximo possível dentro do PGA por ser um documento vinculativo para o projecto, seja quem for o dono do projecto ou quem lidera a empresa. Infelizmente há muitos exemplos de compromissos feitos pelos proponentes originais de um determinado projecto, que depois da sua venda ou transferência para uma outra entidade já não são honrados pelos novos proprietários</p>	<p>Os estudos realizados no âmbito do EIA estão todos integrados no REIA, sem excepção. Veja também a resposta ao Comentário # 9 acima.</p> <p>A questão sobre os compromissos assumidos no EIA é levada bastante a sério. O SGAS descrito no Capítulo 17 fornece o quadro de referência para a realização de planificação, implementação, avaliação e melhoria.</p>
16	Duarte Almeida (CDBT – Cabo Delgado Biodiversidade e Turismo)	Por email, datado de 25 de Setembro de 2013	<p>A CDBT gostaria de declarar formalmente a sua preocupação com o provável impacto que o Projecto proposto terá nos seus bens de conservação e região.</p> <p>A Ilha de Rongui irá sofrer um impacto visual negativo da actividade de navegação na Baía de Palma e da poluição luminosa e visual produzida pelas instalações no continente. A CDBT preocupa-se seriamente com o nível de destruição do recife de coral esperada durante a colocação do gasoduto entre as ilhas de Rongui e de Tecomaji e com os efeitos da pluma de sedimentos nos recifes próximos. A CDBT também tem sérias preocupações sobre os efeitos de um aumento da quantidade de águas residuais da Vila de Palma e da água, aquecida pela respectiva utilização para arrefecer o gás no sistema de refrigeração, que é ejectada para o mar. Os efeitos combinados irão colocar o futuro de Rongui como um projecto de turismo e conservação de base</p>	<p>Estas preocupações foram anotadas. Impactos visuais, impactos nos corais e impactos das descargas na baía são discutidos no EIA (Capítulos 11 e 12 respectivamente).</p> <p>Contudo, deve-se notar que não haverá descarga de água quente do Projecto na baía. Os geradores de gás serão arrefecidos pelo ar e como tal não haverá água quente</p> <p>Impacto no turismo são discutidos na Secção 13.3.</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			comunitária em perigo. O resultado para a CDBT será uma perda dos benefícios reais do estado, derivados do desenvolvimento e da venda de casas privadas, conforme o modelo de actividade e uma perda do futuro turismo, causada pela potencial diminuição do coral, perturbação do ambiente marinho e poluição visual.	
17	Duarte Almeida (CDBT – Cabo Delgado Biodiversidade e Turismo)	Por email, datado de 25 de Setembro de 2013	O habitat e o comportamento cetáceo serão negativamente afectados pela perturbação causada por ruído. Isto irá manifestar-se na perturbação social, nos danos fisiológicos relacionados com o stress, na perda de audição e, por último, numa redução da população pela desorientação, revogação da área, cessação de alimentação e taxas de mortalidade mais altas.	Os impactos do ruído nas baleias, golfinhos e outros organismos marinhos são discutidos na Secção 11.17. Observou-se que sem mitigação, poderiam existir impactos de significância moderada nestas espécies (p.ex. da estacaria). Efeitos desta actividade podem ser sentidos na área envolvente da fonte de ruído (dentro de 100m do local da estacaria). A mitigação implica um “início suave” para permitir que as baleias e golfinhos (caso estejam na área) se afastem do local em segurança. Danos fisiológicos, perda de audição, redução da população devido à desorientação, interrupção da alimentação e aumento da mortalidade, não foram previstos pelo especialista em ecologia marinha. Haverá monitorização dos mamíferos marinhos durante as fases de construção e operação do projecto.
18	Duarte Almeida (CDBT – Cabo Delgado Biodiversidade e Turismo)	Por email, datado de 25 de Setembro de 2013	A estância da Ilha de Vamizi (Vamizi Lodge) e as Vilas Privadas irá sofrer um impacto visual negativo do Projecto predominantemente através da poluição luminosa. Existirão impactos socioeconómicos na comunidade da ilha, uma vez que o movimento de pessoas, deslocadas pelo Projecto e da Península de Afungi para Olumbe, resultará no aumento da população da ilha e da pesca, nas proximidades de Vamizi. Isto terá um impacto directo nos recifes através da sobrepesca. Também se espera que o preço do peixe suba, devido a uma maior procura em Palma. O efeito cumulativo poderá corresponder a uma tensão dos recursos naturais que atraem os turistas a esta região. A imagem de Vamizi como um lugar selvagem será questionada e a sustentabilidade do modelo de actividade ficará em risco. Os efeitos do Projecto, entre outros, corresponderá à capacidade da CDBT de vender residências privadas aos investidores internacionais, muitos dos quais se encontram relutantes em investir até perceberem o impacto real do	<p>O impacto visual a partir de Vamizi está previsto como sendo Negligenciável a Baixo devido à distância do local do projecto (veja a Secção 12.5.7). A área hospedeira para as comunidades reassentadas ainda não foi identificada, daí que a previsão de impactos em Olumbe é considerada prematura nesta fase. A área hospedeira será objecto de um Estudo de Impacto Ambiental Simplificado à parte.</p> <p>Dos estudos marinhos realizados para a definição da área de referência, há indicações de que a sobre-exploração pesqueira já tem lugar. Isto é evidenciado pelo tipo de capturas registadas e observações no terreno. Já existe pressão sobre os recursos naturais.</p> <p>O projecto irá monitorar quaisquer sinais de subida dos preços do pescado – o projecto pretende evitar que o peixe se torne de difícil acesso ou demasiado caro para a sua aquisição pelas comunidades</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			Projecto. Isto já está a atrasar a execução do plano de actividade da CDBT.	locais. O comentário sobre o plano de actividades do CDBT foi anotado. Impactos em potenciais novos empreendimentos turísticos são avaliados na Secção 13.3. O REIA fornece informação relevante sobre impactos positivos e negativos, biofísicos e socioeconómicos, directos, indirectos, cumulativos e de eventos não rotineiros/não planificados.
19	Duarte Almeida (CDBT – Cabo Delgado Biodiversidade e Turismo)	Por email, datado de 25 de Setembro de 2013	O investimento geral do projecto tem de beneficiar a região como um todo. Têm de existir benefícios positivos alargados, resultantes da extracção de gás a curto prazo, para proteger os bens que irão assegurar o interesse do turismo a longo prazo na região. Isto é no que a CDBT tem sido instrumental relativamente à construção e a CDBT pede que o governo e os parceiros no Projecto reconheçam a importância desta abordagem.	São esperados benefícios a nível local (infra-estruturas, formação, emprego, etc) e a nível nacional (contribuição para o PIB, taxas, etc).
20	Duarte Almeida (CDBT – Cabo Delgado Biodiversidade e Turismo)	Por email, datado de 25 de Setembro de 2013	O EIA não deixa claro os efeitos cumulativos do ruído e perturbação em redor da Baía de Palma, na população de mamíferos marinhos. Da mesma forma, os planos de mitigação dos danos ao coral não estão concluídos nem são claros. Não existe qualquer plano de conservação marinha para os recifes de coral, tapetes de ervas marinhas e população de mamíferos marinhos de toda a área e isto é urgentemente necessário.	A Secção 11.17 do EIA descreve o impacto do ruído nos mamíferos marinhos na Baía de Palma. Por outro lado, são também avaliados os impactos do ruído e de outras perturbações nas águas profundas em alto mar.(Secção 11.7). Estudos sobre a biodiversidade estão actualmente em curso, os quais incluem pesquisas marinhas quantitativas adicionais. Os resultados destes estudos serão uma Estratégia de Biodiversidade e Plano de Acção e planos adicionais de monitorização da biodiversidade, mais abrangentes.
21	Duarte Almeida (CDBT – Cabo Delgado Biodiversidade e Turismo)	Por email, datado de 25 de Setembro de 2013	Pelo REIA, também não está claro se o Projecto será prolongado para a parte sul da Península de Afungi.	O projecto só tem direito à área definida no EIA, a qual não inclui a parte sul da Península de Afungi.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
22	Duarte Almeida (CDBT – Cabo Delgado Biodiversidade e Turismo)	Por email, datado de 25 de Setembro de 2013	<p>A CDBT é da opinião de que é urgentemente necessário mais trabalho e análise adicional. Permanece comprometida em trabalhar com os parceiros do Projecto proposto, de modo a desenvolver estratégias de mitigação coordenadas e eficazes para o benefício de todos os intervenientes envolvidos a longo prazo. Para a CDBT ficar numa posição que favoreça os seus interesses turísticos e de conservação nas Ilhas de Rongui e de Vamizi, recomenda um mecanismo de maior compromisso com os parceiros do Projecto.</p> <p>Isto pode ser atingido através de um plano detalhado de medidas de mitigação formulado em conjunto para a região, para além de reuniões trimestrais, durante a fase preliminar, e de reuniões mensais durante a fase de construção. A CDBT, juntamente com outros principais intervenientes, solicita também um aviso antecipado sobre a ocorrência de quaisquer actividades.</p>	<p>O Projecto, tal como a CDBT, está comprometido em colaborar de forma a desenvolver estratégias de redução coordenadas e eficientes para benefício a longo prazo de todas as parte interessadas.</p> <p>No início de 2014, o Projecto terá um ponto focal dedicado para manter contacto semanal com a CDBT e a CDTUR (Associação de Hotelaria e Turismo de Cabo Delgado) e com outros operadores turísticos na área do Projecto. O ponto essencial do sector do turismo e biodiversidade irá reunir-se trimestralmente para actualizar informações da Engenharia, <i>Procurement</i> e Construção (EPC) offshore sobre as suas actividades e planeamento destas actividades. Nos períodos entre as reuniões trimestrais, a equipa de Envolvimento do Público, em colaboração com o empreiteiro e sub-empreiteiro EPC, irá assegurar-se que a informação sobre as actividades de construção que podem ter impacto na biodiversidade e nas actividades turísticas em Cabo Delgado é comunicada através do ponto focal dedicado do sector do turismo e da biodiversidade.</p>
23	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	<p>O Ministério das Pescas gostaria que fossem transmitidas ao sector que superintende garantias objectivas de que, sempre que possível, qualquer actividade do projecto cause o mínimo de perturbação aos recursos pesqueiros e seus habitats. Para que tal aconteça o relatório deve abordar com mais profundidade os impactos nas pescas bem como a respectiva projecção num período razoável e não na forma genérica que se encontra.</p> <p>Não havendo certezas absolutas dos impactos reais associados ao Projecto, devido a actual ausência de informação detalhada, seria importante que para além e se descrever os recursos pesqueiros fossem também descritas todas as pescarias por tipo de pesca existentes na região para permitir uma adequada avaliação, monitorização e estabelecimento de programas de mitigação dos impactos onde se mostrar necessário. O Sistema de Monitorização de</p>	<p>Os impactos nos peixes foram previstos com base na área total do habitat afectado. Os impactos foram avaliados em relação às actividades de construção à escala local, particularmente na área da Baía de Palma adjacente à Península de Afungi. A área afectada corresponde a quase 10% da área total da baía. Esta área compreende ervas marinhas que também estão dispersas ao longo da baía, bem como comunidades de corais. As actividades de construção irão resultar em perturbação, e em alguns casos, na perda de coral.</p> <p>O estudo não contemplou a distribuição do peixe pela área, tendo focado na componente do substrato em vez de nos próprios peixes. Os impactos na ecologia marinha são discutidos no Capítulo 11 e os impactos na pesca são tratados na Secção 13.2.4.</p> <p>As práticas de pesca são descritas na Secção 9.7.6 (Província de Cabo</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			embarcações por satélite em uso na Administração Nacional de Pescas (ADNAP) é um elemento a considerar neste propósito.	Delgado) e 9.14.3 (Distrito de Palma, Local do Projecto em Afungi e arredores). Contudo, reconhece-se que há uma necessidade de se perceberem melhor as práticas de pesca e os impactos – isto está sendo feito no âmbito do processo de reassentamento. Estão sendo realizados estudos para perceber as capturas, onde as pessoas pescam, e para determinar as melhores medidas de mitigação dos impactos do reassentamento. Mesmo onde haja pessoas que não são fisicamente reassentadas, poderá haver reassentamento económico pela perda ou restrição de acesso aos locais de pesca. Estes impactos e medidas de mitigação também serão incluídos no estudo do reassentamento. A recomendação de usar a Administração Nacional de Pescas no sistema de monitorização das embarcações será transmitida à equipa de reassentamento do projecto.
24	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	Na avaliação dos impactos para a pesca comercial sugerimos que se tenha em conta o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pescaria de Atum, aprovado em Julho de 2013 na 22ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.	Este Plano foi estudado e tomado em consideração - Veja a Secção 13.7.2.
25	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	O Decreto 71/2011 de 30 de Dezembro, que determina as áreas que são potencialmente propícias para o desenvolvimento da aquacultura marinha e incremento da produção de pescado, demarca uma parte do Distrito de Palma (Anexo A.1 do Decreto) como Reserva Marinha Aquícola para o cultivo de algas marinhas. Porém, em nenhum momento o relatório faz referência ao facto e ao impacto nesse âmbito.	A referência a este decreto foi incluída nos Capítulos 2 e 9 e o potencial impacto foi discutido na Secção 13.
26	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	O reassentamento dos pescadores artesanais em outras zonas de pesca deve constituir uma estratégia integrada de longo prazo e ter em conta as migrações que correm anualmente.	Será tomado em consideração durante o processo de reassentamento.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
27	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	Na interacção entre o Projecto e os diferentes intervenientes/agências, as instituições do sector de Pescas são marginalizadas. O projecto deve financiar programas específicos de monitorização dos pesqueiros marinhos e de desembarque de pescado onde o sector das Pescas deve fazer parte do processo. Isto estende-se aos projectos de educação ambiental que envolvam pescadores. A este propósito as acções a empreender devem estar enquadradas nas estratégias e políticas sectoriais definidas para o ordenamento das pescarias, infra-estruturas pesqueiras e o desenvolvimento de aquacultura.	Os impactos nas pescas estão sendo estudados e as medidas de mitigação serão incluídas no PAR. Adicionalmente, este comentário será considerado pela AMA1 e eni, para inclusão na Estratégia de Investimento Social do Projecto.
28	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	Nas medidas de mitigação para a pesca comercial (danificação de equipamentos de pesca) o projecto deve também interagir com a Administração Nacional de Pescas (entidade responsável pela implementação dos acordo comerciais e licenciamento da frota).	Foi incluído um parágrafo na Secção 13.7.2 em resposta a este comentário.
29	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	Na avaliação de Impactos Socioeconómicos e Mitigação: Deve estar patente que o projecto colaborará com a Administração Nacional de Pescas, no sentido de se estabelecer Procedimentos de Reclamação (reclamações relacionadas com as actividades de pesca).	Foram efectuadas as alterações necessárias no Capítulo 13, onde relevante.
30	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	Tratando-se de recursos altamente migratórios e com ocorrência sazonal que garantias existem de que o impacto residual será negligenciável?	O impacto nas estratégias de sobrevivência baseadas no mar (incluindo impactos na pesca) é Moderado, após mitigação. A avaliação dos impactos foi baseada em estudos de campo, julgamento profissional e experiência de outros projectos similares. Para avaliar os resultados da avaliação dos impactos, o projecto irá realização acções de monitorização, para verificar se as medidas de mitigação estão tendo o resultado desejado. Caso não, as medidas de mitigação serão melhoradas ou corrigidas, sempre que possível, em coordenação com o MICOA.
31	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	Responsabilidade social – Devem ser criadas condições para que no decurso do projecto seja possível introduzir programas específicos de apoio as comunidades de pescadores afectados/reassentados como por exemplo: alfabetização dos pescadores; motorização das embarcações visando a pesca em mar aberto, estabelecimento de Aquaparks no desenvolvimento da aquacultura, introdução de	O Projecto está, neste momento, a realizar um estudo de pescas. O estudo inclui a recolha de dados de captura de peixe, áreas de pesca, tipos de embarcações, dados de movimentação de embarcações, estudos de cadeia de valor e estudos de género. Os resultados destes estudos serão usados para informar um Programa de Restauração da Pesca como Meio de Subsistência (Fisheries Livelihood Restoration

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			dispositivos de agregação de peixes, cultivo de espécies aquáticas como peixes, algas, crustáceos, entre outros	<p>Programme (FLRP)) detalhado, o qual será integrado no Plano de Acção do Reassentamento (PAR), quando este for submetido para aprovação do Governo de Moçambique. O FLRP irá apresentar propostas para programas de apoio dirigidos em especial às comunidades directamente afectadas.</p> <p>O Programa de Investimento Comunitário (PIC) também irá identificar e fornecer apoio às comunidades locais de modo mais amplo, o qual incluirá as comunidades que dependem da pesca enquanto principal estratégia de subsistência.</p>
32	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	No Anexo G – Material de Apoio à Definição da Situação de Referência: Incluir descrição das pescarias.	A situação de referência sobre as pescas está descrita em várias secções no Capítulo 9 e Anexo G do REIA. Adicionalmente, foi incluída uma referência ao plano estratégico da pescaria do atum no Anexo G e foi incluído texto sobre esta estratégia e sobre as reservas marinhas para o desenvolvimento de aquacultura no Capítulo 9.
33	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	No Anexo G – Quadro legal e Estratégias do Sector das pescas – a classificação da pesca está incorrecta e estão em falta outras categorias (artigo 3 da lei número 3/90 de 26 de Setembro, Lei das Pescas).	A classificação foi revista.
34	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 26 de Setembro de 2013	Anexo H – Plano d Resposta a Emergências: No que concerne a agências a notificar em casos de emergência, incluir Pescas (ADNAP) quando se tiver que recorrer a interrupção de operações de pesca.	O plano foi modificado em resposta a este comentário.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
35	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 24 de Outubro de 2013	<p>O Projecto LNG, como referido no EIA, irá trazer impactos sociais e económicos na área de sua implantação. No que concerne ao sector das Pescas, o projecto irá afectar as comunidades de Pescadores locais, a pesca commercial em mar aberto bem como o desenvolvimento de qualquer actividade aquícola, mais especificamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Perturbação das estratégias de sobrevivência das comunidades que dependem da pesca e transporte marítimo devido ao estabelecimento do projecto e das áreas de segurança a volta das infra-estruturas; b. Deslocação física dos Pescadores e centros de pesca; c. Perda de parte do mangal e estuário da região de Afungi; d. Perda considerável de porção da praia arenosa com a construção do porto na zona entre marés; e. Diminuição temporária da claridade da água e soterramento permanente de parte das áreas cobertas por ervas marinhas, corais e mangais com a abertura dou dragagem de valas; f. Potencial instalação de species exóticas e invasivas; g. Potencial diminuição de abundância de peixes devido a ruídos causados pela instalação de estacas; h. Disposição de lamas e aparas de perfuração no mar com potencial impacto no soterramento e toxicidade sobre os organismos bentónicos; e i. Potenciais impactos na qualidade da água e na ecologia marinha pela descarga de água de hidrotestes, água de formação, águas pluviais da fábrica de GNL e águas de lastro dos transportadores de GNL, das estações de tratamento de águas residuais e de planta de dessalinização. <p>O REIA não reporta nenhum aspecto fatal para a implementação do projecto. Todavia, a redução do acesso pelas comunidades de pescadores às áreas de pesca devido ao estabelecimento das áreas de segurança e a necessidade de reassentar estas comunidades são as questões chave e sensíveis que deverão merecer um tratamento adequado porque irá reduzir ou eliminar os rendimentos e afectar as estratégias de sobrevivência das comunidades no geral e dos</p>	<p>A avaliação do Impacto Ambiental do Projecto concluiu que este irá afectar pessoas que dependem da pesca para a sua sobrevivência. Como tal, estudos adicionais estão sendo realizados no âmbito do processo de reassentamento para identificar com exactidão quem será afectado e inclui-los no processo de reassentamento. O processo de reassentamento será realizado de acordo com o padrão de desempenho nº 5 do IFC e em consulta com as comunidades afectadas.</p> <p>Os impactos aqui indicados e as medidas de mtigação identificadas foram discutidos no REIA.</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			pescadores em particular.	
36	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 24 de Outubro de 2013	Considerando que a solução destas questões depende fortemente dos planos de reassentamento e gestão das áreas de segurança a estabelecer, reiteramos ser importante a apresentação adequada de soluções de mitigação fazendo referência as pescarias e ao tipo de pesca.	Este comentário será transmitido à a equipa de reassentamento.
37	Francisca Sanduane (Ministério das Pescas)	Por email e carta, datados de 24 de Outubro de 2013	O potencial de contaminação do meio aquático por agentes químicos a serem manipulados durante as operações constitui preocupação do sector. Para além das medidas e recomendações avançadas no REIA seria importante avaliar a vertente "pescado para o consumo humano e os organismos filtradores".	A Secção 11.5 foi alterada para incluir esta questão.
38	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	O EIA evita largamente uma avaliação apropriada e exacta das correntes e do modo como afectam todos os potenciais impactos. O EIA Preliminar tem tendência para comunicar os níveis médios através de períodos inapropriadamente grandes (por ex., um ano, de modo a que os níveis de zero, durante a maior parte do tempo, reduzam as médias até números aceitáveis), em vez de níveis máximos ou a curto prazo, ao longo de períodos de tempo biologicamente apropriados (de semanas a 2 ou 3 meses). O EIA Preliminar ignora a variabilidade e a importância dos eventos extremos (marés vivas, tempestades, ventos de monção extremos) a favor das condições médias.	A afirmação sobre a consideração de eventos moderados em vez de extremos não é correcta. A circulação e variabilidade em alto mar são descritas na Secção 7.5.2 do REIA à escala regional e a variabilidade temporal dos vectores de correntes na coluna de água são demonstrados com dados do HYCOM. Na Baía de Palma, as correntes são obtidas através de modelos de simulação e a Figura 7.2.8 ilustra os fluxos máximos previstos em cada uma das células individuais do modelo para a baía. Os fluxos médios não são ilustrados embora tenham sido simulados.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				O comportamento da descarga das aparas de perfuração é simulado para um período de perfuração (cerca de 70 dias) usando dados do HYCOM para estimar a dispersão. A título de exemplo, os impactos na Baía de Palma resultantes das plumas da dragagem ou descargas de efluentes, são geradas de condições médias e extremas, incorporando a simulação de fluxos ao longo dos períodos modelados.
39	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Apesar de a área de implementação não ser uma baía como tal, foi proposta como local alternativo (áreas F e G na Baía de Palma), a zona ribeirinha próxima que rodeia a Península de Afungi é relativamente baixa e terá de suportar descargas como: resíduos do processo MEG (2,200 toneladas de sal por dia+1600 barris de água salgada quente por dia), água saturada e salobra, água quente do processamento de GNL, água residual das instalações do pessoal, águas de escorrência, biocidas, resíduos de dragagem, entre outros. A zona ribeirinha receberá lamas (de base oleosa, aquosa e sintética), aparas de perfuração (estas serão depositadas nas proximidades dos desfiladeiros, habitat preferido do celacanto), entre outros. O modo como esta área marinha irá responder a este tipo e quantidade de descargas depende muito da dinâmica das correntes oceânicas da área relacionada com as condições atmosféricas (por estação).	<p>Esta é uma declaração geral, com a qual há uma concordância geral. A curto prazo, a dispersão dos efluentes e/ou descargas será determinada pela variabilidade do campo de correntes a curto prazo. É difícil de prever no tempo ou no espaço e portanto nós nos baseamos das distribuições do pior caso, extraídas de modelos e efeitos cumulativos, como as que podem ser previstas dos modelos de deposição das aparas de perfuração durante os períodos de perfuração. A previsão dos impactos relacionados é considerada conservativa.</p> <p>Também deve-se notar que não haverá descargas de água quente na baía pelo projecto.</p>
40	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Não existem dados quantitativos sobre a cobertura do recife de coral nem uma lista de espécies principais, tais como, corais e peixes. Deste modo, as informações no EIA não podem ser usadas como base para a avaliação da mudança relativamente aos impactos. As secções de recifes de corais são bastante descritivas, o que é bom para o estabelecimento do contexto, mas não para a compreensão do estado e das mudanças no sistema. São necessários dados de base quantitativos sobre os habitats e as espécies principais para detectar os impactos (a limitação da avaliação quantitativa a áreas pequenas em redor do local dos poços não fornece uma medição dos potenciais impactos relativos numa Província em grande escala). Para além disso, existem poucas localizações principais de referência para o regresso à	Concordamos – a descrição da situação de referência utilizada no EIA tinha por objectivo servir de base para a avaliação dos impactos e elaboração de medidas de mitigação. Reconhecemos que é necessária a realização de um estudo mais quantitativo para efeitos de monitoria das mudanças ao longo do tempo. Neste contexto estão sendo realizadas pesquisas marinhas adicionais para a definição quantitativa da situação de referência. O foco destas pesquisas inclui a zona entre-marés, tapetes de ervas marinhas e biótipos de coral na zona sub-marés, leitos arenosos, qualidade da água, etc. São incluídas áreas de referência e estão sendo feitas tentativas para incorporar o trabalho já realizado e o que está em curso em redor da Ilha Vamizi e outros locais a sul. Os estudos incluem áreas permanentemente marcadas,

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			investigação de mudanças específicas foram objecto de são pesquisas gerais). Para rectificar isto, o EIA/PGAS poderá estabelecer algumas estações de monitorização permanentes, adicionando algumas estações em ambos os lados do percurso do gasoduto, particularmente nos recifes exteriores das duas ilhas. Nestes locais e nos locais de afloramento, devem ser executados transectos para a avaliação quantitativa da cobertura bentónica, de invertebrados e peixes (compatível com as inspecções no sistema de Monitorização Nacional de Moçambique, mas com variáveis adicionais relevantes para a avaliação do impacto), bem como listas de espécies para o táxon principal (corais, peixes).	orientadas pelas boas práticas actuais e análises do gradiente.
41	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	O EIA Preliminar evita avaliar os riscos de hidrocarboneto: a) o que acontece se ocorrer uma erupção nos poços/gasodutos (talvez isto não seja uma grande ameaça, mas existe uma fracção de petróleo? Se a significância for baixa, deverá ser claramente indicado), e b) o que acontece em caso de acidentes marítimos, derrames de petróleo, etc.? Também é necessário possuir um fluxograma claro da gestão de resíduos - a respectiva origem, tipo, quantidade e duração. Da mesma forma, é claramente necessário um programa de monitorização para o oxigénio dissolvido, salinidade, pH, turvação, pH e outros parâmetros relevantes que devem ser seguidos durante todas as fases do projecto.	<p>O risco de um derrame de hidrocarbonetos, uma erupção (blowout) do poço e acidentes marítimos (colisões) é avaliado no Capítulo 14 do REIA.</p> <p>Detalhes sobre a gestão de resíduos (incluindo volumes esperados, categorias, divisão pelas fases do projecto e estratégias de gestão de resíduos para os diferentes tipos) são descritos no Capítulo 4 do REIA e no Plano de Gestão de Resíduos no Anexo E.</p> <p>Um programa de monitoria está actualmente a ser desenvolvido para a baía. O plano irá detalhar os requisitos de monitoria de vários parâmetros físicos/químicos, tais como o pH, turvação, etc, bem como parâmetros biológicos e a reabilitação de ervas marinhas.</p>
42	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	<p>Resumo Não Técnico (RNT):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao largo da costa, nenhuma indicação dos impactos do tráfego/poluição/acidentes marítimos • Na costa, para que os mangais/vegetação do estuário sejam bons, para que o estuário seja mais específico sobre o que é porção de terreno, apesar do seu tamanho reduzido relativamente ao sistema geral • Eventos não planeados, acidentes marítimos não considerados 	<ul style="list-style-type: none"> • O RNT sumariza dos principais impactos, daí que nem todos os impactos estão aqui descritos. • Esta questão está reflectida em detalhe na Secção 11.2. • Acidentes marítimos são considerados na Secção 14.3.3 e o registo de segurança das embarcações de transporte de GNL é discutido na Secção 14.5.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
433	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 2-24 – 2-24 – Note que, a Convenção da UNESCO Sobre a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial, mencionada em 2/25, segundo o “Património Arqueológico e Cultural”, também é importante para o Património Natural, por ex., segundo o título “Habitats e Diversidade Biológica”	Comentário registado.
44	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 3-16 – A magnitude do impacto é uma função de três variáveis, embora não seja claramente indicado a forma como elas são consideradas em conjunto – é usada a variável mais alta? Uma média das três? Poderá ser importante em alguns impactos	É um elemento de subjectividade que é premeditadamente conhecido e admitido na metodologia de avaliação dos impactos – veja o Capítulo 3. Conhecimento e experiência profissional são utilizados pelos profissionais da área para combinar os três aspectos que determinam a magnitude.
45	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 4-48 e subsequente – Esta secção descreve as linhas de navegação, os círculos de viragem, etc., que são importantes para as operações marítimas, embora não sejam referidos nas páginas subsequentes do EIA relativamente aos impactos	Os impactos da iluminação, ruído e movimento de navios na ecologia marinha são considerados no REIA. Também consideramos impactos nos Pescadores e nas pessoas que utilizam o mar como meio de transporte. Veja os Capítulos 10 a 15 para mais detalhes.
46	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	4-48 No último parágrafo “o MPD será utilizado ‘apenas ocasionalmente’... para abastecimento de combustível...” O que significa isto? Provavelmente terá uma utilização contínua. Qual a frequência de utilização e tamanho/tipos de embarcações e quais os potenciais impactos associados ao reabastecimento de combustível e acidentes possíveis?	<p>O parágrafo diz “<i>Durante a fase de operação da fábrica de GNL, a MPD será utilizada apenas ocasionalmente para descarregar equipamentos e materiais para as actividades de manutenção e construção de novas unidades de GNL.</i>”</p> <p>A frase “apenas ocasionalmente” refere-se ao descarregamento de equipamento e materiais durante a fase operacional. O abastecimento de combustível na Doca Multi-usos irá acontecer ao longo da fase de operação.</p> <p>Os potenciais riscos (p.ex. derrames de combustível ou acidentes) são tratados no Capítulo 14 do REIA.</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
47	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 4-49 – “Fornecimento de combate a incêndios, serviços de salvamento e resposta a derrames, conforme necessário” – Esta é a única citação a derrames encontrada até agora em todo o documento. A única citação de derrames no Capítulo 11 refere-se aos derrames de cimento (11.8.1, 11.8.2), nenhuma se refere a combustível/petróleo/gás.	O Capítulo 14 do REIA trata dos potenciais impactos de derrames acidentais, uma vez que são considerados eventos não rotineiros e não planificados. Os Capítulos 10 a 13 tratam dos impactos directos e indirectos, esperados.
48	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 5-1 e páginas subsequentes. Esta secção sobre alternativas é muito importante mas sofre de falta de detalhes quantitativos para fins de transparência. Por exemplo, quando e onde são executados estes vários exercícios e avaliações e se são efectivamente executados. Seria diferente se fossem executados por outros especialistas? Isto não é para contestar as descobertas, embora uma grande quantidade do próprio desenvolvimento sofra totalmente o impacto destas descobertas.	O processo da selecção do local descrito no capítulo 5 é quantitativo. Acrescentamos novo texto indicando quando o processo de selecção do local foi realizado. Outros especialistas que usarem esta metodologia poderão ter pontuações ligeiramente diferentes, mas é improvável que o resultado integrado (ambiente, social e técnico) altere.
49	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 6-7 Áreas de influência. Trata-se de descrições bastante não específicas. Existem normas que definem o limite entre o directo e o indirecto. É relativamente claro em terra, apesar de no mar, a influência das correntes ser muito importante. A Área de Influência Directa (AID) poderia prolongar muitas dezenas de quilómetros nas direcções a jusante, dependendo do problema. Por exemplo, a deposição de resíduos dragados, os derrames de petróleo, etc., necessitam de cotações de normas industriais ou, caso estas não existam, da especificação do que está a ser utilizado no estudo.	Embora existam definições claras destes termos, não existem padrões que definem o limite entre a Área de Influência Directa (AID) e a Área de Influência Indirecta (AII). De diferentes formas, a AID e a AII são definidas por estudos de especialistas particulares. O mais importante foi identificar e avaliar os impactos mais importantes para a tomada de decisão. Com relação à extensão do impacto – isto é apresentado na metodologia de avaliação dos impactos, pela componente de “extensão” da magnitude. A Extensão é definida da seguinte forma: No local - impactos que são circunscritos à área de interferência directa e envolvente imediata. Local - impactos que afectam uma área num raio até 10 km em redor do local. Regional - impactos que afectam recursos ambientais regionalmente importantes ou são sentidos a uma escala regional, conforme determinado por fronteiras administrativas, tipo de habitat / ecossistema. Nacional - impactos que afectam os recursos ambientais de

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				importância nacional ou afectam uma área relevante a nível nacional / ou têm consequências macroeconómicas. Transfronteiriço / Internacional - impactos que afectam os recursos de importância internacional, tais como as áreas protegidas por convenções internacionais.
50	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 6-27 e páginas subsequentes. Nenhuma destas descrições de unidade marinha apresentou qualquer descrição mecanicista biofísica destas unidades, nem nada em direcção à praia, apesar de nos mapas se estenderem para águas profundas e incluírem recifes de corais, ervas marinhas e outros habitats. Como resultado, o estudo subtrai qualquer avaliação da influência dos processos biofísicos, tais como correntes e respectiva importância relativamente à avaliação dos impactos ambientais. Por exemplo, (a página 6-35) indica que a ponta ocidental da ilha de Vamizi está "visualmente associada ao cabo adjacente. Se o estudo reconhecesse o processo hidro-geológico que forma o litoral, reconheceria uma associação mecanicista entre estes dois componentes, a qual iria também impor a avaliação da influência destes mecanismos iguais (correntes e relevos) relativamente aos impactos ambientais do projecto. Ao ignorar estes processos mecanicistas, o estudo arrisca-se a perder totalmente todo um conjunto de potenciais impactos que têm de ser discutidos (riscos a jusante e impactos).	Este comentário parece reunir os dois conceitos de avaliação do impacto visual com impactos na ecologia marinha. Tal como discutido na resposta à questão # 38 acima, as correntes foram incluídas na avaliação dos impactos na ecologia marinha, detalhada no Capítulo 11. Os impactos directos e indirectos, impactos cumulativos e os potenciais riscos (tais como derrames acidentais de hidrocarbonetos) foram avaliados no REIA.
51	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 66-36 – Este ênfase situado na Zona de Visibilidade Teórica (ZVT) questiona sobre o motivo pelo qual não está a ser prestada uma maior atenção a um tratamento semelhante dos efeitos a jusante no ambiente, os quais envolvem maiores impactos	A ZVT apenas se aplica aos impactos visuais – define as áreas de onde as infra-estruturas ou actividades do projecto poderiam ser teoricamente visíveis aos receptores. As outras avaliações de impactos consideraram efeitos para além da área do Projecto. A extensão de um potencial impacto é considerada na metodologia e varia de local a internacional.
52	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 6-41 Dentro do contexto da EAME, as descobertas do arquipélago de Quirimbas no centro da diversidade para o Oceano Índico W e N também deveriam estar relacionadas (consulte Obura 2012 PLOS um)	Os resultados do estudo de Obura 2012 foram considerados e incluídos na versão final do REIA. Veja a Secção 7.4

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
53	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-1 a 7-2. Nenhuma descrição da oceanografia/correntes da região, pelo que a descrição ambiental não se encontra completa. Isto é fundamentalmente necessário para avaliar os impactos ambientais.	O regime actual de correntes é discutido mais adiante no Capítulo 7 (veja a Secção 7.5.2).
54	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-2 a descrição do recife de coral baseia-se na descrição dos recifes dominantes de Porites resistentes à pressão/fadiga perto de Palma e não nos recifes mais diversos e sensíveis em redor e ao largo de Rongui e Tecomaji. Porquê? Por contraste, as descrições das áreas de recifes de corais e mapas são bastante detalhadas mais à frente neste capítulo. A referência às tartarugas é relativa ao seu âmbito regional, mas, em contraste, a referência aos recifes baseia-se bastante no local/costa.	A secção do <i>sumário</i> tem por objectivo apresentar uma visão ampla do capítulo de descrição da situação de referência marinha. As descrições detalhadas estão incluídas no corpo principal do capítulo (p.ex. Secções 7.8.5 & 7.8.6). O enfoque foi para os recursos com maior probabilidade de serem afectados pelo projecto.
55	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-3, Secção 7.3.2 – Também seria bom definir o limite da área próximo da costa/alto mar por profundidade aproximada.	Num gradiente batimétrico normal este comentário seria válido mas a plataforma continental é bastante incisa por desfiladeiros, existindo águas profundas próximo da costa, pelo que o valor de fazer o sugerido é discutível. Note que o limite é usado para definir a extensão dos impactos, não possuindo importância oceanográfica.
56	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-3, Último parágrafo. Utilizar também a literatura Spalding et al 2007 (eco-regiões marinhas mundiais) e Obura 2012 (pos um) para definir o contexto regional. Os números de géneros e espécies de corais estão desactualizados há muito tempo, pelo que é necessário actualizar. Use Obura 2012.	Os resultados destes estudos foram considerados e incluídos no Capítulo 7 do REIA Final.
57	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-4 Esta secção sobre a oceanografia geral é boa mas necessita de informar as secções anteriores (consulte as notas acima) e as secções seguintes, além de necessitar de pesquisa adicional subsequente sobre as correntes/oceanografia no local do projecto – isto é, AID e AII (Área de Influência Indirecta).	São fornecidos resultados dos modelos de simulação para ambientes de águas profundas e rasas (Baía de Palma), sendo que ambos os modelos (HYCOM e DHI) foram calibrados. Está em curso uma campanha de medição das correntes no campo de gás em alto mar, bem como ao longo do corredor do gasoduto e na Baía de Palma, mas os dados ainda não estão disponíveis para inclusão no REIA. Contudo,

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				devido à calibração, os resultados dos modelos são considerados adequados para a previsão do comportamento das descargas, etc e para a avaliação dos respectivos riscos ambientais.
58	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-5, Último parágrafo. A referência deverá ser à figura 7.5. A Figura 7.5 apresenta os resultados do modelo das medidas fora do local, pelo que deverá ser realçado que tal não representa as condições reais, mas uma interpretação simplificada do que poderá ocorrer no ponto seleccionado.	<p>Aparentemente este comentário está dirigido à Página 7-9 do REIA, e esta já foi corrigida em resposta a este comentário.</p> <p>Adicionalmente, os dados foram gerados a partir do modelo HYCOM. Percebemos que a questão é se tais dados servem para prever a dispersão e sedimentação das aparas de perfuração. O modelo HYCOM é utilizado extensivamente na previsão oceânica a nível internacional e, como tal, foi rigorosamente calibrado utilizando outros modelos e medições no terreno. Na nossa opinião é seguro e adequado para fornecer as descrições dos padrões de circulação e para uso na previsão do comportamento 3D da descarga das aparas, etc em ambientes de águas profundas.</p>
59	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-5 - Falta totalmente uma secção que explica detalhadamente a hidrografia/correntes locais, e deveria incluir os componentes costeiros de profundidade (leito do mar) e de baixa profundidade. Isto é importante para os trabalhos de engenharia durante a construção, bem como o transporte e a dispersão de quaisquer elementos mais leves (sedimentos, fracções de petróleo/gás, etc.)	São fornecidos os resultados dos modelos de simulação para águas profundas e rasas (Baía de Palma), a partir dos modelos (HYCOM calibrados). Está em curso uma campanha de medição das correntes no campo de gás em alto mar, bem como ao longo do corredor do gasoduto e na Baía de Palma, mas os dados não estão disponíveis para inclusão no REIA. Contudo, devido à calibração, os resultados dos modelos são considerados adequados para a previsão do comportamento das descargas, etc e para a avaliação dos respectivos riscos ambientais.
60	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-30 "Peixe mesopelágico..." biomassa de 5,600 toneladas em que área/volume?	A estimativa é para a região (alto mar no norte de Moçambique).
61	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Páginas 7-41 – 7-42 – As marés e as correntes podem ser fortemente afectadas sazonalmente pelas condições de monção, correntes em alto mar e pela localização da bifurcação da EACC e MC (consulte a página 7-4) – têm de ser tomadas medidas nas principais estações ventosas	O programa de medição das correntes em curso está planificado para decorrer durante três anos, podendo vir a ser prolongado até a fase de construção. No fim do período de colecta de dados, deverão existir dados suficientes que permitam caracterizar completamente a

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			(Maio – Setembro; Dez – Mar – isto foi feito relativamente às ondas em 7.7.4, e é ainda mais importante que seja feito para as correntes) e talvez associado às amplitudes da maré a seguir às interações entre os ciclos anual e lunar. Não é fornecido nenhum detalhe sobre o período de tempo ao longo do qual foi efectuado o modelo da corrente – as mesmas semanas que as amplitudes da maré? Uma compilação anual? O quê?	<p>variabilidade sazonal e outra, tal como a variabilidade inter-anual, na área de estudo.</p> <p>Deve-se notar que os dados sobre as ondas também provem de um serviço de previsão (NCEP), similar ao HYCOM para as correntes. O NCEP também é extensivamente calibrado e considerado na indústria como sendo de confiança.</p> <p>O período de tempo considerado no modelo de dispersão de aparas de perfuração em alto mar foi de um período típico do ciclo de perfuração de um poço (cerca de 70 dias). A modelação das correntes na Baía de Palma decorreu durante 12 meses e teve em conta um intervalo de 1 hora, capturando tudo mas no prazo mais curto (<1 hora).</p>
62	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-42, Fig. 7.29 – Um EIA completo não pode ser baseado num único momento/dia, sem qualquer informação contextual sobre como este dia se compara com um dia típico ou extremo de monção a nordeste ou a sudeste, nível da maré, etc. O que acontece quando a altura da onda em alto mar é de 4 m, em oposição ao máximo de >1,2 m seleccionado e apresentado acima? Ou, e se isto ocorrer na maré viva alta vs. maré viva baixa?	A Figura 7.29 pretende ilustrar que a Baía de Palma está protegida contra ondas gigantes. Não serve de base para a avaliação de todos os impactos. A base para a avaliação dos impactos marinhos foi o conjunto de dados primários recolhidos durante o trabalho de campo, dados secundários recolhidos das fontes existentes e modelos marinhos que foram extensivamente testados e calibrados, como vem detalhado no Capítulo 7 do REIA
63	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-43 A discussão das características da temperatura/salinidade é definida de forma mais informativa por monção (NE vs. SE) ou Verão/Inverno e não por estação seca/ chuvosa, a qual não é tão relevante para as variáveis marítimas (excepto a salinidade).	As estações chuvosa e seca no local do projecto estão ligadas às mudanças das monções no regime de ventos. Isto está descrito no Capítulo 6 do REIA.
64	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-45 – 1º parágrafo – Esta referência do potencial para a ascensão das águas profundas deve fazer parte da apresentação oceanográfica antecipada, ao nível maior para a costa N de Moçambique e oceanografia específica do local do estudo. Sabe-se que são importantes mais para o sul da costa e relativamente à topografia da plataforma continental e dinâmica do refluxo de corrente	Não existiam dados disponíveis de observação da ascensão (<i>upwelling</i>) das águas profundas na região norte de Moçambique. As nossas observações na Baía de Palma de um efeito aparentemente residual indicam que tais processos ocorrem. É reconhecida a importância geral da ascensão de água para a produtividade.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
65	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	<p>Página 7-57 – Transporte de sedimentos – A morfologia da superfície das cadeias de ilhas, tais como, o arquipélago de Quirimbas, é resultado parcial do transporte de sedimentos ao longo da costa – neste caso, relevos continentais aparentemente nivelados que descem bruscamente ao longo da plataforma continental, nas extremidades exteriores da ilha e com corte topográfico complexo pelos desfiladeiros, tais como, na Baía de Palma. Assim, a indicação de que o transporte de sedimentos é ‘pequeno’, e que é predominantemente este-oeste (ao longo da península de Afungi), foge à situação real. Se os dados utilizados para este estudo corresponderem à dinâmica da maré, corrente e ondas apresentada</p> <p>anteriormente, será apenas uma representação do que poderá ocorrer ao longo do ano e um ciclo anual completo para o transporte de sedimentos à escala maior da região – e é necessário considerar 3 paisagens marinhas. O transporte de sedimentos, a esta escala, é indicativo de transporte poluente/de hidrocarboneto, e isto tem de ser estudado e modelado de forma eficiente no local do projecto, para avaliação dos potenciais impactos. Sem isto, a avaliação dos impactos fica fundamentalmente incompleta (neste sentido, nem sequer vale a pena rever a avaliação dos impactos).</p>	A declaração feita refere ao transporte de sedimento ao longo da costa norte da Península de Afungi, tal como previsto pelo modelo. De forma similar ao modelo das correntes, os períodos de simulação foram aceitavelmente longos para incluir as variações de marés e sazonais.
66	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 7-75 – Último parágrafo – Este nível de observação da estrela do mar coroa-de-espinhos é completamente normal. Os outros componentes dos locais – baixa densidade de peixes, poucas ramificações de corais, camadas sedimentosas nas rochas, campos de cascalhos, são mais indicativos de degradação.	A intenção era descrever as principais componentes do sistema e os efeitos da predação pela estrela do mar coroa-de-espinhos são um exemplo.
67	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-0 A lista de impactos considerados não inclui incidentes de navegação/marítimos, como derramamentos de petróleo e encalhes, nem incidentes de fugas de gás/descargas.	Estes eventos não planificados são avaliados no Capítulo 14 do REIA.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
68	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-3, fig. 11.2– A linha de base marítima deve ser apresentada com relação à extensão dos recifes de coral em franja e da batimetria, para que a respectiva localização exacta seja clara.	Veja a Figura 7.48 do REIA.
69	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-4 fig. 11.3, Tabela 11.1 – Não é claro onde se encontra a fronteira entre o local e o regional – é necessário torná-la explícita. Desta forma, estas descrições não são suficientemente explícitas.	A figura em questão foi actualizada.
70	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-7 – 1º parágrafo – Este modelo HYCOM não está, de facto, explicado no Capítulo 7, o nome do modelo só está listado na legenda da figura (7-10). Isto representa uma área de trabalho conduzido pela equipa que não foi adequadamente explicada e que necessita de uma avaliação total do EIA. Parece que a modelação foi efectuada de forma dispersa próximo do fundo do mar, mas não foram utilizadas as avaliações da modelação/dispersão a outros níveis na coluna de água nem à superfície (importante para derrames).	Veja a resposta ao comentário # 58. Os detalhes técnicos no modelo estão disponíveis em http://hycom.org . Tal como ilustrado na Figura 7.5, o modelo HYCOM permite que se faça a previsão do fluxo através da coluna de água, o que simula o comportamento das descargas (p.ex. aparas de perfuração) e eventual sedimentação no leito do mar.
71	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-10 – O que representam as percentagens dos Campos de Gás da Prosperidade/Mamba e Golfinho?	O objectivo das figuras em questão é prever a área do mar, em percentagem, que será afectada pela deposição de aparas de perfuração. A relação ao tamanho dos campos de gás não é muito relevante para o impacto em avaliação.
72	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-24 – A avaliação em alto mar não inclui qualquer abordagem aos acidentes durante as operações – por ex., as erupções de gás e dos hidrocarbonetos líquidos associados. Isto não constitui nenhum risco? Ao mesmo tempo, não avalia quaisquer impactos de acidentes marítimos, tais como, colisões, naufrágios, derrames de petróleo, etc.	O risco de tais eventos não planificados é avaliado no Capítulo 14 do REIA.
73	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Os níveis médios de turvação ao longo do período de um ano não são muito significativos, uma vez que as dragas irão deslocar-se ao longo do local do projecto extenso durante este tempo, pelo que os níveis baixos de turvação quando se encontram noutra ponto, baixam a média. A consideração importante é a turvação máxima vivida quando as dragas se encontram numa determinada localização, bem como a dispersão instantânea da coluna de água ao longo de, por exemplo, um ciclo de maré, durante o período da operação da draga. A análise	O foco da avaliação dos impactos é a obtenção dos níveis máximos de turvação. Note que a sua representação é no nível máximo que foi registado para cada modelo, durante o período do ano modelado: Assim, a distribuição modelada não seja sinóptica. Contudo, os impactos foram generalizados a partir destes por dados do tempo extraídos de vários pontos na Baía de Palma (Figura 11.12).

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			destes eventos deve ser apresentada – a dispersão da pluma durante as marés mortas e vivas, e durante as monções de NE e SE. Esta análise deve ser informada pela duração que um receptor sensível (por ex., ervas marinhas, recife de coral) pode ficar exposto a níveis elevados (quantidade) de TSS... isto ocorre durante 1 semana para xx mg/l ou 1 mês. Uma distribuição da frequência da quantidade da área que caia acima/abaixo destes limiares dará uma visão muito mais clara do impacto.	
74	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-31 – A fig. 11.9 é irrelevante para a avaliação do impacto.	O propósito da Figura 11-9 é informar o leitor das variações previstas de TSS que podem ser encontradas à superfície e no leito do mar, e neste contexto é relevante.
75	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-32 – Os gráficos para os níveis máximos devem ser apresentados pelos mesmos motivos explicados acima.	As figuras mostram os níveis máximos.
76	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-35 – “Dentro do ZOMI...” – Este parágrafo representa de forma mais exacta o que deve ser apresentado em toda esta secção (de 11-29 em diante) – que os níveis de TSS ocorrem durante pouco tempo (dias), que provavelmente causam danos nos corais/ervas marinhas. A média dos gráficos ao longo de um ano não é significativa para informar as acções de mitigação discutidas a partir deste ponto.	Este comentário provém de um equívoco básico relativamente ao uso de distribuições médias na avaliação. Deve-se notar que o conceito de zoneamento é aqui introduzido no contexto das medidas de mitigação e não como um descritor básico do ambiente.
77	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-36 – Parágrafo superior – Qual é a origem destes padrões ao longo de 60 dias? Este tempo de resposta pode ser demasiado lento para ter qualquer efeito positivo sobre os receptores sensíveis. Além disso, os limiares usados – TSS de 30 mg para 40/60 dias e TSS de 100 mg para 40/60 dias – não são operacionalmente distintos (por ex., o último não pode ser diferente do primeiro até o primeiro ser irrelevante) – sugere confusão nesta parte do EIA. O TSS de 100 mg para 10/60 dias é operacionalmente distinto, mas estes componentes da mitigação devem ser consistentes com os dados apresentados nas figs. 11.9 e 11.10, etc.	O que orienta esta secção (ultimo parágrafo na página 11-34) indica que o limiar e as intervenções de gestão são um exemplo. Os tempos de resposta dados são semelhantes aos aplicados para os habitats de coral e ervas marinhas (produtor primário dos bentos) na Austrália Ocidental e possuem a sua base na bibliografia citada sobre dragagem em ervas marinhas e coral. A preocupação sobre as questões operativas de medição é diferente dos processos de medição que deveriam ser aplicados. Existem processos de medição disponíveis que podem ir de encontro aos requisitos.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
78	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-36, Último parágrafo – A origem deste tempo de recuperação arbitrário de 7 anos não é clara e, na página seguinte, o facto de os impactos da dragagem de manutenção serem tão insignificantes que não possam atrasar/prolongar o período de recuperação é questionável. Esta parte da avaliação parece ser arbitrária.	<p>O período de 7 anos provém de taxas de recuperação conservadoras citadas em bibliografia de Erftemeijer <i>et al</i>, tendo em conta que são considerados apenas os efeitos não letais, e a definição "médio prazo" deriva da metodologia de avaliação de impactos, apresentada no Capítulo 3 do REIA.</p> <p>Considerando as taxas aparentemente baixas de transporte de sedimentos nas áreas dragadas, a necessidade de dragagem de manutenção é discutível, e por conseguinte, os impactos associados são considerados negligenciáveis.</p>
79	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-73 – Secção 11.1.10 – A imagem apresenta uma coluna de água de sedimentos extensa. Assim, sem conhecimento específico da quantidade de corte que será necessária no local do projecto, e sem executar o modelo actual durante fases de maré e corrente diferentes, não será possível avaliar este impacto. Conforme supracitado, o tempo de recuperação parece ser arbitrário e, com todas estas incertezas que reduzem um impacto Significativo para Baixo, parece ser implausível. O impacto deve permanecer grande até o funcionamento dos estudos/medidas especulados ser testado e comprovado.	<p>Com a medida de mitigação recomendada pretende-se reduzir os riscos para as comunidades de coral (e ervas marinhas) fora das áreas na envolvente imediata da dragagem. Reconhece-se ao longo do REIA que comunidades de coral e ervas marinhas serão perdidas nos locais de dragagem.</p> <p>As medidas de mitigação podem ser interpretadas como critérios de desempenho, que devem constar nos contratos das empresas responsáveis pelas actividades, p.ex. na fase de construção do Projecto. Se as medidas aplicadas não cumprirem com os critérios de desempenho, então, elas deverão ser modificadas ou novas medidas adoptadas para assegurar o cumprimento destes. Assim, o impacto residual é baseado no critério de desempenho alcançado.</p> <p>Os critérios de desempenho são baseados em experiências reportadas em outras jurisdições e informação disponível nos jornais científicos.</p>
80	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-46 – Último parágrafo – Este foco na Acropora aspera não é sensível, uma vez que podem ser encontradas aqui várias espécies com um estatuto de maior conservação, das > 350 spp que podem ser encontradas no AID. É necessário ter um biólogo marinho/taxonomista, embora a sua competência deva ser muito mais vasta que isto.	<p>Concordamos que o foco na A. aspera é subjectivo mas isto é consequência do foco do IFC nas espécies da Lista vermelha da IUCN que avaliam espécies raras e em perigo de extinção. Dada a ausência de definições formais do estatuto de conservação ao nível de espécie para corais escleractíneos na região Oriental de África, nós consideramos os recifes de coral no geral, como tal.</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
81	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-48, Secção 11.13 – 4,1 milhões de m ³ de descarga ao longo de 1 km ² (1 milhão de m ²) é equivalente a 4 m de altura vertical de sedimentos depositados neste local. O impacto disto será grande e a supressão/mortalidade dos organismos bênticos será total!! Isto poderá ser aceitável, embora conduza a conclusões erradas e à reclamação de que o impacto não é significativo ou que pode ser, de alguma forma, mitigado..	Existe uma definição formal da classificação da significância de um impacto, que é utilizada ao longo da avaliação (tal como definido no Capítulo 3). Mantendo o efeito dentro da área de disposição do material dragado, e tendo em consideração as taxas de re-colonização dos bentos estabelecidas por observação nos sedimentos no interior da plataforma continental, após mitigação da perturbação por dragagem, é o que define a classificação da significância.
82	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Página 11-73 – Se forem colocados controlos no local, estes impactos poderão ser reduzidos conforme indicado. No entanto, não é fornecida qualquer consideração relativamente aos derrames de combustível/petróleo, e isto tem que ser avaliado em toda a área costeira/ao largo da costa do projecto, relativamente à modelação das correntes, vento e condições do mar.	O potencial risco de acidentes e derrames no ambiente marinho é avaliado no Capítulo 14 do REIA. Quaisquer derrames dentro da Baía de Palma irão colocar todo o sistema a um nível de risco, e dadas as escalas espaciais no sistema, uma modelação de um potencial derrame não irá ajudar na definição de medidas de resposta. O objectivo da mitigação é reduzir os riscos e os potenciais volumes de combustível que poderão ser perdidos pelas actividades de operação, como por exemplo a ruptura de uma conduta, e assegurar que barreiras e escumadeiras estejam disponíveis para conter estes derrames e possivelmente derrames maiores resultantes de acidentes entre navios.
83	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Desactivação/Fim do ciclo de vida: pode ser explicado de forma mais detalhada que a presente.	A desmobilização do projecto terá lugar daqui a pelo menos 30 anos, pelo que seria difícil avaliar os impactos da desmobilização com um grau de confiança alto. Foi elaborado um Plano de Desmobilização e Reabilitação Preliminar (Anexo F), o qual será actualizado durante o ciclo de vida do projecto e finalizado e submetido ao MICOA até dois anos antes do encerramento de acordo com a Lei do Petróleo (Lei nº 3/2001 de 21 de Fevereiro) e o Regulamento Ambiental para as Operações petrolíferas (Decreto nº 24/2004 de 24 de Agosto).

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
84	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Duração e fases – Existe uma necessidade clara de compreender a duração do projecto. A adjudicação, construção, operação, manutenção, expedição, irão ocorrer, na maioria das vezes, em simultâneo, apesar de fazer sentido separá-las em categorias individuais, de forma a resolver os respectivos impactos cumulativos relevantes. A construção será faseada durante a operação e manutenção e a interrupção (<i>shut down</i>) ocorrerá, no mínimo, a cada 2 anos.	O calendário das actividades de construção do Projecto é discutido no Capítulo 4 do REIA. Embora uma futura expansão do projecto vá resultar na realização de actividades simultâneas de construção e operação, os impactos combinados destas actividades serão limitados. Isto se deve ao facto da maioria dos impactos resultantes da fase de construção estarem associados às actividades iniciais de preparação. Durante a expansão, tais actividades serão limitadas.
85	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Utilização de metanol para a formação de hidratos: Quanto tempo? Que quantidade? Será reciclado/reutilizado? Eliminado?	Os químicos utilizados para reduzir o risco de interrupção do fluxo de gás devido à formação de hidratos (tais como mono-etileno glicol e metanol) serão utilizados durante a fase de operação do projecto. Estes químicos serão encaminhados para a cabeça do poço submarina através de uma conduta dedicada num sistema fechado. Todos os químicos serão re-utilizados, reciclados ou eliminados de acordo com o plano de gestão de resíduos do projecto (PGR- veja o Anexo E).
86	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	O hidroteste dos gasodutos é realizado com água salgada e agentes anti-corrosivos. É referido que será desenvolvido um plano para eliminação da água, depois de ser referido que a água será descarregada a uma profundidade de 1500 m. Também é referido que a água poderá ser reutilizada para hidroteste dos tanques da LNG, controlo de poeiras (a água salgada pulverizada na terra poderá não ser uma boa ideia) ou usada para o fabrico de betão (não é uma boa ideia, uma vez que os cristais de sal irão enfraquecer a estrutura do betão e corroer o metal das estruturas). É suposto o hidroteste libertar continuamente água salgada contaminada durante 11-12 dias, com um fluxo de 9,500 litros/min.	As opções de re-utilização da água de hidrotestes, dependem do momento em que as várias actividades de construção irão decorrer. Se a água de hidrotestes for descarregada, será feito de acordo com um procedimento de descarga específico e com o Plano de Gestão de Recursos Aquáticos e Águas Residuais, a ser elaborado pelo Projecto.
87	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Para onde vão o CO ₂ , H ₂ S e (possível) mercúrio depois de serem removidos pela Unidade de Remoção de Gás Ácido?	O mercúrio será removido num processo de filtragem em separado. O filtro será substituído periodicamente. O filtro usado será tratado como um resíduo sólido de acordo com o PGR do projecto. Os vapores das

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				unidades MEG, incluindo CO ₂ e H ₂ S serão direccionados para a queima.
88	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Qual é a quantidade prevista de gás a ser queimada no sistema de queima?	Uma quantidade limitada de queima será inevitável durante a fase de adjudicação. Os maiores volumes de queima irão ocorrer durante o período de arranque. A quantidade de queima será confirmada durante o processo de FEED em curso. As evidências de projectos similares indicam que a queima durante a adjudicação e o arranque pode ocorrer inicialmente por, mais ou menos, 50 horas por semana, baixando para 30 horas por semana no final do primeiro mês e para 10 horas por semana no final do segundo mês.
89	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Que material dragado será utilizado na construção?	Alguns do material dragado será usado no desenvolvimento da Doca Multi-usos e das actividades de nivelamento do local.
90	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Após o fim, os gasodutos serão abandonados?	O desmantelamento do sistema submarino abrangerá, normalmente, a limpeza por jacto de água das tubagens e umbilicais, removendo colectores submarinos, selando os poços e retirando as árvores e jumpers (tubos de ponte) submarinos. É provável que as tubagens e os umbilicais sejam selados e deixados no local. Remover as tubagens resultaria em impactos associados com a dragagem de ervas marinhas e corais. Deixar tubagens desmanteladas no local é uma prática aceitável.
91	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	Existem referências como "limitado à duração de curto prazo da construção ou adjudicação". Sabendo que serão perfurados poços para aumentar a capacidade de extracção ou para pressurizar os campos quase vazios durante os próximos anos, serão construídas unidades de liquefacção ao longo do projecto e que também as plataformas de atracagem terão de ser transformadas para poderem receber mais embarcações da LNG, pelo que não compreendemos o conceito de "duração a curto prazo".	Curto prazo refere-se aos impactos que estão previstos para durar de 1 a 5 anos – ver definições no Capítulo 3 do REIA. "Duração" refere-se à duração do impacto – não à duração da actividade causadora do impacto.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
92	Cosmas Ochieng (IUCN)	Por email, datado de 27 de Setembro de 2013	"As velocidades serão reduzidas caso sejam encontrados animais"??? Um navio petrolífero demora entre 4 a 5,7 milhas a parar, pelo que acreditamos que faria sentido criar uma zona tampão para todo o tráfego marítimo com velocidades realmente reduzidas.	Existirá uma zona de exclusão à volta das embarcações de transporte de GNL (500m para a traseira e laterais, 1km para a frente). As embarcações de transporte de GNL serão conduzidas aos cais por rebocadores e, assim, a velocidade dentro da baía será reduzida. Offshore, os observadores de mamíferos marinhos (MMOs) poderão observar mamíferos marinhos com a antecedência suficiente para que uma redução de velocidade seja praticável. Apesar de uma embarcação de transporte de GNL precisar de algum tempo para parar, sugerimos uma redução de velocidade como medida de mitigação e não uma paragem completa.
93	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Embora o EIA actual refira os impactos sociais no Capítulo 13, Avaliação e Mitigação do Impacto Socioeconómico, as Nações Unidas (NU) recomendam que o Governo moçambicano considere as disposições que exigem a apresentação de Avaliações do Impacto Social (AISs) ao Governo, antes de conceder qualquer licença de pesquisa ou concessão. A legislação moçambicana deve especificar critérios para a realização de AISs, particularmente com relação ao processo de consulta comunitária, para garantir que abrangem todos os direitos relevantes das comunidades afectadas. Quando são realizadas de forma participativa, as AISs podem ser ferramentas valiosas para o envolvimento e consulta da comunidade, especialmente se a participação da comunidade no processo de avaliação puder conduzir eficazmente à formulação ou reformulação de projectos de desenvolvimento comunitário. ¹	A Avaliação do Impacto Social, capítulo 13, e o processo de consulta realizado durante o processo de AIA estão de acordo com as Boas Práticas Internacionais da Indústria. Além disso, a AIS também incluiu o envolvimento e a consulta à comunidade. Estes processos também estão plenamente de acordo com os Regulamentos de AIA de Moçambique.
94	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O EIA não possui evidências estatísticas para fundamentar a sua análise. Por exemplo, a falta de dados, projecções e estimativas concretas, nenhuma indicação clara da população potencialmente afectada ou a forma como foram feitas suposições, limita o documento aos seus vastos riscos de classificação em variáveis categóricas	A EIA segue os Termos de Referência (TdR) que foram aprovados pelo MICOA e está de acordo com as Boas Práticas Internacionais da Indústria. Dados disponíveis, bem como a recolha de dados primários (através de métodos defendidos cientificamente) são a base do desenvolvimento de referência para efeitos de avaliação de impacto. A

(1) ¹ AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL: Um Manual para Projectos de Exploração Mineira, Programa de Gestão de Recursos da Ásia-Pacífico, Universidade Nacional Australiana, 2008

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			(insignificante, moderado, médio, alto), as quais não permitem uma avaliação objectiva.	<p>metodologia de avaliação de impacto (Capítulo 3) também está de acordo com as Boas Práticas Internacionais da Indústria e utiliza meios quantitativos e qualitativos para avaliar a significância dos potenciais impactos. A classificação da significância (de negligenciável a alta) é feita para permitir que as partes interessadas e afectadas (PI&As), bem com o MICOA, compreendam facilmente o significado relativo dos impactos e para servir de base à tomada de decisão.</p> <p>Os dados fornecidos no estudo socioeconómico resultaram de uma avaliação de base que combinou métodos quantitativos e qualitativos com o objectivo de descrever a situação de referência social e identificar impactos potenciais resultantes do projecto. O número de agregados envolvidos na avaliação de base pode ser considerado como uma boa amostra (140 agregados entrevistados, de um total de 1.379 habitantes na Zona de Projecto de Afungi, Maganja e Senga). Os dados recolhidos e apresentados no relatório de base é, assim, muito representativo das condições da situação de referência social. No entanto, informações mais detalhadas sobre a população afectada serão avaliadas durante o censo populacional e inventário de bens, os quais serão implementados como parte das actividades de Reassentamento</p>
95	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O envolvimento comunitário não é citado no Capítulo 13 do EIA. Segundo experiências recentes na Província de Tete, onde se realizaram reuniões com as comunidades potencialmente afectadas, após a prospecção inicial e a concessão de licenças de prospecção às empresas, o EIA não apresentou quaisquer provas de consultas ou opiniões das pessoas e comunidades afectadas. Enquanto o EIA declara que os impactos socioeconómicos associados ao projecto foram "identificados com base em pesquisa, incluindo a recolha de dados primários e secundários, observação e parecer profissionais, ¹ " não são efectuadas quaisquer referências às opiniões dos líderes ou de membros da comunidade no documento.	Por favor consultar o Anexo C (Secção C16.4) do REIA para uma descrição detalhada dos estudos e entrevistas feitas como parte da Avaliação de Impacto Social. Por favor consultar o Anexo A para um relatório detalhado sobre o processo de participação pública (e resultados do mesmo) que foi realizado como parte de um processo de AIA. O processo de participação pública vai além dos requisitos mínimos dos regulamentos de AIA de Moçambique, e está de acordo com as boas práticas internacionais da Indústria.

(2) ¹ Rascunho do EIA Anadarko, Capítulo 13, Avaliação e Mitigação do Impacto Socioeconómico, página 13-1.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
96	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	<p>O EIA pode ser uma ferramenta oportuna para fornecer aos membros da comunidade a oportunidade de expressarem as suas preocupações e recomendações sobre a adjudicação do terreno pelo Governo ao projecto da LNG. Para além disso, um processo que respeita integralmente os direitos humanos deverá garantir a participação e consulta públicas em todas as fases do processo, incluindo na concepção e implementação do projecto como, incluindo no reassentamento. A participação não deverá ficar restrita às audiências públicas, mas deverá ser conjugada com outras formas de diálogo, incluindo reuniões individuais e de pequenos grupos, com medidas dedicadas que facilitem a participação de grupos que possam estar a enfrentar impactos específicos ou que sejam marginalizados, como as mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiências e minorias.</p>	<p>A atribuição da terra pelo Governo ocorreu como parte do processo dos direitos de uso e aproveitamento de terras (DUAT). Este é um processo separado do processo de AIA. Um EIA só pode começar quando as terras forem atribuídas. O diálogo com as comunidades começou antes do processo de AIA (durante a selecção do local) e continuou durante o processo de AIA (ver Anexo A). Aconteceram diálogos com todas as partes interessadas a vários níveis (incluindo a nível comunitário).</p> <p>Os requisitos para a consulta comunitária do processo de DUAT, incluindo os processos de consulta e acções realizadas para assegurar a representação dos pontos de vista de grupos minoritários e vulneráveis, estão descritos nas seguintes leis e regulamentos nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei da Terra 19/97 de 1 de Outubro; • Regulamentos da Lei da Terra, Decreto 66/98 de 8 de Dezembro; (autorizados pelo Artigo 33 da Lei da Terra); • Agendas aos Regulamentos da Lei da Terra; • Emendas aos Artigos 20 e 39 dos Regulamentos da Lei da Terra, Decreto 1/2003 de 18 de Fevereiro; e • Anexo Técnico aos Regulamentos da Lei da Terra. <p>A consulta realizada como parte do processo de DUAT para obter pontos de vista, preocupações e recomendações comunitários foi registada num relatório descritivo que foi assinado por representantes das comunidades locais e vizinhas e submetido ao Governo Provincial como parte do processo de candidatura ao DUAT. O processo de</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				<p>consulta incluiu membros do Governo Distrital e Provincial e o proponente. O projecto reconhece a importância da consulta permanente, multinível e abrangente com todas as partes interessadas relevantes, incluindo e com um foco dedicado às comunidades afectadas directa e indirectamente na área de maior impacto do projecto, especialmente relacionado com pontos de vista da comunidade e os direitos à terra e ao usufruto da terra.</p> <p>Enquanto que alguma da participação pública do EIA e os processos de consulta comunitária de DUAT foram conduzidos no mesmo período, o processo de participação pública do EIA não foi utilizado como mecanismo para solicitar a opinião da comunidade sobre o DUAT, porque o processo de consulta comunitária para o DUAT e os processos de AIA são geridos por objectivos distintos e focam-se em resultados diferentes.</p> <p>Como parte do reconhecimento da importância das consultas sérias, contínuas, relevantes, apropriadas e acessíveis que informam as decisões do Projecto sobre design e mitigação de impactos, o Projecto está a tomar uma vista estratégica na construção de relações construtivas a longo prazo com as partes interessadas.</p> <p>Alguns dos mecanismos para assegurar consultas comunitárias participativas são a mobilização de Oficiais de Ligação com as Aldeias (VLOs) elegidos pela população e que ligam as comunidades directamente ao projecto através de comunicação diária; e a equipa de relações comunitárias, onde cada aldeia afectada tem um espaço dedicado à comunicação Projecto-comunidade, onde os membros comunitários podem interagir livremente e trocar pontos de vista com a equipa de relações comunitárias. O sistema nkutano (reunião) permite ao pessoal das relações das comunidades aperceberem-se das percepções da comunidade, recolher temas e queixas e fornecer informações sobre oportunidades do Projecto de forma contínua.</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				<p>A equipa de coordenação dedicada ao reassentamento do Projecto dedicado, trabalhando com cada um dos comités representantes das comunidades também fornecem formação aos membros da comunidade em termos de direitos, o que inclui o direito de dar voz às preocupações e o direito a exigir respostas sobre a forma como as preocupações foram consideradas e abordadas.</p> <p>Além disso, o Plano de Investimento Comunitário (PIC) tem uma área de foco especialmente dedicada à coesão comunitária, aos grupos vulneráveis e capacidade construtiva com o objectivo de desenvolver e enriquecer a diversidade cultural das comunidades e apoiar grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, idosos e deficientes.</p> <p>Além disso, como parte do envolvimento público ao longo do projecto, o Projecto desenvolveu um PEP baseado em princípios internacionalmente aceites de envolvimento com as partes interessadas, tal como descrito no IFC, de acordo com os Princípios do Equador e com as boas práticas da indústria, tais como a IPIECA (a associação da indústria de petróleo e gás para assuntos ambientais e sociais).</p>
97	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	A AIA não fornece uma atenção adequada aos grupos vulneráveis, como as mulheres, crianças, idosos, migrantes, entre outros, que provavelmente ficarão afectados desproporcionadamente pelos danos sociais, nem às medidas especiais para reduzir este efeito desproporcionado. Por exemplo, a corrente dominante da igualdade de género poderia ser ilustrada através do destaque da igualdade de oportunidade para mulheres e homens durante o recrutamento e a formação para oportunidades de emprego, incluindo as oportunidades de emprego geradas pelo projecto do GNL e empresas afiliadas.	<p>Grupos vulneráveis são tidos em conta na descrição da situação de referência social (Capítulo 9) respeitante a não igualdade das mulheres, crianças e grupos com baixos rendimentos. Além disso, as medidas de avaliação e mitigação de impactos (Capítulo 13) propõem medidas importantes respeitantes ao melhoramento do desenvolvimento das comunidades e subsistência destas, focando-se, quando necessário, nas mulheres e nos grupos com baixos rendimentos. O estudo de referência de saúde e a avaliação de impacto realizados também se foca em grupos vulneráveis.</p> <p>A igualdade de género e a integração de grupos vulneráveis foi</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				considerada nos Planos de Gestão da Empresa e do Empreiteiro como fazendo parte do SGAS do projecto. A forma como a igualdade de oportunidades é promovida em muitos aspectos da actividade do projecto, PICs e capacidade construtora e formação de capacidades irão ser relatadas com regularidade pelo projecto.
98	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O esboço da Política de Responsabilidade Social das Empresas do Governo de Moçambique para a Indústria extractiva de Recursos Minerais em Moçambique, inclui aspectos de consulta e envolvimento comunitário, corrente dominante de género, atenção aos grupos vulneráveis e transparência. A referência cruzada destes elementos com o rascunho do EIA actual iria fortalecer a coerência entre os dois documentos.	<p>O Projecto tem conhecimento do projecto de Política de Responsabilidade Social Empresarial do Governo de Moçambique para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais em Moçambique, e tem estado envolvida no processo de consulta para elaboração da Política. O projecto tem, assim, consciência dos temas da consulta e cooperação da comunidade, integração de género, atenção aos grupos vulneráveis e transparência contida nessa política.</p> <p>No entanto, o EIA (Estudo de Impacto Ambiental) não detalha a abordagem abrangente à consulta e cooperação comunitária, integração de género, atenção aos grupos vulneráveis e transparência. Esse conteúdo será especificado no SGAS do Projecto. O SGAS do Projecto inclui referência ao projecto de política de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) da MIREM, onde aplicável. O SGAS já opera para além do que é pedido na secção 12 da política de RSC da MIREM, pois já tem fortes metodologias de consulta consagradas como parte da sua implementação estratégica.</p>
99	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Para os objectivos deste comentário, não iremos abordar especificamente o reassentamento, uma vez que compreendemos que os comentários no esboço do plano de reassentamento não estão associados ao prazo de 31 de Outubro do EIA, pelo que o reassentamento será revisto separadamente.	Comentário registado.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
100	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Embora o EIA contenha dados qualitativos/teóricos bons associados ao IMIP (Imigração Induzida pelo Projecto), não fornece uma estimativa da escala prevista (números e tipo) da imigração ou de detalhes sobre o que está realmente planeado. Por exemplo, são necessárias estimativas do: número de trabalhadores migrantes formais necessários para ajudar nas operações do Projecto de GNL e seus contratantes directos (construção/engenharia/transporte/ <i>catering</i> , etc.), especialmente se forem nacionais de um país terceiro, nas diferentes fases do projecto, e de outros imigrantes, informais e formais.	Um estudo sobre a IMIP está a ser realizado e irá abranger estas preocupações. O projecto está também a desenvolver Planos de Gestão dos Empreiteiros que contêm medidas de mitigação para minimizar impactos associados com a migração interna. Muitas destas medidas de mitigação estão relacionadas ao movimento e comportamento de trabalhadores estrangeiros, tanto expatriados como de outros nacionais do país, para reduzir a migração interna.
101	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O EIA não aborda as demografias destes potenciais trabalhadores migrantes e potenciais impactos relacionados. Enquanto menciona o modo como as alterações demográficas podem aumentar as pressões nas já poucas infra-estruturas e serviços públicos disponíveis, não menciona os impactos nas comunidades, particularmente, na medida em que grupos de famílias se dispersam e os sistemas de identidade cultural e autoridade tradicional são reduzidos ou se perdem. Tendo em conta este impacto esperado nos serviços públicos, o EIA não apresenta um plano para mitigar o mesmo através do fornecimento de serviços adicionais.	O estudo sobre a IMIP irá abranger estes aspectos e serão desenvolvidas e implementadas medidas de mitigação para evitar ou minimizar impactos potenciais.
102	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O EIA não possui informações sobre os planos de alojamento, serviços sociais e outros serviços 'flexíveis', como entretenimento, e não fornece informações sobre o estado contratual ou sobre a possibilidade dos migrantes viverem com as respectivas famílias.	A questão do alojamento dos trabalhadores está descrita no capítulo 4. O estado de contratação de migrantes não se enquadra no âmbito do EIA. No entanto, este assunto, bem como o assunto das famílias migrantes de trabalhadores, estão a ser considerados nos Planos de Gestão dos Empreiteiros que estão a ser desenvolvidos para o projecto para assegurar que problemas potenciais sejam geridos de forma apropriada.
103	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Para os imigrantes expatriados, deverá ser considerado um programa de indução cultural anterior à partida.	Isto está discutido nos Planos de Gestão dos Empreiteiros – orientação cultural é essencial e terá lugar à chegada no local do projecto.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
104	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	<p>O EIA não possui um plano de estabilização da comunidade para mitigar potenciais tensões associadas à imigração formal e informal. Como testemunhado em Tete, e em outros locais de rápida industrialização e extracção na região, os planos de estabilização e os programas, quando são desenvolvidos com a participação das comunidades anfitriãs, podem ajudar a mitigar as tensões, incluindo a xenofobia/violência.</p>	<p>A estabilização comunitária é um foco chave da abordagem holística que o projecto está a tomar para assegurar um ambiente operacional estável. Assim, vários planos no SGAS contribuem para facilitar e assegurar que impactos negativos nas comunidades directa ou indirectamente afectadas pelo projecto sejam minimizados ou reduzidos, incluindo a possibilidade de existir violência e xenofobia como resultado da IMIP, e para maximizar as oportunidades positivas resultantes da presença e actividade do Projecto.</p> <p>O Projecto está a realizar um estudo sobre a IMIP que irá avaliar os riscos e impactos da IMIP. O projecto irá colaborar com partes interessadas importantes, incluindo vários níveis de governantes, o operador do Projecto, as ONGs, as organizações baseadas nas comunidades e as comunidades afectadas durante o estudo, e medidas de mitigação e de gestão serão desenvolvidas e incorporadas no SGAS e durante as iniciativas de cooperação com o Governo Distrital e o Governo Provincial.</p> <p>O PIC ir-se-á focar na coesão comunitária, apoiando a preservação da identidade cultural e promovendo a integração de grupos vulneráveis incluindo mulheres, jovens, idosos e deficientes em comunidades coesas que estejam melhor preparadas para lidar com o risco da migração interna.</p> <p>Além disso, a equipa de relações comunitárias monitoriza actualmente as percepções das comunidades numa base diária, para entender as ditas percepções e as preocupações, com recomendações claras para facilitar o diálogo em assuntos que podem ter um impacto na estabilidade dentro e nas redondezas das comunidades afectadas pelo Projecto.</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
105	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Na secção 13.4, Concepção do Projecto e Acesso às Instalações, encontram-se relacionadas quatro recomendações com o funcionamento de "campos fechados", numa tentativa de limitar o movimento dos funcionários e empreiteiros e de impedir a interacção directa entre as comunidades e a mão-de-obra do projecto. Esta situação é extremamente problemática e improvável de ser eficaz, na medida em que: é essencialmente impossível impedir a interacção com as comunidades locais; a limitação desta interacção coloca em risco quaisquer interacções mais clandestinas e, potencialmente, mais perigosas; e provavelmente aumentará as tensões com a comunidade.	<p>Os campos serão fechados para todos os trabalhadores estrangeiros. Isto significa que os trabalhadores estrangeiros não irão interagir livremente com as comunidades fora do espaço de trabalho. A interacção será realizada através de eventos organizados e após os trabalhadores estrangeiros tenham tido formação cultural Os campos terão boas estruturas de recreio que devem reduzir a propensão dos trabalhadores estrangeiros de entrar nas comunidades locais.</p> <p>Programas educacionais e de consciencialização significativos (incluindo programas de saúde) estão planeados e irão discutir a consciencialização cultural e também assuntos relacionados com a saúde, associado com o contacto entre os colaboradores e a população local.</p> <p>Os colaboradores irão focar-se em locais de trabalho durante as horas de trabalho e, depois, regressarão aos acampamentos à noite e, assim, limitar-se-á os locais de trabalho dentro das comunidades (excepto para trabalhadores envolvidos nas actividades iniciais).</p>
106	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Trabalhar com as comunidades para implementar os programas de Comunicação de Mudança Social, para discutir as alterações que se estão a realizar/são prováveis de serem realizadas/estão previstas para realização, é muito importante. A chave para gerir esta mudança é trabalhar a partir do lado da comunidade para determinar as preocupações emergentes e como podem ser mitigadas (por ex., através de programas de apoio à comunidade e oportunidades de emprego da comunidade, estabelecendo melhores serviços para os membros da comunidade, etc).	<p>A mobilização da comunidade é uma das áreas de foco do PIC. Isto está estreitamente ligado com a percepção das comunidades, as necessidades das comunidades, os modelos de desenvolvimento realizado pelas comunidades e o desenvolvimento de modelos de visão pelas comunidades. Estes "modelos" irão fazer previsões para discussão sobre mudanças sociais espectáveis e inesperadas.</p> <p>Além disso, o Projecto tem mecanismos para facilitar as comunidades afectadas a atravessar este processo de rápida mudança que pode resultar das actividades relacionadas com o Projecto.</p> <p>O Projecto tem muitas ferramentas para facilitar as discussões sobre mudanças sociais, incluindo a interacção e relação construtiva contínuas da equipa de relações comunitárias. Quando uma</p>

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
				<p>preocupação pertinente surge, a equipa de relações comunitárias irá avaliá-la como parte do seu monitorizamento contínuo das percepções sociais. As preocupações serão discutidas e incorporadas em programas específicos do projecto, tais como o programa de coesão comunitária no âmbito do PIC.</p> <p>Além disso, a equipa de Reassentamento irá ajudar a desenvolver a capacidade dos comités comunitários de reassentamento, incluindo aspectos relacionados com desenvolvimentos comunitários em termos de governação e sustentabilidade. Como membros eleitos dos comités comunitários, eles guiam os membros da comunidade de forma a criar uma compreensão mais abrangente das mudanças espectáveis nas suas comunidades e, assim, agem como agentes dentro das suas comunidades.</p> <p>Além disso, como parte das actividades de envolvimento das partes interessadas a nível comunitário, o projecto irá implementar um programa de teatro que irá dedicar-se à capacitação de grupos comunitários para facilitar discussões e construir cenários sobre mudanças sociais e percepções da comunidade, e também para fornecer uma ferramenta com base na comunidade, através da qual as comunidades possam expressar e “modelar” parâmetros de mudança com os quais se sentem confortáveis.</p>
107	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O EIA não referencia o local do projecto como uma rota de migração mista de etíopes e Somalis, do Corno de África. Em 2011, milhares de migrantes sem recursos chegaram a esta área, de barco, do Quénia. É necessário um plano de contingência para resolver esta questão.	Isto foi coberto na Secção 9.9.4 do REIA.
108	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O número de utilizadores por fonte de água tem de seguir os níveis de serviço mínimos estipulados pelo Governo de Moçambique (GOM).	Será feito.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
109	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Os níveis de serviços planificados para as áreas hospedeiras não são claros, "pelo menos o mesmo acesso aos serviços básicos" (pág.13-30) têm de corresponder aos níveis mínimos do GOM.	Será feito
110	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	A drenagem não é mencionada e é muito importante que seja incluída, uma vez que a água estagnada aumenta o risco de doenças baseadas em vectores.(13-30)	De acordo. O local do projecto terá drenagem adequada para evitar a estagnação da água e, tais medidas, estão incluídas nos CMPs. O Estudo de Avaliação de Impacto na Saúde que está a ser realizado irá identificar mais medidas de mitigação, conforme for necessário para minimizar a criação de águas estagnadas dentro do local do projecto.
111	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Os programas de gestão da água mencionados como mitigação do projecto não descrevem de forma adequada as responsabilidades/planos para a fase de desactivação, especificamente para garantir o processo de limpeza de todo o local. (13-31)	A desactivação da estrutura irá acontecer em, pelo menos, 30 anos. É difícil avaliar impactos associados à desactivação com muita certeza. Um projecto de Plano de Desmobilização e Reabilitação (ver Anexo F do Relatório EIA) foi preparado e será actualizado durante a duração do Projecto e será finalizado e submetido até dois anos antes do fecho da Fábrica de GNL. O Plano de Desmobilização e Reabilitação final é então submetido ao MICOA para revisão de acordo com a Lei do Petróleo (Lei no. 3/2001 de 21 de Fevereiro) e com os Regulamentos das Operações Petrolíferas (Decreto no. 24/2004 de 24 de Agosto).
112	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	As instalações de saneamento não são mencionadas no que diz respeito ao acampamento dos trabalhadores. (13-31)	Os acampamentos de trabalhadores terão condições sanitárias adequadas e os padrões e expectativas dos empreiteiros estão descritos nos Planos de Gestão dos Empreiteiros.
113	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	As consultas e medidas de mitigação com as comunidades afectadas (comunidades reassentadas, comunidades vizinhas e comunidades hospedeiras) devem ser contínuas e não uma actividade única (conforme sugerido no capítulo 13, página 8, sobre a compensação de colheitas, que poderá ser alargada para os ciclos de colheita de prazo próximo).	De acordo. A secção referida no comentário fala sobre a implementação do PAR para mitigar a perda de acesso aos recursos naturais. O Programa referido compreende um processo de comunicação abrangente com a comunidade afectada (no local e nos locais de reassentamento).

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
114	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O estudo de referência sobre a nutrição proposto deve concentrar-se no impacto nutricional nos primeiros 1000 dias de vida e, consequentemente, os grupos alvo deverão ser raparigas adolescentes, mulheres em idade reprodutiva, mulheres grávidas e a amamentar e crianças com menos de dois anos. Este estudo deve ser coordenado com outros estudos em curso e planeados na província (por ex., os programas de nutrição do Programa Mundial de Alimentação (PMA) e do Banco Mundial).	A avaliação nutricional no estudo de base de saúde focou-se em grupos vulneráveis. O estudo foi realizado em plena cooperação com o comité nacional de bioética e com o envolvimento da Direcção Provincial de Saúde de Cabo Delgado.
115	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	As medidas de mitigação para nutrição e segurança alimentar devem incluir a nutrição nas intervenções agrícolas específicas, como a promoção da produção e do consumo de culturas nutritivas, em vez de se concentrarem no aumento de colheitas.	Este comentário será transmitido à equipa de reassentamento.
116	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Relativamente ao RHMIS, mencionado no capítulo 13, página 43, será provavelmente o Sistema de Gestão de Informações de Saúde de Rotina. É muito importante garantir o apoio para a capacitação dos sistemas existentes, em vez de se criar um sistema paralelo, onde o pessoal de saúde do governo é utilizado para recolha de dados adicionais para o Projecto.	Concordamos. As iniciativas de saúde propostas terão como objectivo principal a capacitação do sistema de saúde existente.
117	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Enquanto a população potencialmente afectada pelo "projecto" está indicada como aproximadamente 2.700 residentes, o EIA não apresenta nenhuma projecção clara sobre o afluxo esperado de migrantes para a área. Na ausência de dados populacionais e epidemiológicos inexactos da área, torna-se difícil avaliar o potencial impacto deste "projecto" na saúde da população.	Está correcto. Os potenciais impactos associados com o influxo de pessoas estão cobertos (veja as Secções 12.11.5, 12.12.5, 12.13.5, 13.4 e 13.5), e considerados suficientes para os efeitos de um EIA. O Estudo sobre a IMIP será mais específico com relação às estimativas de números e potenciais locais de imigração.
118	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Qualquer investimento considerado para melhorar o fornecimento de serviços de saúde na área, tem de se basear nas necessidades da população e tem de ser concebido de acordo com as políticas e protocolos governamentais, com vista ao fortalecimento do sistema de saúde local em vigor, de modo a fornecer acesso a um pacote essencial	Concordamos

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			de serviços de saúde para a população.	
119	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Em vez disso, o documento não clarifica se a intenção dos investidores é organizar um sistema privado (semi) paralelo e em que medida. Isto terá de ser claro, uma vez que um sistema <i>ad hoc</i> de primeira classe na área poderá criar injustiças e atrair procura das áreas vizinhas.	A intenção não é montar um sistema de saúde paralelo na região. A mão-de-obra do Projecto terá acesso ao provedor de serviços médicos do projecto, que não irá operar fora da área de pegada do projecto. Em simultâneo, o projecto irá apoiar o Fortalecimento do Sistema de Saúde (HSS) do serviço distrital local num esforço de otimizar os cuidados de saúde para as comunidades.
120	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Podemos esperar que os perigos de migração e ocupação se tornem em factores de risco, que podem requerer especial atenção, uma vez que irão criar custos adicionais directos (por ex., ferimentos) e indirectos (por ex., HIV/SIDA) no sistema de saúde. O plano de mitigação deve escrever de forma mais clara o modo como estes riscos serão tratados.	O estudo da situação de referência de saúde fornece uma perspectiva mais definida sobre os desafios de saúde actuais e potenciais no futuro para a comunidade e sobre a existente capacidade institucional para enfrentar estes assuntos, tornando possível o Plano de Gestão de Impacto na Saúde Comunitária que está a ser desenvolvido, deixando-o muito mais específico nas suas medidas de mitigação. Os riscos de saúde ocupacional, tanto para os colaboradores, como para as comunidades, foram especificados em detalhe em CMPs.
121	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O EIA refere-se ao risco de introdução de novas doenças na área do projecto, tais como, dengue, sem qualquer elemento comprovativo dos riscos actuais. Uma vez que isto poderá potencialmente ter um impacto na saúde pública de grande escala, requer investigação adicional.	O risco de evento potencial foi investigado e avaliado com base em evidências existentes na altura. Investigação adicional sobre este risco foi realizada como parte do estudo de saúde e medidas apropriadas de mitigação foram incluídas no CHIMP.
122	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Relativamente aos impactos económicos e de receitas do projecto do GNL, o estudo identifica a maioria das fontes de receitas possíveis e as oportunidades económicas multifacetadas/interligadas, que provavelmente irão aumentar ao nível local/regional e nacional. Esta análise é um pouco imparcial e indica claramente que o impacto geral no emprego e na economia (receitas à parte) dependerá muito das políticas e medidas de incremento necessárias para colocar em prática, para impulsionar o desenvolvimento económico local e do emprego. Se	Concordamos.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			<p>não for possível fazê-lo, o impacto será limitado.</p>	
123	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	<p>Ao passo que o EIA fornece uma lista exaustiva de possíveis fontes de receitas e identifica correctamente os impactos/ligações económicos diferentes que este projecto pode criar/desencadear, não indica como o projecto pretende abordar e maximizar estes impactos, excepto para dois estudos próximos: (i) um estudo de gestão de receitas que, para além de fornecer uma compreensão mais abrangente da economia moçambicana, encoraje a distribuição de receitas e responsabilidade ao nível de província/distrito, utilizando a EITI como ponto de partida e trabalhando junto com o governo, NGO e comunidades de doadores; e (ii) uma estratégia de conteúdo nacional que apresente em detalhe as iniciativas de desenvolvimento do emprego, formação e fornecimento (conteúdo local/contratação) e defina os objectivos, bem como as actividades concretas planeadas pelo projecto nestas áreas críticas.</p> <p>Vale a pena salientar os seguintes princípios do estudo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Todas as iniciativas/actividades do projecto serão realizadas com base nos planos de desenvolvimento ao nível da província e do distrito. • Espera-se que a estratégia da Estratégia de Conteúdo Nacional seja alinhada com os objectivos de emprego e educação/ desenvolvimento económico do governo. • O projecto desencorajará o uso de agências de recrutamento locais e, em vez disso, irá trabalhar directamente com o governo ao nível do distrito, para desenvolver uma base de dados de mão-de-obra local para oportunidades de emprego e formação, de forma a dar prioridade às comunidades locais. • O projecto irá criar um "Mecanismo de Reclamações" para resolver as reclamações da comunidade relativamente ao emprego e contratação locais. O estudo não indica ainda como este mecanismo irá 	Os dois estudos mencionados (e o próprio Projecto) irão seguir tais princípios.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
			funcionar.	
124	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	O Capítulo (13) está bem estruturado e trata questões pertinentes e desafios, mas sem proporções tangíveis ou considerações de mitigação substantivas.	Muitas das medidas de mitigação no Capítulo 13 são diferentes de estudos posteriores (p. ex. o Plano de Acção do Reassentamento, o Estudo de Gestão de Rendimento), mas é esta a natureza do EIA. O EIA não é a última palavra em termos de mitigação, apesar de certamente identificar impactos/riscos potenciais e que tipo de mitigação é importante. O projecto irá continuar a realizar outros estudos de forma a desenvolver as medidas de mitigação identificadas do EIA, para desenvolver resultados baseados no desempenho que sejam mensuráveis.
125	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	É efectuada uma referência (13.6.2) à situação desafiante de cerca de 80% da população não ter qualquer nível de educação formal. Apesar disso, o projecto espera formar e absorver gradualmente mão-de-obra com poucas qualificações, mas não indica em que proporção.	A Estratégia de Conteúdo Nacional irá definir os números de pessoas para formação. Este nível de detalhe está fora do âmbito de um EIA.
126	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Relativamente à contratação de bens e serviços locais (13.6.3), o projecto confirma a estratégia de conteúdo local nacional como uma estrutura a suportar, mas não fornece pistas reais que, em relação à posição na cadeia de valores do GNL, ou qualquer outra cadeia de valores, se poderão tornar nos pontos de entrada para isso.	A Estratégia de Conteúdo Nacional irá definir a estratégia de <i>procurement</i> . Esta informação está fora do âmbito de um EIA.
127	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Depois de considerar as expectativas não satisfeitas da comunidade relativamente às oportunidades de emprego e contratação (13.6.4), este documento deixa passar a escala, o impacto e o risco desta realidade; isto é, não abordando, por exemplo, estas expectativas, particularmente no que diz respeito à criação de emprego, podendo tornar-se numa fonte permanente de agitação e criminalidade.	A avaliação considera a escala, a duração e a intensidade do impacto – isto faz parte da metodologia de avaliação de impacto (ver Capítulo 3 do REIA). Mesmo com mitigação, a avaliação reconhece que pode ser um impacto difícil de enfrentar e, assim, permanece um impacto residual com significância moderada. No entanto, a mitigação proposta pretende evitar criminalidade através da comunicação proactiva e da implementação de mecanismos de reclamações.

ID	Nome, Empresa	Recebido	Comentário	Resposta
128	Lisa Kurbiel (Nações Unidas)	By email, datado de 31 de Outubro de 2013	Enquanto o EIA confirma a diversificação económica como um potencial resultado das operações do projecto no distrito, não indica como este investimento pode exercer de forma activa o seu papel catalisador, como um incentivo ou atracção, de forma a tornar viáveis (subsequentes) os projectos de desenvolvimento de infra-estruturas e empresas.	<p>É esperado que o Projecto irá agir como catalisador de maior investimento e desenvolvimento na área de Palma. A extensão ainda não foi substanciada mas outros estudos, tais como o Estudo de Gestão de Rendimento e IMIP irão ajudar a fornecer mais detalhes nessa área.</p> <p>Além disso, uma das áreas de foco para o PIC do Projecto no Distrito de Palma é apoiar o desenvolvimento da subsistência local, incluindo empresas de pequena e média escala para ajudar a fornecer apoio às comunidades locais e aos indivíduos para capturarem oportunidades de negócio que vão aparecer durante o desenvolvimento da Vila de Palma.</p>

ERM has over 140 offices
across the following
countries worldwide

Argentina	New Zealand
Australia	Panama
Belgium	Peru
Brazil	Poland
Canada	Portugal
China	Puerto Rico
Colombia	Romania
France	Russia
Germany	Singapore
Hong Kong	South Africa
Hungary	Spain
India	Sweden
Indonesia	Taiwan
Ireland	Thailand
Italy	The Netherlands
Japan	United Arab Emirates
Kazakhstan	United Kingdom
Korea	United States
Malaysia	Vietnam
Mexico	
Mozambique	

Escritório da ERM em Cape Town

2nd Floor
The Great Westerford
240 Main Road
Rondebosch, 7700
South Africa

Tel: +27 (0) 21 681 5400
Fax: +27 (0) 21 686 0736

www.erm.com

Escritório da Impacto em Maputo

Impacto, Projectos e Estudos
Ambientais Lda
Av. Mártires da Machava, 968
Maputo, Moçambique

Tel: +258 (0) 21 499 636
Fax: +258 (0) 21 493 019

www.impacto.co.mz